

# Plural\*

Publicação da Associação dos Professores da UFSC - SSIND · N° 13 · Ano 9 · Dezembro 2003



Nem rir,  
nem chorar,  
mas entender

# Apresentação

A APUFSC retoma a publicação da *Revista Plural* com este número, agora já no século XXI. Na capa reproduzimos o dito de Spinoza: "Nem rir nem chorar, mas entender." E entender nos remete à necessidade de rejeitar as simplificações que deveriam estar sepultadas junto com a onda do pensamento único que colonizou o imaginário do final do século passado. *Plural* acolhe o pensamento complexo e seu conselho editorial acredita que a crescente mercantilização de todas as esferas da vida e a privatização do público é a exacerbada exacerbação dos problemas colocados pela modernidade. O brevíssimo século XXI, se aprofundou a naturalização da "economia", impõe ao fazer universitário a urgência da crítica, da mesma forma que a soberania dos povos exige o investimento público na capacidade de "ideação" da sociedade.

Os artigos aqui publicados fazem parte desse esforço. O ataque à Universidade Pública perpassa todos os aspectos da atual política da elite dirigente do país. James Petras e Henry Veltmeyer fazem, assim como Ricardo Antunes, uma análise do governo Lula que reafirma o pensamento de Lester Thurow em "O futuro do capitalismo", na década setenta do século XX: "Todos aqueles que governam no atual sistema, por mais que possam ter uma ideologia de esquer-

da, do ponto de vista social são conservadores, o sistema os escolheu como governantes e portanto significa que é justo". Nem rir nem chorar, mas entender... Osvaldo Coggiola, escrevendo sobre os fundos de pensão, reforça nosso entendimento de que as agências reguladoras internacionais, sob a hegemonia dos EUA, determinam o leilão em que nosso futuro deixa de ser direito. Outros artigos resistem à naturalização das relações sociais, como é exemplo o de Bernadete Wrublevski Aued e Luis Carlos Chaves sobre o desemprego e o de Clarilton Ribas e Luiz Carlos Pinheiro Machado sobre a desobrigação do Estado em relação às políticas públicas e o papel funcional ao sistema das ONGs. Na crítica ao fazer científico, Manoel Luiz Malaguti, questiona a neutralidade, estabelecendo um diálogo que permanece aberto entre Marx e Popper. Muitos são os temas que esse número da *Plural* apresenta.

O convite para a leitura e para o diálogo se agrupa ao agradecimento pelo trabalho não apenas aos que ofereceram seus artigos para a socialização de idéias, mas também ao conselho editorial e a todos que colaboraram com essa edição.

## As editoras

## Expediente

**Editoras:** Maria Odete Santos  
Tanira Piacentini

**Edição:** Oscar de Paula

**Jornalista Responsável:** Oscar de Paula - SP 20240 JP

**Conselho Editorial:** Alai Garcia Diniz, Altamir Dias, Ana-maria Beck, Bernadete Wrublevski Aued, Hamilton Abreu, José Gonçalves Medeiros, Marcelo Tratenberg, Milton Muniz, Osvaldo de Oliveira Maciel, Raúl Bur-gos, Waldir Rampinelli,

**Colaboraram com esta edição:** Maria de Lourdes F. de Souza, João Eduardo P. Basto Lupi

**Revisão de Texto:** Renato Tapado

**Digitação:** Alessandra Gramkow

**Fotografia:** Ivan Jerônimo - [www.ivanjeronimo.com.br](http://www.ivanjeronimo.com.br)

**Ilustração:** Ivan Jerônimo, Zé Dassilva  
**Projeto gráfico, diagramação e capa:** Ivan Jerônimo, Marcelo Letti · Esfera Comunicação Visual, f. (48) 233 2239, [esfera2@unetvale.com.br](mailto:esfera2@unetvale.com.br)  
**Impressão:** Gráfica Coan  
**Tiragem:** 3.500 exemplares

Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores. Todo o material escrito pode ser reproduzido para atividades sem fins lucrativos, mediante citação da fonte. Contribuição para publicação na próxima edição: veja instruções na página final.

*Plural* nº 13 ano 9 é uma publicação sindical editada pela Apufsc - Associação dos Professores da Uni-

versidade Federal de Santa Catarina - Seção Sindical Andes - SN - Blocos Modulados - Campus Universitário - Caixa Postal 5911 - 88040-900 Florianópolis - SC  
Fone (48) 234 5216 · Fax/Tel (48) 234 2844  
[diretoria@apufsc.ufsc.br](mailto:diretoria@apufsc.ufsc.br) · [www.apufsc.ufsc.br](http://www.apufsc.ufsc.br)

*Plural / APUFSC / SSIND. - 1, n. 1 (jul./dez. 1991) . . .*  
Florianópolis: APUFSC / SIND, 1991 - v.; 30 cm.

**Publicação**  
ISSN 0103-9717

I. Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina

# Plural\*

Publicação da Associação dos Professores da UFSC - SSIND · N° 13 · Ano 9 · Dezembro 2003

## 6 O mercado de trabalho e o projeto nacional de desenvolvimento

*Técnico do Dieese discorre sobre as políticas de criação de empregos no Brasil, pleiteando que considerem os interesses do país e do seu povo*

JOSÉ ÁLVARO DE LIMA CARDOSO

## 10 Embaixador de Cuba no Brasil vem à ilha

*Em noite descontraída na ilha, embaixador fala do presente e futuro da Revolução Cubana*

FELIPE LENHART

## 14 Porque a Revolução dos Cravos deixou de ser socialista

*Tenente-coronel Otelo Saraiva de Carvalho, um dos capitães da Revolução fala sobre os 30 anos do movimento*

ENTREVISTA A WALDIR JOSÉ RAMPINELLI

## 18 Governo Lula é uma lamentável continuação do governo FHC

*Especialista na área da sociologia do trabalho, Ricardo Antunes, da Unicamp, fala da subserviência do governo Lula aos capitais financeiros, tal qual no governo FHC*

ENTREVISTA A OSCAR DE PAULA

## 22 Economia solidária: atualização e reforço da (des) ordem neoliberal

*O objetivo central da economia solidária seria a geração de possibilidades econômicas destinadas à reintegração dos excluídos pela ordem neoliberal*

CLARILTON RIBAS E LUIZ CARLOS PINHEIRO MACHADO

## **32** Para onde vai o Brasil?

*Líderes de direita, como Tony Blair e o presidente Bush, elogiaram Lula como "estadista" e "líder pragmático"*

JAMES PETRAS E HENRY VELTMAYER

## **56** O desemprego não é inexorável

*Uma visão sociológica do desemprego e um estudo de suas alternativas através do sistema de cooperativas de trabalhadores*

BERNARDETE WRUBLEVSKI AUED E LUIS CARLOS CHAVES

## **74** Marx e Popper

*Uma interpretação das principais teses de "O Capital", de Marx, e o positivismo "esclarificado" de Popper*

MANOEL LUIZ MALAGUTI

## **90** A reforma da Previdência - seus "modelos externos" e efeitos sobre o serviço público e a universidade

*Capitalismo reduz segurança social, enquanto benefício previdenciário maior será coberto pelo trabalhador*

OSVALDO COGGIOLA

## **114** Trabalho e Envelhecimento

*Abordagem sobre o drama do envelhecimento e o paulatino processo de exclusão do trabalho dos idosos*

ROSÂNGELA VERÔNICA DOS SANTOS, SOLANGE ANDERI E ERNESTO SEVERINO

### **RESENHA**

## **126** História e Poder - A Reprodução das Elites em Santa Catarina

*A presença de grupos dominantes na história do Estado, através de ruas e praças da cidade*

ROGÉRIO LUIZ DE SOUZA

## **130** Normas para o envio de artigos

# O mercado de trabalho e o projeto nacional de desenvolvimento

*A atuação sindical continua fora do espaço fabril, e nem mesmo nos aspectos de saúde do trabalhador os sindicatos estão conseguindo avançar*

JOSÉ ÁLVARO DE LIMA CARDOSO

O governo federal lançou, em junho último, o programa Primeiro Emprego, cujo objetivo é estimular as empresas a contratarem jovens de 16 a 24 anos, sem experiência profissional anterior e oriundos de estratos pobres e pouco escolarizados de nossa população. O programa visa a gerar 260 mil empregos para jovens em 12 meses. A iniciativa é extremamente urgente, louvável, pecando apenas pela timidez das metas, em face da gravidade do problema e do fato de que a geração de empregos é o tópico central do programa de governo da atual coalizão de poder no Brasil. Sem crescimento econômico e geração de empregos o governo Lula sofreria fragorosa derrota.

É correta a decisão do governo de realizar um ataque focalizado na questão do emprego do jovem, dada a especificidade do problema para este segmento da população que, a exemplo de outros (como o negro, a mulher e o idoso), é especialmente atingido pelo desemprego. Entretanto, a questão do desemprego deve ser atacada de uma forma glo-

bal, possibilitando a geração de emprego para todos.

O processo de reestruturação produtiva desencadeado nas empresas brasileiras na década de 1990 causou e vem causando reflexos profundos sobre o mundo do trabalho, reduzindo o número de empregos disponíveis e exigindo um trabalhador com uma atitude diferente no local de trabalho, mais escolarizado e mais participativo. Ao mesmo tempo em que se exige mais do trabalhador e reduzem-se as oportunidades de emprego, as relações de trabalho tornam-se mais precárias, aumentando a chamada dualidade do mercado de trabalho, com trabalhadores formalizados e outro grupo desprovido de qualquer garantia. Nesse contexto a ação sindical passa a ser dificultada, não só pelo turbilhão de mudanças no interior das empresas, no processo de trabalho em si, mas também em função dos demais componentes da reestruturação produtiva como as relocalizações industriais, os processos de fusões e aquisições, e a precarização das relações e da jornada de trabalho (seja pelo meio legal, seja de fato).



Marco Ankoski/Folha Imagem

Na medida em que se alteram as relações, aumentam a intensidade do trabalho e a insegurança do trabalhador, e a reestruturação aumenta o grau de exploração dos trabalhadores. Este processo é ainda mais grave na medida em que se dá em meio à abertura da economia e em plena implementação das reformas neoliberais, que se generalizaram na década passada. Os processos anteriores aumentavam a importância da regulação das relações entre capital e trabalho, no sentido de prover um mínimo de segurança e direitos, um patamar a partir do qual o capital não pudesse avançar, através da legislação social e trabalhista. Ocorre que esta mesma legislação sofreu pesados ataques dos governos anteriores, sempre na direção da retirada dos direitos e da liberalização da relação capital-trabalho, em um contexto de grandes dificuldades para a ação sindical.

nômico onde predominasse um mercado mais protegido, na década de 1990, conduzido por uma política industrial inteligente, que resguardasse os interesses da indústria nacional em relação ao poderio das transnacionais, teria levado a um comportamento diferenciado por parte das empresas nacionais. Não necessariamente generoso com os trabalhadores, mas, quem sabe, um pouco menos agressivo, mais gradual e planejado, no que se refere ao emprego e ao salário.

A essa altura dos acontecimentos, parece estar claro que as políticas adotadas ao longo da década passada foram equivocadas do ponto de vista do desenvolvimento do País, especialmente se levarmos em conta os interesses da maioria da população. As indicações são de que precisamos retomar um projeto nacional que considere os interesses do Brasil e de seu povo. Sem xenofobia, sem

onde a produção é mais intensiva em capital e tecnologia a produtividade é muito mais elevada, em contraposição àqueles setores com processos produtivos mais simples e com menor utilização de capital. A simples tentativa de homogeneizar um pouco mais a produtividade, a partir dos setores de maior êxito, poderia fazer crescer bastante a produtividade média no País. Produtividade elevada significa também a possibilidade de oferecer produtos mais baratos.

O reconhecimento da necessidade de a produtividade crescer no Brasil tem que vir junto com a idéia de que os ganhos de produtividade têm que ser distribuídos. Nos vários ciclos de expansão da economia brasileira o crescimento da produtividade coincidiu com um processo de concentração da renda. Esta tendência do capitalismo dependente brasileiro se aguçou no processo de reestruturação produtiva dos anos 1990, em

## A POLÍTICA DE JUROS ALTOS LIQUIDA A POSSIBILIDADE DE UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

Atacados em vários flancos, os sindicatos não têm conseguido barrar os efeitos deletérios da reestruturação produtiva, nem aproveitar os raros espaços surgidos com os novos conceitos gerenciais. A atuação sindical continua fora do espaço fabril, e nem mesmo nos aspectos de saúde do trabalhador, que aumentaram muito de importância em função das doenças ocupacionais, os sindicatos estão conseguindo avançar.

Pensar o problema do desemprego e suas saídas passa por entender as condições históricas nas quais ele se desenvolveu. A forma como o Brasil realizou a abertura comercial na década de 1990, rapidamente e em meio à recessão do governo Collor, e as políticas econômicas adotadas a partir de então levaram as empresas a adotar uma reestruturação vigorosa e de caráter defensivo, isto é, muito mais para defender-se do chamado "choque de competitividade" decorrente da abertura comercial do que propriamente fruto de uma bem pensada estratégia de preparação e enfrentamento das exigências da reestruturação produtiva. É claro que um ambiente eco-

racismos, sem ambições expansionistas, sem sectarismos religiosos. Longe de significar um isolamento do Brasil no cenário internacional, significa inserir-se soberanamente na globalização.

A geração de empregos, inclusive para os jovens, pressupõe mudar a política macroeconômica. A política de juros excessivamente altos em períodos longos, como é o caso do Brasil, liquida a possibilidade de um desenvolvimento sustentado e com geração de empregos. Estes deveriam ser os objetivos primeiros da política macroeconômica. O desenvolvimento econômico é obtido através do aumento da produção e da produtividade média do trabalho, que ainda tem muita margem para crescer, visto que os nossos indicadores de produtividade estão bem abaixo dos observados nos países desenvolvidos. Mas os ganhos de produtividade devem ser sistêmicos, generalizando-se para a economia como um todo, e não ficar confinados neste ou aquele setor isoladamente, como ocorre hoje. Os diferentes setores da economia possuem níveis de produtividade extremamente heterogêneos. Naqueles

que a evolução dos salários nem de longe acompanhou os ganhos de produtividade.

Romper com a política econômica atual não significa abrir mão do controle da inflação, que é a única conquista realmente importante do atual modelo. A tarefa de manter o controle de preços em um contexto distinto do atual, com crescimento econômico e distribuição da renda, é extremamente complexa, não podendo ser subestimada. A população brasileira – como a da América Latina em geral – tem um verdadeiro trauma com inflação elevada, pois sentiu na pele os seus efeitos, durante muito tempo. Além de requerer o crescimento da produtividade – que permite a absorção de aumento dos custos salariais sem pressão inflacionária –, a continuidade do controle da inflação vai exigir uma coordenação da oferta de bens com demanda mais elástica (como alimentação e vestuário) e um esforço no sentido de eliminar gargalos existentes na área de infra-estrutura energética, de transporte e comercialização. É fundamental também, além destas questões que dizem

respeito ao setor real da economia, controlar o capital financeiro e equacionar a dívida pública, cujos juros são o principal custo atual do Estado brasileiro.

## MERCADO INTERNO

A extensão dos benefícios do crescimento para a grande massa dos brasileiros não deve ser feita apenas por uma questão humanitária, mas porque, do ponto de vista econômico, esse pode ser um grande trunfo com o qual conta o Brasil. O País tem um imenso potencial a ser desenvolvido em termos de mercado interno: território e recursos naturais abundantes, indústria de razoável padrão e uma população cheia de necessidades básicas a serem ainda atendidas. Esse pode ser o nosso diferencial. Não há nenhum caso de país desenvolvido que não tenha feito crescer a capacidade de consumo de sua população. O aumento do mercado interno, ao mesmo tempo em que incluiria milhões de pessoas em um

renda média de um assalariado catarinense (mercado formal de trabalho), que é superior à média nacional, está em R\$ 612,69 (RAIS, 2000), e esta mesma renda média aumentou 18,54% entre 1995/2000 para uma inflação média, no mesmo período, de 48% (ICV-DIEESE), o que representa uma defasagem salarial, no período, de 24,85%.

O problema da renda tem que ser enfrentado com determinação. A política de distribuição de renda não pode ser vista como um efeito colateral do crescimento econômico, pois é possível crescer a taxas pequenas sem gerar emprego e sem distribuir, como comprova o caso brasileiro, especialmente nos últimos anos. A idéia é crescer aumentando a oferta de bens para consumo de massas ao mesmo tempo em que se inicia a recuperação dos salários reais.

Aqui entra o importante papel do salário mínimo. Algo próximo da metade dos ocupados (50,1%) no Brasil vive com

diado aos trabalhadores de mais baixa renda.

O combate à pobreza e à desigualdade se faz urgente. É inaceitável um país, como o Brasil ter 50 milhões de pessoas, 30% da população, vivendo em condições de pobreza, isto é, não possuindo renda mensal para suprir suas necessidades alimentares básicas. A eliminação da pobreza necessita ser alcançada a qualquer custo. A eliminação da desigualdade é uma condição de objetivo estratégico do governo e da sociedade. Medidas de contorno não resolverão o problema, como mostra a experiência recente do Brasil. É preciso mobilizar todos os esforços possíveis. Agora, o mais importante de tudo é que o modelo de desenvolvimento tem que mudar, a política macroeconômica tem que ser a mola propulsora da eliminação da pobreza e da desigualdade, e não gerar pobres e desempregados, como ocorre hoje.

É urgente também a geração de empregos formais. A política econômica

## A RENDA MÉDIA DE UM ASSALARIADO CATARINENSE (MERCADO FORMAL DE TRABALHO) REPRESENTA UMA DEFASAGEM SALARIAL DE 24,85%

padrão digno de consumo, geraria milhões de empregos sem nenhuma pressão sobre as contas externas.

Com um mercado interno forte, talvez a indústria da alimentação, no setor de produção de carnes, não ficasse criando um novo produto por semana, disputando com a concorrência os mesmos consumidores ricos e de classe média, e privilegiasse assim produtos mais simples e baratos, que fossem acessíveis a todos os brasileiros. A opção de reestruturação produtiva da indústria brasileira, que de certa forma faz a apologia dos sistemas flexíveis de produção, é absurda, se considerarmos o tipo de necessidades da maioria, extremamente simples (roupa, comida, habitação) e que, em geral, requerem um sistema de produção em massa.

Mas não se pode esperar mercado consumidor interno forte, nem mudança no modelo de desenvolvimento com o atual perfil de renda do País, um dos mais concentrados do mundo. Só para citar um exemplo bastante próximo: a

renda de até dois salários mínimos. Isso representava cerca de 30,3 milhões de pessoas, em 2000 (IBGE, PNAD, 2000). Um simples aumento do salário mínimo a patamares minimamente dignos, portanto, provocaria um efeito imediato e extremamente positivo sobre a produção e o emprego, pois, além de beneficiar diretamente quem recebe o mínimo, teria a vantagem adicional de empurrar toda a escala salarial para cima, forçando assim um reajuste dos salários mais baixos, que remuneram a esmagadora maioria dos trabalhadores brasileiros.

O aumento dos salários reais tem que vir acompanhado de um crescimento da produção dos bens que constituem a cesta básica, pois, do contrário, os reajustes nominais dos salários serão, no momento seguinte, anulados pelos aumentos de preços. Não estamos falando apenas de bens alimentares, mas também de melhor acesso à habitação e à infra-estrutura essencial como energia elétrica, água, transporte, saneamento básico e irrigação. O acesso a estes serviços públicos essenciais deve ser subsi-

deve ser direcionada para este objetivo estratégico. No campo das políticas ativas de emprego os próprios investimentos públicos em projetos de infra-estrutura, mencionados anteriormente, além de atender a população, geram empregos com baixíssimo coeficiente de importações.

No que se refere às chamadas políticas passivas, é indispensável garantir uma renda mínima ao desempregado, durante o período de desemprego. A cobertura do seguro-desemprego deve ser melhorada, pois o tempo médio de desemprego no Brasil está muito acima dos cinco meses garantidos pelo seguro. Deve-se privilegiar também a formação profissional, aumentando, porém, a eficiência e a eficácia da política atual que, em boa parte, oferece uma qualificação que não ajuda a reinserir o trabalhador no mercado.

A história recente do Brasil demonstra que o que gera emprego é o crescimento econômico. Flexibilizar ainda mais o mercado de trabalho é inócuo. O exemplo argentino é definitivo. Este

país, o que mais flexibilizou as leis trabalhistas no continente, amarga mais de 22% de desemprego. É preciso também limitar o uso de horas extras, recurso utilizado abusivamente pelos empregadores no Brasil e que acaba inibindo a geração de novos postos de trabalho.

Do ponto de vista das relações de trabalho, a redução da jornada continua sendo a proposta mais importante para a geração de empregos. O impacto de uma redução da jornada legal de trabalho é diferenciado para os setores da economia, entre outras razões, porque o custo da força de trabalho tem pesos diferentes em cada um deles. Para a indústria química brasileira, por exemplo, seria mais barato absorver uma redução de jornada, pois os salários correspondem a apenas 18% no custo total das empresas. Na indústria mecânica a situação seria diferente, pois os salários chegam a 32% do custo, em média, no Brasil.

## EMPREGO SUBSIDIADO

Em função dessas diferenças, parece razoável a idéia de que alguns setores recebam subsídios para criação ou manutenção de empregos, como ocorre na França. Imaginemos que uma redução da jornada no Brasil em 10%, passando a atual jornada legal para 40 horas (proposta das centrais sindicais brasileiras), implique uma criação de empregos na ordem dos 5%. Se considerarmos o número de trabalhadores no mercado formal de trabalho, em torno de 24 milhões de trabalhadores, a referida redução da jornada geraria 1,2 milhão de empregos. Se cada novo posto de trabalho fosse subsidiado com R\$ 500 mensais, o custo mensal total do programa seria de R\$ 600 milhões.

A questão que se coloca é: o que representa esse valor em relação aos outros gastos públicos e ao seu possível alcance social? Só com os encargos financeiros da União e juros/amortizações foram destinados no Orçamento da União para os primeiros seis meses do ano cerca de R\$ 74 bilhões. Portanto, o gasto com o subsídio ao programa de redução da jornada representaria apenas uma parcela ínfima (talvez 5% em 2003) dos gastos financeiros da União.

Além disso, devem ser considerados os efeitos da inclusão de 1,2 milhão de pessoas na economia sobre a renda e o consumo que, por sua vez, gerariam mais empregos em outros setores. O dinheiro gasto pelo governo com o subsídio seria em boa parte compensado pelo aumento da arrecadação de impostos indiretos e também pela diminuição dos gastos com seguro-desemprego.

A redução da jornada de trabalho deve vir acompanhada de um aumento da produtividade média do trabalho, visto que ela representa, do ponto de vista imediato, um aumento no custo da hora-

fala por si, além da economia de gastos com a previdência social:

- possibilidade de aumento do nível educacional dos trabalhadores, o que beneficia o conjunto da sociedade;

- redução da criminalidade – este é um capítulo à parte no debate sobre redução de jornada, pois, conforme vários estudos, inclusive do Banco Mundial, há uma correlação estreita entre desemprego/pobreza e criminalidade. O custo médio de manutenção de um preso no Brasil é de 3,5 salários mínimos, valor superior à renda da maioria da população brasileira.

© International Labour Organization/Maillard J.



trabalho. No caso do Brasil, o eventual aumento do custo da hora de trabalho seria atenuado pelo fato de que ele está muito abaixo dos países centrais e, inclusive, de vários países semiperiféricos.

Mas os benefícios de uma proposta consistente de redução de jornada vão além da geração de empregos e do aumento da massa salarial. Podemos listar outras vantagens como:

- aumento da qualidade do trabalho;
- aumento da qualidade de vida do trabalhador, com mais tempo livre para o lazer, a família, etc.
- menos acidentes de trabalho, o que

Em resumo, um programa consistente de redução da jornada de trabalho, além de extremamente sensível do ponto de vista social, na medida em que retiraria milhões de brasileiros da pobreza extrema, tenderia a provocar um efeito positivo por toda a economia, o que acabaria por beneficiar direta ou indiretamente toda a sociedade.

---

## JOSÉ ÁLVARO DE LIMA CARDOSO

Economista e supervisor-técnico do Dieese em Santa Catarina

# Embaixador de Cuba no Brasil vem à ilha

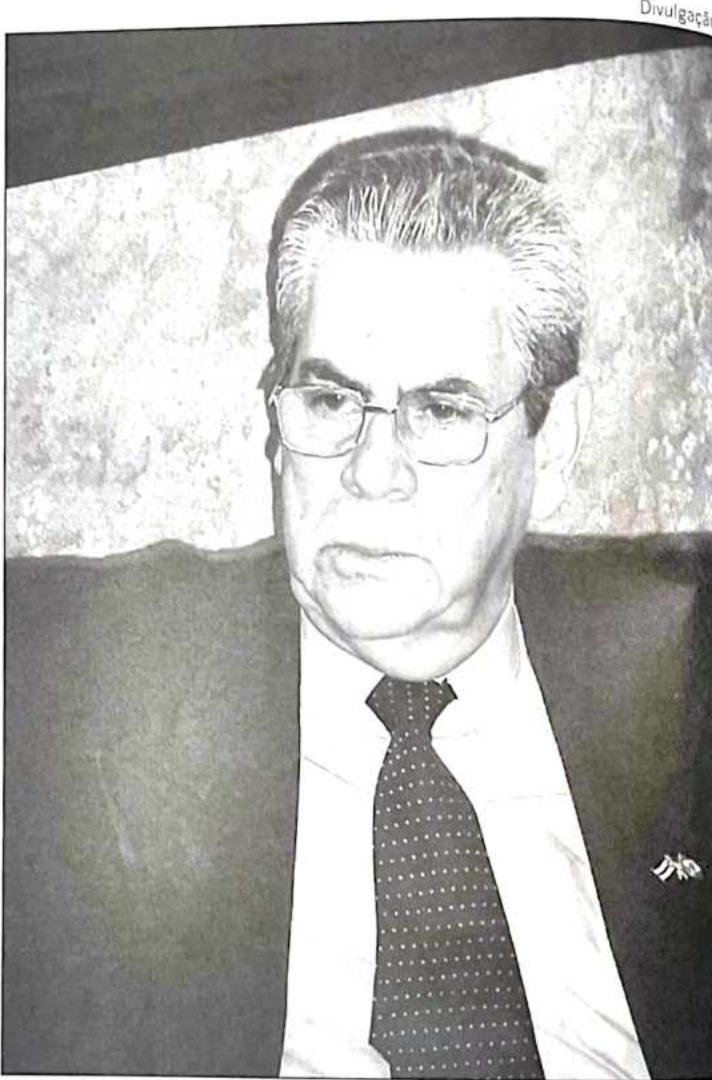
*José Martí: "ser culto é o único modo de ser livre". Assim o objetivo é dotar os jovens de uma cultura completa*

FELIPE LENHART

**F**lorianópolis, dia 8 de setembro, 22h30min. O embaixador de Cuba no Brasil, Jorge Lezcano Pérez, está sentado a uma mesa do bar e restaurante Fratellanza Italiana, no centro da cidade. A sua volta, e em volta de petiscos, cervejas, refrigerantes e caipirinhas, alguns conhecidos e admiradores – cerca de 20 pessoas. O embaixador, vê-se, está cansado, mas segue firme no papo e nas piadas. Este é o fim de um dia corrido. Lá fora está frio, há vento, as ruas estão desertas – segunda-feira. A noite, porém, é agradável. Cabo Damásio, motorista do Palácio do Governo de Santa Catarina, encarregado pelo transporte do embaixador, aguarda Lezcano Pérez. Quando já passa da meia-noite, ele começa a tomar o segundo copo de caipirinha, mais sóbrio do que nunca, mas recua. "Ya basta", garante. E volta a beliscar uma porção de qualquer coisa e reatar uma conversa.

Cinco horas antes, às 19h, no Auditório da Justiça Federal, também no centro, ao lado da Catedral Metropolitana, Jorge Lezcano Pérez proferiu palestra sobre "A situação de Cuba" no mundo de hoje, tempos incertos e inseguros, em um ato de solidariedade a seu país. O evento, organizado pelo comitê regional do jornal Brasil de Fato e pela Associação Cultural José Martí/SC, reuniu um público de 150 espectadores e pôs em contato com Cuba representantes dos movimentos sociais.

Expressaram publicamente a sua solidariedade ao povo cubano e à Revolução Agnor Bicalho Vieira, o Parafuso, repre-



▲ Pérez: trabalhador cubano tem média de nove anos de estudo

sentando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); Kader Othman, do Comitê de Apoio à Palestina (Seção de Florianópolis), e Paulo Ricardo Lorenzi Petry, da Associação Cultural José Martí/RS. Em seguida, o embaixador Lezcano Pérez falou, e sua palestra foi um apanhado geral de como Cuba está econômica e socialmente e o que vem buscando fazer para avançar ainda mais no campo da educação. A todo momento o embaixador se referiu à "Revolução na Educação" (ver box).

## A PALESTRA

Situação geral: a ilha de Cuba continua "enfrentando um bloqueio criminoso que já dura 44 anos e tem causado um prejuízo de mais de 70 bilhões de dólares; enfrentando uma série ameaça de agressão militar por parte dos Estados Unidos, da mesma forma que o fizeram com o Iraque". Está sendo "acusada de ser um país que promove o terrorismo e apóia os terroristas; acusada de participação no narcotráfico; ameaçada de ser atacada se promover a migração incontrolável aos Estados Unidos". Cuba está "submetida a uma ampla e sistemática campanha de calúnias e desinformações" e, além do mais, "enfrentando também medidas desestabilizadoras por parte da União Européia que, sob a liderança da Espanha, se junta aos planos dos Estados Unidos contra Cuba".

Situação econômica: "além de sofrer as consequências das crises mundiais, como todos os demais países, Cuba está afetada também por situações específicas". Por exemplo: "Altos preços do petróleo, baixos preços do açúcar, queda nas vendas do níquel, do suco e do tabaco, queda no número de turistas visitantes, gastos extraordinários devido a fenômenos climáticos (furacões Michelle e Isidore/Lily), campanha contra a dengue em 2002". Entre 1994 e 2001, o crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 4,1%, enquanto o PIB per capita aumentou 3,7%. São números que levam vantagem quando comparados com os do resto do continente que, segundo a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), registrou um decréscimo entre -0,5 e -1,1%". Saúde: "de cada mil nas-

## O que é a "Revolução na Educação" a que o embaixador de Cuba tanto se referiu?

- Universalizar o ensino universitário
- Transformar radicalmente o ensino secundário: o professor em tempo integral
- Levar a tecnologia a todo o sistema educacional, incluindo o primário
- Criar quatro canais de televisão dedicados à cultura e à educação
- Eletrificar todas as escolas do ensino primário
- Introduzir a computação em todas as escolas de ensino primário
- Criar cursos de Computação para todos os professores do ensino primário
- Formar em dez anos 30 mil instrutores de arte. Uma escola em cada província
- Introduzir uma escola de balé em cada escola primária
- Introduzir uma escola de artes plásticas em todas as escolas primárias.
- Introduzir escolas de música em todas as escolas primárias
- Construir bibliotecas populares em todos os municípios, de 400 títulos e 3.000 exemplares
- Formar mais de quatro mil trabalhadores sociais

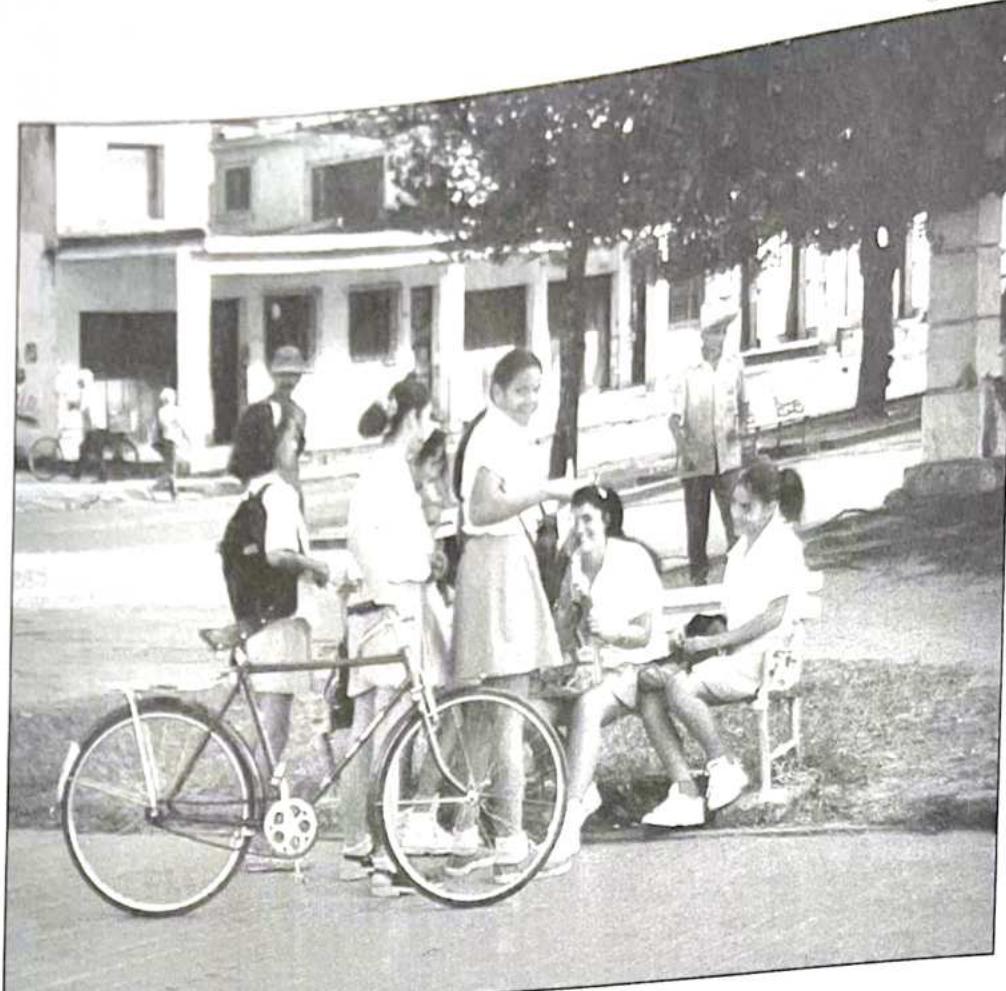
cidos vivo apenas 6,2 morrem antes de completar um ano de vida; a mortalidade materna é de 4,2 para cada 10 mil nascidos vivos; a expectativa de vida é de 76 anos; em Cuba há um médico para cada 165 habitantes; cada cidadão cubano recebe em média 7,2 consultas médicas ao ano; no programa de imunização cada criança recebe 13 vacinas; seis doenças estão erradicadas (poliomielite, difteria, tétano neonatal, rubéola congênita, meningite pós-parto e sarampo); 97,8% da população têm acesso a água potável; 93,6% da população possui cobertura da rede de saneamento básico, e de cada mil habitantes apenas 15,1 têm Sida (AIDS)".

Educação: "praticamente não existem analfabetos, apenas 3,8% da população com mais de 10 anos; os trabalhadores possuem uma média de nove anos de estudo; um em cada sete trabalhadores tem graduação universitária; de cada oito cidadãos, um tem nível médio; de cada 15 cidadãos, um possui nível universitário; 99,1% das crianças de 6 a 11 anos estão na escola; 96,3% das crianças entre 12 e 14 anos estão na escola; 98,2% das crianças de 6 a 14 anos estão na escola, e apenas 1,4% dos estudantes do ensino primário repetem de ano". "Estamos nos propondo a converter nosso povo no mais culto do mundo e nossa sociedade na mais igualitária e justa". "O programa cultural se fundamenta na concepção de José Martí: ser culto é o único modo de ser livre. Assim, o objetivo é dotar todos os jovens de uma

cultura completa".

Solidariedade internacional: "ainda com dificuldades econômicas e tendo que enfrentar os grandes danos que o bloqueio estadunidense causa à economia cubana, Cuba continua prestando solidariedade e oferecendo cooperação desinteressada aos povos irmãos de todos os continentes". "Na Escola Latino-Americana de Ciências Médicas estudam 7.026 estudantes de 24 países, incluindo 52 jovens dos Estados Unidos, 291 do Brasil, de cem grupos étnicos. Na Faculdade de Ciências Médicas de Santiago de Cuba, estudam 491 jovens do Haiti, Mali e Díjibuti". "Em 2002, através do Programa Integral de Saúde, 2.694 colaboradores (médicos e enfermeiras) se encontravam trabalhando gratuitamente em 18 países. Na Escola Internacional de Educação Física e Desporto estudam 951 jovens (35 brasileiros) da África, Ásia, América e Caribe".

No fim da palestra, o embaixador Lezcano Pérez leu o que havia escrito à mão numa das 12 folhas que continham as informações do seu discurso: "Al final, qué es Cuba?" A resposta, que deveria servir de exemplo a todos aqueles que crêem demais em duendes e livre mercado, em fantasmas e taxas de juros, ele mesmo deu: Cuba é "el derecho de los pueblos a construir su propio destino; el derecho de los pueblos pequeños y pobres a ser independiente y soberano; un ejemplo de que otro mundo es posible; una alternativa real".



◀ Alunas da escola de Camaguei: alto nível de integração social e cultural

## O socialismo deve ser aplicado conforme a realidade de cada povo

**Plural** – Que socialismo há hoje em Cuba? É aquele sonhado pela revolução? Está em alguma etapa determinada? Como o senhor explica o socialismo aplicado hoje em Cuba?

**Jorge Lezcano Pérez** – O governo cubano se recusa a fazer uma definição de socialismo em geral. Nós partimos do princípio de que todos os países e povos são diferentes, têm realidades, história, idiossincrasias e características diferentes. Por isso, cada país e cada povo tem que se organizar política e socialmente de acordo com suas realidades, suas necessidades e sua história. Quando falamos de socialismo, estamos falando de um sistema social de justiça, igualdade, solidariedade. De um sistema no qual toda a riqueza que a sociedade produza seja um benefício para todos os cidadãos. De um sistema plenamente solidário, que não deixa em abandono nenhum cidadão, nem sem trabalho, que solucione os seus problemas de saúde. Mas quando falamos de

socialismo, também não estamos só pensando em um sistema que cuida da saúde, educação, esporte, lazer, que cuida da distribuição equitativa da riqueza, de um sistema econômico eficiente e competitivo. Quando falamos em Socialismo, estamos pensando também em termos de soberania, independência, liberdade plena, autodeterminação dos povos. Esta é a concepção que nós temos de Socialismo em Cuba.

Este não é um processo que se guia por livretos e manuais. A idéia central, profunda, muito valiosa, é a dos grandes pensadores do socialismo, Marx, Engels, Lênin. Mas ela não deve ser aplicada rigidamente, de maneira inflexível, e sim aplicada à realidade de cada povo. Essa idéia, nós a temos vinculadas às idéias dos pensadores políticos e sociais que foram grandes na história de Cuba, como José Martí, um profundo pensador político e social, um transformador, um revolucionário íntegro. Foram as idéias de Martí que ins-

piraram Fidel Castro a atacar o quartel Moncada. São as idéias de Martí que estão contidas na Constituição de Cuba, no que trata da dignidade e respeito ao homem, uma pátria para todos. A questão é a filosofia revolucionária da revolução cubana. E, portanto, o socialismo é um processo que se sabe quando começa, mas não quando termina, porque as possibilidades de aperfeiçoamento do sistema e do ser humano são inacabáveis. Por isso é muito difícil dizer que o socialismo em Cuba é isso ou aquilo, está nessa ou naquela etapa.

**Plural** – Qual a opinião do senhor sobre o governo Lula?

**Jorge Lezcano Pérez** – A mim não cabe falar da situação interna do Brasil, muito menos do governo Lula. Quando Lula ganhou as eleições, o governo cubano fez um pronunciamento de satisfação, alegria. O próprio presidente Fidel, quando veio à posse em primei-

ro de janeiro de 2003, e quando perguntado sobre o assunto, externou a expectativa que criava o governo de Lula não só para os brasileiros, mas para toda a América Latina. Há uma expectativa muito grande, e o governo cubano está consciente da situação e das circunstâncias que o Brasil atravessa, que são as mesmas que atravessam todos os países latino-americanos. Temos confiança na sabedoria desse governo e de seus dirigentes, que poderão levar com êxito os projetos que têm pela frente. Há um programa para cumprir, mas é claro que o governo tem uma estratégia para cumprir esse programa. O Brasil é um país amigo, mas não me cabe dizer se o presidente Lula está indo bem ou mal. Penso que este é um assunto de soberania interna dos brasileiros.

O governo dos EUA gosta de dizer que os atos de terrorismo contra seu país são maus, mas quando os atos de terrorismo se cometem contra Cuba, então são bons

pre. Porque o governo dos EUA gosta de dizer que os atos de terrorismo contra seu país são maus, mas quando os atos de terrorismo se cometem contra Cuba, então são bons. E isso nós rechaçamos.

**Plural** – É interessante ouvir isso do senhor, pois no Brasil, por incrível e absurdo que pareça, muitas pessoas comemoraram, aplaudiram aquilo. É confortante saber que os cubanos, um povo tão aviltado, insultado, pelos EUA, foram os primeiros a se manifestarem em solidariedade às vítimas do WTC.

**Jorge Lezcano Pérez** – Depois de 11 de setembro, Cuba assinou os 12 tratados internacionais que apareceram contra o terrorismo. Seria bom você perguntar ao governo dos EUA quantos tratados internacionais contra o terrorismo ele firmou. Há uma coisa que é importante considerar quando se fala de 11 de setembro: é que ainda antes dessa data a situação econômica dos EUA e do mundo era muito ruim. E o 11 de setembro só agravou esse quadro. O turismo mundial, por exemplo, caiu muito. As metas que Cuba se propunha a alcançar nos anos seguintes não puderam ser cumpridas, porque as pessoas têm (tinham menos antes) medo de pegar aviões, se sentem inseguras. Agora, há outra pergunta que deve ser feita: como enfrentar os atos terroristas, como enfrentar o terrorismo? Cuba não compartilha a idéia de combate ao terrorismo que o governo dos EUA vem adotando. Invadir uma nação como o Afeganistão, matar milhares de cidadãos inocentes, agredir uma nação como o Iraque, independente, soberana, por maiores as diferenças que se tenha contra seu governo... Estas são formas de enfrentar o terrorismo de maneira unilateral. Será que esta estratégia não vai gerar mais atos terroristas? Não criará mais homens-bomba? O que está acontecendo hoje, no Iraque, é prova de que a estratégia é errada. Cuba crê que se deve enfrentar o terrorismo em conjunto, numa união de todos os países, com a liderança das Nações Uni-

das, e não de apenas um país que se encarrega de qualificar quem é ou não é terrorista.

**Plural** – Está aí o exemplo do diplomata Sérgio Vieira de Mello.

**Jorge Lezcano Pérez** – Cuba ofereceu condolências ao Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, e reforçou a sua posição de rechaço a todos os atos terroristas. Mas o importante é analisar o que gerou este ato que, lamentavelmente, custou a vida de um brasileiro tão prestigioso e tão querido como Vieira de Mello. Quais foram as causas desse ato terrorista? Contra quem era? Contra Vieira de Mello? Então há causas profundas que o geraram e a que não se tem respostas ainda.

**Plural** – O assunto é Guantánamo. A constituição cubana garante essa parte do território cubano aos EUA. O que Cuba pode fazer para reavê-la?

**Jorge Lezcano Pérez** – Para isso tem que haver um processo de negociação entre o governo cubano e o governo estadunidense. Guantánamo é um elemento de provocação constante, porque ali se assassinaram cidadãos inocentes cubanos. Hoje, porém, há uma situação tranquila. Mas teria que ser um ato voluntário do governo estadunidense de abrir mão de Guantánamo. Caso contrário, é um processo muito complicado, que só pode vir a ser completado quando houver uma melhora na política externa dos EUA a respeito de Cuba. Já propusemos ao governo estadunidense firmar convênios de cooperação contra o narcotráfico, contra o terrorismo, pela defesa do meio ambiente, e os EUA não aceitaram. Assim, continuam o bloqueio, as ações de desestabilização etc. Com essa política externa é muito difícil resolver a questão de Guantánamo.

---

FELIPE LENHART

Jornalista

---



Civis e militares manifestam alegria pelo movimento português conhecido como Revolução dos Cravos, em Lisboa. Foto tirada em 27 de abril de 1974

# Porque a Revolução dos Cravos deixou de ser socialista

*Entrevista com o tenente-coronel Otelo Saraiva de Carvalho, capitão da revolução*

WALDIR JOSÉ RAMPINELLI

**R**esumo: Em meados de 1973, surgiu no interior das Forças Armadas portuguesas o Movimento dos Capitães, cujos objetivos eram, no início, apenas socioprofissionais. Com a Revolução de 25 de Abril de 1974, chefiada pelo agora chamado MFA – Movimento das Forças Armadas –, ocorreu a divisão em três correntes.

Os oficiais moderados, mais próximos dos socialistas, eram, simbolicamente, liderados pelo grupo dos nove (entre eles, o

mentor intelectual do programa do MFA, major Melo Antunes). Os gonçalvistas defendiam o aprofundamento da revolução numa linha terceiro-mundista ou das chamadas “democracias populares” do Leste Europeu e contaram, por algum tempo, com o apoio dos Partido Comunista Português e do Primeiro-Ministro, coronel Vasco Gonçalves. A terceira vertente do MFA era a dos copconistas (do Copcon, Comando Operacional do Continente), liderados por Otelo Saraiva de Carvalho, cuja entrevista, de importância histórico-política inestimável, segue.

**Waldir José Rampinelli<sup>1</sup>**: Uma das grandes causas que motivaram os acontecimentos de Abril/74 foi a guerra colonial. No entanto, dentro do país a hegemonia da burguesia agrária era substituída pela burguesia industrial-financeira. Portugal trocava a África pela Europa. Até que ponto essa burguesia industrial-financeira também buscava a mudança do regime?

**Tenente-coronel Otelo Saraiva de Carvalho**: A grande burguesia industrial-financeira se sentia limitada em um país pequeno como Portugal e, ao mesmo tempo, sufocada pelo regime. Salazar foi sempre um homem voltado para a ruralidade, não acompanhou (ou não quis acompanhar) a evolução dos tempos, e, portanto, impediu o crescimento da indústria portuguesa. Claro que, para os industriais, principalmente aqueles que queriam se afirmar como grandes, mesmo no campo financeiro (o caso Champalimaud é paradigmático), era necessário buscar novas fronteiras de negócios. E a Europa era o campo natural. Preferiam muito mais a integração em uma comunidade européia e voltada para o Ocidente – como os Estados Unidos – do que manter o país sufocado naquele “cinentismo” de uma dualidade ultrapassada.

Sem dúvida havia um certo domínio do poder econômico sobre o político, embora acima de tudo pairasse o ditador Salazar. Na verdade havia uma movimentação por parte da burguesia industrial e financeira.

**Rampinelli** – Mas isso não derrubaria o regime por si só?

**Saraiva** – Podia pressionar o regime. Mas Salazar ia controlando e dominando essa burguesia.

**Rampinelli** – O senhor, durante as movimentações do 25 de Abril, ficou encerrado entre quatro paredes comandando as operações. Em que exato momento sentiu que a vitória estava assegurada e por quê?

**Saraiva** – A partir do momento em que tive conhecimento de que o presidente do Conselho de Ministros<sup>2</sup> – prof. Marcelo Caetano – se havia refugiado com alguns ministros no Quartel do Carmo<sup>3</sup>, que era o Comando Geral da Guarda Nacional Re-

publicana (GNR). Eu não esperava que ele fosse para lá. Havia esta hipótese, no entanto ela era remota.

Na verdade, pensava que ele fosse para Monsanto, onde há uma unidade da Força Aérea, sobre uma colina que domina Lisboa, já que dali ele poderia resistir melhor e até buscar uma fuga aérea. Mas por se sentir perto da Polícia Política<sup>4</sup> foi metido naquela armadilha do quartel do Comando Geral da GNR. Quando eu tive certeza, através de nossos meios de escuta, de que ele se encontrava ali, eu sabia que ele estava perdido.

Então mandei a coluna de blindados do capitão Salgueiro Maia avançar e cercar o quartel do Carmo. Sabia que havia uma coluna da GNR que estava fora e que poderia eventualmente cercar a nossa. Mas, ao ocupar por primeiro os arredores do quartel do Carmo, era difícil que uma outra força dele se aproximasse.

Portanto, no exato momento em que soube que Marcelo Caetano estava refugiado no quartel do GNR do Carmo, tinha certeza de que eles estavam perdidos.

**Rampinelli** – O golpe de Estado se transformou em um processo revolucionário para logo depois voltar a ser uma revolução burguesa. Que fatores internos e externos possibilitaram que isso acontecesse?

**Saraiva** – Os princípios do programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), anunciado ao país em 26 de abril de 1974, apontavam para a revolução burguesa. A origem de classe dos oficiais que formavam o MFA (o MFA, que estava presente nas três armas, constituía 17% de oficiais, não mais) era, na sua maioria, proletária, mas muito deles já tinham passado para a classe burguesa.

Logicamente que, ao derrubar um regime ditatorial de direita e fascista, a tendência nunca seria para uma revolução socialista, mas burguesa. Foi de fato o que aconteceu e estava expresso no próprio programa político do MFA. Tentava-se destruir os mecanismos de uma ditadura fascista, salazarista e continuada por Marcelo Caetano para substitui-la por uma democracia de tipo ocidental, burguesa, parlamentarista, pluripartidária etc.

O que sucedeu mais tarde foi um retrocesso. A generalidade dos oficiais que constituíam o MFA, posteriormente com a adesão de outros milhares que não tinham participado ativamente do 25 de Abril, mas que estavam integrados às Forças Armadas, todos eles aderiram ao espírito democrático-burguês.

Quando o processo entra no estado evolutivo que pode apontar para uma revolução socialista, levando os trabalhadores ao poder, isso assusta enormemente a classe média portuguesa, toda a burguesia e, consequentemente, os próprios oficiais que tinham feito o 25 de Abril. Estes eram progressistas, mas não revolucionários ao ponto de buscar um suicídio em termos profissionais.

Por isso foi levada a efeito uma concertação – com mais de 90% dos oficiais que constituíam as Forças Armadas – no sentido de travar o processo evolutivo de uma revolução socialista para fazê-lo voltar ao que chamaram de *regresso à pureza inicial do 25 de Abril*, expresso no programa do MFA.

Por sua vez, o mundo ocidental não tinha o menor interesse em um foco de revolução socialista em Portugal. Isso porque, sendo Portugal um país pequeno, poderia alastrar a chama revolucionária como um incêndio por toda a Europa, apaixonando os trabalhadores nos demais países e gerando conflitos sociais gravíssimos. Por isso os governos de toda a Europa ocidental, juntamente com os Estados Unidos, não interessados no sucesso de uma revolução socialista, procuraram travá-la.

Assim, enviaram para Portugal, em janeiro de 1975, em substituição ao embaixador estadunidense Stuart Scott, o senhor Frank Carlucci. Jovem ainda e que havia estado no Brasil por ocasião do golpe de 1964, tinha experiência de como travar um processo revolucionário. Por isso, quando Carlucci põe os pés em Portugal, começa a desenvolver uma missão – felizmente para os portugueses e Portugal acabou sendo não a tarefa catástrofica que havia sido delineada pelo secretário de Estado Henry Kissinger, que planejava a destruição de nossa economia para que o país se transformasse na vacina da Europa contra o Socialismo – que consistia na idéia de que a união de algu-

mas forças conjugadas poderia levar a um processo de democracia ocidental burguesa.

E então Carlucci serviu-se dessas forças. Tais forças foram essencialmente o Partido Socialista, com o Dr. Mário Soares, e os militares, com o grupo dos nove – nove camaradas das Forças Armadas que integravam o Conselho da Revolução, que fizeram com que germinasse no interior das Forças Armadas um movimento que acabou travando a revolução socialista, pondo-a nos caminhos da revolução burguesa.

Rampinelli – E qual era o plano específico de Kissinger para Portugal?

Saraiva – Houve um plano específico. Nessa altura, o ditador Francisco Franco ainda estava vivo e foi utilizado nessa travagem. Mário Soares também aderiu a esse processo, já que seu projeto era o de um socialismo democrático dentro de uma perspectiva de democracia burguesa ocidental. Aliás, tornou-se muito amigo de Carlucci, e este se serviu politicamente de Soares para essa travagem da revolução, como também da parte moderada do MFA. Isso se deu graças a um plano militar preparado por um grupo de excelentes oficiais, liderados pelo tenente-coronel Ramalho Eanes, que logo a seguir foi eleito presidente da República, o que aconteceu em 25 de abril de 1976.

Buscou-se um pretexto para que não se acusasse o grupo dos nove de haver estrangulado a revolução popular, e esse mesmo grupo, com o apoio do Partido Socialista, pôs fim aos avanços revolucionários. Não se fez resistência a isso, pois não se estava preparado para tal.

Rampinelli – Os capitães – Movimento das Forças Armadas (MFA) – comandaram todo o processo da derrubada de um Estado autoritário que durara quase 50 anos. Como se explica que, depois de todo o trabalho feito, se permitisse que o general António de Spínola, que representava a hierarquia das Forças Armadas e os conservadores de modo geral, tomasse conta do processo? Ingenuidade, espírito de hierarquização, falta de estratégia política?

Saraiva – O general António de Spínola

## Otelo Saraiva de Carvalho

Foi um dos capitães do Movimento das Forças Armadas de Abril de 1974, teve uma participação proeminente na queda do regime ditatorial português. Com o codinome de Óscar comandou, desde um centro de operação clandestino, todo o desenrolar da ação militar, tornando-se posteriormente governador militar de Lisboa. É autor de *Alvorada em abril*.

teve sempre como meta atingir a presidência da República. E todo o caminho que percorreu, como militar, é para isso. Esteve em Angola, em 1961 ou 1962, onde se tornou notável como chefe militar em combate. Ganhou, portanto, prestígio na guerra e fez propaganda de sua ação como chefe militar. Regressa a Portugal e posteriormente vai cumprir novas funções, já na condição de general de duas estrelas, como comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné, acumulando o cargo de governador-geral.

Durante cinco anos, embora tenha mandato de seis, rodeia-se de um grupo de excelentes oficiais das Forças Armadas – sobretudo do exército –, e o seu quartel-general é todo constituído por pessoas de elite. Cria um staff que vai torná-lo uma figura lendária em Portugal. Desse modo grangeia um enorme prestígio como chefe militar e vai ganhar uma dimensão muito grande de como político.

Na condição de governador-geral ele adota os congressos do povo da Guiné, dos quais aparentemente vão resultar enormes benefícios para a população. Toda a sua estratégia durante os cinco anos de Guiné é a de ganhar um prestígio incontrolável para conseguir a presidência da República.

Quando ele veio a Portugal passar férias, em agosto de 73, a situação militar na Guiné estava muito má. A guerra estava praticamente perdida pelas Forças Armadas portuguesas. E o general Spínola não aceitava isso, já que dentro da estratégia delineada não poderia ficar mais um ano por lá e ter de aceitar a derrota como chefe militar após cinco anos brilhantes.

Nesse momento, Marcelo Caetano teve uma enorme dificuldade de ajustar um posto para o Spínola. Então promoveu-o a general de quatro estrelas e criou funções de vice-chefe geral do Estado Maior das Forças Armadas. Não contente com isso, Spínola quis afirmar-se politicamente para cativar a oposição portuguesa. Então publicou, em fevereiro de 74, um livro chamado *Portugal e o futuro*. O livro apresentava uma tese, ultrapassada já naquela altura, de que dentro do espírito da portugalidade, ou seja, do mundo que fala português, avançava uma proposta tipo do Commonwealth à portuguesa. Desse modo, o chefe de Estado seria o presidente da República portuguesa, e todos os demais Estados seriam independentes com seus governos próprios e eleitos. No entanto, os comandantes dos movimentos de libertação – MPLA em Angola, PAIGC na Guiné e outros – já exigiam a independência total.

Spínola, ao defender essa tese, afrontou o governo fascista de Marcelo Caetano, que já vinha da época de Salazar com a idéia do império, no qual a situação de Portugal não poderia ser discutida. Era assim, e ponto final. A guerra precisava continuar, já que fazia parte integrante da política colonial, embora Salazar, a partir de 1961, adotasse a estratégia de um povoamento e desenvolvimento das colônias para mantê-las, depois de séculos entregues a um certo torpor. Tanto que o desenvolvimento econômico em Angola crescia em média 6% na década de 70.

Spínola, nesse seu livro, afrontava o governo, pois apresentava uma outra saída. Marcelo Caetano não teve outra saída senão exonerá-lo da condição de vice-chefe geral do Estado Maior das Forças Armadas, como também demitir o chefe geral das Forças Armadas – general Costa Gomes –, que havia dado cobertura à publicação do livro.

A partir daí originou-se a terceira fase do movimento dos oficiais das Forças Armadas.

Rampinelli – Vinte e sete anos depois de abril de 1975, qual é sua avaliação do movimento dos capitães? Não há uma grande frustração pelos desvios dos objetivos iniciais do MFA?

**Saraiva** – Eu tenho, a posteriori, uma visão clara e serena dos acontecimentos. No dia 24 de abril de 1974, havia aderido ao programa político do MFA. Colocava-me na categoria dos progressistas, mas percebia logo que não havia possibilidade de uma revolução socialista. O que vai alterar as minhas convicções é exatamente o processo revolucionário, dominado em grande parte por pessoas de partidos, quer do comunista, quer de movimentos de esquerda e da própria esquerda do Partido Comunista, que galvanizaram as massas populares perdedoras e lhes deram motivo para uma luta que elas começaram a desenvolver.

Então surgiram líderes de trabalhadores e populares que fizeram um grande trabalho, mas também muita asneira. As coisas magníficas feitas por eles passaram a idéia de que seria possível sair de uma revolução burguesa para uma socialista. Aqueles militares de esquerda que não se viam no Partido Socialista haviam se ligado ao Partido Comunista.

A mim, particularmente, não interessava uma sociedade com um partido único, acima do Estado. Mas sim uma sociedade mais livre, onde os trabalhadores tivessem voz ativa através de seus organismos populares de base. Tipo a Revolução Russa de 1917, com os conselhos operários, com assembléias para discutir os problemas da comunidade. Desse modo se poderia chegar a uma Assembléia Nacional Popular da qual saísse o governo. Era de fato a perspectiva da construção pelo MFA e pelas Forças Armadas de uma democracia direta, a que eu chamei de *poder popular*.

Quando as Forças Armadas recuaram e os objetivos iniciais do movimento político do MFA se esvaneceram, perdeu-se a possibilidade única de aproveitarmos aquele momento histórico para irmos muito mais longe na construção de uma democracia participativa, efetiva. Enfim, uma democracia melhor do que esta na qual nos encontramos.

A minha frustração reside apenas nisto: em considerar que tivemos nas mãos a possibilidade de criar um modelo novo de regime, um novo tipo de sociedade em que houvesse menos hipocrisia, menos violência, menos materialismo, menos dinheiro, mais fraternidade; em que o ní-

vel das populações pudesse aumentar e as grandes decisões políticas viessem da base para o topo.

Tudo isso não foi possível por causa das contingências do mundo e do domínio do Ocidente, e tivemos que ficar neste cinzentismo da revolução. Na verdade, a revolução nos trouxe valores que estão aí, como a liberdade, a dignidade, a representação dos trabalhadores etc.

**Rampinelli** – Quando se deram os acontecimentos de 25 de abril de 1974, obviamente que se pensou no reconhecimento internacional do movimento. E o que se pensou em termos de Brasil, já que vivíamos ainda em uma ditadura, que começava a dar os primeiros sinais de democratização – como dizia o general-presidente Ernesto Geisel, uma abertura lenta, gradual e segura? **Saraiva** – Tivemos uma preocupação com o Brasil, sobretudo devido a uma grande massa de portugueses radicados no Brasil, onde tinham feito toda a sua vida. O mesmo aconteceu com o arquipélago dos Açores, já que o conservadorismo, juntamente com o catolicismo – como também na Madeira – aqui possibilitaria o surgimento dos independentistas.

Mas nós tínhamos necessidade do imediato reconhecimento internacional da revolução. Por isso foram escolhidos para a Junta de Salvação Nacional elementos do antigo regime. Já que os capitães de abril tomaram o poder, por que não formaram eles a Junta de Salvação Nacional? Na realidade, nós sabíamos que, se integrássemos essa junta, o país se perguntaria: “quem são estes jovens?” Tais jovens seriam ótimos como revolucionários, mas para as posições políticas pensantes não. Isto seria motivo de boicote por parte de todo o mundo ocidental.

A nossa perspectiva era a de criar uma rápida saída para a independência das antigas colônias e ao mesmo tempo manter o seu apoio, já que necessitávamos de suas matérias-primas. Ao deixarmos essas colônias seguirem o seu caminho, tínhamos que nos integrar em outro espaço político estratégico, que era a Europa. Ora, para ter o apoio da Europa, à qual queríamos integrar o nosso país, precisávamos do reconhecimento imediato do mundo ocidental e dos Estados Unidos.

Por isso fomos buscar esses generais que deram confiança ao mundo ocidental. Assim não apareceríamos como um país em que persistia um terceiro-mundismo e onde os capitães queriam ser generais, e desse modo aceitamos dois desses generais, com muito prestígio, que foram o António Spínola e o Costa Gomes.

No entanto, como Spínola tinha uma ambição de poder muito grande, nós fomos travando essa ânsia, até que em 28 de setembro de 1974 ele renunciou à Presidência. Restou o Costa Gomes, um homem sem a ambição da Presidência, levando até o fim a sua missão.

Muitos pensam que o general Spínola foi o chefe da revolução. Na verdade, ele foi chamado por nós porque precisávamos dele para prestigiar a revolução e levar o mundo ocidental a reconhecer o mais rapidamente possível o novo governo.

## Notas

- 1 Entrevista concedida a Waldir José Rampinelli no escritório do tenente-coronel Otelo Saraiva de Carvalho, em Lisboa, no dia 26 de junho de 2001. A transcrição e as notas explicativas são do entrevistador. Em 2004, a Revolução dos Cravos completa trinta anos. Congressos, simpósios e conferências internacionais devem marcar o aniversário da queda da longeva ditadura salazarista e, ao mesmo tempo, da tentativa de uma saída socialista em plena Europa. Portanto, um tema palpitante para os estudiosos da Ciência Política.
- 2 Cargo criado pela Constituição de 1933 e que corresponde à função de primeiro-ministro no regime parlamentarista. No entanto, Oliveira Salazar havia transformado essa posição de mando em um verdadeiro poder ditatorial.
- 3 Esse quartel está no centro de Lisboa, com poucas possibilidades de saída, em caso de emergência.
- 4 A sede geral da Polícia Política, conhecida por Pide (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), ficava nas cercanias do Quartel do Carmo. Além de muito conhecida por sua violência e maus-tratos aos opositores do regime, ela dispunha de um grande arsenal.

---

WALDIR JOSÉ RAMPINELLI

Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina

# Governo Lula é uma lamentável continuação do governo FHC

Se o atual curso da política econômica estender-se até 2004, o governo Lula estará perdido irremediavelmente, diz Ricardo Antunes, da Unicamp

OSCAR DE PAULA



Zé Dassilva

**E**m outubro de 2002, o especialista em Sociologia do Trabalho e professor da Universidade de Campinas (Unicamp), Ricardo Antunes, deu uma entrevista ao jornal *Cidadania*, editado então por um pool de sindicatos, no qual se incluía a Associação dos Professores da UFSC (Apufsc). Antunes, entre outras afirmações, disse que o endividamento do País, adicionado à crise da Previdência Social, criaria uma situação de muitas dificuldades para um eventual governo do PT. Nesta edição da revista *Plural* procurou-se ouvi-lo no sentido das reiterações ou dos equívocos de suas afirmações anteriores, agora que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva termina seu primeiro ano.

O sr. dizia em outubro de 2002 que o endividamento do País nos últimos dez anos, adicionado à crise da Previdência Social, criaria uma situação de muitas dificuldades para um eventual governo do PT. Hoje, diante do quadro político e econômico do governo Lula, marcado sobretudo pelo desemprego e as reformas da Previdência e Tributária, o sr. acrescentaria algo mais? Eu diria que aquele quadro que configurou a entrevista que dei em 2002 está correto em suas linhas gerais. Isso está evidente no enorme endividamento interno e externo, além da chamada crise fiscal do Estado, que é muito grande. Diante disso, seria necessário iniciar um processo de desmontagem dentro dessa situação de dependência profunda em relação aos capitais financeiros, numa outra ótica, diferente daque-

la que está sendo processada pelo governo Lula, de total subserviência ao capital financeiro, numa lamentável ampliação do governo FHC.

A verdade é que o governo, até aqui, não tomou medidas no sentido de enfrentar o mecanismo econômico, financeiro e fiscal destrutivo do trabalho, ou de incentivar as forças sociais do trabalho. No entanto, ele tomou medidas para tornar-se ainda mais confiável ao esquema político-financeiro tradicional. Não existe cópia mais fiel de política econômico-financeira do governo FHC do que os procedimentos de Antônio Palocci nessa área.

Na questão da Previdência, a surpresa completa foi a mesma política tentada por FHC em privatizar o sistema previdenciário, sob o falso pretexto de satanizar o funcionalismo público, como se ele fosse o inimigo do País, quando o seu inimigo é o sistema financeiro internacional. E o Lula, cedendo a uma ingerência internacional muito forte, implementa uma reforma da Previdência que é privatista e incentiva a implantação do sistema de Fundos de Pensão, e precariza um contingente muito importante da classe trabalhadora, que são os assalariados das empresas públicas.

É triste constatar que em um ano de governo Lula a renda anual do trabalhador brasileiro caiu, em média, 16%, ou seja, que a renda da classe trabalhadora brasileira, que já é muito empobrecida, diminui a cada mês. E o desemprego só tende a aumentar. É evidente que essa política econômica está trazendo benefícios apenas ao setor financeiro, nunca ao setor produtivo, porque o capital produtivo já percebeu que o País está bastante paralisado para arriscar-se a investir.

E, na medida em que os investimentos estão paralisados, inclusive no setor automobilístico, o desemprego se amplia, ameaça inclusive a quebra de contratos de emprego até 2005/06, assinados pelas empresas com os sindicatos da categoria. A situação nesse setor é bastante crítica, pois não há emprego, portanto salário para a aquisição de veículos.

E, no plano da reforma agrária, ainda que o governo Lula esteja sinalizando que vai implementá-la, há uma redução dos recursos para essa área. Embora já esteja

evidente que, quanto mais esta política econômica é implementada, menos recursos haverá para as chamadas áreas sociais. E, claro, isso vai levar a uma explosão do fosso existente entre uma massa de trabalhadores, homens e mulheres precarizados, que vivem próximos dos níveis de miserabilidade.

E aqueles setores que estão ligados ao mundo financeiro e especulativo continuam felizes com a generosidade desse governo "petista", de taxas altíssimas de juros. Dias atrás, um representante do FMI comentava que essa política de superávits e de arrocho fiscal deve ser mantida pelo governo do petista até meados do ano vem, para depois o País começar a crescer. Sob todos os pontos de vista trata-se de uma ingerência inaceitável. Se este curso da política econômica do PT estender-se até o ano que vem, o governo Lula estará perdido irremediavelmente.

Porque depois não haverá tempo para recuperar tanta mazela, tanta precarização e tanta desertificação social. E não tendo tempo para fazer isso, não é difícil, como qualquer analista poderá perceber, que a direita já se está preparando para voltar daqui a quatro anos, ávida para pegar o poder e retomar, digamos assim, agora com a cara da direita, a mesma política econômica do governo Lula. Esta é uma triste constatação, a de que mudam os nomes dos governantes, mas não as suas políticas retrógradas.

**Mas até lá a resistência da saúde financeira do País já terá se exaurido por completo, concorda?**

Sem dúvida, este é o problema, pois na medida em que a atual política prioriza uma racionalidade fiscalista e financeira dentro da política econômica, ela acaba não só minando a força produtiva do País, como vai gerar um nível de descontentamento social jamais visto. Eu me lembro de haver dito ao jornal *Cidadania* e escrito artigos a respeito que é evidente que a população que votou no Lula, dando-lhe 53 milhões de votos, deu um tempo ao governo, pois reconhece que o PT "pegou a casa muito desarrumada".

**Acha que este tempo já chegou ao seu limite?**

O limite de um governo mudar as coisas, ou redirecioná-las, é no seu primeiro ano. Sobram, portanto, três anos para o governo; uma vez que a casa esteja arrumada e reestruturada, sobram três anos para o governo torná-la habitável. O problema, no entanto, é que neste atual período em curso do governo Lula, as medidas tomadas não sinalizam uma arrumação da casa, mas sinalizam uma arrumação continuista da casa completamente desarrumada, o que significa que é uma arrumação em cima de uma construção completamente equivocada.

É claro que, em dado momento, a casa desmorona. A idéia que o governo tem a respeito da confiança dos capitais financeiros internacionais é completamente equivocada. Na primeira turbulência que tivermos, quando o epicentro da crise voltar novamente e passar perto do Brasil, vai voltar a mesma desconfiança que os capitais tinham antes de o Lula ser eleito. Todas essas concessões que estão sendo feitas não ganham a confiança duradoura do sistema financeiro internacional; e o que é ainda pior, solapam, fazem desmoronar a base real e histórica do PT. E qual é essa base? São os assalariados do mundo industrial, do mundo público, os trabalhadores do campo. Essas são as três pontas fundamentais que sustentaram na base os 20 anos que marcaram o Partido dos Trabalhadores.

**O sr. diz "sustentaram"...?**

Sim, porque é evidente que o funcionalismo público sustentou os ideais do partido até antes da aprovação dessa reforma privatista da Previdência, o que podemos chamar provocativamente de capitalismo sindical financeiro no Brasil. O fundo de pensão, uma vez instalado aqui, vai desvirtuar uma parcela importante do sindicalismo brasileiro, que vai se tornar investidor sindical financeiro. Em vez desses sindicatos lutarem pelos direitos dos trabalhadores, eles vão ser na verdade grandes gestores de fundos de pensão. Ou os sindicatos defendem em profundidade os interesses de seus associados, ou vão se tornar gestores de fundos de pensão.

**Algo parecido assim com o que, por exemplo, ocorre no Chile etc.?**

Algo que ocorre na Europa e nos EUA. No Chile eu não posso dizer com que profundidade esse processo se desenvolveu. Esses fundos de pensão quebram com muita freqüência, como recentemente nos EUA, na Argentina e mesmo no Brasil. Nesse sentido, a reforma da Previdência no Brasil é tristemente emblemática, porque ela destroça a *res publica* no País, que é um pequeno espaço de dignidade que os assalariados pobres têm no Brasil. Porque: onde é que estudam os assalariados pobres no Brasil? Na escola pública; que hospitais os assalariados e suas famílias procuram, se não os hospitais públicos? E de que estas instituições dependem para sobreviver? Da Previdência pública.

Tudo isso sendo desmontado, pergunto: onde é o centro do pensamento reflexivo-critico neste país nos campos da técnica, da tecnologia, da ciência e da reflexão política? É na universidade pública. Se você destrói sua estabilidade, se você destrói a carreira de seu funcionalismo, se você força que o assalariado vá para o mundo privado, em vez de optar pelo mundo público, e se você estabelece normas privadas dentro do Estado, você vai corroer, por dentro, o sistema público.

Diz Richard Sennett, um cientista social, que publicou um livro no Brasil chamado *A corrosão do caráter* (Editora Record), que no mundo público privatizado, onde o tempo não existe e tudo é quase virtual, onde a perspectiva do amanhã quase não se coloca, o máximo que os trabalhadores sabem é que têm emprego hoje, mas não sabem se amanhã estarão empregados. Isso leva a um processo de corrosão do caráter.

O que nós estamos assistindo é aquilo que chamo de a "reforma da imprevidência", é o processo de privatização da *res publica*, quando nós esperávamos de um governo do PT uma publicização maior do Estado brasileiro, que no governo Fernando Henrique foi profundamente privatizado. E nós estamos vendo a repetição, não sei se como farsa ou tragédia, daquilo que dizia FHC: "Vamos privatizar o País, que assim teremos recursos para a educação e a saúde".

O País foi quase todo privatizado, e o dinheiro foi todo para o sistema finan-



ceiro das dívidas interna e externa. Os juros corroem quase todo o sistema produtivo. Agora, o governo Lula diz que, desmontando a Previdência pública, "teremos um país mais justo". Não é verdade, nós não teremos um país mais justo, porque essa reforma da Previdência não tem uma vírgula favorável à incorporação dos mais de 40 milhões de brasileiros que labutam no mercado da informalidade do trabalho.

É tão escandaloso que enviaram um artigo de última hora que introduz uma lei complementar que vai ter de cuidar dos 40 milhões de pessoas que, fora do mercado formal de trabalho, não contribuem para a Previdência. Com relação a isso, essa reforma de Lula não faz nada. Para quem se lembra, o governo FHC estampou na sua fisionomia a marca do que seria seu governo em 1995, quando enfrentou brutalmente a greve dos petroleiros. Também Margaret Thatcher deixou claro, em 1993/94, para quem não tinha essa clareza, na greve dos trabalhadores ingleses, a残酷za das demissões e do desemprego, ou seja, a marca registrada do neoliberalismo.

O governo Lula poderá estar definitivamente maculado, porque nos seus primeiros meses de governo sequer escolheu a tão esperada reforma agrária como meta prioritária – o que não quer dizer que não haverá aqui ou acolá recuperações, até é o que se espera, com muita pressão social. Isso pelo fato de que, no seu primeiro mês de governo, ele não elegera a reforma agrária como prioritária,

não alterou a política econômica no sentido de incluir os trabalhadores informais e precarizados, não procurou compensar o fluxo de recursos que sai do País para o sistema financeiro internacional.

Ele não escolheu nenhuma dessas beldades. Ele não escolheu, digamos assim, uma reforma política que democratizasse mais o País, ele aceitou uma ingênuica interna do FMI que ajuda a destruir a dimensão de dignidade que o serviço público ainda presta ao país.

O sr. acha que esse projeto do governo Lula já estava delineado antes de ele se eleger?

Essa é uma discussão longa também. Mas, digamos assim, o PT, nos anos 80 teve uma vida marcante no processo político e social do País. E, nos anos 90, o país, assim como a América Latina, viveu uma tempestade social e política. Vieram o neoliberalismo, a reestruturação produtiva, o fim do Leste Europeu, tudo isso acarretou uma tempestade social e política. Então, duas coisas básicas ocorreram: o Brasil acelerou o seu processo de financeirização do capitalismo e o de flexibilização, ou precarização da força de trabalho.

É evidente que, nos anos 90, o PT não passou imune por essa década, mas teve um papel importante de resistência ao neoliberalismo. Nos anos 80, o partido institucionalizou-se – o que, no meu entender, foi negativo, mas estabeleceu uma resistência política e intelectual contra o neoliberalismo. Quando vieram as eleições de 2002, o partido era um pouco herança dessas duas décadas anteriores. Em especial na década de 90, que foi muito dura para os trabalhadores.

Ele já tinha se convertido, em grande medida, ao pacto da ordem. O que é novo no meu entender, é a intensidade com que ele se volta contra alguns dos interesses fundamentais do País. E o risco é muito grande, porque a próxima reforma, além da tributária, é a trabalhista. Aí o PT vai enfrentar o conjunto da classe trabalhadora. E a saída será: ou ele avançará nos direitos do trabalho, ou precarizará ainda mais esses direitos. Aí então, o partido vai comprar uma briga, não só com o funcionalismo público, cuja situação já é de conflagração, mas também

com os trabalhadores do universo privado. Então, a coisa ficará mais difícil para este governo.

Por ocasião de sua última entrevista ao *Cidadania*, o sr. afirmou que o próximo governo enfrentaria uma situação muito difícil, com um cenário de muito desemprego, que poderia crescer ou diminuir, conforme sua política para a área. A que ponto o governo Lula chegou nesse limite?

O que temos neste primeiro ano de governo é que o receituário da política econômica foi rigorosamente o mesmo. E o que vem acontecendo? As mazelas sociais já estão se intensificando. O PT nos diz que isso é provisório, e tudo vai mudar. O problema é que estamos nos atormentando no pântano, e depois não vamos conseguir sair dele.

O sr. também afirmou, naquela entrevista, que para enfrentar o FMI, o PT deveria ter a coragem de dizer: "agora nossas políticas socioeconômicas vão mudar". Há sinais hoje de que isso esteja ocorrendo?

Nesse capítulo é triste dizer que, ao contrário, o governo Lula não fez nada até agora, apenas trombeteou que agora se começaria a discutir o próximo acordo com o FMI, que poderá haver ou não. Mas vamos ver como será a postura dele nos próximos meses quanto ao Fundo. Mas vou dar um exemplo próximo a nós, que é o da Argentina de Néstor Kirchner, que não tem um passado de lutas sociais, não

foi um candidato de oposição, não era alguém que tinha 20 ou 30 anos de experiência no sindicalismo crítico e está tomando medidas claras contra o FMI, dizendo: vocês erraram, agora não vamos mais aceitar o receituário que vocês impuseram à Argentina.

E o FMI teve de conversar com o governo Kirchner, sabendo que agora a toda não é mais a mesma. Eu não tenho nenhuma ilusão: o que o governo Kirchner está fazendo agora era o que o governo Lula devia estar fazendo desde o seu primeiro dia de governo. E Lula não fez nada até agora, porque, entre outras coisas, faltou-lhe coragem política. Se o governo do PT continuar com essa política nos próximos anos, o partido estará completamente aniquilado, prisioneiro do sistema financeiro, dessa engrenagem destrutiva do mercado.

A alternativa com que o governo Lula estará jogando, e esse é um segundo erro grave, é a reforma da Previdência, que passou agora no Senado. Vamos privatizar muitos recursos de todo o funcionalismo público, nascendo assim um sistema de fundos de pensão, que vai recolher muito dinheiro da população economicamente ativa do Brasil que trabalha. Esse dinheiro vai servir de poupança para alavancar o que, mitologicamente, chamou-se nos EUA de um sindicalismo financeiro. Só que não somos os Estados Unidos, e não cabe a um governo de esquerda alavancar o desenvolvimento com base no sistema financeiro do País.

O desenvolvimento que devia ser feito aqui deveria ser um desenvolvimento profundamente alavancado na potência constituída pela força de trabalho no Brasil, aumentando os salários, diminuindo a política de superexploração do trabalho, de forma que trabalhadores e trabalhadoras tivessem acesso ao consumo popular, comendo, morando e vestindo-se com dignidade.

No Brasil, há cerca de 80 milhões de trabalhadores disponíveis; o governo de Lula devia lhes dar trabalho, criar um sistema radical de produção e distribuição de bens. Olhemos a questão da reforma agrária. Dispomos de uma enorme população que devia estar produzindo no campo. Mas não, continuamos a tolerar um sistema concentra-

dor de terras, além de improdutivo; e, quando produtivo, é para exportação, para o agrobusiness; quando, com a reforma, podíamos ter no campo uma fonte de consumo, com assalariados que pudessem produzir alimentos que barateassem o custo de vida tanto da população rural como da cidade.

Mas nada está sendo feito neste sentido. É isso que nos assusta no governo do PT.

**E quanto à possibilidade de o governo aumentar o salário mínimo?**

O aumento que houve no primeiro ano de governo é pífio; no entanto, estão encontrando espaço para cortar recursos em todas as áreas: nas áreas da saúde, Previdência e hospitalar. Se estão conseguindo assim tantos cortes orçamentários para pagar a dívida externa, a situação que se coloca é a de uma mudança radical de política econômica. Apesar do corte que houve, a taxa de juros do País continua sendo a mais alta do mundo. Essa redução não é uma questão de bravata de esquerda. É evidente que políticas desse tipo envolve uma questão de confronto com o sistema financeiro. Mas a questão que se coloca, para um governo de esquerda, é o resgate da dignidade do País e da sua população trabalhadora. O governo Lula, em seu primeiro ano, está perdendo a oportunidade de articular um bloco na América Latina com a Argentina, com a Venezuela, o Equador, com Cuba, porque o governo Lula está sendo o mais tímido deles, só comparável com o governo equatoriano, que está completamente atrelado ao sistema financeiro internacional.

O governo Lula, pela força social de que dispõe, com seus 53 milhões de votos, devia estar liderando esse processo de resistência na América Latina, em particular junto com a Venezuela e a Argentina, sem falarmos de Cuba, naturalmente, que continua a resistir à dominação do império estadunidense nestes 50 anos.

---

**OSCAR DE PAULA**

Jornalista



UTOPIA

# Economia solidária: atualização e reforço da (des) ordem neoliberal

CLARILTON RIBAS  
LUIZ CARLOS PINHEIRO MACHADO

Arquivo MST/Douglas M.



▲  
*Cooperativa Cooperunião, Dionísio  
Cerqueira, SC*

**T**rês temas dividem o debate político brasileiro contemporâneo (entre outros):  
a) o imenso fracasso do Neoliberalismo, em rigorosamente todos os recantos do planeta onde foi implementado<sup>1</sup>;  
b) a firme determinação demonstrada pelo atual governo brasileiro em dar-lhe continuidade e aprofundamento<sup>2</sup>;  
c) a proliferação de campanhas com apelo à solidariedade e à caridade.

A este respeito, é notável a profusão de campanhas, de toda sorte, com todos os objetivos, a chamar cidadãos e cidadãs a somarem-se a esforços solidários em benefício de cegos, miseráveis, famintos, portadores de todas as doenças, sem escola, dos homens, mulheres e crianças que reviram lixos em piores condições que animais, e da maior e mais cara campanha de marketing brasileira: o Fome Zero.

Na grande imprensa, especialmente a televisiva, é raro assistir-se a 15 ou 20 minutos de sua programação sem ouvir um apelo choroso de artistas bem pagos e nutridos em favor dos sem-isso ou sem-aquilo. Sempre acompanhada de convites à adesão, com os 0800s, a fome tem pressa, o seu filho poderia ser uma vítima, amigos da escola etc. Milhares de pessoas de boa-fé, de acentuado espírito religioso, em muitos casos, pelo menos, comovem-se e somam-se a esses apelos mercadológicos de caríssima produção. Como resultado, festejados balanços, igualmente de produção e veiculação caríssimas, a indicar que, enfim, estamos a caminho da redenção do povo brasileiro e que, portanto, a justiça e a prosperidade se estenderão a todos os “excluídos”, para usar a expressão corrente, pronunciada com vozes embargadas.

Nesse quadro viceja forte um movimento que este texto pretende trazer para o centro do debate: a economia solidária (ES), que funciona, no entendimento dos autores deste texto, como par cartesiano indissociável do rotundo fiasco neoliberal.

Requentando teses do socialismo utópico, os defensores da ES consideram que está dada a nova agenda para a emancipação humana. Mas, de novidade teórica o movimento é escasso, como demonstra Lechat (2002), ao comentar sobre as diversas ondas de economia solidária:

Buber apresenta três pares de pensadores divididos em gerações históricas, o primeiro, Saint-Simon e Fourier, que nasceram antes da revolução francesa e faleceram antes de 1848, o segundo, Owen e Proudhon, que morreram entre 1848 e 1870, e finalmente Kropotkin e Landauer, nascidos após 1870 e falecidos pouco depois da primeira guerra mundial. Para Buber, na primeira fase cada pensador contribuiu com um único pensamento construtivo, Proudhon e seus sucessores realizaram a ampla síntese. (p. 5)

E mais adiante, comentando sobre a heterogeneidade das origens ideológicas do movimento, bem como sua longevidade, assevera:

Na França, segundo André Guélin, o rótulo de “économie sociale” é difícil de definir, pois durante um século e meio já serviu para referir-se a diversas realidades. É notável que,

no século XIX, todas as tendências políticas embarcaram nesta nova proposta. Tanto socialistas (Pecqueur, Vidal, Malon) como social-cristãos (Le Play) e mesmo liberais (Dunoyer), sensibilizados com o custo humano da revolução industrial, criticaram a ciência econômica por não integrar a dimensão social (grifamos, p.7).

A autora faz nesse texto um acurado balanço sobre a longa trajetória da ES que, com diversas denominações, funcionou ao longo da história do Capitalismo, predominantemente como modalidades de ondas que ocorreram em paralelo às quadras mais agudas das crises do Capitalismo, como numa espécie de ação desesperada de contratendência a seus efeitos sempre devastadores sobre os de baixo.

Assim, é de certa forma coerente constatar o aparecimento de uma geração de trabalhos, papers, teses, livros em defesa da ES, no quadro de crise orgânica vivida pelo Capitalismo desde o final dos anos 70, início dos 80.

Mance (1999) situa a ES como sendo a emergência de um novo paradigma nos seguintes termos: como os princípios gerais de funcionamento do capitalismo já estão superados, já que vivemos numa era pós-capitalista (sic), nasce uma revolução no campo da “ciência normal” (Kuhn), um certo “paradigma da complexidade”:

*Com efeito, na última década, inúmeras práticas de solidariedade expandiram-se internacionalmente, integrando-se em movimentos de rede. A partir delas pode-se vislumbrar os primeiros sinais do nascimento de uma nova formação social que tende a superar a lógica capitalista de concentração de riquezas e exclusão social, de destruição dos ecossistemas e de exploração dos seres humanos (grifamos, MANCE, paper de 2000, p. 3).*

É de Peter Drucker, festejado intelectual orgânico da burguesia norte-americana, a autoria do livro *The Post Capitalist Society*, ainda no ano de 1991 (já traduzido para o português), no qual o autor indica a absoluta democratização do Capitalismo através dos fundos de pensão, que acabaram por pulverizar entre milhões de cidadãos e cidadãs a propriedade do capital, argumentando ainda que trabalho não se constitui mais como insumo produtivo fundamental, papel este destinado à detenção de informações, entre outras asneiras. A espetacular quebra de gigantes americanas recentemente, as contabilidades das grandes empresas americanas manipuladas grosseiramente para esconder prejuízos e alavancar o valor de seus papéis nas bolsas (na sua “exuberância irracional”, segundo o elegante sr. Allan Greenspan), parecem discordar do Sr. Drucker. (Faz-se menção a esse livro para expor-se o fundo teórico que serve de base às teses de Mance).

O objetivo central da ES, pelo que a leitura de seus proponentes indica, seria a geração de possibilidades econômicas destinadas à reintegração dos “excluídos” pela ordem neoliberal, de forma que passassem a pertencer novamente ao processo de produção e, portanto, com possibilidade de trabalho e renda.

Tabela 1 - Atividades econômicas encontradas

Ramo de atividade	Nº de organizações
Escola	0
Eletrodomésticos	0
Empréstimos (dinheiro) <sup>3</sup>	0
Consertos em geral	4
Construção civil (serviços de)	4
Limpeza (serviços de)	5
Pão e assemelhados	29
Frutas, doces e geléias	35
Artesanato	141

Fonte: sítio da ANTEAG, em 04-10-2002

Tabela 2 - Produção agrícola (diversos) segundo estrato por área de produtor no Brasil

Estrato por área (em ha)	PRODUTO (em 1.000 t)									
	Arroz	Feijão	Trigo	Milho	Mandioca	Outros	Total			
Menos de 10	638	7,92%	545	26,40%	35	2,44%	2.180	8,54%	3.187	35,0%
11 a 100	1.703	21,16%	920	44,57%	615	42,92%	9.150	35,87%	4.552	50,0%
101 a 1.000	3.225	40,07%	421	20,40%	626	43,68%	9.130	35,79%	1.160	12,7%
1001 a 10.000	2.101	26,11%	199	9,64%	156	10,89%	4.578	19,94%	192	2,1%
Mais de 10.000	381	4,73%	17	0,82%	0,2	0,01%	471	1,85%	8	0,08%
BRASIL	8.048	100%	2.064	100%	1.433	100%	25.511	100%	9.099	100%

Obs.: As porcentagens expressam a participação de cada estrato no total produzido · Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995

Lisboa sugere as possibilidades não só de expansão quase ilimitada da economia solidária, mas como germen de uma nova sociedade, já que veria nessas iniciativas a possibilidade de constituição de uma

[...] força política quanto a sua dimensão intersubjetiva, pois o fato de um grupo vivenciar experiências de apropriação coletiva da produção possibilita a construção de uma identidade e um ideário social comum [...] se os empreendimentos de economia solidária conseguirem superar as dificuldades relacionadas com o seu reconhecimento e a aceitação de sua relevância econômica e social, eles poderão formar um setor econômico expressivo, regido por uma lógica diferente da do capital

e, até mesmo, propiciar uma transformação no sistema social e econômico vigente (LISBOA, p. 86).

Galvão (in LISBOA, 1999) vem ao encontro dessas possibilidades históricas da economia solidária ao propor uma imprecisa "competição sistêmica" entre diferentes modos de produção, ou

[...] a competição entre um modo de produção movido pela concorrência intercapitalista e outro movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies, contratuamente ligadas por laços de solidariedade (grifamos, 1999, p.122).

Estariam, portanto, diante de uma nova agenda para a luta política contra a ordem capitalista, segundo a qual o cres-

cimento quantitativo de grupos produtivos autônomos poderia gerar uma espécie de nova síntese prática que, num momento histórico, operaria uma mudança qualitativa, de tal sorte que pudesse constituir como uma alternativa destinada a suplantar o próprio Capitalismo, tanto na cidade como no campo, isto é, se algo como os pequenos destruindo multinacionais. Propugna-se a economia solidária como modalidade de organização da produção, que poderia, caso bem sucedida, converter-se em uma estratégia de transição ao Socialismo.

Aqui, é preciso deixar claro que esse ensaio não pretende colocar sob julgamento nem se contrapor à iniciativas nritórias que visam a encontrar possibilidades de sobrevivência econômica para milhões de homens e mulheres da cidade e do campo, expulsos do trabalho fo

mal pelos imperativos da acumulação capitalista. O que anima a feitura deste texto é a tentativa de contribuir para esclarecer a confusão ideológica e política presente nesse debate.

Lisboa (em paper não datado: "Economia solidária: similia, similibus curen tur"), ao indicar as semelhanças entre a ES e o princípio de funcionamento da homeopatia, estabelece:

*Uma pista para pensar o paradoxo da ES é o forte paralelo entre a mesma com os processos terapêuticos da natureza, com a lógica da reprodução e transformação da vida. Assim como a homeopatia, a ES parte do princípio da cura por semelhança de sintomas: "similia similibus curen tur". Ou seja, o mal se cura através de agentes que produzem sintomas semelhantes (o veneno se combate com veneno). Ora, a ES usa, a partir de doses mínimas (da pequena escala, do local), "homeopáticas", o mercado, a empresa, o dinheiro, como principais instrumentos da sua luta anti-sistêmica. (p. 2)*

Assim, a economia solidária valer-se-ia do próprio veneno (o mercado) do capital para inocular o Capitalismo com o objetivo estratégico de superá-lo.

O autor, no mesmo texto, convida que se faça uma visita ao sítio de uma organização chamada Redes de Colaboração Solidária ([www.ifil.org/rcc](http://www.ifil.org/rcc)). Convite aceito, percorremos algumas páginas, na tentativa de aquilar o grau de inserção ou capilaridade social das organizações de ES. Sem maiores critérios metodológicos, consultamos sobre a existência, nessa rede nacional, de alguns itens de consumo necessários à nossa reprodução físico-social e encontramos as seguintes informações: (veja tabela 1).

Embora consideremos que as organizações cadastradas no sítio não sejam todas as existentes, esta pequena amostra permite sugerir:

- são organizações pobres do ponto de vista de aporte tecnológico;
- seus três principais componentes referem-se a atividades caseiras que existiram, existem e existirão sempre, sob qualquer ordem ou regime políticos;
- em nada essas atividades sugerem a

existência, real ou potencial, de qualquer circularidade econômica autônoma ou em contradição com a (des) ordem neoliberal;

• os segmentos de pães, doces e geléias (importantes, ao menos na amostra), no que têm de relevante no mercado, tendem a encarar um segmento que na economia brasileira é formada, além das súculas padarias de esquina, por meia dúzia de gigantes corporações nacionais ou multis que se apresentam, no mínimo, como um concorrente de peso para as economias de pequena escala, tanto na elaboração do produto final como, principalmente, no fornecimento de insumos.

Por fim, os artesanatos. Ora, é muito possível imaginar-se que o conjunto das atividades listadas no quadro se inscreve nesta classificação geral, o que reservaria um espaço bastante acanhado para tal movimento transformar-se em um polo econômico e político apto a competir, e mais, superar o Capitalismo.

Como as proposições da economia solidária abrangem atividades econômicas no campo e na cidade, é preciso examinar a questão nesses dois aspectos, ainda que rapidamente.

**Tabela 3 – Produção de leite, vacas ordenhadas, por produtor, no Brasil**

Nº. de vacas ordenhadas	PRODUÇÃO (em 1.000 l)	
1	380.496	2,12%
2	685.170	3,82%
3 a 5	2.110.337	11,77%
6 a 10	2.910.328	16,23%
11 a 20	3.566.972	19,89%
21 a 30	2.354.370	12,13%
31 a 50	2.598.091	14,49%
51 e mais	3.325.485	18,55%
BRASIL	17.931.249	100%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995-1996

**Tabela 4 – Importação de alimentos básicos em 1996**

Produto	Importação (em t)
Leite e laticínios, ovos, mel, outros	586.010
Frutas	1.009.438
Cereais	8.028.614

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil - 1997

É comum encontrar, entre os apologistas da economia solidária, o argumento segundo o qual a produção realizada pela agricultura familiar é a que "alimenta o povo". Não é verdade.

Caso tomemos alguns itens dos mais freqüentes na dieta popular, em geral constantes de programas de cestas básicas, encontraremos, entre outros: arroz, feijão, açúcar, leite (em pó), farinha de trigo, óleo de soja, carne de frango ou suíno. Nenhum desses alimentos é oferecido ao mercado pela pequena unidade de produção agrícola em escala capaz de satisfazer mesmo uma parcela significativa da demanda. Muito pelo contrário, são produzidos por gigantescos complexos agroindustriais, nacionais ou multinacionais, quando não são simplesmente importados (como acontece com o feijão, o milho, o leite em pó e o trigo).

A tabela dois (contendo os últimos dados disponíveis no sítio do IBGE) elucida adequadamente esta questão.

Sobre estes dados é preciso esclarecer:

- esta tabela compila dados publicados em 95-96 (portanto coletados em anos anteriores); desde então, tem havido uma forte concentração de propriedade, com exclusão crescente dos "produtores familiares";

- a produção de feijão está se deslocando rapidamente para grandes propriedades em função do avanço tecnológico para a mecanização da cultura;

- com exceção da mandioca, parte do abastecimento do mercado nacional é feito com produtos importados.

Relativamente à produção de leite, o Quadro dois indica adequadamente o caráter meramente supletivo da produção em pequena escala, ao levar-se em conta as necessidades de alimentação do povo.

Os dados da tabela três apontam, de forma inequívoca, a escassa relevância quantitativa da produção de leite em pequenas propriedades. A irrelevância da participação da pequena escala torna-se ainda mais patente caso consideremos o quadro da tabela quatro.

A tabela mostra o enorme volume de alimentos importados, num assombroso e inexplicável montante superior a

10.000.000 de toneladas, num país com a extensão como o Brasil, com a fertilidade do solo de países dos trópicos etc. Ademais, no volume do leite, há que se multiplicar por 10, já que o importado é leite em pó.

Como se pode ver, o alimento produzido pela agricultura familiar é oferecido em quantidades pouco relevantes, de forma rigorosamente marginal ao grande comércio de alimentos, sem, nem de longe, nele influir. E mais, com uma forte tendência a desaparecer, em função da perversa política das agroindústrias nacionais e internacionais. Tendo em vista a eloquência desses números – incontestáveis –, dizer que a pequena produção ou produção familiar responde pelo abastecimento de alimentos de primeira necessidade no Brasil é, pelo menos, ignorância a respeito das informações oficiais disponíveis. Por outro lado trate-se, em nosso juízo, de um equívoco, ali-

mentado por aqueles segmentos egoístas e individualistas da condição humana, para obscurecer inegavelmente as incomparáveis vantagens da produção coletiva e em escala.

O debate de economia solidária mencionado à atividade camponesa é profíco na produção de textos destinados a desenhar mecanismos de articulação dessas microunidades produtivas. O argumento indica uma espécie de retomada de uma aldeia camponesa, só ter em mente que tais iniciativas assentam sobre as bases mesquinhias de egoísmo e do individualismo da propriedade familiar, ou seja, não são portadoras de uma racionalidade realmente coletivista e radicalmente emancipadora. Iniciativas de cunho cooperativo ou de condomínio de produtores podem conter, de forma invariável,

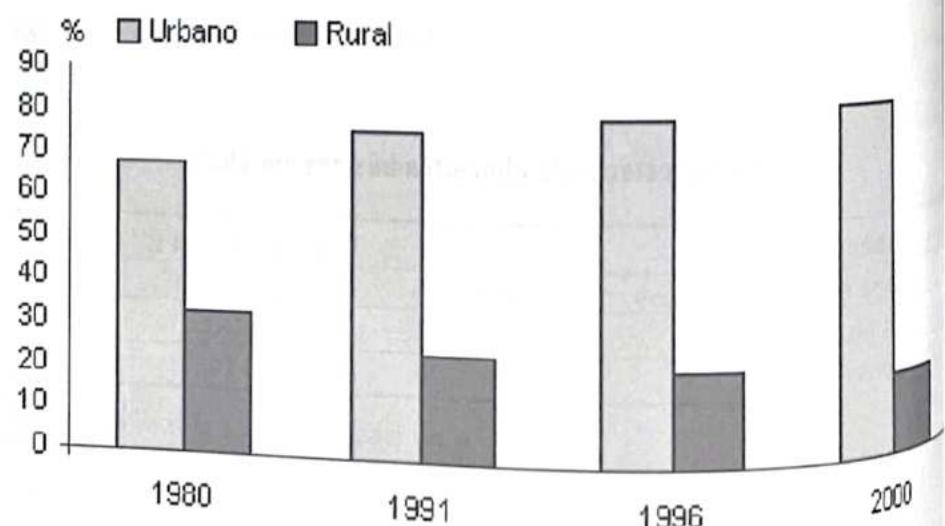
**Tabela 5 – Estrutura ocupacional no campo, em %, em anos e países selecionados**

País	AGRICULTURA			
	1870	1920	1960	1995
Alemanha	49,5	33,5	13,8	3,0
EUA	50,0	28,9	8,0	2,7
França	49,2	43,6	21,4	5,1
Inglaterra	22,7	14,2	4,1	2,2
Japão	72,6	56,4	30,2	5,9

Fonte: OCDE, Quarterly Labour Force Statistics, vários anos (apud POCHMANN, 1995).

**Gráfico 1 – Composição demográfica - Proporção da população por situação domicílio - 1980-2000**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980, 1991 e 2000.





*O por do sol nenhô,  
no ninho!*

tendência degenerativa imanente: a disputa encarniçada pela repartição dos lucros ou sobras (con quanto existam!)<sup>4</sup>.

Por elogioso que possa ser (e nem sempre são, já que não raramente servem a oportunistas e aproveitadores), organizar a produção no campo a partir do "small is beautiful" choca-se de maneira frontal com a ordem hegemônica. Na Alemanha de 1945 havia 1,5 milhão de camponeses, atualmente reduzidos a 500 mil, e com determinação explícita da Comunidade Econômica Européia de reduzir essa população a 300 mil trabalhadores do campo, no médio prazo. Saindo de um país de capitalismo desenvolvido e tomando um exemplo brasileiro: uma grande agroindústria catarinense conta atualmente com 15 mil fornecedores (pequenos, médios ou grandes produtores rurais que criam sobre tudo suínos e aves) e tem como meta, ao lado de aumentar a produção, reduzir este número para cinco mil, como forma de racionalizar a produção, facilitando seu controle em número três vezes menor de produtores.

A este respeito é preciso esclarecer que a diminuição da população rural não contém nada de episódico ou conjuntural. Muito embora a coalizão neoliberal-conservadora (cuja dramática

### Centralização da propriedade e da riqueza aumentam a privação e a miséria de um número crescente de pessoas

continuidade é dada pelo governo do sr. Lula da Silva) que tem governado o País nos últimos anos tenha dado uma grande contribuição para acelerar o processo de anti-reforma agrária, a concentração da propriedade fundiária acompanha a lei geral de desenvolvimento do Capitalismo, ou seja, na medida em que este se desenvolve, mais aumentam a concentração e centralização da propriedade e da riqueza em cada vez menos mãos, enquanto, por via de consequência, aumentam a privação e a miséria de um número crescente de pessoas. O fenômeno da concentração fundiária não foge a esta lei geral, qualquer lugar que se tome como exemplo no mundo capitalista. A tabela cinco é uma ilustração eloquente desta afirmativa.

No que concerne ao Brasil, os dados disponíveis, embora mais limitados temporalmente, confirmam essa tendência, segundo o IBGE, como pode ser notado no gráfico um.

◀ A economia solidária seria uma alternativa destinada a suplantar o próprio capitalismo, tanto na cidade como no campo

mais a economia solidária é uma alternativa destinada a suplantar o próprio capitalismo tanto na cidade como no campo

mais a economia solidária é uma alternativa destinada a suplantar o próprio capitalismo tanto na cidade como no campo

mais a economia solidária é uma alternativa destinada a suplantar o próprio capitalismo tanto na cidade como no campo

mais a economia solidária é uma alternativa destinada a suplantar o próprio capitalismo tanto na cidade como no campo

mais a economia solidária é uma alternativa destinada a suplantar o próprio capitalismo tanto na cidade como no campo

Nos últimos vinte anos, é clara a tendência de encolhimento da população rural, paralelamente ao crescimento da população urbana. E aqui é preciso não deixar dúvidas de que o estímulo à agricultura de pequena escala, con quanto necessário para reter populações que não terão nenhuma oportunidade de ocupação nas cidades (a não ser as drogas, a prostituição e a marginalidade), deve ser dado por outro registro. É preciso conter o êxodo rural. Manter as pessoas no campo significa colaborar para condições dignificantes de vida, manter culturas, boas tradições, apego a raízes importantes, além de somar para o equilíbrio geral de toda a sociedade. Trata-se de uma parcela importante do povo sob permanente ataque dos bancos, do latifúndio, da agroindústria e, como tal, merece nossa solidariedade irrestrita<sup>5</sup>. Mas não podemos fomentar sua própria desgraça: estimulando no seu imaginário, tradicionalmente egoísta e conservador, a idéia de que poderão, num futuro próximo, transformar-se em prósperos patrões burgueses. Trata-se de uma manobra ideológica que, de um lado, cria legiões de iludidos e, de outro, confere sustentação social e política a um regime que lhes é contrário em tudo. A chave para o debate, portanto, é: esti-

mular fortemente a produção coletivizada e ampliar o processo de debate que vise a suplantar a ordem que a todos oprime, da cidade e do campo<sup>6</sup>.

Do ponto de vista ambiental, acumulam-se evidências científicas de que a redução no uso de combustíveis fósseis e de seus efeitos ambientais perversos, está diretamente relacionada ao aumento das propriedades rurais e de sua exploração intensiva, ou seja, uma menor taxa de poluição por unidade de produto (SUBAK, apud PINHEIRO MACHADO, 2000).

Desde a perspectiva da política são notórios os incentivos oficiais concedidos à proliferação de microunidades produtivas em torno da agricultura familiar, incentivos dos quais o Pronaf é um exemplo emblemático. Recursos públicos no Brasil, nada irrelevantes, têm sido gastos em reuniões, seminários nacionais e internacionais e, *last but not least*, pequenas e médias fortunas sendo acumuladas por consultores, uma maneira elegante de designar os parasitas que sempre acompanham a abertura dos cofres do dinheiro público<sup>7</sup>.

A academia, a universidade pública interessada num projeto histórico real e superior ao Capitalismo, deve ter uma atitude de política de respeito, solidariedade e apoio ao pequeno produtor rural, auxiliando-o tecnicamente em seu processo produtivo, mas deve, igualmente, guardar o necessário distanciamento crítico da manobra ideológica, não gratuitamente propagandeada pela grande mídia, que vê na sua articulação, na chamada economia solidária, possibilidade de promover a suposta nova sociedade, o "novo homem". Há, entre essas posições, um distanciamento insuperável.

Na cidade as práticas e os equívocos da ES se reproduzem, *mutatis mutandis*. Cooperativas de trabalho, para nos determos na modalidade mais pervertida de ação pretensamente solidária, ao lado de escassas experiências bem-sucedidas<sup>8</sup>, proliferam sob a fachada de cooperativa, uma modalidade cínica de extração de sobretrabalho. Trata-se de hordas de aproveitadores que se registram como cooperativas e passam a mercadejar força de trabalho sem qualquer assistência ou proteção previstas pela

## Cooperativas de trabalho, para nos determos na modalidade mais pervertida, de ação pretensamente solidária

legislação do trabalho, não respeitando sequer esses direitos mínimos. Constrangidas por suas necessidades de sobrevivência, milhares de pessoas no Brasil inteiro submetem-se a essa modalidade obscena de exploração.

Além do cooperativismo, matriz institucional teoricamente mais apropriada para a ação econômica solidária, pode-se notar a emergência de iniciativas comunitárias na produção de bens de consumo e de serviço, invariavelmente anacrônicas tecnologicamente, portanto de escassas – senão nulas – possibilidades de se constituírem numa esfera econômica minimamente sólida, duradoura e competitiva. Como vimos, trata-se, em geral, de pequenas unidades produtivas de pães, cucas, doces caseiros, artefatos elaborados de resíduos reciclados, comercialização de gêneros hortifrutigranjeiros sadiamente produzidos, carne de frango e derivados de leite sem utilização de produtos químicos (agrotóxicos, adubos de síntese química e aditivos).

Aqui reside, sem dúvida, uma positividade, que é uma orientação presente em tais iniciativas – quando autênticas – para a proteção ambiental, a produção e o consumo de alimentos saudáveis, produzidos sem venenos. Ou seja, a ação solidária vem acompanhada de um importante apelo ecológico à proteção da natureza e à economia de recursos naturais escassos (o que, inclusive, em muito se presta como grande motivador para o recrutamento de ingênuos).

Mais uma vez é preciso deixar claro: cabe à universidade pública empreender as ações de extensão visando a solidarizar-se, a partir do seu aporte técnico-científico, com essas iniciativas, na

medida em que podem representar alternativa de sobrevivência, ou possibilidade de redução das condições de miséria de alguns trabalhadores expulsos da produção formal.

É igualmente necessário ter clareza sobre os limites da ação solidária, a confusão ideológica que vem promovendo e os equívocos analíticos que sucede. Ao lado de pessoas bem-intencionadas em aliviar o sofrimento humano, um tema desta natureza, quando emerge, costuma produzir inúmeras escritores sobre o assunto. Muitas vezes pessoas que não têm experiência, conteúdo ou vivência em realidades tão complexas arvoram-se em autores e, o que é mais lamentável, passam a ser referência, num esquema mediocriizado de reprodução ideológica de-

Ao propor a ES como caminho para superação do Capitalismo, seus ideólogos promovem uma mistificação dotada de efeito desestruturante na organização da luta política historicamente consequente com a construção de uma nova ordem, que indubitavelmente é o Socialismo.

Os governantes não economizam recursos<sup>9</sup>, e a mídia não mede espaços para dar curso a este discurso diverso e enganador. Desde a perspectiva da ordem dominante é preciso estimular iniciativas que possam "pacificar as almas e aquecer os estômagos", maneira eficaz de submeter a visão de mundo das classes subalternas à das classes dominantes.

Objetivamente não há possibilidade de mudança estrutural, por tímida que seja, a partir de ação econômica dessa natureza: como imaginar uma esfera econômica autônoma, quando há total dependência de insumos materiais e técnicos gerados pelo monopólio, pelo latifúndio? Como conceber uma ordem na qual possamos cortar cabelo, aparar grama, produzir pão caseiro ou leite natural mutuamente, numa circularidade econômica viável? Como pensar em nos constituirmos num bloco hegemônico contra o latifúndio, contra o monopólio e contra o imperialismo a partir da ação solidária de pequenos e instáveis grupos isolados?



Arquivo MST/Douglas Mansur

## *Assentamento em Campos Novos, SC (núcleo residencial de economia solidária)*

dos? Como pensar o enfrentamento concorrencial com a multinacional do leite, por exemplo, com produção artesanal ou semi-artesanal? É preciso não desprezar o fato de que há mais de seis bilhões de bocas a serem alimentadas no globo, e não será com miniproduções que se poderá fazê-lo. Evidentemente que nosso argumento não está sugerindo a defesa da gran-

de produção, seja no campo ou na cidade, nos moldes capitalistas. Muito pelo contrário, o que entendemos é que o desenvolvimento da tecnologia de produção socialmente produzida por gerações e gerações de cientistas e trabalhadores não pode concentrar todos os seus benefícios nos monopólios privados, nos oligopólios, latifúndios etc., e a reversão deste quadro é um impe-

rativo que a história inexoravelmente vai promover.

Essas ações econômicas de pequena escala, por mais respeitáveis que possam ser do ponto-de-vista humanitário destinam-se a operar exclusiva e irreversivelmente nos estreitos limites dados pelas "franjas" do processo produtivo hegemonic. Como sugere Machado:

*Sem a construção de um movimento político-cultural desse tipo (a partir dos conteúdos ideológicos clássicos da luta socialista), não vejo como os "implantes socialistas" existentes escapariam da tendência a se descharacterizar e a ser engolidos pelo mercado (...) (2000, p. 61).*

É preciso entender a economia solidária como um programa inspirado, inscrito e submetido à agenda neoliberal e que, portanto, é portadora de uma dialética negativa de conteúdo essencialmente reativo à agressividade e à arrogância com o qual o capital investe contra as conquistas históricas dos trabalhadores. Compreende-se, assim, que organismos multinacionais, Banco Mundial à frente, e mesmo empresas e bancos privados, nacionais e multinacionais designem em seus orçamentos quantias não desprezíveis para financiar ONGs que operam nesse campo. Boa parte de seus ideólogos viajam alegres pelo mundo todo, participam de conferências internacionais, seminários, colóquios. Quem os financia? A quem prestam contas? Em muitos casos as respostas a essas duas prosaicas questões nos causariam engulhos.

Ressalvando as exceções de sempre, Petras nos parece captar bem o fenômeno avassaladoramente crescente das ONGs:

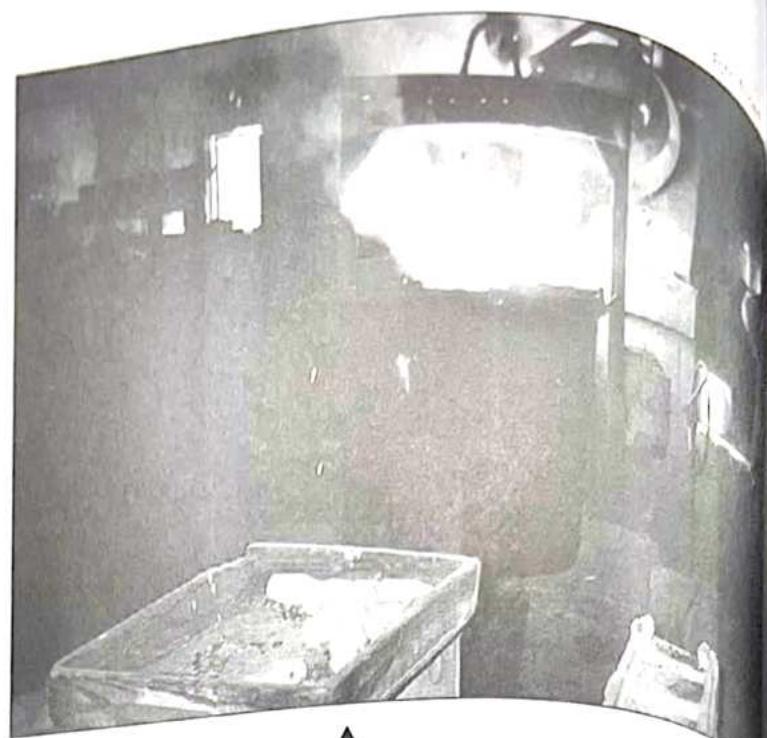
*Este novo fenômeno das ONGs é muito nefasto. É uma nova forma de intervenção, porque intervém na base. O Fundo Monetário International (FMI) intervém nos ministérios de finanças e fazendas, controlando a macroeconomia, ao passo que as ONGs intervêm na base, controlando o microssocial (1996, p. 10).*

Segundo esse autor, não há espaço ou tempo para a pobreza no projeto chamado neoliberal. No entanto, a existência e o crescimento da pobreza e da miséria não podem suscitar o aparecimento de pensamentos "pouco conformistas" (como diria Gramsci), que possam se transformar em um movimento que promova um questionamento coerente e radicalizado contra a "ordem". Para fazer frente a este "perigo", despendem

frações infinitesimais de seus orçamentos para financiar ONGs, cujo papel central é, muitas vezes, veicular ideologicamente a mensagem de que os excluídos não estão desamparados. Ou, na expressão de Petras:

*Eu penso que a política da pobreza tem sua expressão nas ONGs, que não são não-governamentais e não dispõem de vida própria. A grande maioria das ONGs funciona agora como os missionários do passado. Recebem subvenção do Banco Mundial, de governos da Europa e dos Estados Unidos e intervêm onde há possibilidade de conflitos e "brotos" de violência, tratando de substituir as organizações sociais e políticas ao enfocar seus esforços em micro-empresas. Tratam de cooptar os dirigentes e pô-los para trabalhar para as agências internacionais. Ou seja, despolitizam as pessoas. Constroem uma latrina ao invés de lutar por orçamentos para a saúde (ibidem, p. 11).*

Algumas ONGs, ainda segundo o argumento de Petras, realizam um trabalho de grande relevância, notadamente as orientadas para a defesa dos direitos humanos. Mas não há como discordar do autor quanto à natureza essencial-



▲  
*A economia solidária corresponde a obscurecer, negar e emascular a luta socialista*

mente despolitizadora e antiemancipatória da grande maioria dessas organizações. Seu discurso e sua prática contribuem para a legitimação da "ordem" capitalista, numa fase histórica de agudização da barbárie. Para as empresas e os organismos que as financiam, ficam ainda como vantagem:

- a restituição dessas contribuições como deduções no imposto de renda (o que leva a pensar em quem, de fato, financia as ONGs?);

- um excelente argumento mercadológico, uma vez que a empresa passa a ser "vendida" ao mercado como organização dotada de preocupação com os pobres, originando "balanços sociais", entre outras hipocrisias.

Em resumo, aglutinar trabalhadores urbanos excluídos pelo Capitalismo em torno de iniciativas que, ao menos potencialmente, e pelo menos por algum tempo, possam lhes garantir possibilidade de algum trabalho e alguma renda; trabalhar para consorciar de alguma forma pequenos produtores rurais incapazes de promover sua reprodução social, são tarefas às quais a universidade tem o dever de prestar solidariedade. Daí a atribuir à economia solidária potencial histórico emancipatório corresponde a obscurecer a ideologia, inibir, desconhecer, ne-

gar e emascular a luta verdadeira: a luta socialista.

Não fazer essa distinção corresponde a demitir a política, demitir as classes sociais, e mais, demitir a luta entre essas classes, invariante subjacente estrutural do Capitalismo que nenhum discurso de fim da história, fim das ideologias etc., logrou obscurecer.

Ao contrário: precisamos – como sugeria Gramsci – “acelerar a história”, ampliando o debate e construindo na prática organizativa das classes subalternas estratégia que dê consequências às tarefas necessárias à articulação de um bloco histórico que propugne pela construção de uma sociedade que represente nossa passagem “do reino da necessidade ao reino da liberdade”.

---

CLARILTON RIBAS  
LUIZ CARLOS PINHEIRO MACHADO

Professores do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina

---

## Notas

1 Consideramos ocioso proceder aqui a um balanço sobre os cerca de 20 e tantos anos passados desde que a senhora Thatcher declarou, ao lado do folclórico senhor R. Reagan, a famosa t.i.n.a. (*there is no alternative*), indicando não haver outro caminho senão a abertura comercial irrestrita, as privatizações selvagens, o encolhimento dos Estados, e desregulamentação das relações econômicas etc., agenda diligentemente seguida por todos os governos dos países da América Latina e do Caribe, com a sempre honrada e digna exceção da rebelde ilha pertencente ao povo cubano. A humanidade passou a sofrer agruras da fome e da miséria com maior radicalidade, o crescimento econômico foi risível, além de o flagelo das guerras de conquista, do terrorismo de Estado terem cobrado, nos últimos 13 anos, seis milhões de vidas. Em resumo, a condição humana no planeta piorou, de todos os pontos de vista.

2 Igualmente este texto não tem por objetivo central o exame do governo burguês do sr. Lula da Silva. Mas, passado quase um ano desde a posse, seu caráter pró-imperialista, pró-latifundiário e pró-monopolista só deixa dúvidas a quem não conseguiu vislumbrar com clareza a

sua agenda ou, e que formidável grupo, daqueles que disputam os cargos, as sinecuras, as benesses do poder. Demonstra-no as principais (única?) ações de seu governo: as reformas na constituição contrárias aos interesses do povo, que estão em votação no Congresso (com os mesmos e repugnantes métodos de composição de maioria parlamentares), bem como as reformas anunciadas no trabalho, no sindicalismo e na universidade; os elogios rasgados ao genocida G. W. Bush, a consequente autorização à Monsanto para envenenar as gerações futuras com o monopólio das sementes transgênicas e o tratamento dado à emergência social representada pelos milhões de trabalhadores rurais sem terra no País.

- 3 Embora não haja menções a este respeito no sítio consultado, Lisboa relata no mesmo texto algumas experiências, no Brasil e no exterior, sobre associações que operam com pequenos créditos e, inclusive, experiências com a instauração de uma moeda paralela, destinada a abranger as operações mercantis realizadas na esfera das ES. Entre esses relatos, o do Conjunto das Palmeiras, região de favelas de Fortaleza, na qual foi constituído um Banco (Banco Palmas) que concede empréstimos de até R\$ 200,00 com juros bastante módicos, além de operar um cartão de crédito para os moradores, cujo limite de gastos situa-se entre R\$ 20,00 e R\$ 100,00, a depender do “comportamento do usuário”.
- 4 Isso tem sido constatado em várias iniciativas de produção coletiva orientadas pelos professores do Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural da UFSC; não raramente a disputa pela repartição dos escassos rendimentos tem ocasionado sua dissolução. Veja-se igualmente uma geração de trabalhos produzidos pelo NINEIT-CSE-UFSC, a respeito de cooperativas, com conclusões muito assemelhadas, notadamente entre as cooperativas de trabalho.
- 5 Para ficar num exemplo: a estrutura de assistência técnica à agricultura foi virtualmente desmontada em quase todo o País, nos últimos anos (na famigerada era FCH). Atualmente, a assistência com que contam os produtores rurais é dada pelos vendedores de venenos e toda sorte de insumos de síntese química das multinacionais e da Rede Globo.
- 6 O único lugar onde a estrutura fundiária se mantém inalterada há cerca de 40 anos é, justamente, na ilha do povo cubano, onde as redes (reais) de cooperativas desempenham intensa atividade de cooperação na produção de alimentos para seu povo. (Essa informação e esse argumento devem ser creditados ao Prof. Dr. Luiz C. P. Machado Filho, a quem os autores agradecem).
- 7 Dados publicados pela Folha de São Paulo (20-10-2003) indicam a existência de cerca de 250 mil entidades denominadas ONGs (do que se falará adiante), indicando que, para esses organismos “uma estimativa grosseira [...] R\$ 2 bilhões estariam disponíveis por ano” (p. A4). Tudo isso sem qualquer controle por parte do TCU ou
- 8 Um relato bem elaborado de uma cooperativa bem-sucedida encontra-se em PEDRINI, 1999.
- 9 O governo do sr. Lula da Silva inchou seu já adiposo corpo de ministros (35!) com uma certa Secretaria Nacional de Economia Solidária, com *status* de ministério. Nada mais previsível.

qualquer outro órgão controlador do governo. Essas ONGs articulam-se em torno dos mais variados motivos, para os quais encontram a generosidade dos cofres públicos: lidam com temas que vão desde a erradicação da fome ou do analfabetismo, passando por escolas de samba e aeroclubes, até associações de criadores de cavalos. Na FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), sempre segundo a mesma fonte, os repasses para 56 ONGs, em 2003, atingiram a nada desprezível soma de \$ 130 milhões de reais.

- 8 Um relato bem elaborado de uma cooperativa bem-sucedida encontra-se em PEDRINI, 1999.
- 9 O governo do sr. Lula da Silva inchou seu já adiposo corpo de ministros (35!) com uma certa Secretaria Nacional de Economia Solidária, com *status* de ministério. Nada mais previsível.

## Referências

1. IBGE. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, 1998.
2. IBGE. Censo Agropecuário 1995-1996. Rio de Janeiro, 1998.
3. IECHAT, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas da economia solidária. SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, III. Campinas, Unicamp, 20/03/2002.
3. LISBOA, Armando M. A economia popular no contexto da grande transformação. Texto para discussão. Florianópolis, Departamento de Economia. UFSC, n. 7, 1997.
4. LISBOA, Armando M. Economia Solidária: similia, similibus currentur. Florianópolis, UFSC (fotocópia, sem data).
5. LISBOA, Armando M. Empresa cidadã: nova metamorfose do capital? Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
6. MANCE, Euclides André. A revolução das redes: a colaboração solidária como alternativa à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.
7. MANCE, Euclides André. Economia solidária: um novo paradigma? SEMINÁRIO CATARINENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Florianópolis, maio de 2000.
8. PEDRINI, Dalila. Entre laços e nós. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1998.
9. PETRAS, James. Entrevista. Revista Plural. Florianópolis: APUFSC, v.5, n. 7, 1996.
10. PETRAS, James. Perspectivas de Libertaçao: alternativas para o Neoliberalismo na América Latina. Revista Plural. Florianópolis: APUFSC, v.5, n. 7, 1996.
11. PINHEIRO MACHADO, L. C. Limites e Possibilidades econômicas da pequena propriedade rural. Florianópolis, texto de circulação restrita, xerox, 2000.
12. POCHMANN, Márcio. O Trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.
13. SINGER, Paul. MACHADO, João. Economia Socialista. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

# Para onde vai o Brasil?

*Destacados líderes de direita, como Tony Blair e o presidente Bush, elogiaram Lula como "estadista"*

JAMES PETRAS E HENRY VELTMAYER



*Qual o futuro do Brasil, tendo Luiz Inácio Lula da Silva como presidente e "líder pragmático"?*

"Precisamos da liderança dos EUA para muitas coisas que necessitamos fazer neste mundo." Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, 16 de março de 2003.

"Vamos para a guerra."

George W. Bush, Presidente dos EUA, 17 de março de 2003.

## Introdução

A eleição de Luís Inácio "Lula" da Silva gerou grandes expectativas na centro-esquerda. Para a maioria dos escritores de esquerda, ela anunciará uma nova época de mudanças progressistas que, embora não revolucionárias, significariam o "fim do neoliberalismo". Figuras religiosas progressistas destacadas, como Leonardo Boff, anunciarão "mudança" iminente, que desafiará a hegemonia dos EUA e levará a uma grande participação popular. Frei Betto, um colaborador muito próximo a Lula, lançou um ataque virulento a críticos que questionaram algumas das nomeações feitas por Lula, no qual lembrou as raízes populares do presidente como ex-metalúrgico e líder sindical durante um quarto do século anterior. Olívio Dutra e Tarso Genro, dois membros da ala esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT), nomeados para cargos ministeriais menores no gabinete de Lula, exigiram medidas disciplinares (expulsão ou silenciamento) da senadora dissidente Heloísa Helena, que se opôs ao apoio do PT à eleição do senador direitista José Sarney para a presidência do Senado. Progressistas da Europa, dos Estados Unidos e da América Latina, bem como esquerdistas e seus movimentos, suas ONGs e seus jornais, uniram-se à comemoração da eleição presidencial de Lula e sua "agenda progressista" e sua "liderança na luta con-

tra o neoliberalismo e globalização". Enquanto mais de 100.000 participantes do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em janeiro de 2003, saudavam Lula como herói da esquerda e precursor de uma nova onda de regimes esquerdistas (juntamente com os presidentes Lucio Gutierrez, do Equador, e Hugo Chávez, da Venezuela), alguns dos intelectuais correligionários de Lula (como Emir Sader) pediram a Lula que não fosse a Davos fazer a defesa de seu programa de investimentos estrangeiros diante dos especuladores mais gananciosos e dos investidores mais ricos do mundo.

A relação entre os candidatos às eleições pelo partido e os movimentos de massa e suas lutas é importante indicador da trajetória futura de um partido

Além da grande maioria de intelectuais, ativistas de ONGs e políticos de esquerda, que apóiam Lula, de modo agressivo e inquestionável, como uma nova força progressista, os meios financeiros brasileiros e estrangeiros, as instituições financeiras internacionais (Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial, Wall Street, a City (centro financeiro) de Londres e destacados líderes de direita, como o primeiro

ministro britânico Tony Blair e o presidente Bush), elogiaram Lula como "estadista" e "líder pragmático". Em outras palavras, o grande capital, os banqueiros e os líderes políticos de direita vêem Lula como aliado na defesa de seus interesses contra a esquerda e os movimentos populares de massa.

Este ensaio analisará e avaliará as expectativas da esquerda e as percepções capitalistas, à luz das realidades política e econômica. A avaliação rigorosa do regime de Lula e de sua futura trajetória segue diversos procedimentos metodológicos:

(A) *O exame da dinâmica histórica do PT.* O PT não pode ser compreendido olhando-se simplesmente as suas origens, quase um quarto de século antes. Os partidos políticos evoluem, ao longo do tempo, assim como o fazem suas relações com a sua base original de apoio social, suas fontes de financiamento, sua composição partidária, participação dos filiados nos congressos e na estrutura interna do Partido, como apontaram, há muito tempo, sociólogos clássicos como Michels, Pareto e Weber. No caso do PT, a mudança em relação aos movimentos sociais, processos eleitorais e à máquina estatal é crucial.

(B) *A relação entre o PT e os governos federal, estaduais e municipais onde exerceu o poder.* Antes da eleição de Lula como presidente, o PT governou ou participou do governo de diversos Estados importantes (Rio Grande de

Sul, Distrito Federal, São Paulo) e de muitas cidades grandes e de porte médio, entre elas, Porto Alegre, São Paulo, Belém, Brasília, Florianópolis e outras. Os governos petistas, em todos os níveis, evoluíram nos últimos 25 anos, de social-democratas para neoliberais, e cumprem um importante papel ao fornecer ministros, altos funcionários e formulações políticas para o governo de Lula.

(C) O programa político-econômico do PT que mudou de forma bastante significativa, ao longo da década passada, e, particularmente, durante a campanha para a eleição presidencial de outubro de 2002. Entusiastas desinformados da eleição de Lula, sobretudo observadores estrangeiros, referem-se a programas petistas do passado, sem nenhuma relevância para as políticas atuais e as prioridades futuras imediatas. Os julgamentos *a priori*, as projeções de desejos profundamente enraizados, e o entusiasmo excessivo e irracional turvaram a avaliação de muitos dos torcedores brasileiros e estrangeiros de Lula com relação a suas práticas e prioridades socioeconômicas atuais.

(D) A campanha eleitoral e, mais importante, as alianças políticas e pactos econômicos que a acompanharam são importantes pontos de referência para uma análise séria e para a subsequente avaliação do regime de Lula. Na questão das campanhas eleitorais, o mais importante não é o lugar comum da "retórica populista", o "misturar-se com o povo", as promessas socioeconômicas de empregos e melhores padrões de vida ou mesmo as denúncias do neoliberalismo (que é praxe de políticos de todas as tendências e cores, desde o final da década de 1980), mas, sim, as alianças sócio-políticas, as visitas a Washington e Bruxelas e os pactos econômicos com o FMI e outros 'centros de poder'. Igualmente importante é a relação das campanhas eleitorais com as lutas de massa em curso: os políticos, durante as campanhas eleitorais, exigem que os movimentos cessem e desistam da ação direta, para não assustar as elites empresariais e financeiras, ou estimulam e combinam

a campanha eleitoral com as lutas de massa em curso? A relação, em períodos eleitorais, entre os candidatos às eleições pelo partido e os movimentos de massa e suas lutas, é um importante indicador da trajetória futura de um partido, quando seus candidatos eleitos assumem o poder.

(E) A (relação) "imagem" e "realidade" de um candidato é importante indicador da direção do partido e seu futuro caminho político no governo. A maior parte da propaganda eleitoral focaliza o perfil anterior do seu candidato, suas origens humildes, seus vínculos passados com as lutas populares e seus gestos "plebeus"; embora esses dados retrospectivos sejam importantes, são eles, não obstante, compatíveis com uma aceitação contemporânea por parte da elite do poder e com a transição para pactos com banqueiros e o grande capital. O que é decisivo é onde os políticos estão hoje e para onde vão. A análise de classe vulgar focalizará origens sociais, ao passo que a análise de classe rigorosa examinará a mobilidade de classe, os novos referentes de classe e a ressocialização política, ao longo da vida adulta. Há inúmeros exemplos, passados e atuais, de presidentes eleitos que começaram pobres e progressistas e terminaram ricos e reacionários, para não deixar de lado esta hipótese no caso de Lula. O mais recente é o presidente Toledo, do Peru, que se vestiu de camponês e se apresentou como ex-engraxate. Depois, recebeu um título de doutor nos EUA, atuou no Banco Mundial e, depois de eleito, implementou um programa neoliberal profundamente reacionário, apoiado pelo FMI e repudiado pela grande maioria dos peruanos, inclusive pela maioria dos eleitores pobres enganados pela sua folclórica propaganda eleitoral.

(F) A identidade, o histórico e as práticas político-econômicas dos ocupantes dos principais cargos ministeriais e na área econômica. As indicações ministeriais são decisivas na formulação de políticas e na definição do caráter de classe e nacional de um regime. Mais especificamente, os ministérios de Finanças, Economia, Agricultura e Rala-

ções Exteriores, assim como o Banco Central, determinam os parâmetros e as prioridades das políticas sociais e econômicas de um governo. Esses ministérios definem os orçamentos e as possibilidades dos demais. Por isso, o que importa não é o número de ministérios de uma ou outra tendência política, mas a perspectiva político-econômica dos ministérios-chave e do Banco Central.

(G) As decisões políticas e econômicas, nas primeiras semanas do regime de Lula, e as propostas de políticas estruturais, orçamentos, 'pactos' e alianças nos proporcionam uma base prática para avaliar a direção em que aquele regime avança - para onde econômicas do setor público, fixadas pelo presidente e sua equipe econômica com relação a dívida externa, orçamento, ALCA, taxas de juros, FMI, reforma agrária, aposentadorias e legislação trabalhista têm um grande impacto sobre as classes sociais e definem o caráter atual e futuro do governo.

Analisaremos o governo de Lula de acordo com esse método, de modo a chegarmos a uma avaliação realista e objetiva de sua natureza e suas perspectivas, seguindo os sete critérios mencionados acima.



## DINÂMICA HISTÓRICA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

"Marqueteiros" políticos atuais referem-se ao PT como um partido de trabalhadores, com base em seus supostos vínculos com movimentos sociais e seu profundo envolvimento na luta de classes e em outras lutas sociais. Esse foi o caso, por ocasião de sua fundação, há mais de duas décadas.

O fato mais significativo sobre o PT é sua mudança qualitativa, no decorrer do último quarto de século. Diversas modificações fundamentais ocorreram no PT: (1) relação com os movimentos sociais e suas lutas; (2) estrutura interna do partido e composição dos delegados ao Congresso do Partido; (3) programa e alianças políticas; (4) estilo de liderança.

Luiz Parra/Folha Imagem



*A vigorosa liderança do passado projeta, no presente, a titubeante sombra de um líder de massa*

## APARELHO ELEITORAL

O PT, na sua fundação, era um partido com um forte componente de movimentos sociais — trabalhadores sem terra, favelados, ecologistas, feministas, grupos culturais e artísticos, ativistas progressistas, tanto religiosos como de direitos humanos, e os principais novos sindicatos, inclusive os de metalúrgicos, professores, bancários e funcionários públicos. O PT cresceu em número de filiados e em influência, a partir de seu envolvimento direto nas lutas dos movimentos. Nesse inicio, as campanhas eleitorais complementavam, em grande medida, as lutas extra-parlamentares. Com o passar do tempo e os crescentes sucessos eleitorais, o setor “candidatável” do PT conquistou o controle do partido e, aos poucos, redefiniu o seu papel basicamente como um aparelho eleitoral, apoiando, da boca para fora, as lutas sociais e concentrando seus esforços dentro do aparelho e das instituições do Estado, formando alianças *de fato* com partidos burgueses. Uma minoria dos “candidatáveis do partido”, a ala da esquerda, continuou a apoiar os movimentos — a partir das instituições — oferecendo-lhes defesa legal, denunciando a repressão estatal e estimulando-os, com sua oratória, nas concentrações de massa. O que fica claro, no entanto, é que todas as tendências desses “candidatáveis” — à esquerda, o centro e à direita — não estavam mais atuando na organização cotidiana das massas, exceto no período anterior às campanhas eleitorais.

A segunda alteração básica se deu na composição do partido e dos seus congressos. Em meados da década de 1990, a maior parte do aparelho partidário compunha-se de funcionários contratados em tempo integral, profissionais, advogados, funcionários públicos, professores universitários e outros empregados de classes média e média-baixa. Os ‘ativistas voluntários’ desapareceram e/ou foram marginalizados à medida que o partido deixava as lutas de massa e partia para a busca de cargos oficiais e negociações com grupos empresariais e com um conjunto variado de partidos de centro-es-

Os “ativistas voluntários” desapareceram e/ou foram marginalizados à medida que o partido deixava as lutas de massa

querda a centro-direita.

O último Congresso do PT, antes da eleição de Lula, foi esmagadoramente (75%) de classe média, a maioria funcionários públicos, com um punhado de lideranças sindicais, do MST e de movimentos de direitos humanos.

Claramente, o PT não era mais um “partido de trabalhadores”, quer na sua composição, quer nos delegados aos congressos, quer em sua relação com os movimentos sociais, como antes das eleições. Além disso, muitos integrantes do PT, eleitos em âmbitos municipal e estadual, estavam envolvidos no mesmo tipo de alianças interclasses, com grupos empresariais e partidos burgueses, alianças essas com que o PT seguiria na campanha presidencial de 2002. Em outras palavras, a guinada do PT à direita, em nível nacional, foi precedida por padrão semelhante, em âmbitos estadual e municipal, durante a década de 1990. Mais significativo ainda, muitos dos principais dirigentes partidários e assessores futuros de Lula já praticavam políticas neoliberais em seus respectivos cargos de governo, mesmo quando o programa nacional do partido ainda falava de socialismo, anti-imperialismo e repúdio à dívida externa.

À medida que as eleições para 2002 se aproximavam, a direção nacional do PT, com Lula à frente, eliminou todas as referências programáticas ao socialismo e ao antiimperialismo, em sintonia com as práticas dos governantes neoliberais do partido e com o apoio

A ala radical das autoridades eleitas em Porto Alegre não chegou a municipalizar qualquer serviço essencial

majoritário dos seus delegados da classe média.

3. A terceira modificação significativa no PT é a evolução de seu programa. Em essência, as mudanças programáticas aconteceram em quatro etapas:

(1) Durante a década de 1980, o PT defendia uma sociedade socialista baseada numa democracia à base de assembleias, ligada aos movimentos sociais. O PT exigia o repúdio da dívida externa, uma redistribuição de terra em larga escala, com apoio financeiro técnico e de comercialização por parte do Estado, a socialização dos bancos, do comércio exterior e da industrialização nacional (com alguns setores pedindo a expropriação de grandes indústrias, e outros, a co-gestão dos trabalhadores). Essas posições radicais eram debatidas aberta e livremente por todas as tendências (desde os marxistas até os social-democratas), que até publicavam seus próprios jornais e divergências.

(2) Do final dos anos 80 ao final dos anos 90, o PT guinou à direita; o eixo do poder deslocou-se para uma “posição social-democrata” (defesa de um Estado de Bem-Estar Social), enquanto a esquerda marxista continuou com uma forte tendência minoritária. Os social-democratas controlavam o aparelho partidário, cada vez mais de classe média, enquanto os marxistas organizavam a oposição dentro do mesmo aparelho, e uns poucos, se é que havia algum, se voltando para a organização de massas para neutralizar a crescente fraqueza na máquina partidária. Embora o programa formal ainda mantivesse as exigências radicais iniciais, na prática, a maioria dos novos governadores e prefeitos eleitos não desafiaram as relações de propriedade existentes. A ala radical das autoridades eleitas em Porto Alegre introduziu a idéia de “orçamento participativo”, envolvendo comissões de moradores, porém não chegou a municipalizar qualquer serviço essencial, inclusive transporte, nem a estimular ocupações de terra ou as demandas dos trabalhadores sem-terra.

Além disso, o orçamento participativo se baseava em verbas alocadas pe-

os governos municipal e estadual, que estabeleciam as prioridades orçamentárias globais. Politicamente, isso representou que mesmo a ala radical do PT aprendeu a coexistir e cooperar com as elites financeiras, industriais e imobiliárias.

Isso significou que o debate entre a minoria marxista e a facção social-democrata dominante do PT girava em torno da linguagem programática, enquanto as diferenças de práticas entre elas eram, de fato, bastante estreitas.

A terceira fase do PT, mais ou menos entre o final dos anos 90 e a campanha eleitoral (2002), presenciou mais um deslocamento à direita, em termos programáticos. Até as referências retóricas ao marxismo, ao socialismo e ao repúdio à dívida externa desapareceram. A direção do partido estava em plena transição para o social-liberalismo, combinando a retórica populista contra a pobreza e a busca de alianças com elites empresariais, financeiras e agroexportadoras neoliberais. Durante a campanha, Lula repudiou o plebiscito sobre a ALCA, organizado pelo MST, setores progressistas da Igreja e outros grupos de esquerda. Ao invés disso, o PT exigiu "negociações para melhorar a ALCA". Em junho de 2002, aceitou um pacto com o FMI e acatou suas determinações sobre austeridade fiscal, superávit orçamentário para pagar os detentores de títulos da dívida pública, redução do gasto público e respeito a todas as empresas privatizadas. Os aspectos sociais desse programa liberal foram a declaração em favor de uma reforma agrária gradual (de dimensão não especificada), um programa "pobreza zero", com subsídios de alimentos a famílias e títulos de propriedade para posseiros urbanos.

A etapa final, na evolução do programa do PT, começa em 2003, como um partido na presidência do país. O governo do PT adota um ortodoxo programa neoliberal. A despeito de promessas de aumento dos gastos sociais, o regime de Lula cortou orçamentos, impôs austeridade fiscal, elevou as taxas de juros para atrair o capital espe-

culativo, e está negociando com os EUA a diminuição das barreiras comerciais. Em outras palavras, para o regime de Lula, suas diferenças com os EUA se referem à conversão de Washington a uma economia de mercado consequente. A maioria dos esquerdistas, ao redor do mundo, que vêem a vitória do PT e de Lula como o advento de mudanças sociais básicas, ou pelo menos importantes, para beneficiar os pobres e redistribuir a riqueza e a terra, fundamentam suas visões em imagens da realidade há muito ultrapassadas. No curso dos últimos anos, os militantes que construíram o partido por meio dos movimentos de base foram substituídos por "neolulistas", funcionários em ascensão social, profissionais sem nenhuma história de política classista, que entraram no partido para obter os privilégios do poder e facilitar os contatos de negócios. Os remanescentes social-democratas reformistas, mais antigos, foram deslocados para ministérios marginais ou, se ousarem questionar a hegemonia neolulista, estão sujeitos a medidas punitivas por "violar a disciplina partidária".

Assim como aconteceu na Inglaterra, onde o "New Labour" (Novo Trabalhismo) de Tony Blair, neoliberal, pró-imperialismo, substituiu o tradicional Partido Trabalhista, social-democrata, no PT, os estrategistas neoliberais, ortodoxos, de Lula, criaram um "Novo Partido dos Trabalhadores", sem conteúdo social, sem democracia.

## LIDERANÇA E DEMOCRACIA DO PARTIDO

Da sua fundação até o final dos anos 80, o PT teve uma vida interna vibrante, aberta, livre.

Os filiados compareciam às assembleias gerais e debatiam com os dirigentes, tornando-os responsáveis por suas formulações políticas, seus discursos e sua presença ou ausência em manifestações populares. A direção era coletiva e as diferentes tendências políticas defendiam suas posições sem medo de expulsão ou de punição. A observadores externos, especialmente cientistas sociais convencionais dos EUA, a vida partidária interna era "ca-

Na eleição de 1994, o PT tornou-se um partido personalista organizado em torno de Lula

ótica". Mesmo assim, foram feitos grandes progressos na filiação de novos membros, militantes se voluntariavam para atividades políticas e campanhas eleitorais, e o partido avançava, a despeito da hostilidade universal dos meios de comunicação de massa.

No final dos anos 80, no entanto, o grupo de "candidatáveis" da ala social-democrata do partido conquistou a hegemonia e passou a disciplinar e expulsar alguns setores da esquerda radical. As assembleias foram substituídas por reuniões dos funcionários de tempo integral, que, primeiro, implementavam as decisões políticas e, depois, abriam-nas para debate com seus companheiros radicais do aparelho partidário. Milhares de militantes começaram a se afastar, em parte pelo crescimento do clientelismo, em parte pelo surgimento de estruturas verticais e, em grande parte, porque o partido voltou-se quase exclusivamente para a política eleitoral. A maioria dos observadores externos continuaram a escrever sobre o PT como se ele fosse, ainda, a organização "horizontal de base" de anos anteriores, confundindo os debates entre as diferentes tendências (esquerda, direita e centro) do aparelho partidário com as assembleias populares do período inicial. Na eleição de 1994 e, com maior intensidade, desde então, o PT tornou-se um partido personalista, organizado em torno de Lula, como se este fosse a materialização da Vontade Popular, e dos círculos do partido competindo em suas bases de poder, nos governos estaduais e municipais. Cada vez mais, militantes voluntários foram substituídos por funcionários remunerados, por "apadrinhados" políticos indicados para cargos públicos e por profissionais de relações públicas especializados em pesquisas de opinião, em construção de imagem e em propaganda

de televisão. Foram quebradas normas rigorosas sobre o financiamento de eleições, à medida que a cúpula procurou obter e aceitou recursos de empreiteiros para pagar o novo e dispendioso estilo de campanha eleitoral na mídia.

No novo milênio, o partido era dirigido por um pequeno núcleo de assessores próximos e uma pequena elite de dirigentes partidários, comandada por José Dirceu, que rodeavam Lula e estimulavam sua liderança personalista, centralizada e crescentemente autoritária. Não havia mais abertura para debate sério dos programas. O programa do partido – isso foi dito a todos – seria o que Lula quisesse para se candidatar à presidência ou, mais tarde, para ganhar a campanha.

Lula decidiu, com sua roda de assessores, formar uma aliança com o Partido Liberal, de direita, sem consultar ninguém, menos ainda a massa da base, sobre sua mudança estratégica. O mesmo grupo impôs um programa social-liberal novo, por meio de seu controle sobre os funcionários de tempo integral, no Congresso do Partido, pouco antes das eleições de 2002. A direção pessoal, vertical, de cima para baixo, tornou-se a marca registrada do PT — algo bem distante de sua estrutura horizontal inicial.

A mudança para estruturas políticas autoritárias facilitou o repúdio de todas as demandas de reforma social que restavam no PT. Lula e seu grupo decidiram não apoiar o plebiscito sobre a ALCA, apesar de 11 milhões de brasileiros terem dele participado e mais de 95% terem votado contra a ALCA. Os neolulistas viram no plebiscito uma ameaça às suas alianças com a direita e, o mais importante, à sua reaproximação com a Casa Branca de Bush. Conforme o programa tradicional do PT ia sendo descartado e a abertura de Lula para a direita se aprofundava, seus assessores projetaram cada vez mais a imagem de Lula como “o homem do povo”, o “nordestino compassivo”, o “presidente metalúrgico”. Lula desempenhou com perfeição o duplo papel de neoliberal e de “trabalhador-presidente”: para os favelados,

ele distribuía abraços, lágrimas, apertos de mão e promessas; para o FMI, ele garantia superávits orçamentários para pagar os detentores dos títulos da dívida pública, a demissão de funcionários públicos e a promoção das elites agroexportadoras.

O PT, ao contrário da maioria dos neolulistas, é um partido que aspira a representar uma aliança entre grandes industriais e interesses do agronegócio nacionais, e bancos estrangeiros: espera manter a lealdade dos trabalhadores por meio de “pactos sociais” baseados em acordos entre patrões e sindicatos, que permitam aos empresários reorganizar o local de trabalho, demitir trabalhadores para diminuir custos, e aumentar o número de empregados de meio expediente e temporários. Em troca disso, os líderes sindicais receberão retribuição monetária e simbólica. A nomeação de petistas de esquerda para os Ministérios da Reforma Agrária e do Trabalho visa apaziguar os sindicatos e o MST, com representação simbólica, não substantiva. A tarefa dos ministros de esquerda é pregar “paciente” e fazer discursos radicais inconsequentes, em reuniões de trabalhadores da indústria e rurais sem-terra. Todos os ministros de esquerda enfrentam orçamentos limitados e uma estratégia econômica pró-empresarial que minarão quaisquer programas de reforma substanciais. Eles têm que suplicar aos ministros da área econômica, dominantes e neoliberais, qualquer desembolso financeiro residual, uma iniciativa com poucas chances de sucesso. Alguns ministros de esquerda podem renunciar, mas a maioria se adaptará à ortodoxia liberal e argumentarão em defesa do que chamam de “novo realismo” ou “possibilismo”.

O PT, como movimento dinâmico com base na classe trabalhadora urbana e camponesa, está morto. Vida longa aos neolulistas e a seu líder paternalista!

## A CAMPANHA ELEITORAL E A POLÍTICA DO GOVERNO DE LULA

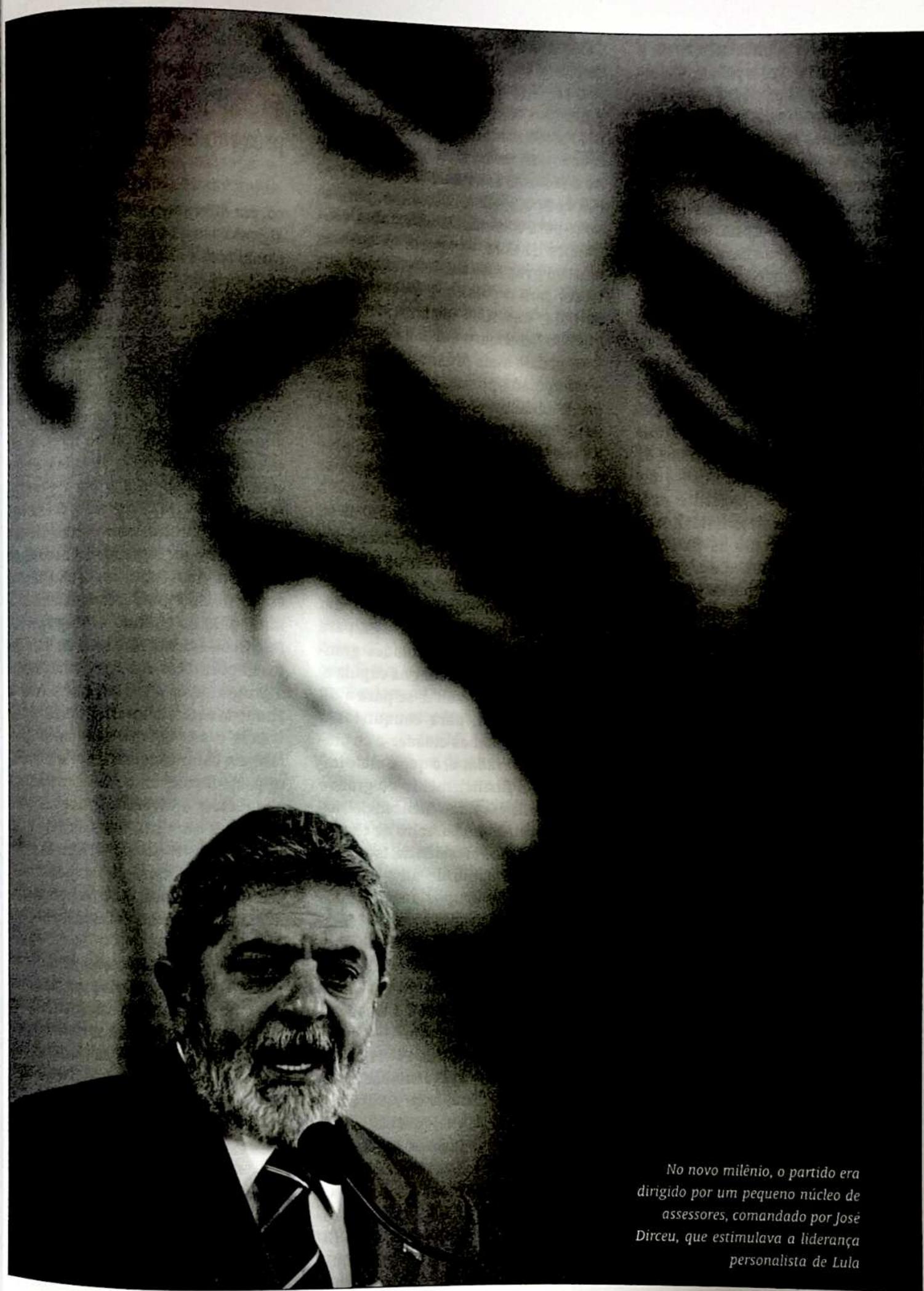
O passado pesou fortemente sobre o voto das massas em Lula e no PT; o

O presente e o futuro abrem novas perspectivas para os banqueiros e as élites nacionais

presente e o futuro, no entanto, abre novas esperanças e perspectivas para os banqueiros estrangeiros e as élites nacionais. É importante que se tenha em mente essas duas linhas de perspectivas e interesses, distintas e polarizadas, quando se analisam o apelo eleitoral de Lula entre a massa de professores e as políticas econômicas promovidas pelo PT, depois de sua eleição. Os acordos e pactos sociais de Lula, durante sua campanha eleitoral, refletem a evolução do PT, na década anterior, e pronunciaram as políticas neoliberais e todoxas que empreendeu imediatamente depois da posse.

Diversos fatores fundamentais, durante a campanha, prefiguraram as ameaças ministeriais e as políticas neoliberais seguidas por Lula, após sua eleição: (1) os seus assessores econômicos e de campanha; (2) a escolha de aliados políticos; (3) o caráter do programa sócio-econômico; (4) o acordo com o FMI; e (5) as promessas de encontrar com autoridades dos EUA, com banqueiros e investidores estrangeiros, e com as elites industriais e agroexportadoras domésticas.

Um pequeno núcleo de assessores de campanha desempenhou a função maior de moldar a campanha presidencial de Lula - assessores conhecidos há muito tempo por suas credenciais neoliberais. Com efeito, Lula souu por cima de todas as normas democráticas e estatutos do partido. A organização da campanha, inclusive o processo de selecionar seu parceiro chapa, o candidato a vice-presidente e de formular seu futuro programa. Três assessores se destacaram. Antônio Palocci, ex-prefeito petista de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, que ordenou a plataforma da campanha



*No novo milênio, o partido era dirigido por um pequeno núcleo de assessores, comandado por José Dirceu, que estimulava a liderança personalista de Lula*

PT e estabeleceu sólidos laços com a elite empresarial. Foi o principal porta-voz do PT sobre política econômica, durante a campanha, e chefiou a equipe de transição, após as eleições. Palocci também projetou o acordo do PT com o FMI e foi o arquiteto das políticas econômicas ortodoxas monetaristas e de austeridade fiscal. Posteriormente, Lula o nomeou para o Ministério da Fazenda. Como prefeito de Ribeirão Preto, Palocci se aliou à elite empresarial local e barões do açúcar (*Financial Times*, de 15 de novembro de 2002, p.3). Privatizou as empresas municipais de telefonia e água e também, parcialmente, o sistema de transporte público municipal. Afora alguns planos de construção de moradias de baixo custo, suas políticas neoliberais foram uniformemente negativas para os pobres. O índice de criminalidade aumentou, assim como as filas nos hospitais municipais. Depois de sete anos no governo, somente 17% das águas servidas da cidade estavam sendo tratadas. Igualmente grave, as contas de água e os impostos regressivos subiram e o Ministério Público está investigando 30 acusações de corrupção no governo municipal, relativas a contratos de obras públicas. Em consequência das políticas reacionárias de Palocci, Lula mal venceu as eleições em Ribeirão Preto (em contraste com os seus 24 pontos de vantagem, em âmbito nacional).

José Dirceu, ex-presidente do PT, é o assessor mais influente de Lula, durante quase uma década. Foi a força principal na engenharia da transição da social-democracia para o neoliberalismo. Foi nomeado chefe da Casa Civil e controla os assuntos diários da agenda e as nomeações do presidente, além de exercer poder disciplinar sobre deputados e senadores do PT, para assegurar que eles votem na linha neoliberal, no que diz respeito a nomeações, legislação e prioridades. Dirceu já demonstrou sua mão pesada quando ameaçou expulsar a senadora Heloísa Helena por ela se recusar a votar a favor de Henrique Meirelles, ex-executivo principal do Banco de Boston, para a presidência do Banco

Central, e em José Sarney, senador de direita, para a presidência do Senado.

O terceiro assessor próximo a Lula, durante a campanha, foi Marcos Lisboa, professor universitário, liberal ortodoxo e ferrenho monetarista. Segundo a *Folha de São Paulo* (22 de dezembro de 2002), ele foi escolhido por Palocci para formular a estratégia econômica de Lula. Faz parte de um numeroso grupo de neolulistas que pularam para o palanque de campanha de Lula, nas suas últimas semanas, quando ficou claro que Lula ganharia. Este círculo mais próximo de assessores é apoiado por uma roda mais ampla de senadores, governadores e prefeitos neoliberais, fortemente aliados a interesses empresariais e que promoveram políticas de privatização.

### GRUPOS EVANGÉLICOS

Esses assessores-chave, juntamente com Lula, decidiram sobre as alianças políticas para promover a sua eleição. A estratégia consistiu, primeiro, em consolidar o controle sobre o PT, para assegurar o apoio nas cidades grandes, em concentrar poder na cúpula e, na seqüência, em voltar-se para a direita neoliberal, para conquistar o apoio das pequenas cidades e de áreas rurais atrasadas e, o que é mais importante, o financiamento do grande capital. Lula escolheu Alencar, do Partido Liberal, como parceiro de chapa, candidato à vice-presidência. Isso trouxe para Lula apoio de uma minoria substancial de grupos empresariais brasileiros e de grupos evangélicos de direita que apoiavam Alencar, ele próprio um dos capitalistas têxteis mais ricos do país e nada amigo dos sindicatos, muito menos dos de trabalhadores das suas indústrias.

Embora a esquerda do PT tenha feito objeções verbais, acabou por engolir a decisão de Lula, já que não tinha outro recurso, ou qualquer chance de alterar a escolha, uma vez que a questão nunca havia sido debatida fora do círculo de Lula. Dirceu, Palocci e seus aliados partidários regionais dedicaram-se, então, a formar pactos políticos com partidos de centro-direita e de direita, por todo o espectro políti-

As alianças coincidiram com a ideologia neoliberal no interior do círculo mais próximo de Lula

co, em diferentes Estados do país. Em alguns casos, os pactos da direita minaram candidatos locais do PT, levando o partido a perda de vários governos estaduais. Que fica claro, dessas alianças eleitorais com partidos de direita, é que elas não foram iniciativas "oportunistas" ou meramente táticas eleitorais. Ao contrário, as alianças coincidiram com a ideologia neoliberal no interior desse círculo mais próximo de Lula e entre setores fundamentais dos representantes do PT no Congresso. Os novos aliados da direita, mas os neolulistas que haviam ingressado recentemente no PT, serviam como um contrapeso à esquerda do PT, reduzindo mais a sua influência no partido e no governo. Isso ficou evidente no caso de dois fatos importantes durante a campanha: o programa do PT e seu pacto com o Fundo Monetário Internacional.

Lula e sua equipe neoliberal fizeram um esforço consistente e coerente para demonstrar suas credenciais neoliberais a diversos grupos-chave, entre eles o centro financeiro de Wall Street, o governo Bush, o FMI e as principais elites financeiras e industriais brasileiras. Palocci foi uma ponte fundamental em todas essas negociações cruciais.

O programa eleitoral do PT contemplou todas as principais preocupações das elites financeiras e industriais. As empresas privatizadas seriam respeitadas. Os pagamentos da dívida externa continuariam. Políticas fiscais rigidas seriam rigorosamente adotadas. "reforma" trabalhista e da previdência estaria no topo da agenda (reforma = enfraquecimento dos direitos sindicais e da legislação trabalhista, redução das aposentadorias e pensões do setor público). Os salários não seriam indexados, mas os títulos e os pagamentos da dívida, sim.

O programa do PT era uma nítida continuação das desastrosas políticas neoliberais do presidente Fernando Henrique Cardoso, que encerrava seu mandato, e, em alguns casos, até uma radicalização da sua agenda liberal.

Para demonstrar ainda mais sua ortodoxia liberal aos banqueiros e indus-

Ao cooptar a esquerda, destinando-lhe os ministérios marginais, Lula espera neutralizar as tensões populares

ciais, a equipe de Lula assinou um pacto com o FMI, apenas poucas semanas antes de sua vitória eleitoral. Em troca da garantia de um empréstimo de US\$30 bilhões, por um período de quatro anos, Lula concordou em cumprir rigorosamente todas as condições tipicamente retrógradas fixadas pelo FMI. Uma vez empossado, Lula até foi além dessas duras medidas. O acordo com o FMI abrangia as típicas medidas recessivas do controle inflacionário mediante renúncia ao estímulo do crescimento com injeção de capital novo, a aceitação do desastroso programa de privatizações desencadeado pelo presidente Cardoso e uma meta de superávit orçamentário (além do que é desembolsado para o pagamento de juros) de 3,75% do Produto Interno Bruto, para 4,25%, garantindo, assim, antecipadamente, que pouco ou nenhum recurso estaria disponível para quaisquer das promessas, feitas por Lula, do programa de "pobreza zero", sem falar no financiamento de um abrangente programa de reforma agrária.

Lula nomeou um ex-presidente de um banco de investimentos multinacional dos EUA (Fleet Boston Global Bank), Henrique Meirelles, para comandar o Banco Central. Meirelles havia apoiado a ortodoxa agenda neoliberal de FHC e admitiu ter votado em José Serra, adversário de Lula, na eleição presidencial. O Ministério da Fa-

zenda está nas mãos do neoliberal ortodoxo Antonio Palocci, da extrema-direita do PT. Luiz Fernando Furlan, o milionário presidente da agroindústria Sadia, foi nomeado por Lula para o Ministério do Comércio e Desenvolvimento. Roberto Rodrigues, presidente da Associação Brasileira de Agronegócios e ferrenho defensor de lavouras transgênicas, foi escolhido para o Ministério da Agricultura (*Financial Times*, de 17 de dezembro de 2002, p.3). Como porta-voz dos maiores gigantes multinacionais de produtos primários ("commodities"), Rodrigues se junta à Monsanto, o grupo internacional voltado para a agricultura e biotecnologia e que trava, há muito tempo, uma batalha para permitir as vendas das sementes de soja geneticamente modificada (GM Roundup Ready). A equipe econômica de Lula, composta por ideólogos neoliberais e milionários, esboçou a agenda pró-grande capital, antes mesmo de ser empossada.

Desde o inicio, ficou claro que as expectativas populares entre os 52 milhões de eleitores de Lula e os 200.000 que festejaram a sua posse seriam profundamente frustradas, logo que essa equipe econômica começou a aplicar a agenda do FMI. Lula ampliou ainda mais o poder da direita ao nomear Gilberto Gil, que apoiara FHC, como Ministro da Cultura, e Cristóvam Buarque, ex-governador de Brasília pelo PT e grande defensor das privatizações, como Ministro da Educação. O ex-embaixador de FHC nos EUA, Celso Amorim como Ministro das Relações Exteriores. Para apaziguar a centro-esquerda do PT, Lula fez várias nomeações de funcionários para ministérios que serão, em grande medida, impotentes, tendo em vista as rígidas políticas fiscais e monetárias impostas pela equipe econômica empresarial de Lula. Ao cooptar a esquerda, destinando-lhe os ministérios marginais, Lula espera neutralizar as tensões populares e cultivar ilusões entre os líderes dos movimentos sociais de que o seu regime é "equilibrado". Para os sete sindicalistas, as quatro mulheres e os dois negros no gabinete, a mobilidade ascendente supera preocupações com polí-

ticas neoliberais. Para assegurar a implementação de políticas neoliberais, Lula está tentando aprovar a emenda constitucional que tornará o Banco Central mais sensível a investidores e banqueiros estrangeiros, tornando-o "autônomo" em relação ao legislativo nacional e ao presidente.

Paralelamente à escolha de grandes capitalistas para o gabinete, a equipe de Palocci, Dirceu e seus assessores econômicos rapidamente se movimentou para demonstrar sua lealdade ao imperialismo dos EUA, às grandes casas de investimento e à elite industrial brasileira. Entre a eleição de Lula e sua posse, seus assessores neoliberais garantiram aos EUA que a ALCA (a Área de Livre Comércio das Américas) era um quadro preliminar para negociações. Três semanas após a eleição de Lula, Peter Allgeier, vice-representante comercial dos EUA, declarou: "Nós seremos capazes de trabalhar com o novo governo (de Lula) em questões de comércio abrangentes na Organização Mundial do Comércio, na ALCA e bilateralmente. O meu sentimento é muito favorável, após ter conversado com várias pessoas ligadas ao presidente-eleito" (*Financial Times*, de 22 de novembro de 2002, p.4). Imediatamente após a eleição, a equipe de Lula já estava assentando as bases para estabelecer estreitos laços econômicos com o imperialismo dos EUA, um ponto não percebido por muitos dos intelectuais brasileiros de esquerda, como Emir Sader, que continuaram a elogiar a política externa nacionalista de Lula (*Punto Final*, de dezembro de 2002, p.2). Algumas semanas antes da posse, Lula se encontrou com Bush, em Washington, quando os dois acertaram uma reunião comercial de cúpula, para o segundo trimestre de 2003. Além disso, Lula também se encontrou com o representante comercial dos EUA, Robert Zoellick, para discutir como a co-gestão ("co-chairs") das negociações sobre a ALCA poderiam acelerar sua implementação (*Financial Times*, de 22 de janeiro de 2003, p.12). A posição do PT favorável à ALCA e aos EUA ficou evidente quando Lula se recusou a apoiar os plebiscitos sobre a ALCA e a

Parte da estratégia pragmatista é a tentativa de desacreditar os ex-comunistas que permanecem no governo. O que é feito é tentar associar os ex-comunistas ao "esquerda extrema". A estratégia é degradar o ex-comunismo, e não só o ex-comunismo, para que o ex-comunismo seja sempre visto como algo que é ruim, que é errado, que é perniciosa. E é isso que está acontecendo.

Na verdade, o que está acontecendo é que o ex-comunismo é visto como algo que é ruim, que é errado, que é perniciosa. E é isso que está acontecendo.



▲ Os "excomungados" do pragmatismo do governo Lula: Babá, Luciana Genro, João Fontes e a senadora Heloisa Helena

mais uma vez, o que é importante é que o ex-comunismo é visto como algo que é ruim, que é errado, que é perniciosa. E é isso que está acontecendo.

Na verdade, o que está acontecendo é que o ex-comunismo é visto como algo que é ruim, que é errado, que é perniciosa. E é isso que está acontecendo.

Na verdade, o que está acontecendo é que o ex-comunismo é visto como algo que é ruim, que é errado, que é perniciosa. E é isso que está acontecendo.

Na verdade, o que está acontecendo é que o ex-comunismo é visto como algo que é ruim, que é errado, que é perniciosa. E é isso que está acontecendo.

base dos EUA, em Alcântara, no Maranhão, apesar dos seus mais de 10 milhões de votantes. A decisão, tomada por Lula, de repudiar os 95% dos votantes contra a ALCA e a base dos EUA e de partir para uma subordinação maior, imediatamente após as eleições, mostra o maciço engodo perpetrado por sua campanha eleitoral. À medida que a posse de Lula se aproximava, o núcleo neoliberal, no comando do governo, deixou claro que a austeridade orçamentária e as taxas de juros altas teriam precedência sobre iniciativas de desenvolvimento do país e redução da pobreza.

Embora muitos petistas de esquerda tivessem dúvidas sobre a aliança de Lula com o núcleo duro da direita neoliberal, inclusive sobre pactos eleitorais com o ex-presidente José Sarney e os corruptos ex-governadores de São Paulo, Orestes Quérzia e Paulo Maluf, continuaram eles a classificar o regime de Lula como um governo "em permanente disputa e tensões", sem uma direção fixa. Cegos pela presença de ex-esquerdistas em cargos ministeriais menores, não perceberam os profundos vínculos estruturais e políticos dos principais formuladores da política econômica e externa.

Lula "apertou todos os botões" para agradar a Bush. Criticou publicamente os presidentes Chávez, da Venezuela, e Fidel Castro, de Cuba, antes de sua posse. O discurso de posse de Lula foi uma obra prima de duplicitade - destinado tanto a levar seus apoiadores das classes baixas a dançar na rua quanto a assegurar aos banqueiros estrangeiros que o seu governo era "o governo deles". O discurso falava de "mudanças", "novos caminhos", e do "esgotamento do modelo (neoliberal)", que ele, então, qualificou, ao se referir a um "processo gradual e contínuo" baseado em "paciente e perseverança". Mencionou, então, o "fome zero" como a prioridade de seu governo. Falou de reforma agrária e de desenvolvimento do mercado interno, mas também saiu em defesa das elites agroexportadoras e do livre comércio e contra o protecionismo e subsídios. Após ter nomeado os neoliberais mais rígi-

dos para todos os principais postos da área econômica, ele não poderia tomar um "novo caminho". Após assinar o acordo de austeridade orçamentária com o FMI, não haveria como ele financiar novos empregos e o "fome zero". Ao priorizar as medidas antiinflacionárias concebidas pelo FMI, não haveria qualquer modo de Lula baixar as taxas de juros para promover o mercado interno.

O discurso duplo oculta uma prática única, a de continuar e aprofundar o mesmo modelo que havia denunciado como produtor de estagnação e fome. Uma vez no cargo, Lula logo demonstrou o vazio de suas promessas de bem-estar social.

### PRESIDENTE LULA NO PODER: FORÇANDO O NEOLIBERALISMO AO LIMITE

Os neoliberais nomeados por Lula para posições econômicas estratégicas estabeleceram o arcabouço econômico estratégico para a formulação de políticas macroeconômica, microeconômica e social. Para compreender o que ocorreu, desde que Lula assumiu o governo, é fundamental tanto entender a filosofia subjacente que orienta seu regime quanto ignorar suas encenações teatrais perante as massas e seus gestos populistas destinados a apaziguar os pobres, os movimentos sociais e os dissidentes do PT.

A filosofia operacional do governo do PT possui vários postulados básicos: (1) o Brasil está numa crise que só pode ser enfrentada por meio da implementação das políticas de austeridade promovidas pelas instituições financeiras internacionais, para conseguir novos fluxos de empréstimos e investimento estrangeiros, identificados como os principais agentes de desenvolvimento (*Financial Times*, de 16 de janeiro de 2003, p.2); (2) o Brasil somente crescerá mediante a oferta de incentivos a grandes empresas nacionais, ao agronegócio e a multinacionais estrangeiras (ver: "Lula em Davos", *Financial Times*, de 27 de janeiro de 2003, p.2). Esses incentivos incluem redução de impostos e de benefícios trabalhistas e o fortalecimento das po-

sições patronais nas negociações com os trabalhadores; (3) o livre mercado, com o mínimo de intervenção, regulamentação e controle estatais, é essencial para solucionar os problemas de crescimento, desemprego e desigualdades. A principal tarefa fixada pela equipe econômica é a de promover as exportações brasileiras para os mercados estrangeiros – contra os mercados internos – bem como pressionar os EUA e a Europa para liberalizar seus mercados (*Financial Times*, de 16 de janeiro de 2003, p.2); (4) o crescimento resultará da estabilidade de preços, dos fluxos de capital estrangeiro, de uma política fiscal rígida e, acima de tudo, do pagamento rigoroso das dívidas públicas e externas, donde a necessidade de cortar os orçamentos governamentais, particularmente dos setores sociais, de acumular um superávit orçamentário para o pagamento da dívida, e de controlar a inflação. Uma vez alcançada a estabilidade (o "remédio amargo"), a economia alçará vôo para um crescimento das exportações impulsionado pelo mercado, financiando os programas de combate à pobreza e à fome. Gastos sociais "prematuros", a elevação do salário mínimo, os programas de combate à pobreza, e a reforma agrária "desestabilizariam" a economia, minariam a "confiança do mercado" e levariam ao aprofundamento da crise e ao agravamento da situação do povo (*Tiempos del Mundo*, República Dominicana, de 20 de fevereiro de 2003, p.7).

Esses pressupostos filosóficos e doutrinários neoliberais da política econômica de Lula proporcionam a base para análise e crítica. Em primeiro lugar, devemos considerar a experiência histórica recente do Brasil, para avaliar criticamente tais pressupostos teóricos, e, em seguida, voltar-nos para as políticas específicas propostas ou implementadas pelo governo Lula e avaliar seu provável impacto sobre o desenvolvimento econômico, as desigualdades de classe e a questão social.

Lula, tanto em termos da filosofia neoliberal que orienta sua equipe econômica, quanto nas práticas econômicas concretas, representa uma conti-

## No mínimo, a política econômica de Lula amplia a agenda liberal, ao procurar reduzir aposentadorias de assalariados

nuidade, uma ampliação e um aprofundamento das desastrosas políticas neoliberais seguidas pelo governo de F.H. Cardoso. Em todas as principais questões de política econômica - pagamento da dívida, livre mercado, privatização, monetarismo, o governo Lula segue as fracassadas políticas do regime de FHC (*Financial Times*, de 20 de dezembro de 2002, p.2). Essas políticas conduziram a oito anos de estagnação econômica, a profundas desigualdades sociais, ao crescimento do endividamento e a um quase colapso de um sistema financeiro dependente quase inteiramente dos voláteis fluxos externos de capital especulativo. No mínimo, a política econômica de Lula amplia a agenda liberal, ao procurar reduzir aposentadorias de assalariados, aumenta a fatia do orçamento destinada aos pagamentos da dívida e supera grandemente FHC em termos de cortes no orçamento social. Se considerarmos F.H. Cardoso um neoliberal ortodoxo, o regime de Lula pode ser classificado como um Talibã neoliberal.

### IMPLEMENTANDO O DOGMA NEOLIBERAL

Uma coisa deve ser dita sobre a equipe econômica de Lula. Ela não perdeu tempo em cumprir suas promessas feitas, antes da posse, a instituições financeiras e banqueiros internacionais e às elites industriais locais. Não há gesto de conciliação (*Financial Times*, de 24 de janeiro de 2003, p.2) entre os 52 milhões de eleitores com expectativas de melhoria social e o compromisso de Lula com as elites econômicas. Poucos governos ex-esquerdistas mudaram tão rapidamente e tão decisivamente para adotar e implementar uma agenda de direita, como fez o governo Lula.

### ORÇAMENTO

Em sintonia com as exigências com FMI e as elites econômicas, o governo Lula cortou o orçamento em US\$3,9 bilhões (*Financial Times*, de 11 de fevereiro de 2003, p.66; *La Jornada*, de 11 de fevereiro de 2003). Os cortes incluiram uma redução do salário mínimo, dos prometidos US\$ 69 para US\$ 67 mensais, a vigorar em maio de 2003, cinco meses após Lula assumir o governo. Dada a forte subida da inflação, o mínimo ficará abaixo do nível miserável do governo anterior, de FHC. Mais de US\$ 1,4 bilhão, dos US\$ 3,9 bilhões, sairão do setor social. Uma análise mais detalhada dos cortes no orçamento revela que eles prejudicarão os programas de alimentação, a educação, a segurança social, o trabalho, o desenvolvimento agrário, as cidades e a promoção social. Os cortes dos setores sociais representam, em conjunto, 35,4% do total da redução. Mesmo o tão divulgado projeto "menino dos olhos" de Lula, o "Fome Zero", sofreu um corte de US\$10 milhões, deixando US\$492 milhões para atender aos 40 milhões de brasileiros mal nutridos. Os cortes significam que a verba orçamentada para os famintos corresponde, por pessoa, a US\$10 por ano, ou US\$85 centavos por mês, ou US\$2,5 centavos por dia. A principal razão para os cortes, na área social e em outras, foi aumentar o superávit orçamentário para poder fazer frente aos pagamentos ao FMI e da dívida. Os talibãs neoliberais de Lula elevaram o superávit dos 3,75% do PIB, acertados, em junho de 2002, com o FMI (no governo de FHC), para 4,25%, em fevereiro de 2003, sob a liderança do ex-metalúrgico e "presidente do povo". Em outras palavras, Lula aumentou de US\$17 bilhões para US\$19,4 bilhões, ou quase 14% de elevação, a verba orçamentária para cumprir as obrigações da dívida. O acréscimo de US\$ 2,4 bilhões representou uma transferência direta do orçamento da área social para os detentores de títulos brasileiros e estrangeiros. Lula transferiu recursos dos paupérrimos e das classes trabalhadora e média para os muito ricos.

As políticas orçamentárias do gover-

no Lula agravarão, não reduzirão, as infames desigualdades brasileiras. O gesto teatral do presidente, de pedir "perdão" ao povo pobre que votou, por impor-lhe esse "remédio amargo", certamente não despertarão muita simpatia dos milhões que ganham salário mínimo, que verão declinar tanto os seus magros rendimentos quanto os serviços públicos de que dependem. Certamente os cortes no gasto público não darão qualquer estímulo à economia, sendo mais provável que aprofundem a recessão econômica.

### MERCADOS LIVRES TALIBÃ NEOLIBERAL

Tanto Lula como Palocci, seu ministro da Fazenda, rejeitaram qualquer protecionismo, ampliaram o programa de privatização e se recusam a corrigir os piores abusos das empresas privadas. Palocci defende as regulações internacionais (políticas da Organização Mundial do Comércio) como um meio de atrair o investimento estrangeiro, rejeita o protecionismo para as indústrias locais e privilegia o capital estrangeiro nas concorrências públicas (para contratos governamentais). Ele argumenta que "o Brasil não quer se fechar. Queremos navegar pelos mares abertos do mercado global." (*Financial Times*, de 16 de janeiro de 2003, p.2). Ele rejeitou qualquer intervenção estatal, como "mecanismos artificiais" de financiamento público para estimular a demanda do consumo entre os milhões de brasileiros empobrecidos. "Criando-se as condições certas, as forças do mercado aumentarão a renda e a produtividade das empresas", segundo o czar econômico de Lula. Este talibã neoliberal convenientemente esquece que foram precisamente as "forças do mercado", no Brasil, que geraram pobreza em larga escala e as piores desigualdades do mundo, nos últimos 100 anos de expansão capitalista.

Palocci, com o inquestionável apoio do presidente Lula e do resto da equipe econômica, anunciou a privatização de quatro bancos estatais, a "privatização" do Banco Central (a pretexto de autonomia em relação a autoridades

**Brasil seguirá uma política de austeridade atrás da outra, sofrendo uma austeridade sem fim**

eleitas) e a promoção de uma lei que garante ao capital estrangeiro 100% do controle de um setor substancial da indústria de telecomunicações do Brasil. Diante da incapacidade da AES, uma companhia de energia elétrica dos EUA, de honrar pagamentos relativos à sua aquisição da Eletropaulo, uma distribuidora de energia elétrica de São Paulo, os ministros da área econômica de Lula recusaram-se a re-nacionalizar a empresa, apesar de sua gritante má gestão financeira (*Financial Times*, de 26 de fevereiro de 2003, p.15).

A crença dogmática nas virtudes do capital estrangeiro como o motor do crescimento deixa o governo Lula cego para a precariedade e a vulnerabilidade dessa estratégia de amarrar o desenvolvimento do Brasil ao capital financeiro internacional. Por exemplo, durante a última semana de janeiro de 2003, a moeda brasileira (real) perdeu 10% do valor, revertendo ganhos das três semanas anteriores. A diferença do rendimento ("yield spread") dos títulos brasileiros em relação aos do Tesouro dos EUA aumentou 2%, passando a 14%. Declarações de austeridade doméstica e outras de cunho neoliberal não bastaram para compensar as tensões internacionais. Com efeito, ao adotar a agenda neoliberal e a dependência financeira, o Brasil seguirá uma política de austeridade atrás da outra, sofrendo uma austeridade sem fim. O horizonte para 2003 é de mais cortes orçamentários, para compensar os temores do mercado com a guerra (*Financial Times*, de 29 de janeiro de 2003, p.2). O Banco Central será forçado a elevar a taxa de juros, para atrair capital especulativo, em detrimento de industriais e produtores agrícolas nacionais. Assim como em todo outro setor de política econômica, Lula tem consistentemente rever-

tido posições: quando foi eleito, prometeu taxas de juros mais baixas. Durante os primeiros dias no governo, o Banco Central aumentou as taxas de 25% para 25,5% e, um mês depois (19 de fevereiro de 2003), para 26,5%, impedindo, assim, qualquer possibilidade de recuperação econômica e investimento nacional.

### **PREÇOS**

A política de Lula para questões relativas aos consumidores e à saúde decorre diretamente do dogma neoliberal e prossegue em completa oposição às expectativas dos seus correligionários populares. O governo aprovou novos aumentos de tarifas de empresas privadas de serviços de utilidade pública, sobrecarregando os pobres (*Financial Times*, de 18 de fevereiro de 2003, p.4). Em fevereiro, Lula eliminou controles de preço de 260 produtos farmacêuticos e prometeu liberar 3.000 medicamentos desse controle, em junho de 2003.

Numa estranha virada, para compensar o declínio dos padrões de vida, Lula prometeu instalar 4.200 computadores para os pobres e dar a eles 10 minutos diários de acesso gratuito. Dada a compressão salarial, o aumento de preços e o potencial de descontentamento, Lula está se assegurando da lealdade da Polícia Federal – garantiu-lhe um aumento salarial de 10%.

### **APOSENTADORIAS**

O governo Lula, fiel aos senhores do FMI, aponta o sistema de aposentadorias e pensões como fonte dos déficits fiscais.

Ignorando a evasão fiscal generalizada por parte dos ricos, as concessões fiscais por longos períodos e os incentivos às empresas multinacionais, Lula, como um verdadeiro neoliberal, propõe uma redução maciça das aposentadorias e pensões, especialmente de servidores públicos. Citando um punhado de aposentadorias generosas de alguns altos funcionários, Lula está determinado a reduzir os benefícios previdenciários do setor público para os baixos níveis do setor privado. Num gesto de divertido charlatanismo, Lula

apresenta a sua reforma da previdência como uma batalha por igualdade: abaixar as aposentadorias e pensões do setor público para o nível do privado é igualar a miséria, ao passo que medidas igualitárias progressistas elevariam as aposentadorias mais baixas.

Os cortes no financiamento da previdência social prometem ser de bilhões de dólares, e essas economias serão dirigidas para a redução de impostos para a elite industrial. As políticas previdenciárias provavelmente irão agravar ainda mais as desigualdades de classe, empobrecendo aposentados e pensionistas e enriquecendo a elite industrial. Não é a toa que Lula foi ovacionado pelos super-ricos em Davos. Caio Koch Weser, Ministro de Finanças da Alemanha, declarou sobre Lula: "O fundamental é que o ímpeto da reforma (neoliberal) aproveite a enorme credibilidade trazida pelo presidente" (*Financial Times*, de 27 de janeiro de 2003, p.2).

A deliberada manipulação que Lula faz de sua origem operária para promover uma agenda do grande capital foi e é muito apreciada pelos astutos financeiros, tanto na Europa quanto nos EUA.

### **ALCA E O IMPERIALISMO DOS EUA**

Em toda a América Latina, surgiram movimentos populares de massa protestando contra a ALCA.

Milhões de camponeses do México, Equador, Colômbia, Bolívia, Paraguai e Brasil bloquearam estradas e exigiram que os governos rejeitassem a ALCA. No Brasil, em 2002, foi realizado um plebiscito sobre a ALCA, apoiado pelo MST, por grupos progressistas da Igreja, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e por partidos de esquerda, exceto o PT. Mais de 10 milhões de eleitores participaram e mais de 95% votaram contra a ALCA e a base militar em Alcântara, Maranhão. Lula recusou-se a participar e ordenou o não-envolvimento do PT. Eleito, ignorou os 10 milhões de votos contra a ALCA e aceitou ser co-parceiro dos EUA nas negociações para consumar o acordo sobre a ALCA.

Lula alegou que seu plano de "fome zero" era "muito mais do que uma doação emergencial de comida"

A ALCA é um acordo comercial abrangente e radical que, se implementado, irá transferir todas as políticas sobre comércio, investimento e outras de natureza econômica para uma comissão econômica dominada pelos EUA, provavelmente ali localizada, que supervisionaria a privatização e a aquisição das estatais lucrativas de serviços públicos, petróleo, gás, e outras indústrias estratégicas que restaram. Num discurso proferido no National Press Club (Clube da Imprensa Nacional), em Washington, Lula comprometeu-se a criar um pacto comercial no hemisfério ocidental. Prometeu, também, levar adiante a Área de Livre Comércio das Américas e mostrou-se extasiado por sua relação com o presidente Bush. "Minha impressão de Bush foi a melhor possível." (*Financial Times*, de 11 de dezembro de 2002, p.5). A principal objeção de Lula e sua equipe econômica à ALCA é que ela deve reduzir as barreiras comerciais para os grandes agroexportadores do Brasil. A aceitação, pelo "trabalhador-presidente", do presidente militarista mais agressivo dos EUA, envolvido em preparativos de uma guerra de genocídio contra o Iraque e da derrubada militar do governo de Hugo Chávez, eleito democraticamente, deve atingir de fato o ponto mais baixo do servilismo político na história política brasileira.

Como demonstrado por muitos economistas críticos, a ALCA destruirá a agricultura familiar e a pequena lavoura de subsistência, aumentará o número de trabalhadores rurais sem-terra, a fome e a migração em massa para as favelas urbanas, tornando ridículo o programa "fome zero" de Lula. A distribuição miserável de ajuda alimentar temporária não compensará os milhões de novos pobres e indigentes, gerados pelas suas políticas neoliberais doutrinárias. Lula alegou que seu

plano de "fome zero" era "muito mais do que uma doação emergencial de comida. Precisamos atacar as causas da fome, dar peixe e ensinar como pescar." (*Financial Times*, de 31 de janeiro de 2003, p.2). Ao invés disso, com a ALCA, Lula estará atacando os pobres, não a fome, e reforçando e aprofundando as causas da fome, não as diminuindo.

Na busca das melhores relações possíveis com o presidente Bush, Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, procurou intervir no conflito venezuelano, oferecendo-se para mediar a disputa entre o presidente Chávez, constitucionalista, e o movimento auto-intitulado "coordenação democrática", autoritário, pró-EUA, organizando grupos de nações denominados "Amigos da Venezuela". Os chamados "amigos" incluiam a Espanha e os EUA, que apoiaram o golpe fracassado contra Chávez, em 11 de abril de 2002. Os "amigos" também compreendiam os governos neoliberais do Chile, México, Portugal e, naturalmente, do Brasil. Chávez, que percebeu tardivamente a armadilha de Amorim, pediu a inclusão de mais alguns países amigos. Lula e Amorim recusaram o pedido e a manobra brasileira, em nome da oposição apoiada pelos EUA, virou letra morta. Chávez disse aos "amigos" e seus patrocinadores brasileiros para ficar fora dos assuntos internos da Venezuela. Isso não impediu que Amorim declarasse que o regime brasileiro estava aberto para se reunir com os golpistas venezuelanos (*La Jornada*, de 22 de janeiro de 2003).

## REFORMA AGRÁRIA

A maior concentração de pobreza, fome e desemprego é encontrada no Brasil rural. O principal problema é a grande concentração da propriedade nas mãos de uma pequena elite e a existência de 4,5 milhões de campesinos e trabalhadores rurais de sem-terra. Desde 1983, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - o MST - mediante grande sacrifício e disciplina, ocupou grandes propriedades rurais e assentou mais de 350.000 famílias.

Até o final dos anos 90, Lula prometia uma reforma agrária abrangente, se eleito. Durante sua campanha, no entanto, exigiu que o MST não se envolvesse em ocupações de terra - pela primeira vez na sua história, o Movimento atendeu essa exigência. Nos discursos de campanha, Lula procurou o apoio de partidos de direita pró-latinários, prometendo-lhes aplicar a lei com todo o rigor contra "ocupações de terra ilegais" - aquelas fora dos limites da reforma agrária que propunha. Estranhamente, Lula manteve silêncio sobre a extensão e profundidade da reforma que prometia. Uma vez empossado, anunciou que a meta de reforma agrária, para 2003, seria assentar 5.500 famílias, em 200.000 hectares de terra - 1/10 do número de famílias assentadas no governo neoliberal de FHC, e 1/20 do que o MST esperava do "presidente do povo".

Com essa meta, seriam necessários 1000 anos para assentar as atuais 4,5 milhões de famílias sem-terra, e as que viesssem depois, um múltiplo de 4,5 milhões, ficariam ainda sem terra. No governo, Lula continuou a velha política reacionária de despejo violento de posseiros de terras improdutivas. Seu Ministro de Reforma Agrária, de esquerda, anunciou que novos planos seriam divulgados, no segundo semestre de 2003.

Vários pontos são claros. As políticas agrárias de Lula são um imenso retrocesso, do ponto de vista da política presidencial. Da perspectiva da política agrícola, seu governo está totalmente comprometido com as elites agroexportadoras, dos grandes proprietários. Suas políticas aumentarão grandemente as profundas desigualdades no campo e levarão a um maior descontentamento da população rural. É mais provável que isso provoque conflitos sangrentos entre os campesinos sem-terra, em busca de terra, e as políticas de cumprimento da lei e manutenção da ordem, com respaldo da polícia militar. Sem dúvida, Lula pedirá perdão e derramará algumas lágrimas pelos campesinos mortos, quando passar a abraçar seus novos aliados na ALCA.

*Ao assumir a presidência de seu país, Kirchner surpreendeu até Lula com um discurso de líder de esquerda*



Ricardo Stuckert/PR

## POLÍTICA TRABALHISTA: "REFORMAS" QUE BENEFICIAM OS PATRÓES

O importante, quando se analisa um líder político, não é saber de onde ele vem, mas para onde ele vai; não seu grupo de referência no passado, mas seus grupos de referência atuais e futuros. Observadores políticos equivocaram-se na análise de Lula, porque focalizam seu passado distante, seus ex-companheiros sindicalistas, não seus aliados atuais, banqueiros, empresários e imperialistas. Ao propor um pacto social entre os trabalhadores, os empresários e o governo, supostamente para a melhoria do país, Lula instituiu um Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico para formular recomendações de políticas. A composição e a agenda do Conselho revelam o viés de Lula, a favor do empresariado e contra a classe trabalhadora. Dos 82 conselheiros, 41 são empresários e 13 são sindicalistas, uma proporção superior a 3 para 1, em favor dos patrões. A finalidade é debater a reforma tributária - reduzir impostos de empresas - e a da segurança social - diminuir os pagamentos de benefícios a trabalhadores, aposentados e outros beneficiários. Questionando sobre a preponderância da elite empresarial no Conselho, Lula defendeu categoricamente sua tendência pró-empresariado, enfeitando suas escolhas com um verniz meritocrático e apolítico e acusando de nepotismo os críticos. "Este conselho", argumentou, "não é um clube de amigos. Não estou interessado em saber a filiação partidária (sic) dos conselheiros ou em quem votaram. O que nos interessa é a competência, a capacidade, o talento e o conhecimento deles para pensar em prol de seu país." (*Tiempos del Mundo*, República Dominicana, de 20 de fevereiro de 2003, p.7). Convenientemente, Lula esquece que o talento desinteressado de seus empresários para pensar em prol do país resultou nas maiores desigualdades sociais do mundo. Lula deliberadamente esquece os interesses de classe dos empresários precisamente porque eles são seus aliados estratégicos na promoção

de políticas neoliberais ortodoxas. Lula e seus principais assessores econômicos dependem constantemente dos aliados neoliberais, dentro do PT e da direita fora do PT, para implementar suas políticas antipopulares, contra a classe trabalhadora. Lula ordenou que os senadores votassem em José Sarney, o ex-presidente direitista, de triste fama, para a presidência do Senado (*Financial Times*, de 3 de fevereiro de 2003, p. 4). Sarney é um ardente defensor da "reforma" trabalhista de Lula.

As alianças de Lula com a direita já enredaram seu governo num grande escândalo. No final de fevereiro, foi provado que o senador direitista Antônio Carlos Magalhães havia grampeado os telefones de mais de 200 congressistas, senadores e outras personalidades políticas proeminentes. O senador apoiou Lula durante a campanha presidencial e foi visto como aliado estratégico para o apoio à agenda legislativa neoliberal de Lula, inclusive a "reforma" trabalhista. Quando inúmeros deputados exigiram audiências públicas no Congresso Nacional, Lula e seu núcleo de assessores mais próximos ordenaram que os parlamentares do PT votassem contra a investigação pelo Congresso - manchando gravemente a imagem do "honesto e transparente presidente do povo".

A estratégia de reforma trabalhista de Lula visa a enfraquecer os sindicatos, minar as garantias constitucionais de direitos trabalhistas e reduzir o custo da mão-de-obra para aumentar os lucros de empregadores, a pretexto de tornar os exportadores mais competitivos. Sua proposta de legislação elimina as contribuições sindicais dos capitalistas do setor privado e revoga o imposto sindical. Um segundo instrumento legal objetiva permitir que os capitalistas façam contratos de trabalho que anulam benefícios trabalhistas estabelecidos em lei (*Financial Times*, de 26 de novembro de 2002). O ex-metalúrgico golpeia os companheiros de trabalho e recompensa o apoio eleitoral da CUT, coroando sua agenda legislativa com as principais demandas da associação de industriais.

O mecanismo de Lula é cooptar a burocracia da CUT, oferecendo-lhes avanços e estipêndios como assessores ao regime. O presidente da CUT, João Gólio, um dos burocratas cooptados, declarou: "Nós (sic) temos uma certa simpatia pelas reformas, porém elas precisam ser negociadas e impostas gradualmente." O secretário nacional do PT para assuntos sindicais, Hergiberto Guimarães, declarou secamente o objetivo da reforma trabalhista: "Vamos fazer uma grande reforma e muitos sindicatos irão desaparecer" (*Financial Times*, de 26 de novembro de 2003, p. 8).

Dada a pressão da ortodoxia neoliberal de Lula e a cooptação dos dirigentes da CUT, não surpreende que a princip

Sua proposta de legislação elimina as contribuições sindicais dos capitalistas do setor privado e revoga o imposto sindical

oposição da classe trabalhadora vinda da Força Sindical (FS), a moderada central sindical de direita. Em março, os metalúrgicos filiados à FS entraram em greve por causa da diminuição dos salários reais. A FS está liderando a luta para reduzir a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas, aumentar a indexação por demissão e ampliar o auxílio-desemprego (aumentando o período de cobertura de 5 para 12 meses), e para reconhecimento legal da representação de trabalhadores no interior do local de trabalho. O governo Lula se opõe igualmente a todas as reivindicações da FS, alegando serem inflacionárias e ameaçando com medidas repressoras contra o que classifica de demandas políticas, velha manobra usada por todos os regimes de direita anteriores, antes de baixar o cassetete policial na cabeça dos trabalhadores em greve.

## IMPOSTOS, SALÁRIOS E EMPREGO

Desde que chegou ao poder, Lula veio jogando todo o peso na redução de i

pastos sobre as empresas, particularmente as industriais, e ao mesmo tempo aumenta a carga tributária dos assalariados em 27%. Suas políticas tributárias regressivas são justificadas com o argumento da "competitividade" capitalista, e os aumentos de impostos, com o argumento do déficit fiscal. Enquanto isso, o desemprego sobe, o poder de compra declina e as crescentes taxas de juros impedem novos investimentos. Os elevados superávits orçamentários para o pagamento da dívida solapam o investimento público (César Benjamin, *Caros Amigos*, março de 2003).

No início do governo, Lula e sua equipe econômica previram um crescimento superior a 3%. No final de fevereiro, a maioria dos economistas já falava de um crescimento zero *per capita* (Mario Maestri, "Sem Luz no fim do túnel", *La Insigüia*, 4 de março de 2003). A ortodoxia do regime político de Lula está provocando maiores desigualdades, desemprego e fome. O apelo de Lula aos bilionários de Davos, em prol de uma nova ordem mundial e contribuições para financiar um fundo contra a pobreza, suscitou ceticismo e, mais provavelmente, sorrisos discretos e cínicos. "Por que", pergunta o *Financial Times*, "os bilionários devem apoiar uma nova ordem quando estão se dando tão bem na ordem existente?" (*Financial Times*, de 27 de janeiro de 2003, p.2). O apelo de Lula à caridade dos ricos empresários para o combate à fome demonstra a falência de sua política pública e estratégia econômica.

## A OPOSIÇÃO: GOVERNO, PARTIDO E MOVIMENTOS SOCIAIS

A estratégia política de Lula é buscar alianças "amplas" com partidos de direita, notáveis políticos e grupos religiosos, para isolar e neutralizar os social-democratas e esquerdistas de seu próprio partido, os setores progressistas da Igreja e os movimentos sociais dinâmicos, inclusive o MST. Além dessas alianças dentro do Brasil, Lula construiu sólidos laços com Bush, o FMI e os regimes neoliberais da região, por meio de seu apoio à ALCA, de sua proposta dos "Amigos da Venezuela" - chei-

os de defensores dos golpes contra Chávez, e de sua entrevista (7 de março de 2003) com o presidente colombiano Alvaro Uribe, de linha paramilitar, oferecendo o Brasil como "mediador" para desarmar as guerrilhas (*El Heraldo*, Barranquilla, Colômbia, 4 de março de 2003). Igualmente significativo é o fato de Lula ter também cooptado um grande setor da esquerda do PT para seu governo, oferecendo a ele ministérios menores, em troca de apoio a seus ministros e políticas neoliberais econômicas e exterior. Entre os colaboradores de "esquerda" estão Marina Silva (Ministra de Meio-Ambiente), Miguel Rossetto (Ministro de Desenvolvimento Agrário, da tendência petista Democracia Socialista, trotskista, ou extrotskista), Olívio Dutra (Ministro das Cidades) e Tarso Genro (Secretário Nacional do Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico). Se Lula fornece credibilidade ao programa do FMI por meio da sua massa de apoiadores, com suas credenciais populares do passado, os ministros da "esquerda" dão uma certa legitimidade às políticas neoliberais entre os militantes do PT e cultivam ilusões entre alguns dos líderes dos movimentos sociais.

As facções restantes da esquerda do PT, que são críticas da aceitação da ALCA, de Bush, do FMI e das políticas neoliberais por Lula, dividem-se em dois grupos. Uma, dentro do governo, defende um conteúdo mais "nacional" para as políticas neoliberais, vínculos menores com o capital financeiro e mais ligações com a classe capitalista nacional. Este grupo, encabeçado pelo senador Aloizio Mercadante e por Carlos Lessa, possui pouca ou nenhuma influência sobre a direção econômica central e restringe sua crítica dentro dos círculos mais próximos da elite partidária.

Os outros críticos de esquerda incluem a corajosa senadora Heloisa Helena, de Alagoas, que atacou publicamente tanto a nomeação de Henrique Meirelles, o preferido de Wall Street, para o Banco Central, como o apoio do PT a Sarney, para a presidência do Senado, assim como suas políticas neoliberais (*Corriente de Izquierda*, de 13 de

dezembro de 2002 e de 6 de fevereiro de 2003).

Ministros da "esquerda" dão uma certa legitimidade às políticas neoliberais entre os militantes do PT

A senadora, ao expressar o sentimento de angústia e desespero pela aceitação de políticas neoliberais por Lula, após arriscar a vida, por mais de duas décadas, para elegê-lo, fala por muitos militantes de base do PT: "É triste e doloroso [ser um adversário do meu partido]. Sei de todos os anos de trabalho dedicado ao PT. Hoje é fácil andar com a estrelinha [símbolo do PT] na lapela, ser neolulista ou neopetista por causa da condição de "pop-star" do presidente e do amplo apoio que a mídia está dando ao governo. Porém, eu fui espancada e tive minha casa metralhada e meus dentes, arrebentados ... Este partido não pertence aos poucos [no topo] que acham que podem fazer o que quiserem com o PT, só porque ocupam espaços importantes nos centros de poder." (*Revista Veja*, 28 de janeiro de 2003). A senadora disse claramente que continuará a batalha contra a guinada à direita do PT até sentir que é uma batalha perdida e, então, ela renunciará (*Revista Veja*, 28 de janeiro de 2003).

Por causa de suas eloquentes e vigorosas observações críticas, Lula e Dirceu, o encarregado de fazer o trabalho sujo no PT, saíram em campo para silenciá-la, com receio de que sua mensagem chegasse até a base e encorajasse outros no PT, cujo presidente, José Genoino, liderou o grupo de linchamento para censurar a senadora e preparar o terreno para uma futura expulsão. Juntamente com Dirceu, eles acham intolerável a crítica de esquerda que ela faz.

O crescente poder centralizado e autoritário do PT está estreitamente relacionado com a centralização da tomada de decisões econômicas no governo, e ambas se relacionam com a direção do regime para políticas neoli-

berais ultra-ortodoxas e pró-imperialistas. Não obstante, a oposição da senadora e as políticas repressoras da direção de Lula aglutinaram forças dentro do PT. O deputado Raul Pont, da Democracia Socialista, defendeu o direito dela de criticar e pediu um "debate fraternal sem pressão nem sanção" (*Correio do Povo*, Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2003). Liderando o pedido de duras represálias disciplinares contra Heloisa Helena estão dois ex-social-democratas (na esquerda do PT), ministros atualmente, Tarso Genro e Olívio Dutra (*Correio do Povo*, 6 de fevereiro de 2003), enquanto diversos petistas estão organizando uma rede de defensores dentro do partido. Segundo uma fonte, a turma de Dirceu Genoino tem uma lista de cinco parlamentares a serem isolados e depois expulsos. Atualmente, a tendência Articulação de Esquerda, permanece leal ao partido, aprova resoluções críticas nas reuniões da tendência, mas vota com Lula em questões fundamentais de legislação neoliberal. Incrustada no governo, como deputados ou autoridades estaduais ou municipais, essa esquerda tem interesse específico em sustentar o regime de direita de Lula, esperando uma "guinada à esquerda" ou uma divisão entre Lula e seus principais formuladores de política econômica (ver: "Resolução da Conferência Nacional da Articulação de Esquerda", documento pós-eleição, 2002).

Na realidade, as críticas da esquerda à ALCA e ao neoliberalismo encontram ouvidos surdos, enquanto a continuação dos vínculos com o regime e a obediência da disciplina partidária asseguram que essa esquerda não terá qualquer papel na criação de uma oposição real ao regime direitista de Lula. Ao contrário, o método dessa esquerda, de dissidência limitada e "por dentro", semeará ilusões sobre a possibilidade de "renovar" a agenda de reforma dentro do regime, bloqueando assim o crescimento de uma oposição de massa fora do PT e do governo de Lula. A total confusão política em setores da esquerda do PT e a capitulação de outros deixam poucas opções para o crescente descontentamento que

vem à tona entre os metalúrgicos, o MST e setores progressistas da Igreja.

## MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICATOS

A CUT, a central sindical de esquerda, com vínculos estreitos com o PT, particularmente com Lula, teve inúmeros dirigentes eleitos para o Congresso Nacional e alguns são ministros. Até agora, poucos, se é que houve algum, criticam a guinada de Lula à direita. A própria CUT, embora alegue ter 15 milhões de filiados, foi grandemente burocratizada, tendo muitos funcionários e dependendo de financiamento estatal. O poder de convocação da CUT é muito limitado; pouco mais de alguns milhares de manifestantes comparecem aos principais atos públicos. Desde o início do governo Lula, a direção da CUT adotou um discurso duplo. Pouco depois da eleição, a CUT foi convidada a discutir o "Pacto Social" proposto pelo novo regime, para reduzir aposentadorias, adiar aumentos salariais e do salário mínimo, e enfraquecer a base financeira do financiamento sindical. A direção da CUT declarou sua independência do governo, porém aceitou continuar a participar do Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico, muito embora o número de empresários e banqueiros nele representados fosse mais do que o triplo do número de sindicalistas. Posteriormente, a CUT, embora seguisse apoiando o governo Lula, continuou a criticar os fortes cortes orçamentários, de orientação neoliberal, e a reacionária realocação de verbas, para favorecer os detentores brasileiros e estrangeiros de títulos da dívida pública. Pior, com relação ao suposto Pacto Social, a principal diferença da CUT com a equipe econômica foi a maneira de sua implementação - aconselhando os neoliberais a "implementar gradualmente" as medidas contra a classe trabalhadora, ao invés de impor imediatamente todo o duro pacote. O servilismo da CUT ao governo Lula é uma continuação da postura negociadora que adotou em regimes neoliberais anteriores, em parte por causa de sua dependência de verbas governamentais.

O servilismo da CUT ao governo Lula é uma continuação da postura negociadora que adotou em regimes neoliberais anteriores

Além disso, há fortes vínculos estruturais da Central com o PT, por intermédio de ex-dirigentes da CUT que servem ao regime e da promessa de um futuro cargo no governo ou a inclusão na lista de candidatos a deputado Congresso. Finalmente, existe a burocratização da CUT. Seus dirigentes e funcionários vêm conduzindo os sindicatos de modo vertical, por mais de uma década, marginalizando militantes, sendo totalmente incapazes de organizar o vasto exército de desempregados e subempregados. Os resultados são evidentes em qualquer manifestação de protesto contra a ALCA, o FMI ou a explosão das privatizações no governo FHC.

A direção da CUT, tendo desmobilizado seus filiados por mais de dez anos, não foi capaz de pôr mais de alguns milhares de manifestantes na rua - e a maioria dos filiados da CUT nessas manifestações foram, em grande medida, mobilizados por militantes do PSTU, PC do B e da esquerda da CUT. Dirigentes do MST me informaram que os setores progressistas da Igreja Católica são capazes de mobilizar mais gente do que os dirigentes oficiais da CUT. O que confunde observadores externos da CUT é que seus dirigentes aparecem para fazer discursos ou assinar declarações em favor de exigências radicais, dando a impressão de que ainda é uma central sindical radical de massa.

Apesar da severa legislação, contrária aos interesses da classe trabalhadora, pensada pelo governo Lula, há poucos sinais de oposição ativa por parte dos dirigentes oficiais, embora no início de março de 2003 muitos sindicalistas com consciência de classe tivessem ficado chocados e indignados com

o que perceberam como a atitude envergada de Lula a favor dos empresários. A maioria dos assessores de vestimento deu a Lula de seis meses a um ano, antes que grandes conflitos venham a eclodir e a desafiar sua agenda neoliberal, instando, então, Palocci e o resto da equipe de Lula a andar rápido e aprovar o "remédio amargo" no Congresso, antes que os pobres, os sem-terra e os sindicatos superem suas ilusões sobre o "presidente do povo".

## OS INTELECTUAIS DE ESQUERDA

Os intelectuais que apóiam o regime de Lula podem ser divididos em lulistas ortodoxos, como Frei Betto e Emir Sader, e os neolulistas, atraídos pelas políticas neoliberais e a chance de conseguir cargos de assessores ou 'contratos' com o governo. A principal função dos lulistas ortodoxos, pelo menos nos primeiros seis meses do governo, é continuar a polir a imagem de Lula como um "presidente do povo", a desculpar-se por suas políticas reacionárias e pró-imperialistas, citando o "mundo difícil e complexo", "a impossibilidade de romper com o FMI agora" (Sader) e elaborando um novo enfoque "pragmático", que busca contrabalançar os formuladores da política econômica de direita com os chamados "esquerdistas", que operam nas brechas das apertadas restrições orçamentárias e ideológicas impostas pelo grupo direitista, dominante.

Sader e Betto, que cantaram o refrão "Um outro mundo é possível", do Fórum Social Mundial, agora acrescentam um novo, "não agora, não com Lula, outro dia é possível". Os novos pragmáticos também funcionam como os ideólogos responsáveis pelo trabalho sujo, que desdenham e rechaçam críticos esquerdistas das políticas direitistas de Lula.

Os neolulistas não fazem críticas tão severas aos críticos de esquerda, uma vez que não sentem qualquer obrigação de cobrir seus rastros para a direita. Por crenças e práticas, eles se colocam como "tecnocratas" e neoliberais "progressistas", interessados num

modelo "heterodoxo" de mercado livre que combine mercados competitivos e gasto social, embora dediquem a maior parte de seus esforços aos mercados competitivos e geralmente empurrem para o futuro qualquer obrigação com o que é chamado de "dívida social".

Os intelectuais de esquerda estão espalhados pelo espectro político. Muitos integram a esquerda do PT, outros fora do PT assim como do governo. Ne-

Nenhum dos grupos tem qualquer perspectiva de construir um novo movimento social e político para contestar os cortes brutais adotados por Lula

nhum dos grupos tem qualquer perspectiva de construir um novo movimento social e político para contestar os cortes brutais adotados por Lula. Têm a esperança de poder influenciar o regime por meio dos ministros progressistas ou de pressão externa sobre o governo, ou de que a crise gerada pelas atuais políticas neoliberais e pela equipe econômica levem Lula a dar uma "guinada à esquerda".

Esquecem eles que foi Lula quem nomeou cada ministro-chave da área econômica e financeira, que confia em seus principais assessores políticos no PT, arquitetos de suas políticas, e que apoia pessoalmente toda retrógrada legislação que considera fundamental. Conforme declarou Palocci, "Lula conhece e concorda com toda e qualquer de minhas políticas públicas."

Uns poucos intelectuais começaram a questionar o governo, suas políticas e sua base de classe; mas até agora não se decidiu sobre o seu futuro político, particularmente sobre sua futura trajetória política.

## O MST

O MST enfrenta um profundo dilema: após anos construindo um movimento

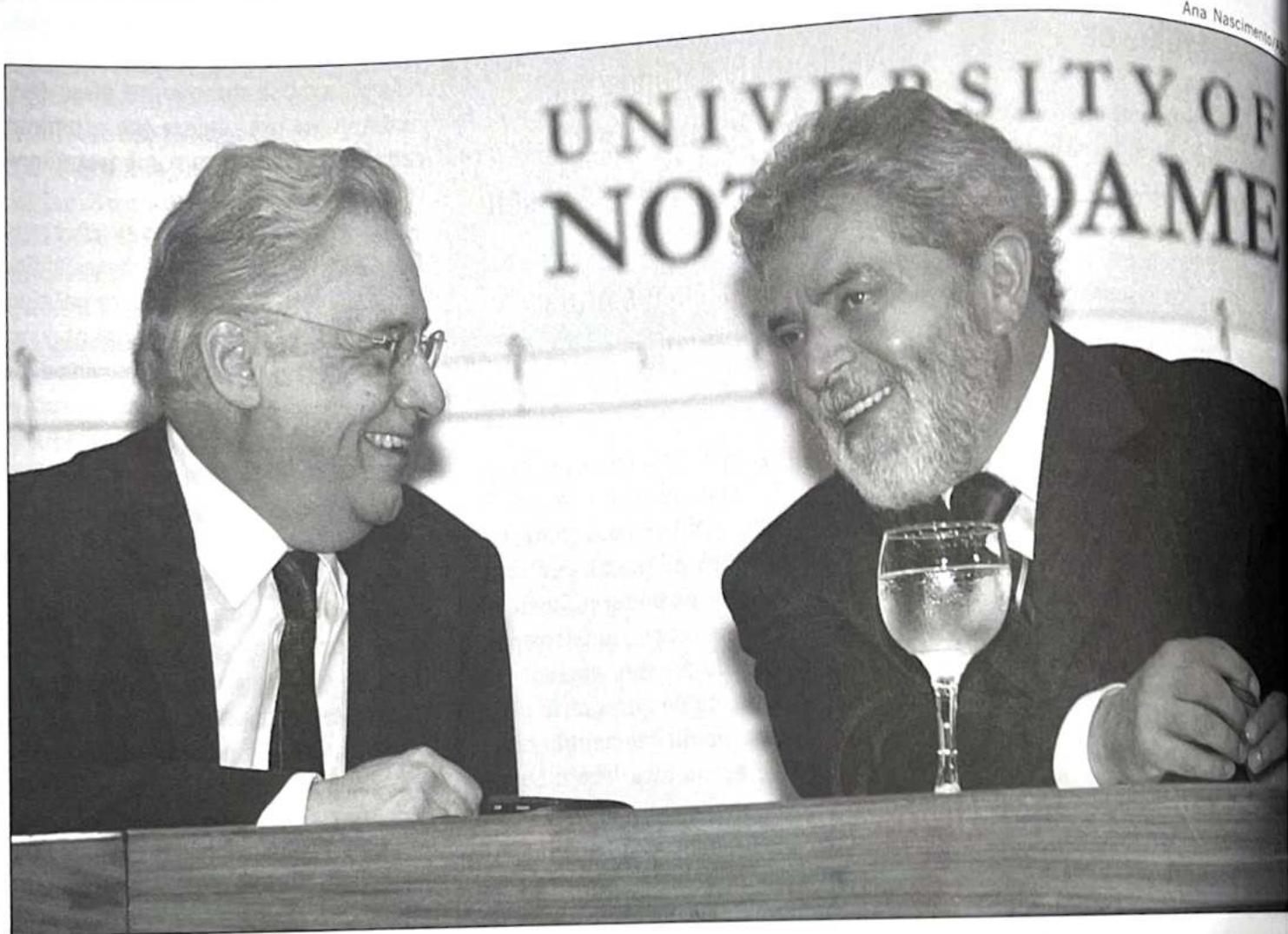
sócio-político de massa, independente, bem sucedido, que assentou mais de 350.000 famílias sem-terra em terras improdutivas, por meio de ação direta (ocupações de terra), ele se immobilizou - substituindo essa ação direta pela campanha eleitoral de Lula e esperando legislação favorável de reforma agrária. O sucesso do MST no passado se baseou em sua capacidade de priorizar a ação de massa independente, mesmo quando apoiou candidatos progressistas do PT em eleições. Tendo confiado na eleição de Lula como o sustentáculo de uma reforma agrária abrangente, vê-se agora diante de um regime que repudiou cada uma das "reformas supostamente compartilhadas".

Por vários anos antes das eleições presidenciais, o MST travou debates e discussões abertas sobre o futuro político do movimento. Alguns argumentaram que o PT estava virando um partido eleitoral conservador ou social-democrata e que muitos de seus dirigentes estaduais e municipais eleitos eram hostis à reforma agrária e, em alguns casos, reprimiram efetivamente as ocupações de terra. Concluíram que o MST deveria formar seu próprio partido, com outros movimentos sociais e grupos de esquerda. Um segundo grupo admitiu que o PT estava ficando mais conservador e também repudiou os governadores e prefeitos de direita do PT, mas argumentaram que o MST deveria lançar seus próprios candidatos dentro do PT ou, pelo menos, atuar mais ativamente em seu interior, para influenciá-lo numa direção mais progressista. A terceira força, e a mais influente, pelo menos no seio da direção nacional, tentou conciliar as diferenças. Concordou em atuar fora do PT para tentar juntar os setores progressistas de Igreja, os grupos de direitos humanos e intelectuais de esquerda, para elaborar programa e organização alternativos. Assim nasceu a Consulta Popular (CP), que começou com grande estardalhaço e depois decaiu porque combinou sua nova tática "à esquerda" com a velha tática de influenciar o PT por dentro. Com efeito, a CP não era nem um movimento novo, nem um partido político novo. Ficou espremido entre a ação direta e a política eleitoral e não foi

luta contra o capitalismo globalizado, que é a base da crise financeira. Ele também defende a necessidade de uma nova estratégia para o Brasil, que deve se voltar para a América Latina e África, buscando novos mercados para suas exportações. Lula também defende a necessidade de uma nova política econômica, que deve ser baseada na diversificação das exportações, no investimento em tecnologia e na criação de novos setores produtivos.

Na sua fala, Lula também destaca a importância da educação e da cultura para o desenvolvimento do Brasil. Ele defende a necessidade de investir mais em educação, especialmente em ensino superior, e de promover a democratização da cultura, através da criação de novas instituições culturais e a valorização dos artistas nacionais. Lula também defende a necessidade de promover a participação popular na política, através da criação de novas formas de participação cidadã, como as assembleias populares e os conselhos de bairro.

Ana Nascimento/ABr



▲ Entendimento entre mestre e discípulo após vitória de Lula em 2003

Na foto, Lula ao lado de um homem que é considerado seu mentor, o economista e professor universitário Pedro Carneiro. O encontro ocorreu em 2003, logo depois da vitória de Lula nas eleições presidenciais. Carneiro é um dos principais expoentes da Escola de Economia da Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos, e é conhecido por suas teorias sobre o desenvolvimento sustentável e a importância da educação para o progresso social.

O encontro entre Lula e Carneiro foi visto como um sinal de que o novo governo teria uma abordagem mais comprometida com a educação e o desenvolvimento social. Lula também demonstrou seu interesse em implementar políticas públicas que vissem a reduzir a desigualdade social e a promover o bem-estar da população. Ele defendeu a necessidade de investir mais em educação, especialmente em ensino superior, e de promover a democratização da cultura, através da criação de novas instituições culturais e a valorização dos artistas nacionais. Lula também defendeu a necessidade de promover a participação popular na política, através da criação de novas formas de participação cidadã, como as assembleias populares e os conselhos de bairro.

capaz de atrair nenhum apoio sindical ou urbano significativo.

A campanha eleitoral de Lula exigiu e conseguiu, do MST, uma concessão sem precedentes: a suspensão de toda ação direta de massa - nenhuma ocupação de terra - com o argumento de que isso iria "fazer o jogo da direita", "assustar" os eleitores de classe média e iria custar a eleição de Lula. Infelizmente, pela primeira vez, o MST caiu na armadilha. Suspendeu a ação de massa e entrou na campanha eleitoral, apesar das alianças reacionárias de Lula e da clara hegemonia exercida pelos interesses pró-imperialistas. O MST substituiu a análise de classe por vagas declarações "populistas" - afinal, dezenas de milhões de pobres votaram em Lula e suas expectativas de uma ruptura com o neoliberalismo forçariam Lula a responder positivamente.

## ESTACA NEOLIBERAL

Como era de se prever, Lula, após tomar posse, ignorou as "expectativas populares", ou melhor, pediu "perdão" por enfiar a estaca neoliberal no traseiro do populacho. Infelizmente, a maioria dos dirigentes do MST continuou a nutrir esperança, não tanto em Lula, mas agora no impotente Ministro da Reforma Agrária e outros funcionários de esquerda do mesmo ministério. O Ministro Miguel Rossetto, integrante da Democracia Socialista, tendência de esquerda do PT, argumentou que faria tudo para cumprir as promessas de reforma agrária dentro das restrições orçamentárias extremamente limitadas impostas pelo seu governo - um esperto ato de demagogia.

Enquanto isso, cresciam as tensões dentro do MST, à medida que crescia a impaciência dos militantes de base e mais de 60.000 posseiros acampados em barracas de plástico, sofrendo calor, frio, falta de comida e mosquitos. Começou a ocorrer um pequeno número de ocupações de terra. Um movimento como o MST deve agir ou desintegrar-se. Nenhuma medida emergencial foi tomada pelo governo Lula. A reforma agrária foi relegada a segundo plano, juntamente com o "fome zero" e outras promessas eleitorais de Lula.

O argumento de alguns líderes do MST, de trabalhar por dentro do PT, estava deixando de convencer. Alguns dirigentes nacionais e regionais manifestaram publicamente o seu descontentamento com a falta de resposta do governo (*Folha de São Paulo*, 9 de fevereiro de 2003). João Paulo Rodrigues, coordenador nacional do MST, exigiu que o governo fixasse um cronograma para realizar a reforma agrária, expressando preocupações sobre a inação, 40 dias após a posse de Lula. Rodrigues advertiu o governo Lula de que o MST não poderia continuar esperando, afirmando que 60.000 famílias aguardavam assentamento. Ressaltou que "não podemos esperar. Pensamos como movimento social, não como governo". O governo nomeou diversos progressistas simpatéticos ao MST e a outros grupos para o In-

## Um movimento como o MST deve agir ou desintegrar-se. Nenhuma medida emergencial foi tomada pelo governo Lula

tituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA), mas com poucos recursos. Mais importante, Lula adotou uma posição hostil e extremamente rígida com as táticas de ocupação de terra do MST, prometendo aplicar a lei com todo o rigor [sic] para reprimir o movimento. O presidente argumentou que "qualquer medida de reforma agrária terá de fazer parte de um programa patrocinado pelo governo, mas que o orçamento no período pós-eleitoral promete ser totalmente insignificante."

Mais cedo ou mais tarde, o MST terá de reconhecer que os sem-terra não terão futuro com o governo Lula, que o movimento terá de romper com ele e voltar ao método comprovado de ação direta de massa ou sofrer cisões, declínio e cooptação.

## CONCLUSÃO

O governo Lula representa dois perigos. Em primeiro lugar, é uma ameaça aos

padrões de vida, às condições de trabalho e sociais da imensa maioria dos assalariados, em atividade e aposentados. Ameaça tão mais aguda porque vem de partidos políticos ou coalizão de partidos e organizações sociais que foram os principais defensores das classes trabalhadoras e camponesas e que, agora, uniram-se aos seus inimigos, deixando as massas temporariamente sem defesa. Além da dor física e do sofrimento social que o governo Lula está trazendo, a guinada à direita provocará imenso dano psicológico à sociedade, gerando decepção de massa, não apenas com o governo do PT e suas faces públicas, mas também com todo o espectro de partidos, sindicatos e movimentos sociais que promoveram Lula como o "presidente do povo". É igualmente importante que os ideólogos do PT, como Sader e Frei Betto, que justificaram a política de Lula como "realista" e/ou "pragmática", tornaram plausível, especialmente para intelectuais de esquerda desinformados, a idéia de que realmente não existe alternativa à adaptação às políticas neoliberais. Ao assimilar as políticas direitistas de Lula a um rótulo esquerdista genérico, os ideólogos lulistas ameaçam redefinir a esquerda na linha neoliberal dos partidos socialista espanhol e do "Novo Trabalhismo" inglês, esvaziando a esquerda brasileira de seu conteúdo socialista e de bem-estar social essenciais.

O segundo perigo é que a esquerda internacional, que se uniu ao coro de Lula, está conduzindo o movimento popular a uma maciça derrocada política. A celebração efusiva e desinformada da vitória de Lula como a maior mudança revolucionária, desde a revolução cubana, a eleição de Salvador Allende ou a revolução sandinista, está preparando o terreno para uma tremenda desilusão, à medida que as políticas reacionárias começam a penetrar na consciência popular.

Dois desfechos são prováveis. De um lado, uma parte da esquerda latino-americana tomará o caminho direitista de Lula como modelo e abandonará demandas populares anti-imperialistas e redistributivas históricas, citando os "limites" que Lula enfrenta e outras racionaliza-

ções deste tipo. O segundo desfecho será outros movimentos de esquerda repensarem toda a estratégia eleitoral, particularmente a relação entre partido e movimento. De uma perspectiva histórica, prática, está claro que o divórcio entre o PT e o movimento e a luta de massa, logo de inicio, preparou o terreno para sua dedicação a práticas de colaboração de classes e políticas pró-imperialistas.

Teoricamente, a dinâmica da luta de classes e a emergência de movimentos de massa de ação direta, como o MST, foram instrumentais na criação de um desafio à ortodoxia neoliberal, particularmente no contexto de Estados neoliberais falidos. A estagnação econômica, o aprofundamento das desigualdades, o inchaço da dívida externa, juntamente com a crítica feita pela esquerda, criaram a base para o declínio da direita neoliberal tradicional, porém não as condições suficientes para o surgimento de alternativas radicais ou mesmo reformistas. Ao invés disso, as condições políticas de um novo neoliberalismo ortodoxo, híbrido, virulento, surgiram com base na classe trabalhadora, na classe média, nos sem-terra, lideradas por ex-esquerdistas plebeus, porém dirigido pelo capital internacional e a ele subordinado.

Teoricamente, a ruptura radical do PT com seu passado de esquerda foi possível por causa do caráter plebeu dos dirigentes, da manipulação do imaginário popular e do caráter hierárquico, personalista e autoritário da direção partidária. As origens populares dos dirigentes neutralizaram a oposição interna e impuseram conformidade à linha direitista. Afinal de contas, quem se dispunha a enfrentar o "presidente do povo", quando Lula abraçou George Bush, o eminente mercador da guerra de nossa época e chamou-o de "aliado do Brasil"? Quem se posicionou entre os ideólogos pragmáticos do "movimento popular"?

Lula tem uma clara e coerente estratégia neoliberal baseada numa aliança com o FMI, com Washington, com os investidores e credores estrangeiros. Ele e seus assessores implementaram uma estratégia eficaz para limitar a oposição interna no partido, usando incentivos (oferecendo ministérios e secretarias) e o porrete (ameaças de censura e expul-

são a críticos persistentes). Através de clientelismo estatal e disciplina partidária, converteu prefeitos e congressistas do PT em correias de transmissão para seus duros programas de austeridade. Há exceções, é claro: um punhado de autoridades eleitas do PT, que ainda sustentam o programa social-democrata tradicional, reformista: mas eles foram marginalizados, abandonados em grande parte por seus ex-companheiros com apetite voraz para os cargos e pequenos feudos do poder estatal. O regime tem o poder e a vontade para impor as duras políticas neoliberais ao país, às classes mais baixas e para obrigar a obediência dentro do partido.

O controle esmagador que a direção do PT possui ficou evidente na primeira reunião do Diretório Nacional, após a

## A celebração efusiva e desinformada da vitória de Lula como a maior mudança revolucionária está preparando o terreno para uma tremenda desilusão

eleição de Lula, em 16 de março de 2003. Foram apresentadas três propostas para aprovação. A resolução neoliberal, apoiando a linha direitista de Lula em política econômica, recebeu 70% dos votos (54 votos), as propostas da dissidência de esquerda receberam 28% (21 votos) e houve duas abstenções. A resolução explicitou, de modo doutrinário, os argumentos e a lógica justificando as políticas neoliberais do regime, com as razões teóricas e práticas para a adoção da estratégia neoliberal (monetarismo, ajustes etc.). A resolução estabelecia explicitamente que as políticas pró-empresariais e o apoio ao FMI não eram posições táticas, mas de princípio. A reunião também refletiu a consolidação do controle do aparelho partidário e a marginalização quase total das tendências de esquerda. A resolução, a reunião e o voto deixaram pouca dúvida de que não havia absolutamente nenhuma esperança

de reformar o partido por dentro ou pressionar a direção para dar uma "guerra à esquerda". Ficar no PT significa apoiar o lado do FMI, de George Bush, da ALCA, dos inimigos do presidente Chávez, e se unir ao presidente paramilitar Uribe, da Colômbia, em patrulha na fronteira - posição indefensável, pelo menos de uma perspectiva popular da esquerda.

A oposição a Lula, ao contrário, é impotente e desorientada do ponto de vista ideológico, estratégico e tático. Sem radical do programa "reformista" feito por Lula (de bem-estar social para neoliberalismo ortodoxo), busca uma nova estratégia e um novo programa. Alguns movimentos estreitaram seus horizontes, deixando de lado a oposição em favor de "reformas setoriais": reforma agrária, programas urbanos para os favelados etc. Mesmo nessas "estratégias setoriais", a oposição diminuiu suas reivindicações em relação a suas propostas iniciais, buscando adaptar-se "realisticamente" aos cortes orçamentários de Lula e ao cumprimento integral dos compromissos com credores estrangeiros. A esquerda de oposição no PT e os movimentos sociais, tendo jogado todo o seu esforço no apoio a Lula, continuam a inútil tarefa de atuar dentro da elite do aparelho partidário hierárquico, onde não têm nenhuma chance de mudar o curso do regime.

Qual a perspectiva de uma "estratégia dos que estão de fora" - os que decidiram se opor ao governo Lula, de fora. Estrategicamente, deveriam estar numa posição de força, pois Lula e suas políticas neoliberais levarão a uma crise social, financeira e econômica mais profunda do que a do governo FHC. Altas taxas de juros, cortes orçamentários e o pagamento da dívida vão minar investimentos produtivos, enfraquecer o mercado interno e aumentar as futuras obrigações de pagamento da dívida, aprofundando a recessão, em 2003-2004.

Os duros cortes orçamentários, a queda do valor das aposentadorias e pensões, a redução real do salário mínimo e a deterioração de serviços públicos essenciais abaixarão, ainda mais, os pa-

padrões de vida. Os pagamentos a ricos detentores de títulos da dívida, os sub-sídios a agroexportadores e a inflação ampliarão as desigualdades. A extrema guinada à direita do governo Lula, o declínio vertiginoso dos padrões de vida e o aprofundamento da recessão acabarão bem rapidamente com os elevados índices iniciais de popularidade de Lula. Ainda em 2003, a deceção popular crescerá em extensão e profundidade, levando a manifestações abertas de descon-tentamento; já houve greves de metalúrgicos, apenas dois meses depois da posse e, em algumas regiões, os sem-terra começaram ocupações (antes do final de março de 2003).

A questão é saber: de onde virá a oposição política de esquerda ao regime de Lula? O pequeno mas disciplinado Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) vem conquistando influência entre militantes sindicais na CUT e atualmente influencia cerca de 10% da Central. O PSTU tem potencial de crescimento, porém somente se constituirá como uma oposição formidável se fizer alianças com movimentos sociais mais numerosos e significativos, com adversários políticos, dissidentes da Igreja, e forças sindicais. Uma configuração deste tipo pode reunir dirigentes de esquerda do MST, um setor da CUT, o clero progressista da Igreja Católica e dirigentes dissidentes de esquerda do PT, para, junto com o PSTU, formar uma coligação alternativa ou um partido político de oposição, algo que focalize a ação direta de massa, contra a política meramente eleitoral. Esta possível formação oferece um tremendo potencial para levantar as bandeiras contra a ALCA, pelo repúdio da dívida, o desenvolvimento do mercado interno, a reforma agrária e a reestruturação de indústrias estratégicas e bancos. Tem-se notícia de que milhões de brasileiros se opõem a cada uma das políticas de Lula. O plebiscito contra a ALCA contou com o apoio de 10 milhões de votantes; dos 52 milhões de eleitores de Lula, a esmagadora maioria votou a favor da ruptura político-econômica com as políticas neoliberais do passado, não na sua continuação e aprofundamento. Apesar do objetivo estratégico e mesmo das condições subjetivas para o res-

surgimento de uma nova formação de esquerda, há severas limitações. Uma é a falta de um partido político, com presença nacional, capaz de servir de polo de reagrupamento. O novo partido político precisa ser criado no curso da luta social que será, no início, liderado por fragmentos sociais e políticos das classes exploradas.

Em segundo lugar, essa nova formação política terá de travar uma dura luta ideológica para desmascarar o "presidente do povo" e expor o caráter continuista e profundamente reacionário do seu governo. Isso vai exigir tempo e esforço porque os defensores do regime vão desde a maioria da mídia até ex-esquerdistas ligados ao governo e seus apologistas ideológicos.

A terceira limitação é que essa nova formação política terá que alcançar um elevado grau de comportamento político baseado em princípios, evitando associação com críticos de direita, embora haja bastante espaço para possíveis alianças táticas com a central sindical Força Sindical, de linha moderada, em torno de questões como salário e legislação trabalhista.

A quarta limitação é que essa formação política deve desenvolver uma clareza teórica e programática sobre o caráter da crise neoliberal, do novo imperialismo colonial militarista dos EUA e das principais contradições que solapam a viabilidade do modelo econômico de Lula.

Por último, essa nova formação deve organizar... e organizar... e organizar. Há mais de 90 milhões de brasileiros vivendo na pobreza, a maioria dos quais não estão organizados e ficarão mais pobres com as políticas de Lula, mesmo com o chamado programa de "pobreza zero". Existem 25 milhões de sem-terra, vivendo no campo, 95% dos quais não serão os beneficiários de qualquer reforma agrária, mas serão mais marginalizados pela promoção das estratégias agroexportadoras de Lula. Há 40 milhões de desempregados e subempregados, sem qualquer perspectiva de emprego, por causa dos cortes orçamentários e das altas taxas de juros.

Centenas de milhares de pequenas e médias empresas (e não poucas firmas

nacionais de grande porte) podem falir por causa do alto custo do crédito (taxa de juros de 26,5%, em março de 2003) e das políticas de livre comércio (ALCA).

A oposição política enfrenta um formidável desafio na organização dos não-organizados; caso contrário, haverá protestos espontâneos, que serão duramente reprimidos, conforme Lula prometeu à classe dos investidores internacionais. A deceção criada poderá ser atraída para os partidos clientelistas de direita, que apóiam Lula hoje, mas que abandonarão navio que afunda, como sempre fizeram.

Finalmente, a nova formação política, embora apele para os eleitores descontentes que vão abandonando Lula, deve fazer uma ruptura completa com o PT, um partido que, a exemplo de muitos outros, na Europa e na América Latina, começou na esquerda e terminou na direita.

Não há desfecho inevitável na experiência brasileira. As condições objetivas são favoráveis, as oportunidades subjetivas estão surgindo, porém a questão da direção política ainda está em aberto.

## Notas

- Este artigo foi originalmente publicado na revista Universidade e Sociedade nº 30, do Andes - SN.
- Tradução do original em inglês *Whither Brazil?* (fonte: [www.rebellion.org/petas](http://www.rebellion.org/petas)): Nicholas Davies, professor da Faculdade de Educação, da Universidade Federal Fluminense (Niterói, RJ).
- Revisão da tradução: Marilia Leite Washington, professora aposentada da Universidade Federal de São Carlos (São Carlos, SP), Editora Adjunta da Revista Universidade e Sociedade.

---

## JAMES PETRAS

Professor do Departamento de Sociologia da Universidade do Estado de Nova York – Estados Unidos

---

## HENRY VELTMAYER

Professor do Departamento de Sociologia e Criminalística da Saint Mary's University – Canadá

# O desemprego não é inexorável

MARDETE WRUBLEVSKI AUED  
LUIZ CARLOS CHAVES



**N**este artigo analisamos algumas exigências metodológicas no estudo sobre cooperativas de trabalhadores e alternativas ao desemprego. Da delimitação a propósito do desemprego e da condição de estar desempregado decorrem as indagações: que é estar desempregado? Como definir e pensar o desemprego? Quais as estratégias coletivas adotadas para reverter a condição de desemprego?

No primeiro momento, de meados do século XIX até o seu final, focalizamos o desemprego externalizando-se e vinculado à formalização jurídica do contrato de trabalho. No segundo, em torno de 1930, o desemprego é analisado concomitantemente à grande crise mundial que se sucede ao *crash* das bolsas, em Nova York, e às transformações socioeconómicas do trabalho diante do crescimento da grande indústria e da urbanização. No terceiro período, de 1970 a 1990, consideramos o desemprego de longa duração, aumentado em meio à crise do petróleo, ao surgimento das tecnologias da informação e da denominada reestruturação produtiva. A tese defendida nesse artigo argumenta contrariamente ao mito do mercado, evidenciando a imprecisão da formulação para explicar o desemprego e, além disso, evidencia que a onda crescente de desemprego não é inexorável.

## INTRODUÇÃO

*Não navegar sem bússola*

Este artigo pretende contribuir na reflexão sobre o trabalho na atualidade, questão que tem sido fonte de grande apreensão. De todos os lados parece haver evidências de que novos tempos estão sob os olhos de todos. Uma quase revolução da linguagem está emergindo do mundo do trabalho.

Do lado das empresas, sobretudo daqueles que atuam nos recursos humanos, não se diz mais operários, operadores, ferramenteiros, desenhistas ou datilógrafos. A qualificação e as competências profissionais cederam lugar

a um denominador comum: os colaboradores. A essa novidade outras duas se sobrepuçaram: flexibilização e terceirização. Tudo isso nos leva a crer que o fordismo, assim como o taylorismo estão superados diante da emergência de uma nova forma organizacional do empreendimento "cidadão" e do "capital social"<sup>1</sup>.

Nessa nova forma de dominação têm lugar a responsabilidade, o espírito de iniciativa, a cooperação e a mudança. Tudo mudou, a economia mudou, as forças sociais e políticas mudaram, e a própria cultura mudou. A palavra mudança está presente em quase todos os textos que analisam aspectos do trabalho na atualidade. Ela se torna a chave explicativa do mercado de trabalho, que anda ora nervoso, ora irritado, ora retraído como se tivesse vida. Analisando-o, ele nos faz lembrar aquela frase de Kurz: *tememos saudades do capitalismo explorador*; da qualificação, que não significa mais formação humana, mas algumas horas de curso ou conferência; do currículo vitae, que também mudou e inclui aspectos da vida emocional; e ainda das novas formas de dominação, ainda que essa novidade contenha "roupagem" e feições muito velhas. A mudança aludida também permeia as explicações sobre o aumento do sofrimento no trabalho.

Nossa ambição, neste artigo, é mais do que nos deixarmos naturalmente assimilar por essa quase revolução da linguagem. É pesquisar sobre o estado real do trabalho na atualidade, já que mudar não quer dizer melhorar, sobretudo se focalizarmos o lado dos trabalhadores.

Não trabalhamos mais como nos anos cinqüenta ou mesmo nos anos setenta. Isso quer dizer que o trabalho se tornou mais inteligente, mais criativo, mais respeitoso na autonomia das pessoas, mais agradável e com menor incidência de psicopatologias?

Muitas das respostas encontradas em nossas pesquisas refletem nossas incertezas sobre as condições de trabalho atuais, focalizadas sob diferentes especialidades: educadores, cientistas políticos, sociólogos e psicólogos. Por meio delas prestamos conta de uma leitura da realidade cuja complexidade se evidencia rica

em contradições, o que não nos deixa pensar o advento dos novos termos como unilateralidade positiva. Não basta, portanto, afirmar que a realidade mudou, devemos qualificar a mudança. Tampouco basta dizer que a novidade é o surgimento de novas formas de dominação, a flexibilização, a terceirização, a revolução informacional, ou, ainda, o predomínio da informalidade e tomar essas categorias como conhecidas e sem ambigüidades. Em sã consciência como não defender na atualidade as relações flexíveis? Quem não quer, em seu próprio cotidiano, uma relação flexível, seja entre colegas de trabalho, seja entre pais e filhos, ou entre um homem e uma mulher? Questionamento semelhante pode ser levantado com relação à informalidade. Como não defender a informalidade diante de um contexto permeado de rígidas normas e regras sociais?

Os pesquisadores estão sendo convocados, com urgência, para desvelar o "segredo" desses termos e situações. Francisco de Oliveira estabelece por onde começar:

*Em que dobra do tempo se escondiam as promessas da modernidade? Essa dobra foi em Auschwitz? Ou se evaporaram irremediavelmente? A anunciada guerra contra o Iraque é sua continuidade, confirmado o pessimismo de Horkheimer e Adorno, e o fundamentalismo de Bush é a impossibilidade de qualquer interrogação sobre a sociedade contemporânea, a inutilidade das ciências humanas? Entramos, finalmente, na "jaula de ferro"?*

A essa hercúlea tarefa François Chasnais nos dá a chave do caminho, o que significa dizer um convite ao trabalho intelectual coletivo. O autor relativiza a importância do sujeito individual iluminado e convoca os intelectuais ao engajamento social numa investigação de *orientação política digna desse nome* (em outra época teríamos dito diretamente de um *programa*), fundada na luta pela transformação socialista da sociedade e, ao mesmo tempo, *enraizada numa análise dos processos sociais e políticas contemporâneas*.

O capitalismo é apresentado aos assalariados de todo o mundo como uma realidade insuperável, sem que a tal pretensão possa se contrapor uma perspectiva estratégica. Evidentemente, este fato pesa no conjunto da luta de classes internacional. Já não há um projeto de futuro emancipador afirmado teórica e politicamente. É necessário reconstruí-lo. Sem esperar um acontecimento salvador, há que se comprometer com modéstia e ambição num trabalho coletivo de investigação e debate sem tabus. É necessário dedicar-se à reconstrução de um futuro socialista do qual possam se apoderar as forças vivas da sociedade.<sup>3</sup>

## ADENTRANDO NO PROBLEMA DO DESEMPREGO

Na década de noventa, a maior parte dos artigos e reportagens de jornal mencionam dois temas preponderantes: as mudanças no mercado de trabalho e a revolução "tecnológica", fundamentada no crescimento da tecnologia da informação, do avanço da biotecnologia e das telecomunicações. Esses dois aspectos têm sido apontados como responsáveis pelo surgimento do desemprego e toda ordem de transformações na estrutura de emprego. Sem sombra de dúvida, as mudanças recentes no mundo do trabalho adentraram em quase todos os processos produtivos.

O acesso ao emprego, entretanto, tem se tornado mais difícil; o tempo na condição de desemprego tem aumentado; as formas de ajudas governamentais têm se revelado insuficientes. A seletividade dos trabalhadores torna-se imprevisível, sobretudo quanto à exigência da qualificação necessária para o emprego. A lógica de ação dos desempregados diversifica-se, mas predominam as alternativas individuais e de eficácia pouco comprovada. De maneira contrária à individual, a alternativa das cooperativas de desempregados têm se mostrado mais eficazes no combate ao desemprego. No cenário político os atores sociais envolvidos nesses mo-



vimentos cooperativos – Trabalhadores Sem-Terra e trabalhadores urbanos desempregados – ilustram e dão visibilidade à importância regional de iniciativas cooperativas na formação de lideranças e de arranjos locais.

O problema do desemprego é de difícil apreensão, a começar pela mensuração quantitativa. Longe de ser, apenas, uma questão técnica, confunde e disfarça, de muitas maneiras e sob muitas formas, o que é estar desempregado: jornada parcial, temporária, sazonal e des-regulamentada. Que é então estar desempregado? Como definir e pensar o desemprego? Qual o tempo médio de duração do desemprego? Quais as estratégias coletivas adotadas para solucionar o desemprego? Quais os limites dos programas e das cooperativas de geração de emprego e renda? Quais os elementos facilitadores? Inúmeras outras questões poderiam ser levantadas. A teorização insuficiente impede que as soluções sejam encontradas. A cooperativa é uma solução? A ampliação geral do trabalho, mas não do assalariamento, dificulta a caracterização do desemprego e impede a localização de soluções adequadas.

Quantos são os desempregados no Brasil? No México? Na Argentina? Em 1997, Oliveira assim se expressou, dando uma noção de quantidade e, sobretudo, apontando para as dificuldades de apreender o desemprego:

O México já é hoje um caso clássico de rigidez excludente. Ninguém seriamente apostaria que qualquer revitalização da economia mexicana possa repor a imensa massa de desempregados que em qualquer calçada mexicana estão a vender sua suprema ironia - garrafinhas da água mineral de elite, a Perrier francesa. Na Argentina, cinco anos de estrondoso sucesso do Cavallo que caiu do cavalo (isto é, do Menem) produziram uma massa de desemprego que teima em permanecer em irredutíveis 17/18%, fenômeno único na história Argentina que sempre se caracterizou por pleno emprego desde os dias da grande entrada do país austral como fornecedor de alimentos no mercado mundial. Em todos os outros o registro é do mesmo tipo. O Brasil apresenta a saudável taxa de desemprego de 6% da PEA, com um incremento de 1,52% entre maio de 96 a maio de 97, mas os resultados para a capital econômica, toda a Grande São Paulo, medidos pelo convênio SEADE/DIEESE elevam-se ao patamar de 15,7% em julho de 97, muito próximo do argentino. Estimativas que levam em conta o desemprego disfarçado nos milhares de pontos-de-venda do imenso bazar persa em que se transformaram, praticamente, todas as gran-

*des cidades da América Latina autorizam supor que desemprego aberto mais desemprego disfarçado alcançam entre 30 a 50% da PEA, dependendo do país.<sup>4</sup>*

As estatísticas atuais prosseguem evidenciando o agravamento do problema dos desempregados que os governantes e a classe dominante pretendem segregar, reforçando o *apartheid* instituído no Brasil.

Entre o total de 2,5 milhões de desempregados, segundo o IBGE, 40% têm 11 ou mais anos de estudo. Do total, 663 mil desempregados têm de oito a dez anos de estudo. O grupo de desempregados com menos de oito anos de escolarização é de 843 mil.

Nas regiões metropolitanas brasileiras a distribuição do desemprego se assemelha ao contexto nacional. Em todas as regiões metropolitanas pesquisadas a faixa com menor número de desempregados é a intermediária, com entre oito e dez anos de estudos. O grupo de desempregados, com menos de oito anos de escolarização é de 65 mil, e são 64 mil os que têm 11 ou mais anos de escolarização. Finalmente, são 46 mil aqueles que se apresentam entre oito e dez anos de inserção escolar<sup>5</sup>.

A análise das múltiplas tensões e significações do desemprego contribui para elucidar as metamorfoses da sociedade de uma maneira geral e, em particular, o

dizer que no século XVIII inexistem termos como desemprego e desempregado. Em geral, essas designações fazem referência a uma certa situação de incapacidade pessoal para prover necessidades e não propriamente à privação de trabalho (GEREMECK, 1995; CASTEL, 1995)<sup>7</sup>. A literatura da época designa situações semelhantes como pobres, indigentes, vagabundos ao conjunto de pessoas que não podem sobreviver sem o apoio de um seguro, seja privado (caridade) ou público.

O uso do verbo “desempregar” entra em cena no século XIX e passa a denominar uma interrupção de trabalho que implica a perda de salário, independentemente de qualquer motivo. Um dia desempregado é um dia sem trabalho e sem salário.

No final do século XX, o mundo passou a viver com uma enorme quantidade de novos produtos e, sobretudo, novas formas de gerenciamento do trabalho, o que levou os escritores a concluirem que as mudanças recentes, de ordem estrutural, são devidas às exigências de um mercado que também é mutante. Ainda que não seja objeto deste artigo, é importante observarmos que idêntica linha de argumentos também tem sido defendida sobre o movimento do capital, que adquire uma nova performance.

No século XIX, quando o verbo “desempregar” entra em cena, numa linguagem corrente, ele passa a denominar uma in-

*os riscos sociais, foi, durante muito tempo, uma das situações mais incertas e, também, uma das mais indignas e miseráveis. Alguém era um assalariado quando não era nada e nada tinha para trocar, excepto a força de seus braços. Alguém caía na condição de assalariado quando sua situação se degradava: o artesão arruinado, o agricultor que a terra não alimentava mais, o aprendiz que não conseguia chegar a mestre (CASTEL, 1995, p. 21).*

Com o advento da relação capitalista inverteram-se os termos: o emprego assalariado, sinônimo de degradação, passa, do mais completo descrédito, ao estatuto de principal fonte de renda e de proteções. De maneira idêntica, o trabalho assalariado, de manifestação repugnante, passa a ser a “arte prática da felicidade, o remédio para todas as paixões, ou melhor, uma paixão em si mesmo, que substitui todas as outras”<sup>8</sup>. Ao final do século XIX, o trabalho torna-se a única lei, como sugeriu Zola: “[...] o trabalho, senhores, é a única lei do mundo, o regulador que conduz a matéria organizada a seu fim desconhecido. A vida não tem outro sentido, outra razão de ser; nascemos, cada um, para contribuir com nosso trabalho e desaparecer. Um homem que trabalha é sempre bom”<sup>9</sup>. A que trabalho esses autores fazem menção? Em grande parte ao trabalho manual que se

## UM DIA EMPREGADO É UM DIA DE TRABALHO E DE SALÁRIO, E NÃO É MAIS UMA DEGRADAÇÃO

lugar do trabalho como vetor de reconhecimento social e suporte de identidades pessoais e coletivas.

Santa Catarina não possui pesquisa sobre a movimentação do emprego/desemprego<sup>6</sup>. A ausência de avaliação dessa movimentação cria dificuldades de diversas ordens, entre as quais, de ação eficaz no controle do desemprego e direcionamento de políticas e empreendimentos para ajudar a encontrar soluções (no campo de investimentos futuros, como no de qualificação e requalificação).

### DESEMPREGAR

Adentrando um pouco mais na percepção do problema em questão, podemos

terrupção de atividade que resulta na perda de salário, independentemente de qualquer motivo. Nesse momento se opera uma inversão radical. Um dia empregado é um dia de trabalho e de salário, e não é mais uma degradação. Como sugere Castel, a condição de empregado assalariado nada tinha de dignificante. Assim, cair na condição de assalariado era equivalente a “cair em desgraça”, a ser condenado a viver de “jornada de trabalho” e sob o domínio da necessidade:

*[...] a condição de assalariado, que hoje ocupa a grande maioria dos ativos e a que está vinculada a maior parte das proteções contra*

encontrava em franca desaparição. Ao trabalho alienado, externo ao trabalhador, que não se sente parte do processo, mas fora dele. A alienação do trabalho, o processo no qual o trabalhador se relaciona com o produto de trabalho como um objeto estranho, é, para Marx, o resultado da relação capitalista. Em resumo, o “mal” não está no trabalho, mas na relação que funda e sustenta esse trabalho<sup>10</sup>.

Paralelamente à tomada de consciência do trabalho, que impõe a pior servidão, a da necessidade, ocorre uma transformação no próprio trabalho. Ainda segundo Castel (1995), há homologia de posição entre os “inúteis para o mundo”, personalizados pelos vagabundos de an-

tes da Revolução Industrial, e as diferentes categorias de "inempregáveis" de hoje (desfiliados, desqualificados ou invalidados). O termo desempregado não é nada novo, mas os processos que produzem essas situações são homólogos e diferentes, quando relacionados em suas manifestações. O que é exploração de força de trabalho naturaliza-se. O trabalho parece ser tudo na vida. O caminho seguido pelo trabalho vai das tutelas aos contratos, mas não é, de modo algum, linear, supõe descontinuidades, bifurcações e, mesmo, inovações.

*O livre acesso ao trabalho, que se impõe no século XVIII, tem uma dimensão revolucionária. A instituição do livre acesso ao trabalho é, sem dúvida, uma revolução jurídica tão importante quanto a revolução industrial, de que, aliás, é sua contrapartida. Na verdade reveste-se de uma importância fundamental de tudo o que a precede. Quebra as formas seculares de organização dos ofícios e faz do trabalho forçado uma sobrevivência bárbara. A promoção do livre acesso ao trabalho fecha, assim, um longo ciclo de transformações conflitivas, pondo fim aos entraves que impediram o advento de uma condição salarial (CASTEL, 1995: 44).*

Antes da instituição da força de trabalho livre, por muito tempo existiram (entre os séculos XIV e XIX) pobres, desfiliados e supranumerários, ou seja, indivíduos sem lugar social, classes que viviam perigosamente ou simplesmente na vagabundagem<sup>11</sup>. Geremeck (1995) insistia na necessidade de estabelecer diferenças entre os pobres permanentes (mendigos de hábito, delinqüentes, saltimbancos, duendes) e os pobres de ocasião: operários regulares que, temporariamente, apresentavam necessidades e que, pouco a pouco, eram qualificados como desempregados. Desta cisão nasceu a categoria desempregado, que foi se construindo à medida que os trabalhadores assalariados estavam desempregados independentemente de sua vontade. Essa autonomização progressiva da categoria desemprego convergiu com a regulariza-

ção do mercado de trabalho e adveio da sociedade salarial.

Segundo Salais, em 1891, os desempregados não constituíam uma categoria específica dentro dos sem-profissionais, entre os quais se situavam os saltimbancos, as prostitutas e os boêmios e nem mesmo no interior da "população não classificada" (SALAIAS, 1999, p. 34). A primeira vez que surge uma separação entre vagabundos e desempregados é em 1892, em Marselha, na França. Por meio da fundação de uma instituição cria-se um fundo de assistência, e o seu funcionamento faz nascer uma terminologia que diferencia o impostor do desempregado, que procura emprego sem poder encontrá-lo:

*A separação se funda na relação indivíduo e instituição, mediante a alocação de uma espécie de seguro subordinado à procura de um trabalho. O trabalho é considerado uma prova simples, rápida e conclusiva para distinguir o impostor que mendiga por preguiça, do infeliz que procura verdadeiramente trabalho, sem poder encontrá-lo<sup>12</sup>.*

## O MITO DO MERCADO DE TRABALHO

*O estômago do rico [escreve] não está em proporção com os seus desejos e não contém mais do que o de um tosco aldeão. É forçado a distribuir o que não consome ao homem que prepara da maneira mais delicada a pequena iguaria de que tem necessidade... Só os ricos escolhem, na massa comum, o que há de mais delicioso e mais raro. Quase não consomem mais do que o pobre: e, apesar da sua avidez e do seu egoísmo, partilham com o último trabalhador o produto dos trabalhos que lhes mandam fazer. Mão invisível parece forçá-los a concorrer para a mesma distribuição das coisas necessárias à vida que teria lugar se a terra tivesse sido dada em igual porção a cada um dos seus habitantes; e assim, sem ter essa intenção, mesmo sem saber, o rico serve o interesse social e*

*a multiplicação da espécie humana. (SMITH, 1983, p. 340-341)<sup>13</sup>*

No início do Capitalismo muitos personagens sociais apresentam-se difusos. As silhuetas são imprecisas em meio ao nevoeiro e mal começam a ser decifradas pelo pensamento social. O que significa dizer que o desemprego é involuntário? Eis o enigma! As formulações de Smith (1723-1790)<sup>14</sup> convergem no sentido de desvendá-lo e rompem com explicações antecedentes, uma vez que as suas explicações situam o trabalho social como fonte de riqueza. Ainda segundo Smith, o mercado regula o trabalho. Esta instituição se constitui na "mão invisível" e reguladora de interesses individuais e, portanto, da oferta e procura do trabalho<sup>15</sup>. A importância de Smith não se deve apenas a essa formulação, mas, sobretudo, porque revela a "verdade" da época histórica: a sociedade não é organizada por seres divinos, mas pelo trabalho, cuja caricatura é a oficina de alfinetes<sup>16</sup>. Por meio do trabalho, aceita-se, pela primeira vez na humanidade, que o destino dos homens esteja em suas próprias mãos. Ainda segundo Smith, se o trabalho é sinônimo de emprego, está diretamente relacionado ao funcionamento do mercado de trabalho. Do funcionamento do mercado surge também o contrário de trabalho, o desemprego. Assim, quando há desemprego, a "culpa" é do mercado que está se desaquecendo, ou quando ele se apresenta mais exigente e sofisticado. Se há desemprego, é porque sobram empregados desqualificados e faltam empregados qualificados. Todas essas explicações convergem para o mercado que, por sua vez, estabelece que alguns vivem sob o seu manto, enquanto outros, não tendo a mesma sorte, ficam desempregados. O enigma continua indecifrável. O desemprego é involuntário porque existe a "mão invisível" guiando as pessoas, e suas situações de emprego e de desemprego.

Um outro autor, Say (1767-1832), também explica o emprego por meio da lei da oferta e da procura.

*Quando a procura de trabalhadores fica aquém da quantidade de pessoas que se oferecem para tra-*

*balhar, os seus ganhos declinam abaixo da taxa necessária para que a classe pobre possa manter-se no mesmo número. As famílias mais sobrecarregadas de filhos e de enfermidades morrem: a partir de então a oferta de trabalho declina, e, sendo menos oferecido o trabalho, o seu preço sobe<sup>17</sup>.*

De conformidade com a *Lei de Say*, a produção cria sua própria demanda. Um momento de criação de emprego impele

moldou a nossa época. Nessa situação dois fatos ganharam destaque: a generalização do sistema fabril e o advento do proletariado fabril como força política autônoma.

*Quando olhamos esse processo, não podemos deixar de registrar a rapidez espantosa com que se processou. Essa foi, na verdade, uma característica do século XIX: a vertiginosa aceleração da transformação social. Para um observador dos*

*os operários empregados em fábricas têxteis, em 1844 já eram 150 mil; (TEIXEIRA, 2002, p. 19).*

O emprego na forma assalariada passa então a gerar novas indagações, explicações e instituições. Desenvolve-se a necessidade de formalização jurídica do contrato de trabalho. Surgem as primeiras formas de proteção do trabalho. Considerando aquilo que nos interessa, o desemprego, observamos que a legislação trabalhista e as instituições

## O DESEMPREGO, NO LIMITE, SERIA UMA ESCOLHA SUBJETIVA OU UMA DELIBERAÇÃO PESSOAL

as populações a trabalharem, sendo o contrário também verdadeiro. Na base desse argumento está a relação de oferta e procura<sup>18</sup>. Todas as pessoas são, ao mesmo tempo, consumidoras e produtoras de algo e se encontram no mercado. As pessoas fazem escolhas, e tudo se move pelas escolhas, que são infinitas. Se as pessoas não estão no trabalho, é porque elas não estão dispostas a venderem o seu trabalho pelo preço oferecido, logo, permanecer sem trabalho lhes dá maior satisfação do que o trabalho realizado por um determinado salário.

Na perspectiva da lei de mercado, que também regula a oferta e a procura de trabalhadores, não existe desemprego, pois o mercado tende a buscar o seu próprio equilíbrio. Mais uma vez o enigma se apresenta indecifrável. O "ser invisível" continua elegendo algumas pessoas preferindo outras, que são, simultaneamente, produtoras e consumidoras de algo. Nessa explicação, evidentemente, são as pessoas que realizam escolhas. O desemprego, no limite, seria uma escolha subjetiva ou uma deliberação pessoal. O ócio é preferível à pequena remuneração. O enigma, que parecia se revelar por inteiro, continua indecifrável, pois numerosas outras perguntas surgem dessa constatação. Que é o salário? O que determina o preço do salário?

Esse texto não tem a pretensão de responder todas as perguntas. Continuemos, pois, com o desemprego. De meados do século XIX até o seu final, em que pesem as dificuldades conceituais, desemprego externaliza-se denunciando uma situação social inédita e que

*dias de hoje, a mudança técnica é parte de seu cotidiano; mas, 150 anos atrás, após milênios de estagnação e conservantismo, não. Certamente o impacto da navegação a vapor, das ferrovias, do telégrafo sem fio e do telefone, encurtando distâncias e criando a possibilidade efetiva de um mercado mundial, terá sido muito maior na vida das pessoas do que o causado pela internet e a comunicação global, através da fibra ótica ou dos sinais de satélite (DENIS, 1974, p. 323)<sup>19</sup>.*

De um ponto de vista histórico, os quase cem anos que se situam entre 1785-1875 foram os anos de maior produção de riquezas, de crescimento e de mudanças para a humanidade. Esse processo, no entanto, não contribuiu para a promoção da igualdade entre as pessoas, ao contrário, acentuou a desigualdade social, acarretando condições de vida desumanas em termos de habitação, alimentação, vestuário e condições de trabalho, cujas jornadas duravam de 16 a 18 horas.

Diante desse quadro não causa espanto que o termo emprego passe a ser comumente difundido em todas as regiões. Alguns números atestam a rapidez da difusão desse processo:

*Enquanto, ainda em 1820, existiam [na Inglaterra] cerca de 240 mil tecelões manuais, em 1844 já eram apenas 60 mil, e em 1860 já haviam praticamente desaparecido (8 mil); enquanto, em 1820, eram apenas 10 mil*

correlatas, em suas inúmeras leis e regulamentações, apenas delimitam aquilo que não é o enigma. O enigma do desemprego continuava presente, aliás, aumenta de tamanho, virando fantasma, tornando-se um problema social.

## 1929, A GRANDE CRISE DE SUPERPRODUÇÃO E O PENSAMENTO SOCIAL

*O mundo demorou a perceber que estamos vivendo, este ano, à sombra de uma das maiores catástrofes econômicas da história moderna. Contudo, agora que se tornou consciente do que está ocorrendo, o homem da rua, desconhecendo o porquê e os seus desdobramentos, está tão cheio de um medo que pode mostrar-se excessivo quanto, anteriormente, ao iniciarem-se as dificuldades, carecia do que poderia ter sido uma razoável ansiedade. Ele começa a duvidar do futuro. Estará agora despertando de um sonho agradável para enfrentar a escuridão dos fatos? Ou mergulhando num pesadelo que passará? (KEYNES, 1978, p. 28)<sup>20</sup>*

Em torno de 1930, passam a existir grandes crises mundiais que se sucedem ao crash das bolsas em Nova York. Aparecem também transformações socioeconómicas que mudam a feição do trabalho. O enigma do desemprego assume feições assustadoras, multiplica-se veloz e vorazmente. Nesse contexto as formu-

lações de Keynes (1883-1946) qualificam o desemprego. Num certo sentido, reforçam a existência do desemprego involuntário, admitindo que pode existir a pessoa que quer trabalhar por bem pouco sem conseguir encontrar esse emprego. O autor percebe que essa manifestação é cada vez mais constante. Diz Keynes que é possível existir 5%, 6% ou 10% de pessoas que queiram trabalhar, mas que não encontram lugar para fazê-lo. Dessa situação o autor conclui que somente o Estado, por meio de adequada política econômica, pode gerar uma situação de pleno emprego. As sucessivas crises (o desemprego britânico dos anos 1921-1929 e o desemprego estadunidense de 1933-1939) impelem o autor a analisar os motivos e as variações da produção e do emprego. Para corrigir problemas surgidos no sistema econômico, como o desemprego, o autor propõe a intervenção do Estado, única instituição que tem capacidade de conferir equilíbrio ao sistema econômico de uma nação. Assim, indica a necessidade de implementação de medidas que incrementem o pleno emprego e desencorajem o entesouramento individual. Keynes já defendeu essas idéias antes da grande crise de 1929, mas ele somente as organizou num corpo teórico em 1936, na obra *Teoria Geral*. Uma vez publicado, esse estudo desencadeou grande repercussão, principalmente quanto ao imperativo de incrementar o pleno emprego.

Mais ou menos nessa mesma linha de explicação Shumpeter (1882-1950)<sup>21</sup> pretende ampliar a compreensão da categoria desemprego, mas ainda a circunscreve aos limites das formulações que têm como epicentro o mercado. A geração de empregos no mercado é uma situação passageira e é o resultado de um processo permanente de criação-eliminação de empregos. O emprego desenvolve-se em ondas sucessivas e vem, de acordo com tal formulação, acompanhado de incessante elevação do nível de vida. A história do emprego é também a história de um processo em constante superação de si mesmo, no qual certas ocupações se tornam obsoletas por meio do progresso técnico, que aumenta a produtividade e que possibilita satisfazer uma demanda com menor quantidade de braços.

O produtor econômico é, na verdade, um eterno inovador no sentido de criação de novos mercados. Ele promulga as mudanças econômicas. Nessa mudança o desemprego não é problema, mas uma solução, uma vez que abre a possibilidade para as figuras dos profissionais obsoletos e desempregados tornarem-se empreendedores inovadores.

*Na vida econômica deve-se agir sem resolver todos os detalhes do que deve ser feito. Aqui o sucesso depende da intuição, da capacidade de ver as coisas de uma maneira que posteriormente se constata ser verdadeira, mesmo que, no momento, isso não possa ser comprovado, e de se perceber o fato essencial, deixando de lado o perfuncório, mesmo que não possa demonstrar os princípios que nortearam a ação. (SCHUMPETER, 1983, XII).*

A inovação constante, a criação de novos mercados e a ação do empreendedor deflagram, portanto, a mudança econômica. Nela os consumidores são educados. Eles são educados a desejarem novas coisas, ou coisas que diferem de alguma forma daquelas que eles têm o hábito de consumir. Nessa formulação, o desemprego, produto da "destruição criadora", viabiliza a realização do sonho do trabalhador assalariado em ter autonomia.

A contrateste do mercado, sistematizada ainda no século XIX, aponta algumas imprecisões da teoria que a fundamenta. Mas o que é o mercado? Uma determinada relação, historicamente configurada. Desse modo, se o mercado possui certas características, elas são atribuídas por pessoas da mesma maneira que criaram as trocas, as mercadorias ou o dinheiro. De fato, conhecemos uma "lei de mercado" exemplar, quando chove. Nesse momento, aparecem inúmeros vendedores de sombrinhas e de guarda-chuvas e, igualmente, sacis-pererês, gnomos, duendes, bruxas e outros mais.

A lei, que por certo é produção humana e histórica, diz respeito à maneira como os homens organizam concretamente a vida social. Eis o enigma: não

é mais abstrata a "mão invisível" do mercado como sugerem Smith, Say ou Shumpeter, que organiza a vida social. Contrariamente ao mito do mercado, o desemprego é engendrado na relação social capitalista: a lei que emprega é a mesma que desemprega, portanto, o desemprego é algo historicamente configurado. Nesse sentido, não é episódio, um mal inevitável ou ainda uma decorrência conjuntural passageira.

## O DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO

*Decifra-me ou devoro-te*

O terceiro momento decisivo na construção da categoria desempregado ocorre recentemente, ou seja, desde o final dos anos setenta e, sobretudo, nos anos novos do século XX. Em 1987, a Comunidade Econômica Européia contabiliza quatro milhões de pobres. A criação do "Restaurant du Coeur" na França, e a aparição de novos personagens sociais, os sem domicílio fixo, por quase toda a Europa, revelam a fisionomia social da época. A crise do petróleo, as novas tecnologias informacionais e a denominada reestruturação produtiva são alguns dos traços que aceleram o desemprego e, principalmente, conformam a nova versão do desempregado, que passa a ser cada vez mais, freqüentemente, de longa duração. É nesse contexto que surge o terceiro momento relevante na trajetória do desemprego.

Desde 1961, o francês Ledrut faz alusão (pioneira) a uma certa Sociologia do Desemprego, evidenciando a necessidade de ampliar a reflexão sobre esse problema social (LEDRUT, 1966)<sup>22</sup>. Entretanto, somente estudos mais recentes vão eleger o desemprego como algo relevante.

No Brasil, o problema em questão não integra as pesquisas da Sociologia com a mesma ênfase que na França, ainda que ele tenha sido secundariamente abordado no corpo de diversas explicações sociológicas<sup>23</sup>.

O desemprego também não foi catalogado como uma questão merecedora de análise realizada por mestres e doutores que integram o sistema Urban-data-Brasil<sup>24</sup>, o que não significa que não seja um problema para algumas



pessoas, no Brasil. Oliveira, em exposição na Conferência magistral do XXI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), lembra que o presidente FHC, em seu governo, faz alusão ao problema, criando o neologismo "inempregáveis" para designar aqueles que não terão chance dentro da nova ordem globalizada (OLIVEIRA, 1997, p. 37)<sup>25</sup>.

Até onde conhecemos, o tema não faz parte dos encontros anuais da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Ciências Sociais), com exceção do ano de 2002, com o trabalho de Guimarães (2002)<sup>26</sup>.

#### DO ATESTADO DE POBREZA À CONDIÇÃO DE DESEMPREGADO

No Brasil o percurso no qual se engendra a categoria socialmente instituída contém descontinuidades e inovações, é uma "invenção social" e pode ser evi-

#### NA PRÁTICA, INEXISTIA CONDIÇÃO DE ESTAR DESEMPREGADO COMO SER INDIVIDUAL

denciada por meio de alguns momentos na história social. Nela "o ser socialmente reconhecido" expressa-se nos fundamentos abstratos de uma ordem jurídica<sup>27</sup>.

Num primeiro momento temos instituído o emprego, mas não o desemprego. Nesse sentido uma tese geral, presente no Direito Brasileiro, desde os anos

trinta do século XX, auxilia a compreender e delimitar a instituição desse movimento que institui socialmente o personagem social desempregado. Caso o desempregado tivesse que comprovar seu estado de carência a possibilidade era fazê-lo por meio de um "Atestado de Pobreza", e isso valia para o contingente de pessoas que individualmente recorriam à Justiça do Trabalho com o objetivo de reaver seus direitos assegurados. Assim podemos dizer que, em tese, o desempregado é uma figura jurídica e socialmente reconhecida<sup>28</sup>. Na prática, porém, inexiste a caracterização precisa da condição de estar desempregado como ser individual, titular de direito. Essa situação perdurou até o momento em que se instituiu a lei sobre o seguro-desemprego temporário, em 1988.

Retrocedendo um pouco no tempo, desde a instituição da Carteira de Trabalho<sup>29</sup>, da organização da Justiça do Trabalho, em 1939<sup>30</sup>, da criação da Consolida-

ção das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943<sup>31</sup>, e outras medidas jurídicas complementares, ficou assegurado ao trabalhador a possibilidade de empreender uma reclamação trabalhista, que, por sua vez, era também assegurada pela mediação de um sindicato. Havendo uma reclamação, a lei previa a forma como se devia realizar o pagamento das custas. No caso do desem-

pregado o conceito tinha uma certa materialidade: havendo um processo trabalhista de um trabalhador assalariado que se encontre em situação de carência (leia-se desemprego, por exemplo), podia ser isentado do pagamento das custas processuais. Essa ocorrência estava prevista na Lei 1.060/1950, que normatizava a assistência jurídica aos necessitados. Por meio desta norma, surgiu, pela primeira vez, uma conceituação de ser desempregado, dentro da República Federativa do Brasil. Segundo esta norma, quando o desempregado necessitava comprovar o seu estado de carência, podia fazê-lo valendo-se de um "Atestado de Pobreza", que por sua vez era expedido pela Delegacia de Polícia local. Nesta formulação jurídica há o reconhecimento da condição de estar desempregado, mas apenas como pobre, não propriamente como desempregado. Na prática, e apoiados num procedimento jurídico, os termos tinham equivalência.

Algum tempo depois, essa caracterização é alterada com a instituição da Lei nº 5.584/1970, no artigo 14, parágrafo 1º, que regulamenta como se devem pagar as custas processuais na Justiça do Trabalho, e por meio dessa alteração ocorre uma mudança relevante: o "Atestado de Pobreza" é substituído pela apresentação da Carteira de Trabalho sem vínculo em-

pregatício. Em termos sociais ocorre uma diferenciação importante entre ser pobre e ser desempregado. Estar na condição de desempregado ganha, assim maior visibilidade, todavia ainda sem reconhecimento social.

### O SEGURO-DESEMPREGO TEMPORÁRIO

Em 1988, pelo processo constituinte institui-se uma nova Carta Magna do Brasil, e nela, surge uma novidade em termos da questão do desemprego. De acordo com esta carta, no artigo 7, inciso 2, fica prevista a instituição do seguro-desemprego, em caso involuntário. Portanto, somente nesse momento o desemprego tem o reconhecimento social no País, e este, por sua vez, gera uma situação de direito, por meio do seguro-desemprego. A situação foi regulamentada dois anos depois, em 11/1/1990, com a Lei 7.998/90 e, também com a instituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Por meio desta lei, ficam, portanto, previstos tanto um auxílio financeiro temporário como um sistema de apoio financeiro para reinserção na esfera do emprego<sup>32</sup>.

Todavia, o auxílio-desemprego não se aplica à categoria dos trabalhadores autônomos: motorista de táxi, costureira, engraxate, lavador de automóvel, vendedor ambulante, corretor de imóvel, cabeleireiro, encanador, eletricista, pintor, estivador de carga e descarga, e assimilados. Eles atuam no mercado de trabalho desregulado, portanto, ficam também à margem dos direitos.

Neste momento, no Brasil, como afirma Castel, tal como uma metamorfose, as certezas tremem e recompõem toda a paisagem social. Siluetas incertas, à margem do trabalho, vagueiam pelas ruas da cidade e do campo. O desemprego em massa e a instabilidade das situações criadas. Mesmo para quem permanece no emprego o futuro é assinalado pelo selo do aleatório. A revolução silenciosa é ainda mais complexa, pois adentra a subjetividade e reconfigura identidades. O desemprego alcança índices altos, e ninguém imaginava que uma tal elevação seria suportável. A recorrência das palavras *unemployment*, *arbeitslosigkeit* e *chômage*, em inglês, alemão ou francês, revela que o desemprego atingiu

o coração de países habituados com o "pleno emprego" desde a II Guerra Mundial<sup>33</sup>.

### O COOPERATIVISMO EM BREVES TRAÇOS

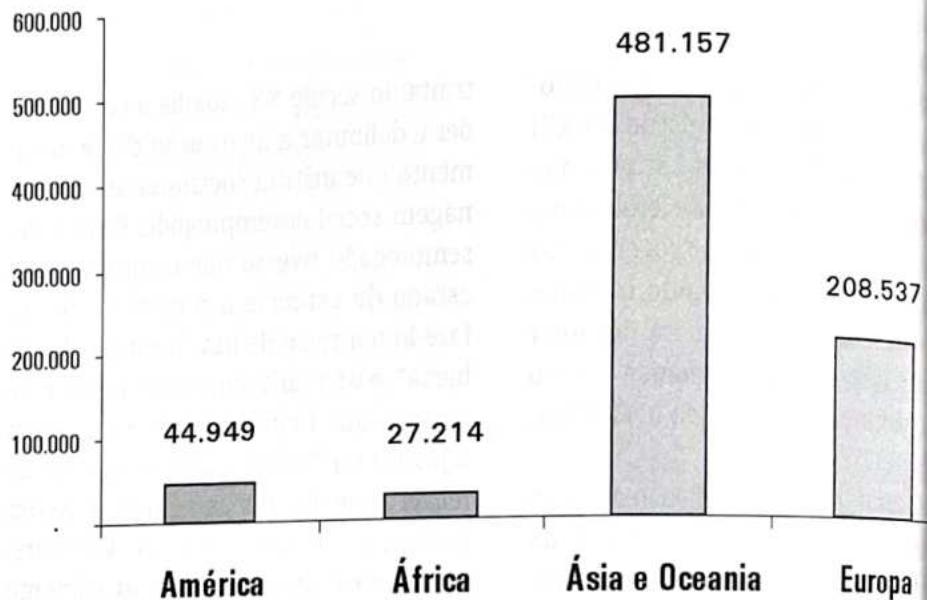
A primeira grande onda do cooperativismo de produção surgida na Grã-Bretanha foi contemporânea à expansão dos sindicatos e à luta pelo sufrágio universal. As cooperativas representavam aos trabalhadores possibilidades concretas de re-

cuperação do trabalho e da autonomia econômica, proveitando novas forças produtivas. As formas de organização obedeciam aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizado na ideologia do Socialismo (SINGER, 2002, p. 83)<sup>34</sup>.

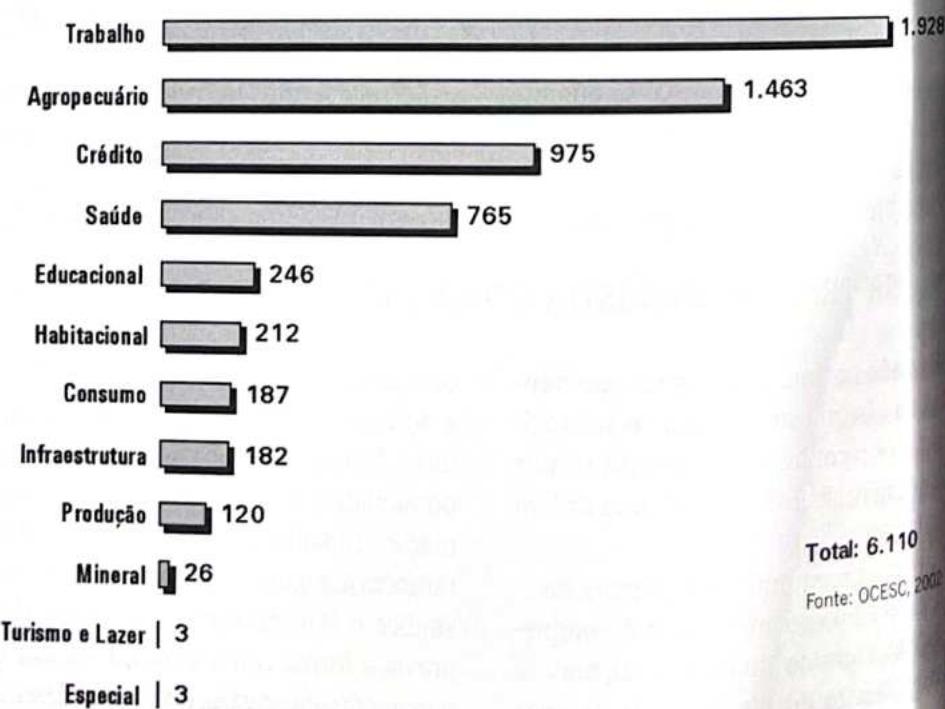
No intuito de remar na contracorrente dos números e da gravidade social do desemprego, no Brasil atual encontramos diversas alternativas que procuraram soluções ao problema. Entre elas

**Quadro 1 – Cooperativas em atividade no mundo**

Fonte: OCESC, 2002



**Quadro 2 – Cooperativas no Brasil em 2002, segundo ramo de atividade**



estão as cooperativas que têm crescido significativamente, conforme vemos no quadro 1.

No Brasil existem 6.110 cooperativas em atividade, sendo as de trabalho de maior número (1928). Em segundo e terceiro lugar se situam as agropecuárias (1.463) e de crédito (975) respectivamente, conforme vemos no quadro 2.

Em Santa Catarina, nas décadas de 1960 e 1970, foram fundadas coopera-

tivas em diferentes ramos. Na atualidade, existem 326<sup>35</sup> cooperativas com 474.798 mil cooperados e 14.916 funcionários. O cooperativismo, incluindo os familiares dependentes dos cooperados e funcionários, engloba aproximadamente 25% da população do Estado<sup>36</sup>.

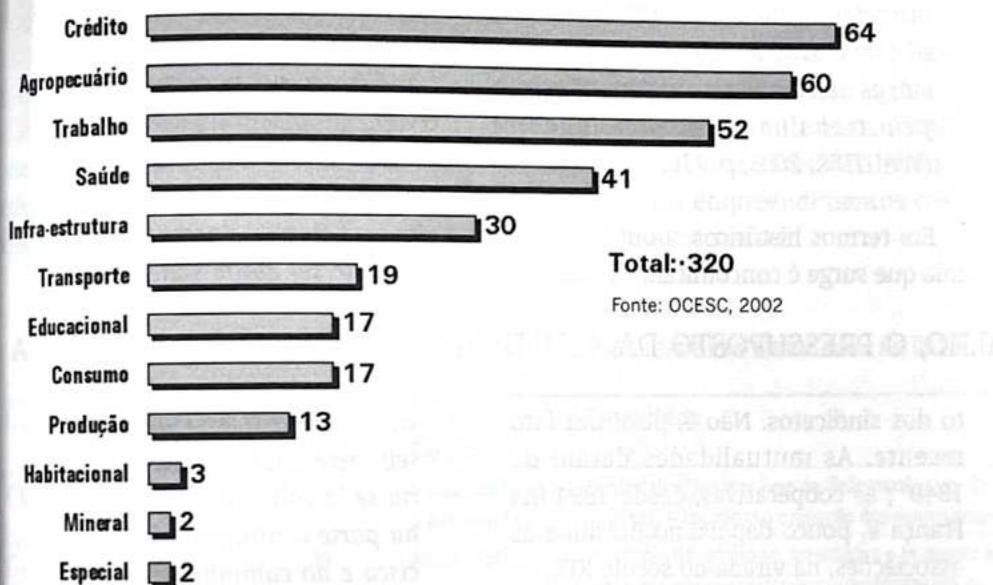
O quadro 3 evidencia as principais modalidades de cooperativas no Estado. Numa década elas passaram de 175 para 320, e as três que mais se destan-

cam são cooperativas de crédito, de agropecuária e de trabalho.

Na década de 90, algumas cooperativas praticamente se extinguem como, por exemplo, as cooperativas habitacionais que em 1992 eram no Estado 18 e, no entanto, em 2001, existem apenas 3. Em contrapartida, no ramo do trabalho, em 1992, havia somente 12 delas, mas em 2001 totalizam 41 cooperativas desse ramo no Estado. Observamos, portanto, um crescimento de mais de três vezes. A cooperativa de produção, inexistente no início da década, aumenta para 13 em 2001, conforme vemos no quadro 4.

Em termos qualitativos os resultados preliminares da pesquisa apontam para uma ambigüidade nas formas de cooperativas, uma vez que na prática há cooperativas e cooperativas. Sem demérito às demais experiências, focalizamos a atenção naquelas que nascem e estão diretamente relacionadas ao surgimento de movimentos sociais mais amplos, reafirmando o caráter da identidade coletiva como propõe Demazière (1998): o reconhecimento do caminho coletivo, a solidariedade e a autogestão fazem com que essas modalidades de alternativas ao desemprego sejam singulares reinvenções da emancipação social, como sugere Bocaventura Santos (2002). Esse recorte reabre o debate sobre questões universais como sociedade e poder, mas, também aponta para um processo em curso, no Brasil e fora dele, de construções não he-

**Quadro 3 – Cooperativas em Santa Catarina, em 2002, segundo ramo de atividade**



**Quadro 4 - Ramos da Atividade Cooperativa**

RAMOS	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Agropecuário	47	43	48	48	49	49	50	46	53	57	60
Consumo	19	19	18	14	15	18	20	20	18	17	17
Crédito	22	29	34	39	43	50	55	57	62	60	64
Educacional	18	18	16	16	18	16	16	15	16	17	17
Especial							1	2	2	2	2
Habitacional	18	16	12	2	3	5	6	3	3	3	3
Infra-estrutura	26	26	26	26	26	30	30	29	29	29	30
Mineral	1	1	1	1	2	1	2	2	2	2	2
Produção			1	1	5	10	12	15	13	14	13
Saúde	12	12	14	14	13	30	34	39	44	41	41
Trabalho	12	11	18	19	30	68	79	75	65	41	52
Transporte										19	19
TOTAL	175	176	188	180	204	277	305	303	307	302	320

Fonte: OCESC, 2002

gemônicas de produção. Seriam elas não capitalistas? Anticapitalistas?

As cooperativas de geração de emprego e de renda ressuscitadas, na atualidade, têm encontrado muitas barreiras ao serem implementadas. Na prática a vida dessas cooperativas é permeada por muitas dificuldades, sendo raros os casos de sua existência por mais de cinco anos. As cooperativas encontram barreiras operacionais por desconhecimento e por dificuldades para operacionalização de inovações tecnológicas. Os obstáculos são também de ordem administrativa e de competitividade. A adoção da estratégia coletiva, na forma de cooperativa, apesar dos impasses práticos, dinamiza as possibilidades e minimiza os custos sociais e econômicos.

Além disso, a ressurreição das cooperativas tem sido realizada em nome do caráter autogestionário, o que, em termos de construção de uma nova hegemonia, contém uma grande potencialidade.

## A VENDA DA FORÇA DE TRABALHO, O PRESSUPOSTO DA ACUMULAÇÃO, ESTÁ SENDO DESTRUÍDA

O recente aumento dessas experiências evidencia que o sistema social tem sido confrontado como um todo. Isso quer dizer também que a venda da força de trabalho, isto é o pressuposto da acumulação capitalista, está sendo destruída. Por um lado, temos a ampliação do trabalho, mas não necessariamente das formas de assalariamento (ampliação do trabalho morto e diminuição proporcional do trabalho vivo). Por outro lado, o esgarçamento do tecido social abre ao surgimento de formas de organização e de enfrentamento que vários séculos de dominação não conseguiram arrefecer. A manifestação da realidade, no plano prático, não implica aceitação, mas reflexão crítica. Essas experiências são frágeis, e muitas delas possuem vida efêmera. A reflexão trazida, antes de diminuir o seu potencial, procura ampliá-la, à luz tanto da teoria como da prática.

Entretanto, a busca de soluções ao desemprego tem sido mais expressiva fora da esfera governamental. Segundo Singer, no presente são significativas as ações de ressurreição na contracorrente da ordem capitalista. Essas iniciativas possuem sig-

nificados distintos e estão designadas por muitos nomes: economia do trabalho (CORAGGIO, 2003)<sup>37</sup>; economia social (WAUTIER, 2003)<sup>38</sup>; economia popular (MERCEDES, ICAZA e TIRIBA, 2003)<sup>39</sup>; ou ainda economia solidária (SINGER, 2002). Apesar dos nomes diversos, essas economias se assemelham num ponto: são autogestionárias. Além disso, caracterizam-se por um triplo aspecto: são experiências fundadas nos princípios de solidariedade, na adesão livre e na ausência de lucratividade individual.

*Os três pilares dessa economia são as cooperativas, inseridas na economia mercantil, as mutualidades, inseridas na economia não mercantil com o aval do Estado-Providência; as associações, caracterizadas pelo trabalho de proximidade (WAUTIER, 2003, p. 110).*

Em termos históricos, a outra economia que surge é concomitante ao adven-

menos desde o final do século XX. Nesse sentido, podemos observar o surgimento do "Falanstério do Sai", em 1842, na região do Sai, em Joinville. A criação tem inspiração em Fourier. Projeto para aglutinar imigrantes numa forma de coletivismo agrícola, teve vida efêmera, mas ainda restam vestígios na região, da experiência<sup>42</sup>.

*Os primeiros trabalhos realizados durante os cinco meses de existência da Colônia do Saí como caminhos, desmatamentos, construções, plantações e outros são descritos de maneira otimista por Mure em carta datada de 6 de junho de 1842. Seu texto procura transformar o leitor em um visitante fictício, que se adentra gradativamente nos caminhos abertos nas matas e observa cuidadosamente as obras realizadas. O efeito causado é quase cinematográfico e poderia ser assim sintetizado: um*

to dos sindicatos. Não é, pois, um fato recente. As mutualidades datam de 1849<sup>40</sup>, as cooperativas, desde 1894 (na França e, pouco depois, no Brasil), e as associações, na virada do século XIX.

Segundo Massi, as cooperativas no Brasil possuem existência desde o início do século XX e são legisladas, pela primeira vez, por meio do Decreto-Lei 979, de 6 de janeiro de 1903. No artigo 10 desse Decreto-Lei abre-se a possibilidade da constituição de Caixas de Crédito, de Cooperativas de Produção e de Consumo.

Anos depois, o empreendimento cooperativo adquire feição jurídica e legal por meio da instituição do Decreto-Lei nº 22.239 de 1932, que cria a Primeira Lei Orgânica do Cooperativismo Brasileiro. E em 1988, com a elaboração da Constituição vigente, funda-se o Sistema Cooperativo Brasileiro, sem a tutela governamental e com traços autogestionários<sup>41</sup>.

## MOVIMENTOS ALTERNATIVOS EM SANTA CATARINA: APROXIMAÇÕES

Em território catarinense o movimento cooperativo se faz presente pelo

visitante que tivesse visto o Saí há seis meses, por certo se surpreenderia se lá voltasse. Ao desembarcar na parte continental de São Francisco e ao caminhar pela estrada que passa entre a vila e a baía, veria, em primeiro lugar, uma forja quase sempre acesa, onde se fabricam e se consertam as ferramentas utilizadas pelos colonos. [...] É aí o nosso primeiro estabelecimento, o ponto de partida de uma obra que pode tornar-se imensa. O visitante então perceberia a primeira lavoura que já forneceu uma colheita satisfatória de feijão e que se darão outras ainda mais ricas quando nossos agricultores tiverem adquirido a necessária experiência local.<sup>43</sup>

Na contracorrente do processo de consolidação da ordem capitalista e no intuito de criar formas imediatas de sobrevivência, destacamos duas grandes vertentes de geração de emprego e renda, ambas engendradas por meio de movimentos coletivos: a primeira envolve um

conjunto de Organizações Econômicas e Populares (OEPs) e são fundadas sob os auspícios de diversas Pastorais da Igreja Católica (Pastoral da Terra dos Sem-Teto, da Pastoral da Comunidade, entre outras). Essas iniciativas datam de 1989. Elas consistem no fortalecimento de ações de grupos de auto-ajuda, de assessoria de pequenas iniciativas comunitárias de geração de emprego e renda. De uma forma mais ou menos similar ao País, no início dos anos 80, o desemprego ou as suas diversas formas (trabalho temporário, parcial sazonal e precário) aumentam em Santa Catarina. Nas áreas de predomínio de atividades agrícolas de cunho "familiar" evidenciam-se dificuldades de manutenção e/ou reprodução social e econômica dessas unidades. Nas cidades, tanto na agroindústria como na indústria, adotam-se tecnologias que asseguram o desenvolvimento de produtividade com redução de postos de trabalho, o que contribui para aumentar as dificuldades de

algumas pessoas. O resultado é conhecido: ampliação do trabalho, porém não do assalariamento<sup>44</sup>.

A segunda vertente consiste na forma de cooperativas e elas representam uma força expressiva na geração de emprego e renda no Estado. Num esforço de dimensionamento Massi catalogou 346<sup>45</sup> organizações cooperativas em 77 municípios do oeste de Santa Catarina. O autor sistematizou as organizações em cinco grupos, a saber: associações sem fins lucrativos representando 52,6%; grupos de cooperação (36,7%), cooperativas (5,5%), condomínios (4,3%) e clubes de integração e de troca de experiências, perfazendo 0,9% (MASSI, 2000: 45).

A amplitude do movimento engendrou a Associação de Pequenos Agricultores do Oeste de Santa Catarina (APACO), que proporciona assessoria técnica e política aos empreendimentos cooperativos e associativos.

## COOPERATIVAS NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA EM SANTA CATARINA

As respostas ao desemprego ganharam maior impulso nos anos 90. Desde então, um conjunto de iniciativas foram registradas nas áreas de baixa densidade urbana ou mesmo rural. Entre elas estão algumas cooperativas que surgiram no bojo do movimento em prol da reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

*A partir de 1986, começa a discussão de como organizar os assentados, com o I Encontro Nacional de Assentados, em que estiveram representados 76 assentamentos de 11 estados. Apesar da resistência inicial ao cooperativismo pelas experiências negativas do modelo tradicional do cooperativismo, caracterizado como grandes empresas*

**Quadro 5 - Situação atual das cooperativas vinculadas ao MST em Santa Catarina**

NOME/EMPRESA	Data de Fundação	Nº de Sócios	Finalidade	Situação Atual
CCA/SC	18/12/1988	8 Cooperativas 3 Associações	Central das Cooperativas da Reforma Agrária de SC (Sócios pessoas jurídicas) – coordena a produção dos assentamentos do MST.	Em funcionamento.
Cooperoeste	20/7/1999	Aprox. 350	Prestação de serviços a assentados e pequenos agricultores. (Atua principalmente na agroindustrialização do leite e na produção de semente de milho).	Em funcionamento.
Coopercontestado	30/10/1997	Aprox. 200	Prestação de Serviços, produção de leite e agroindustrialização, e também produção de grãos (empacotamento).	Esteve em dificuldade. Projetos incompletos por falta de recursos. Processo de retomada das atividades.
Cooperjus	31/7/1994	Aprox. 280	Prestação de Serviço – Produção de leite e grãos.	Parada, sem atividade. Iniciou-se uma discussão de parceria com outra cooperativa.
Coopercom	Sem informações	Aprox. 180	Prestação de serviços	Sem atividade.
Coopagro	25/10/1990	29 famílias	Coop. de Produção agropecuária (Terra e Trabalho coletivo).	Em atividade.
Coopercan	22/8/1997	22 pessoas	Coop. de Produção agropecuária (Terra e Trabalho coletivo).	Em atividade.
Cooperunião	Sem informações	60 famílias	Coop. de Produção agropecuária (Terra e Trabalho coletivo).	Em atividade
Coopranova	26/9/1991	12 famílias	Coop. de Produção agropecuária (Terra e Trabalho coletivo).	Em atividade
Cooptrasc	Agosto de 1997	Aprox. 80	Cooperativa de Trabalho (Prestação de Serviço).	Em atividade
Cooptaasc	Sem informações	Aprox. 60	Cooperativa de Trabalho (Prestação de Serviço).	Em atividade
Cooperativa Padre Josimo Tavares	2002	Aprox. 60	Cooperativa de Trabalho (Prestação de Serviço).	Em atividade

*agroindustriais que desenvolveram uma política de exploração econômica dos agricultores a discussão evoluiu a favor do cooperativismo, em termos que hoje diríamos serem os da economia solidária.*

Durante a Nova República (1985-1989), multiplicaram-se as associações nos assentamentos, estimuladas pelos órgãos governamentais de extensão rural, especialmente a Emater. A aceitação do cooperativismo se dá gradualmente. Em 1988, foi organizado um *Manual de Cooperação Agrícola do MST*. Em 1989, o MST passa a tentar organizar a produção nos Laboratórios Organizacionais, metodologia desenvolvida por Clodomir de Moraes, a partir da experiência das Ligas Camponesas e que visa à formação de cooperativas de produção autogestionárias. Cria-se, ainda em 1989, as primeiras CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuárias) no Rio Grande do Sul: a Copanor e a Cooptil. Nessa fase, a motivação para organizar a produção passa a ser econômica (acumular capital) e política (liberar quadros e procurar sustentar o MST) (SINGER, 2002, p. 103-4<sup>46</sup> (grifos meus).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em Santa Catarina possui uma trajetória de 19 anos e está organizado em 16 acampamentos e 113 assentamentos, distribuídos em 42 municípios. Na atualidade, existem no MST 12 cooperativas que procuram assegurar viabilidade econômica e social aos participantes do movimento. Algumas delas se encontram temporariamente desativadas, e outras, em fase de reestruturação, como vemos no quadro 5.

As experiências cooperativas no MST têm gerado um arrazoado de polêmicas, dentro e fora do movimento. Internamente ao movimento surgiram muitas críticas diante do fracasso da estratégia "econômica" que as obrigou a fecharem as suas portas.

Se, como vimos, um dos objetivos estratégicos da forma cooperativa pro-

posta pelo MST era assegurar sustentação política em Santa Catarina, o alcance não pode ser questionado. Hoje, encontramos diversas lideranças catarinenses liberadas para atuar dentro e fora do Estado. Entretanto, a solução é também um problema, o que tem dado margem à crítica, mais externa do que internamente ao MST.

A iniciativa do MST integra o movimento de busca de soluções fora da esfera governamental, ainda que dela não prescindam inteiramente. No intuito de remar na contracorrente dos números e da gravidade social da desigualdade social, no Brasil atual encontramos diversas alternativas que procuram soluções ao problema<sup>47</sup>. Entretanto, segundo Singer a resurreição do cooperativismo segue na contra-corrente da ordem capitalista. Essas iniciativas possuem significados distintos e estão designadas por muitos nomes: economia do trabalho (CORAGGIO; 2003)<sup>48</sup> economia social (WAUTIER; 2003)<sup>49</sup> economia popular (MERCEDES, ICAZA e TIRIBA; 2003)<sup>50</sup> ou ainda, economia solidária.

### UM EXEMPLO CATARINENSE: A COOPERMINAS, EM CRICIÚMA

Uma experiência marcante de autogestão ocorre em 1987, com a criação da

Cooperativa de Trabalhadores Mineiros (Cooperminas), em Criciúma, antiga Companhia Brasileira Carboquímica de Araranguá (CBCA), nascida em 1917. A Cooperminas é o resultado da ação de trabalhadores que assumem uma empresa mineradora de carvão falida.

Três meses sem salários, greve, falecimento da CBCA e a futura estatização da mineradora de carvão acenderam o estopim para um conflito até então nunca visto em Criciúma: milhares de mineiros - os da CBCA e de outras minas - montam acampamento sobre os trilhos e impedem o escoamento de toda a produção de carvão do município. Enfrentam a polícia, e Argemiro Vitorino vê sua mulher sentir as primeiras dores para o nascimento de sua filha Paula, hoje com 10 anos.

- Botamos a polícia para correr, mas fomos surpreendidos à noite por um batalhão de 250 PMs, munidos com bombas de gás lacrimogêneo. Minha filha nasceu no meio do fogo cruzado - lembra Vitorino. A luta valeu a pena. Os mineiros conquistam a opinião pública, o pagamento de um mês de salário e a autorização para o Sindicato dos Mineiros assumir como síndico da massa falida. Em agosto de 87, os

Constantin Meunier, *O Regresso dos Mineiros*



*mineiros começam a administrar a empresa.*

*- Tivemos dinheiro do Governo para começar a explorar outra mina da CBCA, mas durante uns três meses recebemos apenas vale-alimentação e o pagamento das contas de luz e água - conta Vitorino.*

*Até 1992, os salários voltaram, mas com atraso de 15 dias ou com pagamento parcelado. Problemas internos para administrar as diferenças de 800 mineiros e a falta de alguém para pensar a empresa fazem o sindicato indicar Valério Preis para administrar a mina.*

*- Percebi que, para pagar os salários, vendíamos um carvão de melhor qualidade por um preço menor e com prejuízo. As dívidas acumulavam. Cortamos tudo que foi possível e conseguimos parar com essa produção e abastecer somente a Eletrosul - conta Preis, hoje presidente da Cooperminas.*

*Mas as dificuldades prosseguiram. Em 1994, a Justiça arrenda a mina para um empresário da região. Novos conflitos. Os mineiros, para impedir a retomada da empresa, abrem trincheiras no caminho, envolvem o corpo com dinamite e ameaçam explodir tudo. A Justiça volta atrás.*

*Os pedidos da Eletrosul aumentam, e uma certa normalidade começa a fazer parte da vida dos 405 mineiros da CBCA. Hoje, a situação continua indefinida, já que para vender para a Eletrosul usam outra empresa para emitir as notas. Um acordo com o ex-proprietário poderá ser a solução definitiva para o grupo. Eles vão assumir as dívidas trabalhistas, cerca de R\$ 1,5 milhão, e as com o INSS, R\$ 12 milhões, que eles buscam baixar para R\$ 4 milhões. O ex-proprietário fica com as dívidas bancárias.*

*Como vitórias, eles contabilizam a redução da carga horária de trabalho de 36 para 30 horas semanais; a substituição dos caminhões-cacamba usados para o transporte dos mineiros por ônibus, a montagem de uma clínica; os exames pe-*

*riódicos para verificar os efeitos do trabalho na mina e prevenir as doenças da função como a pneumoniose (doença do pulmão que ataca o mineiro).*

*Hoje, eles garantem a aposentadoria após 15 anos de trabalho e o pagamento do salário médio de R\$ 600. A produção alcança 20 mil toneladas por mês, o patrimônio é de R\$ 10 milhões e o faturamento mensal é de R\$ 1 milhão.*

*Apesar das vitórias, os mineiros ainda convivem com o fantasma do desabamento, a escuridão das galerias 150 metros abaixo da superfície, as caminhadas diárias dentro da mina, que chegam a cinco quilômetros, o barulho ensurdecedor das furadeiras e a poluição a olho nu do carvão, que gruda no pulmão.*

*Mas as opções em Criciúma são poucas. A cerâmica foi abandonada por Wanderlei Gomes de Mello para se poder aposentar mais cedo.*

*Ricardo de Oliveira dá mais valor ao fato de ser dono:*

*- Aqui é diferente. Respeitam a opinião da gente - observa Oliveira<sup>51</sup>.*

A cooperativa encontra-se atualmente em funcionamento. Produz cerca de 15 mil toneladas de carvão mineral por mês. Tem cerca de 400 trabalhadores, todos associados da cooperativa. O plano de cargos e salários tem sete patamares, e o maior salário não pode ser mais que 4,5 vezes superior ao menor. A cooperativa é vinculada à Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (Anteag), uma iniciativa organizadora do movimento em ascensão nos anos 90. A Cooperminas é uma das mais antigas autogestionárias agregadas à Anteag<sup>52</sup>.

#### **COOPERMETAL, EM CRICIÚMA**

Também é oriunda de uma empresa falimentar do final dos anos 90, quando muitos trabalhadores não recebiam salários, nem indenizações devidas às demissões. Em 1998 após uma avaliação sobre a viabilidade da empresa, realizada por assessores da Anteag, os

trabalhadores assumem a gestão da empresa (e, no início, também as dívidas) e, por meio de uma cooperativa autogestionária, passam a produzir equipamentos como ferramentas e peças metalúrgicas fundidas para outras indústrias. A gestão realiza-se por meio de uma comissão constituída de três trabalhadores eleitos e de assembléia geral periódica, com todos os trabalhadores da fábrica. O sistema de mutirão é bastante utilizado no processo de trabalho. As dívidas estão sendo quitadas, e atualmente estão sendo realizados investimentos para operar tecnologia recente. No início fizeram parte da tomada da fábrica 130 trabalhadores, mas alguns se aposentaram, e a cooperativa opera hoje com 80 trabalhadores que recebem salário em dia, 13º salário, 1/3 de férias. Entre as preocupações do presidente Antônio Carlos Leandro, 49 anos, está não demitir ninguém, contratar, preferencialmente, amigos e parentes dos trabalhadores e distribuir lucros em breve.

#### **BRUSCOR (COOPERATIVA DE CORDAS E CORDOAMENTOS), EM BRUSQUE**

Essa iniciativa foi fundada há 15 anos, após um processo falimentar da empresa, quando um grupo de 20 trabalhadores assume o controle sob a forma de autogestão.

*A Bruscor nasceu de um sonho de juventude de cinco amigos que participavam da Pastoral da Juventude na Igreja de Brusque, em Santa Catarina. Depois de uma tentativa frustrada de fabricar telas para pintura, o grupo, formado por sócios entre 18 a 30 anos, teve uma oportunidade concreta, em 1987. Conseguiram um empréstimo com o pai de um deles para comprar máquinas, construíram um galpão no terreno de outro e o sonho se transformou em realidade: a primeira fábrica sem diretor, chefe, encarregado ou qualquer outro cargo que cheire a chefia.*

*Dalton Correa, Ana Beatriz e Walmir Ludvig, José e Salete Flor, Idalina e Antonio Mello, Geraldo, Tarcí-*



sio e Sueli Venturelli, Renildes e Rosimari Comandolli, Elio Lyra, Sérgio Luiz Decker e Nilton Eduardo Paloschi são agora os administradores desse sonho.

*Na Bruscor, fábrica de cordas e catarços, o salário de R\$ 500 é igual para todos, e de dois em dois anos há um rodízio nas funções. Um galpão é reservado pelo grupo somente para atender à comunidade em torno da fábrica, e nele aconteceram velórios e casamentos.*

*As dificuldades, por causa da crise do setor têxtil na região, foram resolvidas com corte nas retiradas. A prioridade era para as famílias com filhos e de quem tinha dívi-*

*jetos também na mesma forma de organização: autogestão, nas áreas de informática, agrícola, de costura e uma fábrica de elásticos adotada pelo grupo<sup>53</sup>.*

Apesar de possuir uma existência longa, se comparada aos demais empreendimentos alternativos, os seus associados participam, ativamente, junto ao Movimento dos Trabalhadores em Brusque e também do Partido dos Trabalhadores. No aspecto produtivo possui tecnologia rudimentar para a confecção de cordas e cordoamentos e ainda enfrenta muitas dificuldades na alocação de seus produtos. Encontra-se em funcionamento.

considerar o desemprego como uma categoria sociológica problemática é um meio de compreender que a crise de desemprego é também uma crise de trabalho. Ambos são construções sociais de uma determinada temporalidade. Isto posto cabem as indagações: qual o limite da tolerância social a respeito desse problema de invalidação social e que não significa apenas exclusão social? O que é possível fazer para reinserir esse conjunto de população invalidado socialmente, que em algumas cidades, como São Paulo, alcança 20% da população? O que é possível fazer para acabar com o desemprego que ameaça deixar exangue o todo-social? Nesse sentido, a análise e o reconhecimento das alternativas representam uma possibilidade, ainda que contraditoriamente contenham problemas de difícil solução imediata.

Com relação ao cooperativismo e ao associativismo em geral, essas formas, com raras exceções, esbarram em mais dificuldades do que em facilidades. A menção ao cooperativismo como forma de opor-se ao capital insere-se naquilo que as Ciências Sociais denominaram Socialismo anterior a Marx ou utópico. Não tem a grandeza da Utopia de Thomas Morus, publicado em 1516, nem tampouco a prática de Owen. Morus, em sua Utopia, volta-se para o futuro de superação da sociedade de classes. Teceu dura crítica ao modo de vida, em que o Feudalism

## MORUS, EM A UTOPIA, VOLTA-SE PARA O FUTURO DE SUPERAÇÃO DA SOCIEDADE DE CLASSES

*das a pagar. Nessa época, assou-se frango, fez-se pão caseiro, reformas de sofás e geladeiras para não desistir do sonho. Passada a crise, investiu-se em cursos de vivência pessoal para ajudar os sócios a encararem o novo papel de dono e empregado ao mesmo tempo. Os problemas físicos são resolvidos com ginástica corretiva.*

*- Tivemos nossos erros, como não deixar ninguém para pensar a empresa. Por causa disso, vamos entrar com um produto no mercado com dois anos de atraso - afirma Geraldo Venturelli.*

*Hoje, a empresa está vencendo a crise e tenta investir em outros pro-*

### CONCLUSÃO PRELIMINAR: A SOLUÇÃO QUE SE CONSTITUI NUM PROBLEMA

A pesquisa sobre o desemprego e cooperativismo encontra-se em andamento, portanto, o que apresentamos, a seguir, reflete mais preliminares tomadas de posição do que propriamente conclusões. Sob uma perspectiva teórico-metodológica podemos perceber que ocorrem importantes mutações na categoria social desempregado. Desde a sua gênese, percebemos tentativas de dissipar certas ilusões sobre o nível e a natureza do desemprego. Contemporâneo da forma social que elege a industrialização como carro-chefe, longe de diminuir o desemprego, agudiza-se ao final do século XX. Assim,

mo, em desagregação, amalgava-se com o Mercantilismo em ascensão. Como alternativa, imaginou uma ilha, na qual deveria assentar uma nova sociedade sem as mazelas da real existente.

Owen, em 1800, assume a direção da fábrica de New Lamarck e põe em prática um projeto de reforma social, via instituição de uma mescla de mutualismo, filantropia e cooperativismo. A sua prática volta-se para o passado na medida em que procura fortalecer a sobrevivência de pequenos produtores artesãos voltados para a auto-sustentação. A cooperativa proposta é uma espécie de soma das partes (os produtores) que pensam uma transformação social, embora ainda mantendo as partes.

A obra dos três utópicos mais relevantes é rigorosamente contemporânea: Saint Simon publica *As cartas de Genebra*, em 1802; Fourier, em 1807, publica *A teoria dos quatro movimentos*; e Owen assume a fábrica em 1800, em New Lamarck, como dissemos. (TEIXEIRA, 2002: 28). Uma outra experiência cooperativa relevante vem a seguir em Rochdale, em 1844, quando os tecelões assumem a fábrica e fundam alguns princípios contra o que eram considerados os males do Capitalismo.

Sem termos a pretensão de esgotar o assunto, elencamos alguns pontos para debate:

1) Essas experiências cooperativas são rigorosamente anteriores a Marx (1813-1883). Esse autor pode ser entendido como um marco na formulação do desemprego, intrínseco e não externo ao processo de acumulação de capital. Esse, por sua vez, tem, como contrapartida necessária a produção de uma população cada vez maior de miseráveis, o exército industrial de reserva. A ampliação da jornada e a intensificação do trabalho seguem em sentido contrário do assalariamento, é aumento do trabalho, a atualização prática do exército industrial de reserva. Os nomes atuais, colaboradores, terceirizados ou autônomos (ao invés de empregados) reafirmam a "vocação" do capital: apropriar-se de mais-valia.

2) A indagação principal dos estudos sobre as cooperativas de trabalho e de renda diz respeito às condições segundo as quais uma cooperativa pode se consolidar e se manter. Persistem dificuldades para o reconhecimento das características, necessidades e potencialidades dos diversos segmentos autogestionários. Quem ganha? Quem perde? Na recente crise brasileira de 1999, os banqueiros saíram ganhando, nesse ano, 9,9 bilhões, e os trabalhadores perderam algo em torno de 40% dos seus salários.<sup>54</sup>

O resultado consolidado de 50 bancos aponta um lucro líquido de R\$9,9 bilhões. Apenas 2 tiveram prejuízo (Banestoso e Bandeirantes), e 3 (Boavista, Rural e Alfa) apresentaram resultados inferiores a 1998. Isto pro-

piciou o crescimento da rentabilidade patrimonial: apenas 4 bancos ficaram abaixo de 10%, 9 bancos ficaram entre 10% e 15%, 7 bancos entre 15% e 20%, e 19% dos bancos obtiveram taxas superiores a 20% no ano. O elevado retorno da atividade bancária no Brasil, nos últimos anos, tem sido lido como uma capacidade destas empresas em adaptar-se e aproveitar novos nichos de negócios numa economia em franca transformação. Entretanto, se observado o quadro de elevado desemprego e exclusão social, estagnação econômica e de dificuldades generalizadas no setor produtivo (falências, atraso tecnológico, descapitalização) dever-se-ia ler que eles permanecem como sócios da crise<sup>55</sup> (*Grifo dos autores*).

3) No entanto, para citar somente o caso brasileiro, desde os anos setenta do século passado, o emprego industrial deixou de se afirmar como tendência. (antes ele era a salvação do desemprego agrícola). Observamos o aumento dos serviços, desde os mais sofisticados até os personalizados, cujos nomes, em inglês, mascaram a condição de trabalho doméstico: para acompanhante individual se diz "personal training" para trabalho em casa se diz "home working", como se o nome, em inglês, mudasse o conteúdo do auto emprego, sendo grande parte deles sem proteção e regulamentação. Esta é praticamente a tendência mundial. "Como uma hélice de dupla pás, a esse movimento sobrepõe-se outro, geralmente denominado de 'reestruturação produtiva', que não é outra coisa senão a reiteração dos processos de concentração do capital" (OLIVEIRA, 2000:10) Ou ainda, dizendo de outro modo, a reestruturação é a maneira técnica em que se realiza o aumento do capital por trabalhador, o aumento de produtividade do trabalho.

4) A reestruturação produtiva elimina postos de trabalho no interior do emprego industrial, e uma certa proporção desse enxugamento é conhecida como "reengenharia" ou, também, mudanças nas formas de organização do trabalho. Tudo leva a quê? Mesmo com crescimento eco-

nômico, tanto em termos absolutos, como em proporção o emprego continua declinante. Nos serviços a mesma tendência declinante se repete: basta citar o caso dos bancários, reduzidos a 1/4 do que eram há duas décadas. E isso acarreta muitas consequências.

5) No que diz respeito especificamente à alternativa do desemprego na forma de cooperativismo, Marx também marca época, e suas críticas constituem um divisor de águas. Essas experiências propõem o retorno ao passado. Os seus princípios sustentam-se pela relativa facilidade numa economia em que o básico é a produção de subsistência dos produtores. Mas, quando as cooperativas se transformam em empresas capitalistas, a contradição entre o ideário e a prática torna-se inevitável. Não se sustentam com a supressão do lucro.

6) Querer não é poder. A centralização de capital – um movimento absolutamente não linear – e decorrência da produção de valor não pouparam os processos cooperativos, fazendo com que tenham vida curta. No MST a alternativa encontrada, de busca de financiamento bancário para viabilizar a cooperativa do assentamento rural, transformou-se de solução num problema, em menos de uma década. O financiamento bancário obtido revelou, mais uma vez, o componente ilusório do movimento cooperativo. Acena, com uma mão, para a possibilidade de todo e qualquer produtor tornar-se um capitalista independente, mas, com outra, suga-lhe as forças, inviabilizando-o. A ilusão do crédito fácil não tem outra face do que concentração e centralização do capital, uma das leis da acumulação capitalista. A concentração de riqueza no limite colocou em xeque não apenas uma alternativa econômica de produção, mas adentrou nas relações de poder, alterando-as, questionando o próprio movimento social. Entre mais de uma centena de cooperativas criadas dentro do MST, no Brasil, poucas não faliram, e mesmo aquelas que ainda sobrevivem enfrentam problemas estruturais. Nas regiões mais urbanizadas igualmente o recurso de associações e cooperativas autogestionárias tem sido adotado, porém com vida efêmera.

Se, por um lado, esses projetos estimulam e abrem espaços para a construção de uma alternativa que valoriza as especificidades dos desempregados, por outro, persiste ainda um desconhecimento de como se opera a participação dos diversos grupos sociais que atuam nas atividades produtivas autogestionárias.

No intuito da construção de uma outra economia, nem sempre de eficácia assegurada, essas experiências servem como ponto de partida da compreensão dos limites do desemprego. Individualmente consideradas, não possuem mais do que saídas ilusórias e de eficácia duvidosa. A iniciativa assumida coletivamente confronta-se, contraditoriamente, com a estrutura, o que remete à discussão, não da forma, mas do seu conteúdo do movimento social que o conforma.

#### BERNARDETE WRUBLEVSKI AUED

Professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina

#### LUIS CARLOS CHAVES

Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina

#### Notas

- 1 Capital social enquanto categoria analítica é relativamente recente e em termos gerais afirma-se como a habilidade dos atores sociais em assegurar benefícios coletivos em virtude da participação em redes sociais. BAQUERO, M. Capital Social. In: CATTANI, A. D. (org) *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 28.
- 2 OLIVEIRA, F. Em busca do consenso perdido: democratização e republicanização do Estado. In: AUED, B. W. *Traços do trabalho coletivo*. (no prelo)
- 3 CHESNAIS, F. Propostas para um trabalho coletivo de renovação programática. In: AUED, B. W. *Traços do trabalho coletivo*. (no prelo).
- 4 OLIVEIRA, F. Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda. *Revista Praga*. São Paulo, Hucitec, vol nº 4, 1997, p. 35.
- 5 Fonte IBGE In: Jornal Diário Catarinense de 29 de abril de 2003. p.17.
- 6 A fundação Seade realiza pesquisa sistemática sobre o emprego/desemprego somente em seis regiões me-

tropolitanas no Brasil: Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre. Na região metropolitana de Florianópolis, o SINE/SC realiza acompanhamento somente dos empregos regulamentados, através do sistema Caged/RAIS, e o Dieese/SC faz pesquisas pontuais em determinados ramos da atividade econômica no Estado como, por exemplo, no setor do comércio, no têxtil, ou no metalúrgico. Essas duas instituições não possuem dados regionais sistemáticos sobre o desemprego, sobre os setores em queda, estagnados ou em ascensão.

- 7 GEREMECK, *Os filhos de Caim*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard, 1995.
- 8 LEDESMA, M. O trabalho torna as pessoas livres? *Encontros Com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização, 1980. n. 24. p. 153.
- 9 Op. cit.
- 10 Ver mais a respeito: MARX, K. *Le manifeste du Parti Communiste*. In: *Oeuvres choisies*, Paris: Progrès, 1970; —. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- 11 Geremeck sistematiza categorias de vagabundos que se diferenciam na Itália, na Alemanha, na França e na Espanha. GEREMECK. *Os filhos de Caim*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 308-312.
- 12 A separação se funda na relação indivíduo e instituição, mediante a alocação de uma espécie de seguro subordinado à procura de um trabalho. *O trabalho é considerado uma prova simples, rápida e conclusiva para distinguir o impostor que mendiga por preguiça, do infeliz que procura verdadeiramente trabalho, sem poder encontrá-lo*. SALAIS, R. et alli. *L'invention du chômage*. Paris : Quadrige PUF, 1999 p. 34.
- 13 SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- 14 SMITH, A. *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: Abril Cultural, 1983; SMITH, A. *A riqueza das nações*. op. cit.
- 15 *O pai da economia política*, Adam Smith, afirma ser uma "mão invisível" a reguladora dos interesses individuais na busca de suas satisfações. Esse paradigma norteou a formulação teórica de todos os estudiosos da economia política até a crise de 1929-1933, período que evidenciou a não veracidade desse paradigma. (AUED, 1987, p. 14).
- 16 A fabricação de alfinetes ilustra a formulação de Smith sobre o aprimoramento das forças produtivas do trabalho que para esse autor, são o resultado da divisão do trabalho. Na fábrica de alfinetes "[...] um operário não treinado para essa atividade (que a divisão do trabalho transformou em uma específica) nem familiarizado com a utilização das máquinas ali empregadas (cuja invenção provavelmente também se deveu à mesma divisão do trabalho) dificilmente poderia fabricar um único alfinete em um dia, empenhando o má-
- 20 KEYNES, A. Keynes/Kalecki. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- 21 SHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- 22 IEDRUT, E. *Sociologie du chômage*. Paris: PUF, 1961.
- 23 Entretanto, inúmeras pesquisas que tangenciam a questão do desemprego, como por exemplo, algu-

ximo de trabalho; de qualquer forma, certamente conseguirá fabricar vinte. Entretanto, da forma como essa atividade é hoje executada, não somente o trabalho todo constitui uma indústria específica, mas está dividido em uma série de setores, dos quais sua vez, a maior parte também constitui provavelmente um ofício especial. Um operário desenvolve o artesanato, um outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas, um quinto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer uma cabeça de alfinete requerem-se 3 ou 4 operações e alvejar os alfinetes é outra; a própria embalagem dos alfinetes também constitui uma atividade independente. Assim, a importante atividade de fabricar um alfinete está dividida em aproximadamente 18 operações distintas, as quais, em algumas manufaturas são executadas por pessoas diferentes, ao passo que em outras, o mesmo operário às vezes executa 20 delas. Vê uma fábrica [...] com 10 empregados [...] fabricar em torno de 12 libras de alfinetes por dia, 1 libra contém mais do que 4 mil alfinetes de tamanho médio. Por conseguinte, essas 10 pessoas conseguem produzir entre elas mais do que 48 mil alfinetes por dia. Assim, já que cada pessoa conseguia fazer 10 de 48 mil alfinetes por dia, pode-se considerar cada uma produzia 4.800 alfinetes diariamente, porém, tivessem trabalhado independentemente um outro, e sem que nenhum deles tivesse sido treinado para esse ramo de atividade, certamente cada um deles não teria conseguido fabricar 20 alfinetes por dia e talvez nem mesmo 1, ou seja: com certeza não conseguiria produzir a 240ª parte, e talvez nem mesmo a 4.800ª parte daquilo que hoje são capazes de produzir, em virtude de uma adequada divisão do trabalho, uma combinação de suas diferentes operações."

TH, A. *A riqueza das nações*. Op. cit., p. 41-2.

- 17 O otimismo de Jean-Baptiste Say. In: DENIS, H. *História do pensamento econômico*. Lisboa: Horizonte, 1974. p. 323.

18 Essa lei, fundamental na teoria neoclássica marginalista, explica-se por meio da função que mantém a relação inversa entre preço e quantidade. Se o preço sobe, as pessoas estão dispostas a comprar menos; se os preços baixam, as pessoas estão dispostas a comprar mais. Ver mais a respeito: DENIS, 1974, cit.

- 19 TEIXEIRA, A. *Utópicos, heréticos e malditos*. São Paulo: Record, 2002 p.19.

20 KEYNES, A. Keynes/Kalecki. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

- 21 SHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

22 IEDRUT, E. *Sociologie du chômage*. Paris: PUF, 1961.

- 23 Entretanto, inúmeras pesquisas que tangenciam a questão do desemprego, como por exemplo, algu-

discussões que marcaram época, nas décadas de setenta e oitenta, ao refletirem questões como subdesenvolvimento, marginalidade social, pobreza urbana, informalidade, mercado de trabalho, quase sempre contemplam o desemprego, porém, não se pode dizer que este tem sido objeto rigoroso da análise sociológica. A questão, quando é analisada, aparece concomitantemente com outras, que têm centralidade. Lembremos, por exemplo, das discussões empreendidas por: KOWARIK, L. *Capitalismo e marginalidade social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; PEREIRA, L. *Ensaios de Sociologia do desenvolvimento*. São Paulo: Pioneira, 1970; BERLINCK, M. *Marginalidade social e relações de classe em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1975.

24 Nesse sistema, que atualmente tem catalogado 10.377 trabalhos, entre os quais teses, dissertações de mestrado e artigos de iniciação científica, 28% deles foram defendidos na área de sociologia. Nenhum desses trabalhos contemplou o desemprego como objeto central de análise. No máximo, ele tem sido considerado uma das manifestações do mercado de trabalho. O sistema Urbandata-Brasil foi analisado por COSTA, L. G. e MEDEIROS, L. *Mercado de trabalho: uma análise das teses e dissertações (1921-2000)*. (No prelo)

25 OLIVEIRA, F. Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda. *Revista Praga*. São Paulo, Hucitec, vol nº 4. 1997.

26 GUIMARÃES, N. A. Por uma Sociologia do desemprego. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17 nº 50 outubro de 2002.

27 Segundo Castel, ser reconhecido é um velho termo emprestado do direito germânico e que, na sociedade feudal, significava a condição daquele que é "homem" de um suserano a quem jurou fidelidade e obediência; este, em troca o protegia. CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard, 1995.

28 Na pior das hipóteses, daquele que, após a demanda de uma questão trabalhista, virá a ser mais um desempregado, com exceção, evidentemente, do trabalhador estável.

29 A carteira de Trabalho é instituída em 21/3/1932 através do Decreto-Lei nº 21.175.

30 Decreto-Lei nº 1.237, em 2 de maio de 1939.

31 A C.L.T. é criada através do Decreto-Lei 5.452 em 1º de junho de 1943.

32 A Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, é alterada pela Lei 8.900, de 30 de junho de 1994, detalhando as condições em que o trabalhador desempregado pode auferir o seguro-desemprego, isto é, nunca mais de cinco meses, de forma contínua ou alternada.

33 \*Nos Estados Unidos grandes empresas, como a General Motors e a IBM, cortaram 2.000.000 de empregos. Na Europa a fábrica de computadores Bull acaba de anunciar a supressão de 6.500 postos de trabalho, sob o pretexto de tornar a sua produção mais viável. Há, hoje, na empresa 35.000 trabalhadores contra 44.000 em 1990. A Aérospatiale colocou na guilhotina 2.250 postos de

trabalho de um total de 9.000. A Volkswagen alemã anunciou que 12.000 empregos desaparecem até o final de 1994. A montadora tem 114.000 trabalhadores, contra 130.000 em 1985". Esta nota saiu na revista *Veja* em 15/9/1993, mas muitas outras de igual teor podem ser encontradas na década de noventa.

- 34 SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária. In: SANTOS, Boaventura Souza. (Org) *Producir para viver*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.
- 35 MASSI apresenta 326 cooperativas, enquanto segundo a pesquisa realizada, existem em Santa Catarina 320 cooperativas.
- 36 AUED, B., CHAVES, I.C. Relatório parcial de pesquisa Desemprego e Cooperativas Autogestionárias, 2003.
- 37 CORAGGIO, J. L. *Política social y economía del trabajo: alternativas a la política neoliberal para la ciudad*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2001.
- 38 WAUTIER, A. M. Economia Social na França. In: CATTANI, A. *A outra Economia*. São Paulo: Veraz, 2003.
- 39 Citados em CATTANI, op. cit.
- 40 Linhares faz alusão a diversas associações e mutualidades fundadas no final do século XIX, como por exemplo: Associação de Socorros Mútuos, em 1873, que depois será denominada Liga Operária; Associação de Auxílio Mútuo dos Empregados da Tipografia Nacional; União Beneficente dos Operários de Construção Naval, em 1884; União do Trabalho, na cidade do Rio Grande, em 1892; Liga dos Trabalhadores em Madeira, em São Paulo, em 1906, entre outras. Havia ainda, na época, mais de uma centena de jornais que expressavam organizações e associações anticapitalistas como *Jornal do Povo* (1879); *A Lanterna* (1873); *O Proletário* (1877); *La Bataglia* (1905); *Avante* (1904); *O Libertário* (1904); Ver mais a respeito: H. LINHARES, *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa e Omega, 1977, p. 34-48.
- 41 MASSI, J. *Diagnóstico da Cooperação Agrícola na Região Oeste de Santa Catarina*. Trabalho de conclusão de Curso de Agronomia na UNOESC (Chapecó) 2000. p. 35.
- 42 Em 1840, Dr. Benoit Jules Mure, um médico homeopata, adaptou as concepções de Charles Fourier a um projeto colonizador. De sua proposta fizeram parte a oferta de força de trabalho especializada e abundantes equipamentos produtivos inexistentes no Brasil. O projeto obteve apoio do Jornal da Corte e as simpatias do Governo Imperial. Bem divulgado, conseguiu financiamento do Poder Legislativo em 1842 e assim surgiu a Colônia Francesa - *O falanstério do Saí* - na Península do Saí, próximo de Joinville, e até 1844 mobilizou cerca de quinhentos migrantes. Ver mais a respeito: GUTLER, A. *A colonização do Saí. (1842-1844)*. Dissertação de Mestrado em História, na UFSC. 1994.
- 43 GUTLER, op. cit. p. 137.
- 44 Essas organizações autogestionárias têm recebido forte apoio de organizações como a Cáritas Brasileira, uma instituição da Igreja Católica, segmento da Igreja Internacional. A Cáritas desenvolve seus projetos com os fundos advindos da Campanha de Solidariedade e com fundo oriundos de instituições confessionais dos países do "Primeiro Mundo". Ver mais a respeito: SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária. In: SANTOS, Boaventura Souza (Org). *Producir para viver*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.p. 116-8.
- 45 Esse dado difere de dado anterior da OCESC.
- 46 SINGER, P. Op. cit., p. 103-4.
- 47 No âmbito governamental diferentes iniciativas estão sendo alimentadas. Reconhece-se a capacidade competitiva das cooperativas de geração de emprego e renda. No entanto, o governo ainda elege como "público-alvo" o desempregado individualmente considerado. Eles seriam aqueles que apresentariam condições de serem transformados em "empresários viáveis", por meio da incorporação de tecnologias e do desenvolvimento de uma racionalidade competitiva, voltadas para as demandas do mercado. Boaventura Santos lembra que em outras partes do mundo também estão sendo desenvolvidas experiências similares, como por exemplo, na Espanha, na Colômbia, na Índia e em Moçambique, entre outros. Ver mais a respeito: SANTOS, Boaventura Souza (Org). *Producir para viver*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002. A potencialidade adquirida em virtude da somatória de indivíduos, experiências, culturas e conhecimento é exaltada no Documento do CNPq "Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social", que estabelece como segunda prioridade o incentivo aos "arranjos e sistemas produtivos locais". Conforme documento "Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social", disponível no site [www.cnpq.br](http://www.cnpq.br).
- 48 CORAGGIO, J.L. *Política social y Economía del trabajo: alternativas a la política neoliberal para la ciudad*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2001.
- 49 WAUTIER, A. M. Economia Social na França. In: CATTANI, A. *A outra Economia*. São Paulo: Veraz , 2003.
- 50 Citados em CATTANI, op. cit.
- 51 ALMEIDA, C. Trabalhadores no comando, sucesso nas empresas. <http://www.sindicato.com.br/artigos/comando.htm> 14/5/2003. 23h55.
- 52 Ver mais a respeito: FANTIN, M. *Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma, Santa Catarina*. 2002. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/UFSC, Florianópolis.
- 53 ALMEIDA, C. Op. cit.[www.sindicato.com.br/artigos/comando.htm](http://www.sindicato.com.br/artigos/comando.htm). 14/5/2003. 23h55.
- 54 A taxa de lucro dos bancos estrangeiros, no Brasil, em 1998, foi de 852%, enquanto, no mesmo período, os bancos nacionais ganharam 55%, segundo o *Boletim Dieese*. Setor financeiro: Conjuntura, resultados, remuneração e emprego. São Paulo: junho de 2000.
- 55 Boletim Dieese. Op. cit., p. 7.

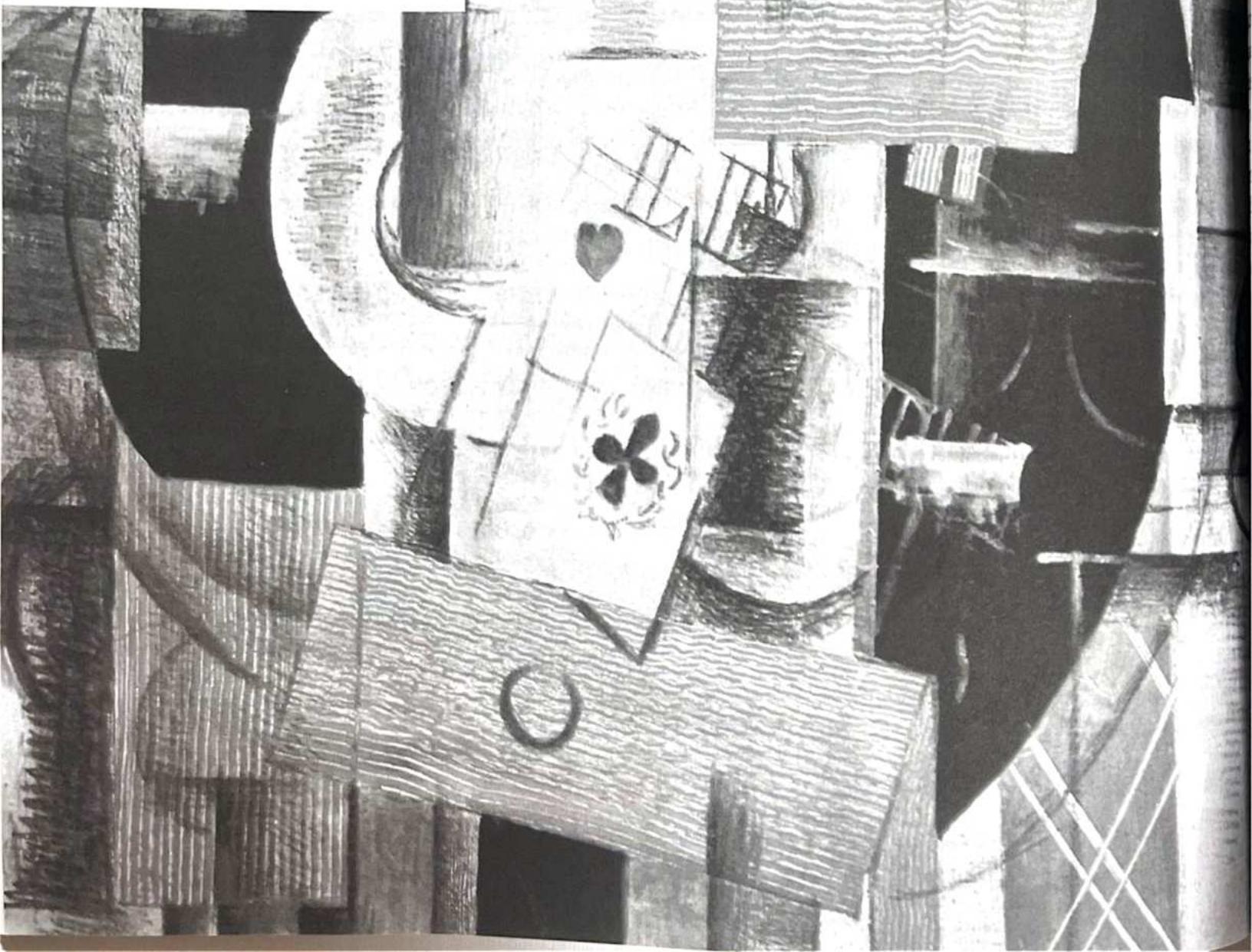


DUELO

# Marx e Popper

Entre o estímulo e a imagem existe um processo de interpretação, o que faz da imagem uma realidade também cultural

MANOEL LUIZ MALAGUTI



**E**m prender a leitura da obra de Marx implica uma predisposição a enfrentar o inusitado. Isso porque seus textos mais simples rompem com o senso comum e com as idéias preconcebidas, distanciando-nos do familiar e tranqüilizador quotidiano (Kosik). Driblar o inusitado implica, aqui, um confronto criador entre os principais paradigmas do conhecimento social, notadamente entre o positivismo "esclarecido" de origem popperiana e um marxismo não-estruturalista. Nossa tese é que, sem essa ruptura, não é possível efetuar uma leitura que respeite as intenções do autor (a crítica do modo de produção capitalista), que siga suas "instruções" metodológicas (por exemplo, as contidas no "Posfácio à segunda edição alemanha" de *O capital*) e que conduza, portanto, a uma interpretação "honesta" de suas principais teses<sup>1</sup>.

luas de Galileu. Ao utilizar telescópios rudimentares, Galileu observou uma série de luas em torno de Júpiter. Seus opositores, porém, não as conseguiam ver. Dificilmente poder-se-ia atribuir esta dificuldade a meros preconceitos ou à má-fé de seus críticos. Tudo indica, isso sim, a existência de dificuldades genuínas no processo de aprender a ver. Enfim, podemos dizer, que "[...] o que os observadores vêem, as experiências subjetivas que eles vivenciam ao verem um objeto ou cena não são determinadas apenas pelas imagens sobre suas retinas, mas depende da experiência, expectativas e estado interior geral do observador" (CHALMERS, 1999, p. 50). Para precisar este ponto é bom lembrarmos que não se trata *apenas* de uma questão de *interpretação* do objeto observado: os observadores vêem, de fato, coisas distintas. Isso porque não existe a possibilidade de ver-se exclusivamente a partir dos es-

to. Procurou entender, pois, como os "gênios" construíam e divulgavam suas teorias. A partir dessas observações consolidou as bases de um método anarquista de conhecimento, cujas bases se encontram na *vinculação* dos "fatos" às teorias, na relativa dependência entre teoria e realidade, na negação da possibilidade de verificar ou falsear teorias a partir das suas relações harmônicas ou contraditórias com as observações, ou melhor, com os enunciados de observação. Enfim, o universo de Feyerabend, afirma o próprio autor, "[...] não supõe a existência de um mundo objetivo insensível às nossas atividades epistêmicas, salvo quando evoluímos no interior dos limites de um ponto de vista particular" (FEYERABEND, 1975, p. 321). Se em função da parcial unidade "fato-teoria" acreditarmos que a realidade factual é prescindível quando da escolha de uma ou outra teoria, precisamos buscar, então,

## NÃO EXISTE A POSSIBILIDADE DE VER-SE EXCLUSIVAMENTE A PARTIR DOS ESTÍMULOS DIRETOS SOFRIDOS PELA RETINA

Acreditamos que o primeiro passo nessa direção deva ser o reconhecimento de uma certa identidade entre o objeto de pesquisa e o sujeito-pesquisador. Isso porque o próprio objeto é, ao menos em parte, construído pelo "olhar" do pesquisador. Com a ajuda da Psicologia, sabe-se hoje que duas pessoas colocadas em posições idênticas em relação a um objeto não o vêem da mesma forma, levando diversos ramos da ciência a admitir a *inexistência* de uma relação *direta* entre o estímulo visual e a imagem resultante. Entre o estímulo e a imagem existe um processo de interpretação, o que faz da imagem uma realidade também cultural. Nas palavras de Chalmers, "[...] dois observadores normais vendo o mesmo objeto, do mesmo lugar, sob as mesmas circunstâncias físicas, não têm necessariamente experiências visuais idênticas, mesmo considerando-se que as imagens em suas respectivas retinas possam ser virtualmente idênticas" (CHALMERS, 1999, p. 48). Para exemplificar, utilizemo-nos do conhecido caso das

tímulos diretos sofridos pela retina. Embora o mundo exterior possa ser considerado o mesmo para todos os observadores, o que eles vêem, mesmo antes do processo interpretativo, tem formatos físicos diferentes. É por essa e outras razões que o empirismo positivista, baseado no inducionismo, não pode obter as provas de suas teorias pela confrontação com os fatos. Afinal, embora os fatos possam ser os mesmos para todos, os vemos de maneira distinta e, mais ainda, os interpretamos de acordo com nossas possibilidades subjetivas. Alguns autores levam ainda mais longe este caráter relativo do mundo "exterior" ou esta dependência não-positivista entre fato e teoria. Dentro destes, Feyerabend foi o mais radical. Ao explicitar sua idéia de ciência e conhecimento, sistematizou o que viria a ficar conhecido como o método do "vale-tudo". Baseando-se no que é – e não no que deveria ser – o trabalho de produção de conhecimento, estudou a forma de pesquisar de diversas personalidades da história do conhecimen-

as condições ou *possibilidades objetivas* que nos induzem a preferir A e não B, a desprezar ou incorporar algumas interpretações/previsões.

Mas o que são possibilidades objetivas? Diversas são as definições, mas todas nos conduzem ao conceito-chave de "paradigma". Segundo Foucault, um paradigma define "as condições de possibilidade de um saber", sendo o conhecimento uma cultura dependente de suas sementes (paradigmas), dos adubos e dos processos de produção implicados na sua confecção (teorias). O conhecimento não pode ser, pois, o resultado do contato direto do homem com o objeto. Como vimos, a distinção entre sujeito e objeto é, em boa parte, falsa. Ou como diz Chalmers: "[...] não se pode manter uma distinção acentuada entre a observação e a teoria, porque a observação ou, antes, as afirmações resultantes da observação são permeadas pela teoria"<sup>2</sup>. No âmbito da Sociologia marxista, encontramos esta mesma formulação nas obras de Lukacs (LUKACS, 1960) e Goldmann (GOLD-

MANN, 1970). As interpretações de Lucien Goldmann sobre a terceira tese de Marx sobre Feuerbach, por exemplo, nos levam a concluir que os três princípios fundamentais do pensamento dialético — unidade da teoria e da práxis, unidade das constatações e das valorizações, *identidade (parcial) do sujeito e do objeto* — são rigorosamente inseparáveis. (GOLDMANN, 1970). Podemos dizer, então, que o sujeito se encontra, mesmo que parcialmente, em todo objeto do conhecimento, ou, ainda, que não existe a possibilidade de uma separação entre “julgamentos de fato” e “julgamentos de valor”, simplesmente porque todo julgamento implica algum tipo de valoração ou “penetração teórica” dos desejos do pesquisador na avaliação feita dos objetos de conhecimento.

ram “evidente em si mesmo”, essencial ou imprescindível. Em síntese, enxergamos o que os paradigmas internalizados nos permitem ver; somos assalados por tipos especiais de curiosidades estimuladas paradigmaticamente; “escolhemos” os instrumentos cognitivos disponibilizados pelas “condições de possibilidade de um saber”. Mas a influência dos paradigmas é muito mais extensa. Ao aceitarmos que os “sistemas de idéias são radicalmente organizados em virtude dos paradigmas”, vemos que estes últimos não apenas reconstruem o objeto e determinam o ponto de vista adotado (cultural, de classe etc.), mas também influenciam a decisão sobre as formas lógicas e os instrumentais analíticos a serem utilizados ao longo de uma pesquisa. Assim, é de se supor que o próprio resul-

analíticos, as técnicas instrumentais (matemáticas, por exemplo), realizam-se segundo simbolismos, linguagens representativas preexistentes. Mesmo autores próximos do Positivismo, como Max Weber, reconhecem que o conhecimento *neutro, imparcial e totalizante* não é próprio das formas humanas de apreensão do real:

É verdade que [diz Weber], no campo de nossa disciplina, as concepções pessoais de mundo intervêm habitualmente, sem cessar, na argumentação científica, perturbam-na permanentemente, levando a avaliar diversamente o peso desta argumentação, inclusive na esfera da descoberta das relações causais simples, segundo o resultado aumente ou dimi-

## SEGUNDO ESTA INTERPRETAÇÃO, SÃO OS PARADIGMAS QUE NOS FAZEM OLHAR COM UMA CURIOSIDADE ESPECÍFICA PARA DETERMINADA REALIDADE

Esta relevância dos paradigmas para a apreensão dos “saberes” aparece, em toda sua significação, na principal obra metodológica de Edgard Morin. No tomo IV de *La méthode* lemos que “[...] um grande paradigma (*episteme, mind-scape*) controla não apenas as teorias e o raciocínio, mas também os campos cognitivo, intelectual e cultural no qual nascem as teorias e os raciocínios” (MORIN, 1991, p. 213)<sup>3</sup>. E o autor continua: “Assim, os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo os paradigmas neles culturalmente inscritos. Os sistemas de idéias são radicalmente organizados em virtude dos paradigmas”<sup>4</sup>. Segundo esta interpretação, são os paradigmas que nos fazem olhar com uma curiosidade específica para determinada realidade, incitando-nos a conhecê-la sob uma dada ótica (e não sob uma outra qualquer) e a determinar os meios adequados à obtenção do conhecimento, um conhecimento “orientado ex ante”, tanto pelo paradigma inspirador quanto pela teoria neste fundamentada. Sob outro ângulo, podemos dizer que também são os paradigmas que nos fazem “desperceber” o que outros indivíduos ou grupos sociais conside-

tado do conhecimento científico está “viciado” desde o início, da escolha do objeto até as formas de conhecê-lo. A partir do momento em que se deve fazer uma escolha, o objeto de estudo assim delimitado não só restringe o espectro possível das realidades observáveis, mas também nos condiciona a olhá-lo em relativa concordância com a teoria que abraçamos. Embora a escolha possa parecer ter sido feita de forma consciente, o fato é que algo determinou que “X” e não “Y” tenha merecido a atenção do pesquisador. E este algo é a resultante da interação da individualidade com o meio social do pesquisador: nascer em uma época dada (o que corresponde a um estágio dado do conhecimento humano), em regiões com cultura e história específicas (o que condiciona os horizontes possíveis de interesse); pertencer a uma das várias classes sociais (condicionando seus desejos, ideologias e valores) etc. Isso dito, não é de estranhar que o processo de conhecimento ocorra de forma condicionada, do inicio ao fim: da escolha do objeto aos procedimentos analíticos. Os aspectos, as facetas, os ângulos de observação, os procedimentos

nua as chances dos ideais pessoais, o que vale dizer, a possibilidade de querer uma coisa determinada. Com esta afirmação, os editores e os colaboradores desta revista não se julgarão certamente estranhos ao que é humano<sup>5</sup>.

Assim, conhecer a obra de um autor, a de Karl Marx, por exemplo, implica desvendar tanto o sentido particular dos conceitos utilizados como o tipo específico das relações estabelecidas entre estes (lógica), e tanto “sentido” quanto o “tipo” são condicionados pela sua cultura originária e “adotiva”, pelas suas experiências familiares, pelo meio social de nascimento etc. Enfim, conceitos e lógica são construídos pelas condições de possibilidade do saber do pesquisador, pelo paradigma por ele internalizado. Um dos exemplos mais esclarecedores sobre as especificidades adquiridas pelos conceitos e suas relações lógicas em diferentes sistemas paradigmáticos é o sugerido pela comparação entre as leis físicas de Newton e as de Einstein: “[...] mas as realidades físicas às quais nos reme-

tem os conceitos de Einstein não são absolutamente aquelas às quais remetem os conceitos newtonianos que carregam o mesmo nome (a massa newtoniana é conservada; a de Einstein é conversível em energia)", embora as duas sejam denominadas pelo mesmo nome, o de "massa" (KUHN, 1983, p.146)<sup>6</sup>. Outro exemplo, agora no contexto da Sociologia, poderá nos esclarecer sobre os cuidados a serem tomados para não empreendermos uma leitura descontextualizada (positivista) da obra de Marx. Ao contrário dos positivistas, "[...] quando um marxista fala de leis sociológicas, isso tem um sentido completamente diferente do adquirido na ciência positivista. O marxista não admite a possibilidade de separar os 'julgamentos de fato' dos 'julgamentos de valor', separação que caracteriza, por sua vez, quase toda a sociologia universitária" (GOLDMANN, 1970, p. 203-204).

Se os conceitos expressos pelo mesmo "rótulo" possuem sentidos diversos em contextos históricos, culturais e teóricos diferentes, a forma lógica das teorias também sofre estas mesmas influências. Isto nos leva, portanto, a considerar a importância inequívoca do contexto histórico e da cultura (valores) na construção das formas de raciocínio. Embora a razão possa constituir uma característica inata da espécie humana, sua forma de utilização, o raciocínio lógico, é múltipla e continuamente reconstruída. Como nos diz

"[...] está condicionada sócio-culturalmente: [...] Indivíduos educados em distintas sociedades se comportam em algumas ocasiões como se tivessem vivido diferentes coisas [...]. Note-se que dois grupos, cujos membros têm sensações sistematicamente distintas ao receberem os mesmos estímulos, vivem, em certo sentido, em diferentes mundos [...]. É claro que podemos supor que, na medida em que os indivíduos pertençam ao mesmo grupo e compartilhem assim educação, idioma, experiências e cultura, temos boas razões para supor que suas sensações sejam as mesmas. De que outro modo deveríamos compreender a plenitude de sua comunicação e a semelhança de suas respostas ao meio ambiente? Devem ver coisas, estímulos e processos de maneira muito parecida (NICKELS, 1988).

Inversamente, os indivíduos socializados em ambientes culturalmente diversos dificilmente poderão partilhar desta "comunhão espiritual" que, muitas vezes, prescinde até da comunicação oral, realizando-se por gestos, olhares ou meros trejeitos.

Logo, a apresentação racional de uma teoria não garante sua compreensão por todos, como se a razão, ao "descongelar" as distintas subjetividades, fizesse surgir um "lago cognitivo comum" no qual todos pudessem mergulhar. De acordo com Gleen, "O campo de cognição pode definir-se como o es-

## LÓGICA VALORATIVA

Entre as diversas formas de cognição racional, duas apresentam-se hoje como resultado de uma cultura eurocêntrica ou de caráter "ocidental": uma lógica valorativa ou dialética, convivendo explicita e implicitamente com as crenças do pesquisador, em oposição a uma lógica factual ou formal que se recusa a aceitar a "intromissão" dos preconceitos do cientista em suas aplicações, seus desenvolvimentos e conclusões. Para sermos breves, citaremos apenas algumas das principais características da lógica factual (formal) em contraposição com a lógica valorativa (dialética):

1. por ser factual, a lógica formal relaciona aspectos de uma realidade evidente para todos. Ou seja, por basearem-se em uma concepção da realidade completamente independente da subjetividade dos homens que a observam, os desdobramentos lógicos conduzem ao chamado conhecimento objetivo. A total separação entre sujeito e objeto transforma o objeto em "fato" ("verdade indiscutível"); na medida em que a subjetividade humana não influencia a forma de percepção dos objetos, estes se transformam em realidades universais, independentes dos valores de classe, grupais ou mesmo individuais. Existem, então, duas maneiras de conceber a participação dos valores na "visão" formal que se tem dos objetos: a) por possuírem os mesmos valores (valores universais), os pesquisadores "enxergam" os objetos de uma única forma.

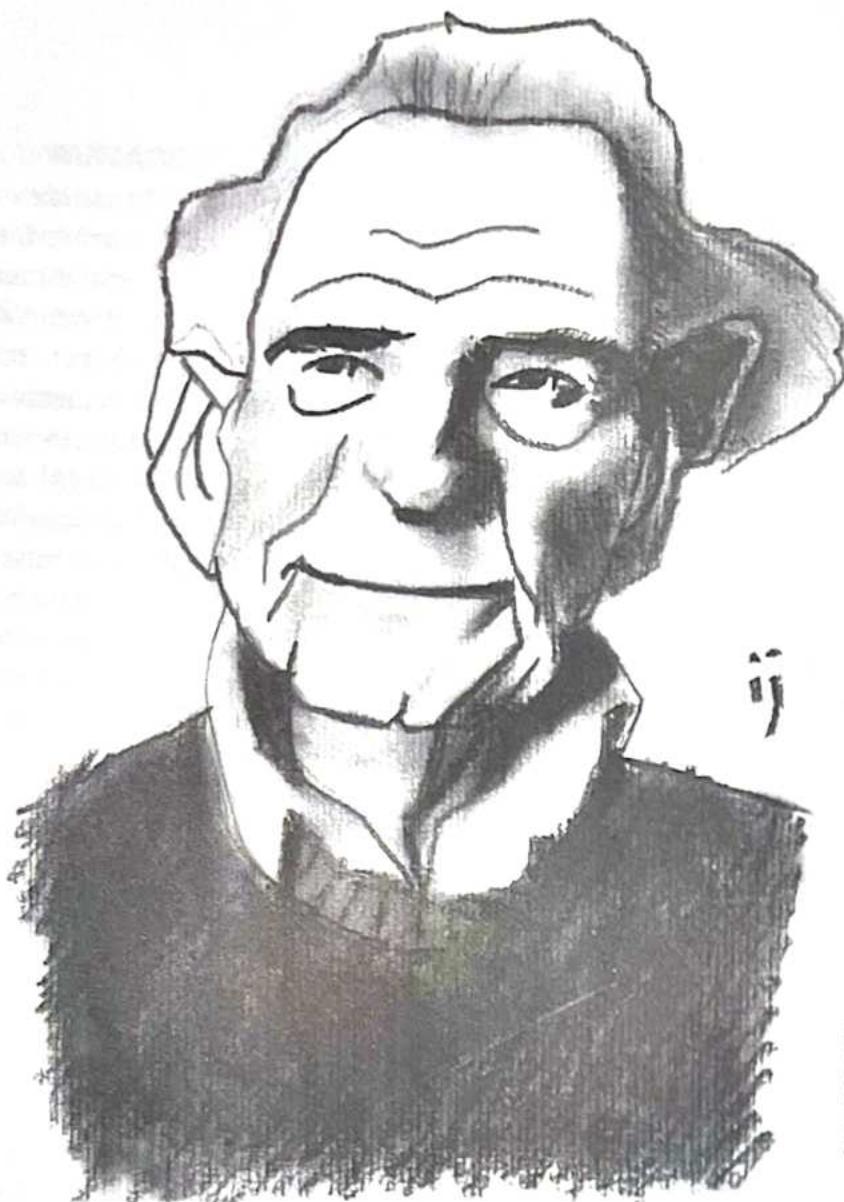
## O RESULTADO DE UMA PESQUISA EMPREENDIDA EM MOLDES POSITIVISTAS TENDE A SER A-HISTÓRICO E UNIVERSAL

Feyerabend, "[...] a afirmação de Popper não é clara, já que não existe um sujeito único — a lógica — capaz de fundamentar todos estes domínios [do conhecimento]" (FEYERABEND, 1975, p. 289). Se pensar é natural, nem todo mundo pensa da mesma forma. Nesse mesmo sentido vão as observações de Nickels sobre a importância do meio socrônico na visão e compreensão das realidades. A percepção da realidade, afirma Nickels,

tudo do processamento da informação humana. No que diz respeito aos processos, sustentaremos que é possível falar de estilos cognitivos, ou seja, *formas de pensar ou modos de organizar a informação* [...] (GLEEN, 1985, p. 12). E estas formas de pensar, complementemos, são o resultado de tradições e hábitos arraigados em um processo de convivência que — de uma certa forma — são únicos para cada povo, grupo ou classe social.

Tudo se passa, então, como se valores não existissem. É o que se pode chamar de lógica da neutralidade dos valores; b) por serem desprovidos de valores (universais ou não), os pesquisadores e sua lógica atuam sobre uma imagem objetal que é o resultado direto do estímulo visual sobre a retina. É o que se pode chamar de lógica técnica ou maquinal<sup>7</sup>;

2. por ser objetivo, o conhecimento advindo da utilização da lógica formal



outro lado da moeda

utiliza-se de definições (verdades definitivas ou fatos) e não de conceitos (verdades provisórias e inconclusas). O resultado de uma pesquisa empreendida em moldes positivistas tende a ser *a-histórico e universal*. É o que podemos chamar de *lógica geoperene*; 3. por ser universal, a lógica formal não pode conviver com as contradições. Suas definições não podem ser sintéticas, ou melhor, não podem se compor de uma unidade dinâmica de contrários. Em outras palavras, as definições positivistas não suportam a convivência — sempre conflituosa — entre tese e antítese. Por ser universal, a lógica formal não reconhece as diferenças ou os conflitos existentes no interior de um mesmo conceito (e, consequentemente, na realidade): este é positivo ou negativo, bom ou mau etc. Nesse sentido, se utilizam, sempre, de "conceitos" harmônicos, cuja evolução não lhe é intrínseca (por isso, definitivos ou "definicionais"). É o que podemos denominar de *lógica harmônico-maniqueista*;

4. por não possuir uma evolução intrínseca, toda explicação teórica de uma realidade situa-se em um, e apenas em um, nível de abstração: se a noção neoclássica de preço pressupusesse a noção de valor, por exemplo, a idéia de preço possuiria um potencial interno de evolução, um impeto transformador advindo de si mesmo, de sua própria realidade em um nível superior de abstração. Em razão de as definições não serem constituídas por sínteses, nada mais podem ser do que realidades teóricas passivas. Como é de conhecimento dos marxistas, as variações estruturais de preços podem calçar o caminho para alterações de valores ou as mudanças nos valores podem fazer variar os preços. A concorrência, por sua vez, contém em si mesma seu oposto, como a vida contém a morte. O monopólio (morte) nada mais é do que uma das formas possíveis da concorrência (vida). Da mesma forma que a vida necessita da morte, a concorrência conduz ao monopólio. Da mesma forma que a morte necessita da vida, o mo-

nopólio conduz à concorrência. Enfim, os verdadeiros conceitos são auto(de)-generadores. A evolução intrínseca depende, assim, da concepção dimensional da realidade adotada: *unidimensional ou formal* (ausência de evolução); *multidimensional ou dialética* (pertinência de evoluções intrínsecas). Nas definições nega-se a possibilidade de abstrações. Sem verdadeiras abstrações, as teorias são definitivas, pois verificadas pelos "fatos". O tratamento teórico situa-se, assim, na mesma dimensão dos fatos, em uma mesma dimensão da realidade, na sua superfície, ao nível fenomênico e sensorial. É por isso que as "abstrações positivistas" precisam criar realidades, construir situações imaginárias que não se encontram *a priori* incluídas em suas definições (o caso da concorrência perfeita neoclássica). Somente após este malabarismo para o exterior das definições é que as categorias lógico-formais poderão evoluir (concorrência perfeita, concorrência imperfeita, concorrência oligopólica etc.). É o que podemos chamar de *lógica extrínseco-inercial*.

Sem a possibilidade de alterações intrínsecas/inerentes, o conhecimento positivista é sempre conservador. As transformações vêm necessariamente de "fora", de Deus ou do Diabo, do Estado ou da Política. Na teoria econômica positivista, por exemplo, a Política transforma a Economia, o Estado perturba o equilíbrio natural da Economia que, de outra forma, construiria uma sociedade na qual o bem-estar, ou a utilidade, sempre estaria maximizado. A dinâmica vem de fora para dentro, e sempre sob a forma de aberrações a serem suprimidas a favor do equilíbrio.

ou da harmonia — o que é válido para todas as teorias sociais empírico-positivas. As tendências da lógica formal são sempre integradoras, centrípetas, e nunca desintegradoras ou centrífugas. Podemos observar uma aplicação dessa tendência intrínseca ao conservadorismo nas noções de evolução social desenvolvidas por Popper. Para esse autor as sociedades mudam de forma lenta e gradualmente. "Eu acredito", diz Popper, "que apenas somos capazes de fazer, a cada geração, que a vida seja um pouco menos temível e iníqua". "Atualmente", continua, "toda reforma da ordem social que não se submeta ao princípio liberal se condene, mais dia menos dia, à violência. Não existe meio termo entre 'razão' e 'revolução'". Em outras palavras, o liberalismo apenas poderá ser suprimido por práticas ex-

com o pensamento de Marx [...]. De acordo com Popper, qualquer que seja a intensidade da exploração capitalista, esta não deve jamais servir de pretexto a uma ação ofensiva das classes 'operárias', colocando em risco as instituições liberais". (BAUDOUIN, 1989, p.84-85 e 102-106).

Observadas sob o ângulo da lógica valorativa (da dialética), as sociedades se auto(de)generam, dependendo da atitude de seus atores, da evolução das correlações de forças, das alterações dos pesos relativos das ideologias em confronto etc. São, assim, sociedades cujos potenciais de transformação lhes são intrínsecos. Essas possibilidades de transformação "vivem" em todas as dimensões da realidade, cada uma delas sendo potencialmente autodestrutiva. Nas Ciências Econômicas podemos ci-

quismo do cientista: embora necessário ao processo de conhecimento, diz Popper, este primeiro segmento representa sua parcela não-científica, exterior à ciência propriamente dita. Nas palavras desse autor, "[...] nossas teorias científicas dependem [...] também dos preconceitos que são aceitos sem mais considerações" (POPPER, 1980)<sup>8</sup>.

b) O segundo, representado pelo "jogo" das relações lógicas ou matemáticas utilizadas no desenvolvimento de uma hipótese, representa uma capacidade inerente aos seres humanos, de todas as épocas e inserções sociais, uma espécie de método universal (a-social, a-paradigmático e a-histórico) de tratamento conceitual.

A dicotomização do processo de conhecimento é uma consequência necessária da lógica utilizada pelo Posi-

## AS REALIDADES SOCIAIS ATUAIS SE ALTERAM, MAS NÃO SE TRANSFORMAM. MODIFICAM-SE, MAS NÃO MUDAM

teriores ao funcionamento normal do liberalismo, como, por exemplo, a violência: "É conveniente", diz Popper, "trabalhar pela eliminação dos males concretos e não pela construção de um bem abstrato. Não se deve procurar instaurar a felicidade por meios políticos, mas, ao contrário, suprimir os males bem reais" (POPPER, 1980). O aperfeiçoamento social progressivo, no fundo, não possui virtudes transformadoras, mas apenas adaptadoras. Os males que pouco a pouco vão sendo "curados" apenas aperfeiçoam a sociedade existente, em coerência com seus princípios internos, sem violação de suas leis e instituições. Nosso autor não aceita, pois, a idéia de transformações qualitativas geradas pelas pequenas mudanças realizadas continuamente no quotidiano. As mudanças globais, por sua vez, são o efeito de uma lógica extrínseca ao sistema (a violência). Em síntese, as realidades sociais atuais se alteram, mas não se transformam. Modificam-se, mas não mudam. A não ser através da intervenção externa da irracionalidade concretizada na força e na violência. "Aqui reside, talvez, o principal ponto de discordia [de Popper]

tar a Tendência Decrescente da Taxa de Lucro (Marx) como um indicador da autodestruição do econômico pelo econômico. No âmbito da política a Dualidade de Poderes (Gramsci) encarna a possibilidade de destruição de um tipo de política pela própria política. Observando-se as ideologias, percebe-se, no caráter "impuro" de toda concepção de mundo estruturada (Gramsci), os germes da destruição das ideologias dominantes pelas dominadas (*tese versus antítese*).

### RAZÃO, LÓGICA E DEMARCAÇÃO

Vejamos mais de perto como o positivismo esclarecido de Karl Popper descreve o processo de conhecimento. Ao propor uma insustentável "dicotomização" da apreensão humana do real, esse autor criou o que podemos chamar de "os dois segmentos da apropriação cognitiva".

a) O primeiro, de caráter valorativo ou ideológico (considerado não-científico), incide sobre a escolha do objeto de estudo. Nesse sentido, a decisão sobre o que estudar resulta da influência de diversos elementos sociais sobre o psi-

tivismo. De acordo com a lógica formal, como vimos, as contradições devem ser eliminadas do processo de conhecimento (*lógica harmônico-maniqueísta*), transformando-o em um encadeamento não-conflituoso de definições. No entanto, ao desconsiderar as contradições, todo desenvolvimento teórico passa a necessitar de um impulso externo independente das relações entre tese e antítese que, de fato, constituem a unidade conceitual. Não é, pois, por outra razão, que o conhecimento popperiano é composto de uma fase pré-conceitual (intuições, percepções etc.) e de outra conceitual (na realidade, "definicional"): a primeira impulsiona, de fora, a ciência, a segunda realiza-a de forma propriamente científica. É preciso ressaltar que Popper percebe uma relação nunca explicitada entre estas duas fases: as duas, diz, fazem parte do processo de conhecimento, embora apenas a segunda faça parte da ciência. O gênero de relação implícita é o que constitui o paradoxo popperiano por excelência. Ao mesmo tempo em que afirma a *inexistência* de relações lógicas entre intuição e ciência, entre o primeiro (social) e o segundo momen-

to (científico) do conhecimento, não explicita como o primeiro influencia o segundo ou, ainda, qual o gênero de relação que coloca intuição e ciência em situação complementar no ato de cognição. Trata-se, assim, de uma relação fundamental, cujas explicitação, argumentação e demonstração são vitais para as validações da dicotomia popperiana ou da relação (?) complementar positivista entre valor e ciência. Logo, Popper constrói seu critério de demarcação entre o científico e o mágico sobre um *a priori*. Em termos bem simples, o que poderia legitimar científicamente o critério de demarcação popperiano, segundo suas próprias condições, seria uma demonstração rigorosa da forma pela qual o pesquisador “barra” seus valores e preconceitos às portas do processo científico de conhecimento. Como essa demonstração não ocorre (veremos abaixo), sua própria exposição adquire um caráter doutrinário, pois fundamentada em uma *inexplicada* barreira entre conceitos (definições) e preconceitos.

Vejamos mais de perto esta questão. Visando a dificultar a crítica ao seu sistema epistemológico — ou talvez por honestidade intelectual —, Popper reconhece as dificuldades teóricas e metodológicas do seu próprio método. Ou seja, reconhece (muito a contragosto) que a construção da ciência pela via do “racionalismo crítico” apresenta uma série de problemas que aproximam seu racionalismo do irracionalismo absoluto. Em lugar de oferecer uma explicação lógica da relação que une os dois segmentos ditos *complementares* do conhecimento (o não-científico com o científico), nosso autor recorre a um “argumento” tão dogmático quanto aquele que critica nos adeptos de uma epistemologia “irracional”. O racionalismo crítico, diz, “[...] pode perfeitamente admitir a existência de uma afirmação *a priori* que é apenas um ato de fé na razão. Apenas devemos escolher entre o irracionalismo absoluto e uma forma crítica de racionalismo que não teme fundamentar sua convicção inicial em uma decisão irracional”. (BAUDOUIN, 1989, p. 50). Nesse caso, como justificar sua preferência pela raciona-

lidade? Como explicar, de forma argumentativa, sua fé na razão? Por que, então, apenas o segmento racionalizável do conhecimento deve ser considerado científico? Popper não tem respostas. Ou melhor, possui uma que contradiz seu método pela raiz: a fé ... Na razão.

Ao estendermos esta mesma análise, verificaremos que a dicotomia apresentada implica uma outra faceta da lógica formal: seu caráter *unidimensional*. Ao situar-se sempre ao nível fenômeno da realidade, contenta-se com as regras da razão formal. Tudo que não possa ser racionalizado, apreensível e apresentado pela razão é do domínio da magia ou do misticismo. Para Popper é impossível decifrar a articulação do visível com o invisível, do consciente com o inconsciente ou dos valores e preconceitos com as definições e “a” lógica. É por esta razão que sequer se preocupa em explicar a forma pela qual os mecanismos de escolha dos objetos de pesquisa — advindos da intuição — estancam às portas do conhecimento científico. Pelas mesmas razões que rejeita à Psicanálise e ao Marxismo o estatuto de ciência, não pode aceitar que os valores, sonhos, desejos, repressões e tabus tanto sirvam como fundamentos do conhecimento (escolha do objeto) quanto penetrem *necessária e construtivamente* a lógica das teorias científicas. Ao discutir a ojeriza de Popper ao “essencialismo”, Baudouin relembra algumas passagens marcantes da autobiografia desse autor:

*Popper declara que sua desconfiança em relação ao essencialismo foi sua primeira experiência filosófica. Segundo ele, o essencialismo representa um desvio do pensamento cuja paternidade é atribuída a Platão e a Aristóteles, sendo seu ressurgimento moderno imputado a Husserl e à fenomenologia que convida o filósofo, ou o pesquisador, a procurar atrás de cada ‘coisa’ ou cada ‘fenômeno’ uma essência ‘escondida’ que constitui tanto o seu princípio vital quanto o seu horizonte exclusivo (BAUDOUIN, 1989, p.98)*

Isto o que teria causado enormes prejuízos ao desenvolvimento do pensamento.

Compreende-se, assim, que todo e qualquer conhecimento que se desvie da aparência factual, ou que procure a sua explicação em realidades não imediatamente apreensíveis pela razão, deva ser colocado ao lado da magia, da religião ou do misticismo. Enfim, realizar a passagem do consciente ao inconsciente, da aparência à essência, do concreto ao abstrato (ou o caminho inverso) é, segundo Popper, afastar-se do conhecimento racional e moderno e retornar ao misticismo irracional que fazia a sabedoria (muitas vezes superior à nossa) dos povos antigos ou “selvagens”.

## QUESTIONANDO A CIENTIFICIDADE POSITIVISTA

Para Popper a construção da ciência não é um ato individual. Relembrando o mito de Robinson Crusoé, Popper imagina uma situação na qual nosso naufrago empreenderia trabalhos de pesquisa astronômica. Em seguida compara seus métodos e resultados com os da chamada ciência “pública”. Sua conclusão é a seguinte: “Mas se compararmos essa forma de descobrir [a de Crusoé ...] com o modo como ela [a teoria] foi descoberta na ciência pública — por meio da contradição entre os resultados de vários observadores — torna-se manifesto o caráter ‘revelado’ da ciência de Robinson Crusoé” (POPPER, 1980)<sup>9</sup>.

Seguiríamos Popper se sua intenção fosse apenas a de chamar atenção para a dívida intelectual que possuímos com as gerações atuais e anteriores de pesquisadores. No entanto, Popper vai muito mais longe. Para este autor uma teoria, para ser científica, necessita — entre outras coisas — do reconhecimento mais ou menos *majoritário* da comunidade científica<sup>10</sup>. Como criação de um cientista, por mais genial que este seja, os enunciados teóricos estariam permeados pela subjetividade de seu autor, sendo, pois, “ciência revelada” ou de origem desconhecida, pois advinda das crenças e valores particulares do cientista individual. À medida, porém, que o debate se instaura, que a teoria é ob-

servada e testada por outros cientistas, viriam à superfície os valores se baseiam aqueles enunciados. Sua "origem" psicológica se descola de seu conteúdo racional, e o próprio criador poderá, assim, empreender um processo de aperfeiçoamento teórico pela autocrítica. Este procedimento de teste público tem como função – pelo confronto dos valores individuais – "purificar" a teoria, retirando do seu conteúdo a maior parcela possível de a priori desconhecidos e, portanto, não rationalizáveis. O que Popper não explica é como o confronto de ideologias ou preconceitos individuais diminui a carga valorativa das teorias. Após calorosas discussões, a carga valorativa pode aumentar, diminuir ou manter-se. Em outras palavras, o resultado dos testes intersubjetivos é uma incógnita. Deveremos deixar claro, no entanto, que não somos contra o processo de crítica e autocrítica na produção de conhecimentos – ao contrário. Ele sempre agrupa, sempre enriquece, sempre engrandece (no sentido ético) aquele que a ele se submete. O problema, porém, é que não existem sequer indícios de que o resultado atingido seja uma visão consensual ou menos rica em conteúdo valorativo. Na maior parte das vezes, os cientistas individuais ou os grupos que

dos pela razão, deixam de existir ou de ser significativos os pressupostos do cientista individual. Sua subjetividade se vê, assim, anulada. E o conhecimento proposto passa a ser considerado como objetivo.

Por trás dessa obsessão pelo reconhecimento "comunitário" existem, porém, pressupostos políticos. Sob este ângulo a importância do "teste intersubjetivo" popperiano está determinada por suas concepções sociais *liberais*. "Para Popper, a ciência é a companheira natural das sociedades liberais, que não apenas aceitam a disseminação e a confrontação de opiniões, mas criam o quadro institucional destinado a proteger 'a livre concorrência das idéias'" (BAUDOUIN, 1989, p. 46-47)<sup>11</sup>.

Precisemos um pouco mais o significado e o contexto no qual se exerce essa liberdade de expressão. Nas sociedades liberais – quadro maior de referência de Popper – os bens e serviços são confrontados no mercado. As idéias, por sua vez, confrontam-se nas instituições do conhecimento (institutos de pesquisa, universidades etc.). Deixando de lado as reificações, o mercado coloca em contato os produtores de mercadorias, assim como as instituições do conhecimento ou, nas palavras de Popper, "fazem valer a cooperação

leu ou os de Copérnico (este último ironizado pelo próprio Galileu) pelos senhores do saber medieval. As idéias dessas personagens geniais teriam sido definitivamente rejeitadas como doutrinas místicas ou "reveladas": o que impediria ou retardaria, por séculos, o desenvolvimento da Física, da Astronomia, das Matemáticas etc. (FEYERABEND, 1979, p. 344). Da mesma forma, Karl Marx nunca teria tido o reconhecimento acadêmico de suas teorias se tivesse que passar pelo crivo das instituições do conhecimento de sua época. Embora sem poder desenvolver aqui esta questão da "transformação das teorias em ciência", devemos, ao menos, indicar um caminho alternativo ao de Popper: estudar os procedimentos histórico-concretos pelos quais os grandes cientistas conseguiram reconhecimento para seus trabalhos. A necessidade de estudar a história prática das ciências é premente. Se assim fizermos, poderemos perceber que as hipóteses se transformam em teorias científicas muito mais pelo poder de persuasão que elas possuem – seja pela importância de suas aplicações (inovações tecnológicas), seja pelas transformações sociais a que elas induzem (revoluções) – do que pela sua "falseabilidade" (as grandes teorias já foram todas falsifi-

## SANCIONANDO COMO CIENTÍFICAS AS TEORIAS ADAPTADAS À SOCIEDADE LIBERAL, EMPERRA- SE O DESENVOLVIMENTO DE VÁRIAS ÁREAS DO CONHECIMENTO

compartilham de um mesmo paradigma e deixam os congressos com suas convicções mais sólidas do que quando entraram. O teste intersubjetivo é inócuo como "caçador de valores": o debate não se mostra capaz de "objetivar" teorias ou rationalizá-las até sua transformação em ciência.

Colocada de outra forma, a própria possibilidade de empreender testes intersubjetivos significa que a teoria pode ser repetida (testada) exatamente como foi concebida por seu criador. Essa possibilidade mostraria, então, a inexistência de proposições dogmáticas ou valorativas inacessíveis à razão de um conjunto significativo de cientistas conceituados. Sendo perfeitamente apreendi-

amigável-crítica de vários cientistas". Se no primeiro caso saem vitoriosos do confronto aqueles que possuem uma maior acumulação de mercadorias e poder aquisitivo, no segundo são privilegiados os que possuem um maior "capital cultural" acumulado, consolidado em publicações de prestígio e em pesquisas financiadas por grandes corporações ou pelo poder público.

Caso a ciência se constituísse de acordo com os critérios liberais do conhecimento, seria de se esperar o isolamento de pesquisadores singulares, com idéias próprias, criativas, inovadoras e *incômodas*. Por exemplo. Seria muito pouco provável – neste contexto – a aceitação dos trabalhos de Galileo

cadas), pela confrontação com os "fatos" (os fatos dependem das teorias) e, muito menos, pela "objetivação" obtida em debates públicos: "Na medida em que duas escolas científicas estão em desacordo sobre o que é problema e o que é solução, elas se engajam, inevitavelmente, em um diálogo de surdos, discutindo os méritos relativos de seus respectivos paradigmas" (KHUN, 1983, p.156).

Sancionando como científicas as teorias adaptadas à sociedade liberal, emperra-se o desenvolvimento de várias áreas do conhecimento. O método liberal de triagem do que é ou não é científico provoca um arrefecimento no processo de surgimento de idéias ino-

vadoras. Os desenvolvimentos da ciência ou da sociedade sempre foram o fruto de teorias "além do seu tempo" ou de práticas "lunáticas" ou "ilegais". No campo da Medicina, por exemplo, boa parte dos avanços recentes é devido a teorias ou práticas consideradas místicas até bem pouco tempo. Entre elas, a Homeopatia e a Acupuntura. Na Física já chamamos a atenção para o caso de Copérnico, cujas idéias se basearam nos escritos de Philolaos, uma espécie de oráculo ou sábio-louco. Ao aceitarmos o darwinismo popperiano, os "loucos" geniais e suas especulações teóricas seriam os primeiros a serem jogados ao fogo da inquisição moderna. Apenas os pragmáticos ou os "em consonância com o seu tempo" obteriam prestígio e honrarias, gerando uma estagnação do conhecimento, da cultura e da vida em sociedade<sup>12</sup>. Os interessados neste estado de coisas seriam poucos, mas muito poderosos:

*O desenvolvimento das concepções "copernicanas", de Galileu até o século XX, é um exemplo perfeito da situação que quero descrever. Parte-se de uma forte convicção indo de encontro à razão e à experiência contemporâneas. Esta convicção se amplia e se consolida graças a outras convicções que são tão ou mais não-razoáveis (lei da inércia, telescópio). [...] Se hoje podemos dizer que Galileu estava no bom caminho, é que sua insistência obstinada no que parecia anteriormente uma cosmologia estúpida (Philolaos) tem, desde então, criado o material necessário para sua defesa [...]. E isso não é uma exceção, é o caso normal: as teorias tornam-se claras e 'razoáveis' apenas após o uso prolongado de suas partes incoerentes" (FEYERABEND, 1979, p. 24).*

Para Popper, porém, os desvios da razão apenas criam doutrinas ou cren-

ças. Desviam o pesquisador do bom caminho, impedindo a compreensão e avaliação (teste) de seu trabalho por outros pesquisadores: o não-razoável impede sua transformação de meras elucubrações filosóficas em ciência. Apenas as teorias libertas pela razão de seus condicionantes subjetivos e individuais – pois agora criada, desenvolvida e descrita em termos compreensíveis a todos – podem ser neutras (objetivas) e, portanto, científicas. Além de propor um critério de objetividade científica que aparece na contramão da história concreta da ciência (Copérnico, Galileu, Einstein, Marx, Freud etc.), o método da intersubjetividade sofre de uma carência de outro gênero: *mesmo a suposta independência em relação às crenças individuais não torna o conhecimento neutro, não elimina ideologias, valores ou preconceitos*. Uma simples analogia com o "problema da construção dos mercados" servirá para demonstrar a insuficiência do critério da intersubjetividade no "desmonte" das ideologias incrustadas no saber. Se, por um lado, o mercado não "obedece" aos desejos e expectativas *individuais* dos atores econômicos expressos em suas opções de consumo ou investimento (sendo, pois, objetivo), por outro, ele realiza e conserva os valores e preconceitos do grupo de indivíduos que controla a sociedade capitalista (mantendo sua subjetividade). A idéia da neutralidade do mercado, porque exterior ao indivíduo (singular), tem servido, isso sim, para esconder sua vinculação aos interesses dos proprietários de ca-

percebidos como tais. Essa questão lembra a resposta de Karl Mannheim ao problema de quem seria o sujeito do conhecimento objetivo. Ao procurar um grupo social em condição privilegiada para deter o conhecimento objetivo, Mannheim designa os "intelectuais livremente flutuantes". Estes poderiam alcançar a objetividade em virtude de transitarem livremente pelas diversas camadas sociais, conhecendo e criticando os seus respectivos valores. Por esse processo, de crítica e autocritica, livravam-se de todos e quaisquer valores específicos ou vinculados a grupos particulares. Michel Löwy nos lembra, porém, que "Mannheim parece ignorar que a flutuação [entre camadas sociais] é um estado temporário, como o de uma pluma que oscila antes que a força de gravidade a atraia para o solo" (LÖWY, 1988, p.86). Os intelectuais estariam fadados, pois, a adotar, mais cedo ou mais tarde, a posição de uma das classes sociais. Embora isto seja possível, Löwy não nos oferece a razão pela qual este seria o "destino" dos intelectuais. Acreditamos que existam outras possibilidades diferentes dessa predestinação, entre elas a da aceitação de valores universais. Pelo livre trânsito entre os grupos sociais, os intelectuais poderiam vir a aderir a valores ditos humanos: não roubar, acordar cedo, trabalhar com afinco etc. É fácil perceber que, também nesse caso, o conhecimento "não valorativo" não seria atingido. A aceitação dessa vida integrada e frugal não beneficiaria a algum segmento social? Tudo indica que sim.

## ENTRE O ALTO CLERO UNIVERSITÁRIO E OS SEUS PESQUISADORES MARGINAIS EXISTE UM PROFUNDO E LARGO FOSSO DE CONHECIMENTOS

*lolaos) tem, desde então, criado o material necessário para sua defesa [...]. E isso não é uma exceção, é o caso normal: as teorias tornam-se claras e 'razoáveis' apenas após o uso prolongado de suas partes incoerentes" (FEYERABEND, 1979, p. 24).*

Para Popper, porém, os desvios da razão apenas criam doutrinas ou cren-

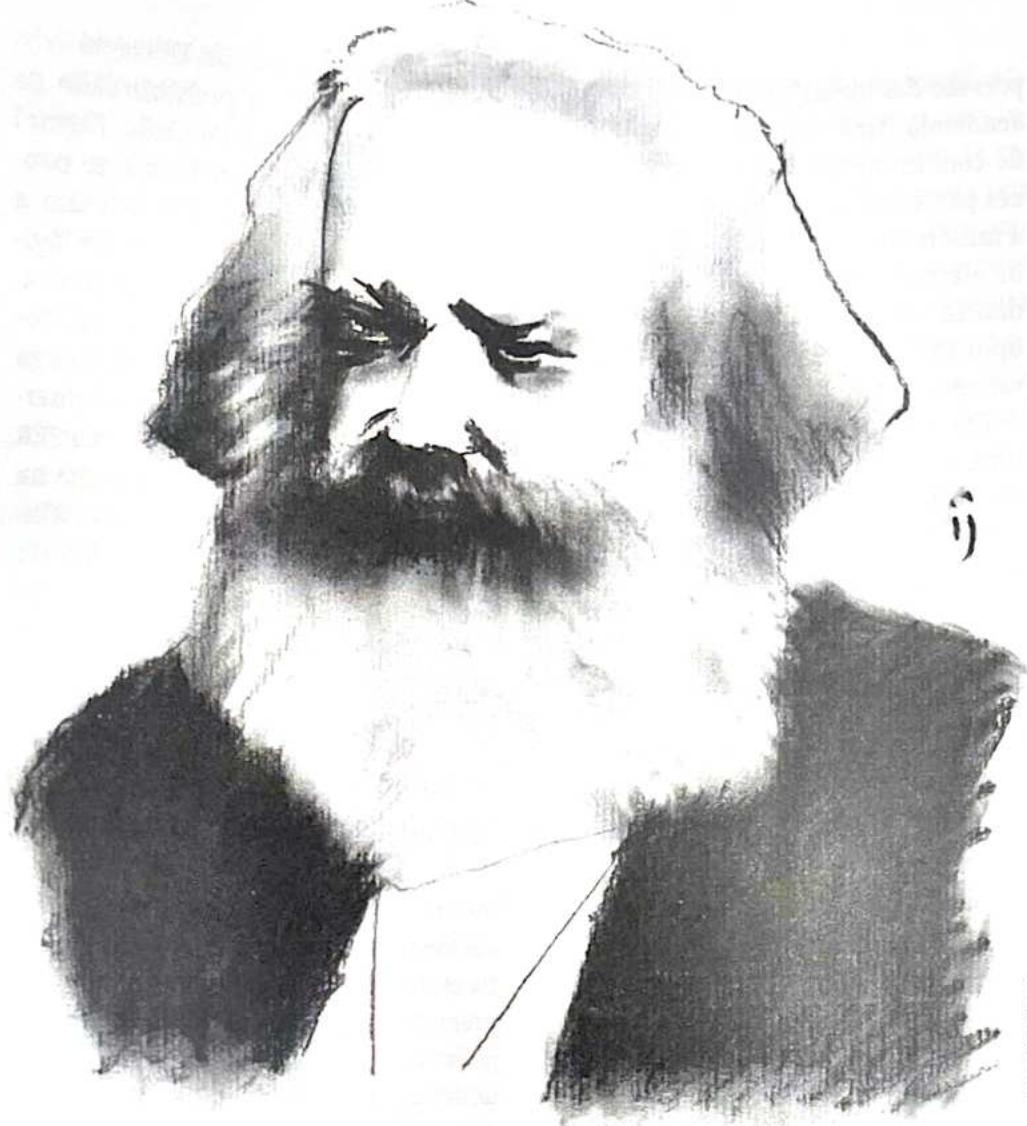
pital. Com as teorias observa-se o mesmo fenômeno: o fato de boa parte da comunidade científica poder compreender uma determinada construção teórica mostra apenas a independência da teoria em relação aos valores pessoais da maioria dos pesquisadores isolados. No entanto, permanece o verdadeiro problema epistemológico global ou a dependência da teoria em relação aos valores sistêmicos, normalmente não

Os valores chamados universais sempre respondem aos interesses — nem tão universais assim — das classes que os instituem como universais, as classes dominantes (LÖWY, 1988)<sup>13</sup>.

É ainda importante não esquecer o papel dos "intelectuais marginais". Embora os "marginais" possam entender racionalmente as teorias dominantes, o mesmo não ocorre com os acadêmicos tradicionais<sup>14</sup>. Estes últimos re-

lheram uma educação jamais contestada. Os marginais, por sua vez, receberam uma orientação inicial (em sua grande maioria) sempre questionada. Por isso, estes dois tipos de intelectuais são unidos pelo conhecimento dos valores dominantes ou "universais", mas separados pelo controle e utilização dos valores alternativos. Nesse sentido, a academia, como um todo, nunca aceita uma teoria. Entre o alto clero universitário e os seus pesquisadores marginais existe um profundo e largo fosso de conhecimentos, valores, desejos e objetivos acadêmico-sociais. Por esta razão, o critério da objetividade pela difusão intersubjetiva do conhecimento é mera quimera. Embora os intelectuais marginais possam compreender a lógica simples da intelectualidade burocratizada, as teorias "oficiais" são por eles consideradas incorretas em função de seus pressupostos.

Até aqui chamamos a atenção apenas para a explicitação dos pressupostos da teoria como condição de sua objetividade e científicidade. Nossas conclusões em nada mudariam se observássemos agora a confrontação das previsões teóricas com a realidade expressa nos relatórios de observação. A confrontação das previsões teóricas com a realidade também não assegura a científicidade ou a "qualidade" do conhecimento adquirido. Em sua crítica mordaz ao positivismo (e à epistemologia em geral), Feyerabend contradiz aqueles que vêm "[...] na natureza dos 'fatos' científicos, das realidades independentes das opiniões, das crenças e das inserções soci-



Ivan Jerônimo

ais" (FEYERABEND, 1979, p. 16). De uma forma bem simples, podemos dizer que *toda teoria contém potencialmente sua confirmação empírica, pois o "olhar" de seu criador tende sempre a "valorizar" a criatura.*

Podemos ir mais longe ao considerar que os que raciocinam dialeticamente poderiam, hipoteticamente, compartilhar os mesmos preconceitos e ideologias da burocracia intelectual. Porém, mesmo compartilhando-os, não conseguiram desenvolvê-los e chegar a uma conclusão. Esta hipótese sequer os conduziria à formação de uma teoria qualquer. Isto porque o raciocínio formal ou dialético é muito mais do que uma simples forma neutra de expressão da razão. Assumimos aqui que a adoção de uma ou outra lógica expressa uma concepção específica da vida natural e social: "[...] o pensamento dialético surge como uma forma de pensamento 'que dissolve no nada as determinações detalhadas da compreensão', inclusive as

da lógica formal". (FEYERABEND, 1979, p. 16). A compreensão possui, então, outros determinantes, outras regras de apropriação da realidade. Não é difícil concluir, então, que os "fatos", sociais ou naturais, se apresentam ao sujeito da dialética de forma contraditória à apreendida pelos sujeitos da lógica formal: a realidade observada é outra<sup>15</sup>. Logo, sendo impossível um consenso entre as duas categorias de intelectuais, a comunidade científica fica sem meios para atingir o conhecimento objetivo. Seja pela confrontação com os "fatos", seja pela observação de um estrito respeito às regras lógicas (de qual lógica?), o conhecimento objetivo mostra-se inatingível. Sem consenso, nada de objetivação. Com "meio consenso", "meia objetivação", o que é igual a "meia subjetivação". Ora, o método de objetivação proposto pelo racionalismo crítico de Popper nada mais é do que uma transposição mecânica da ideologia liberal da "livre ex-

pressão das idéias" para o interior da academia. Nos centros de produção de conhecimento o consenso por vezes parece existir, mas apenas porque a minoria não tem voz, não têm meios efetivos para mostrar sua discordância, ou indignação, em relação à opinião burocrática do mandarim universitário.

Em resumo, a academia pode ter uma opinião oficial, mas essa não será superior ou inferior às outras concepções aceitas nos "porões" dos Departamentos. Ao contrário do que diz Popper, não nos é dado o privilégio de escolher a melhor entre várias teorias. Embora possamos escolhê-las

a forma de relacioná-las. Deixa de existir, vimos acima, a possibilidade de identificarmos o raciocínio formal como única e exclusiva forma de pensar: a lógica se subdivide. Passam a existir, pelo menos, dois tipos de lógica: a lógica formal e a lógica dialética. Desconhecendo a lógica dialética, Popper afirma que o Marxismo "[...] nega à razão humana o poder de fazer emergir um mundo mais razoável (POPPER 1993b, p. 41)". Em outras palavras: na medida em que o Marxismo não distingue metodologicamente a escolha do objeto (baseada em valores e crenças não-universais) do processo científico de conhecimento (considerado puramente racional), a "irracionalidade" permearia suas sentenças, suas assertivas, tornando-as logicamente incompreensíveis e não reproduzíveis por sujeitos com valores distintos. Logo, não poderiam ser submetidas — com sucesso — ao método da intersubjetividade e, por isso, assemelhar-se-iam ao tipo de ciência "revelada" construída por Robinson Crusoé. Em uma palavra: não-científicas. Caso pudesse compreender os desenvolvimentos de Hegel e Marx em seus próprios termos, no contexto das "condições de possibilidade de seus saberes", dificilmente acusaria o Marxismo de dogmático. Bastaria incorporar à lógica formal uma das características da dialética (a supremacia — não a supressão — do todo em relação às partes) para entender que um estrito "critério de demarcação" entre o científico e o não-científico é impossível<sup>16</sup>: se entre a escolha do objeto e sua forma de apreensão teórica não existe uma continuidade lógica (formal ou dialética), existe, porém, uma continuidade sociológica que sobredetermina as possibilidades de emprego da razão e, consequentemente, o tipo de lógica a ser utilizada. O homem que escolhe o objeto é o mesmo que constrói o contexto lógico de seu conhecimento. Suas características sociológicas transitam de um processo ao ou-

tro. Nesse sentido a existência de um "critério de demarcação" assemelha-se a uma tentativa de dissecação da personalidade humana: em um primeiro momento, ser emotivo, mágico, religioso; em seguida, ser racional. Perde-se aqui a unidade entre a emoção e a razão, particularidade do criador incorporada em suas criaturas. Parece-nos que Feyerabend também tinha em mente este caráter desumanizador das regras da ciência positivista ao afirmar que "[...] a tentativa de impor tais regras [regras fixas e universais] não pode deixar de aumentar nossas qualificações profissionais, mas em detrimento de nossa humanidade"<sup>17</sup> (FEYERABEND,

## A ACADEMIA PODE TER UMA OPINIÃO OFICIAL, MAS ESTA NÃO SERÁ SUPERIOR OU INFERIOR ÀS OUTRAS CONCEPÇÕES ACEITAS NOS "PORÕES" DOS DEPARTAMENTOS

individualmente — e sempre o fazemos —, nada nos garante sua superioridade social ou "objetiva". A subjetividade das teorias, sua dependência do contexto cognitivo no qual é criada e desenvolvida, sua vinculação às culturas e crenças de classes, regiões e países, assim como seu envolvimento com as forças políticas em disputa (o antes e o depois da 1ª Grande Guerra, por exemplo) são — entre outras — algumas das características genéticas do conhecimento. Enquanto este último derivar de uma interação entre o mundo exterior, o cérebro e a personalidade humana, os resultados da ciência não poderão escapar da complexidade do seu próprio sujeito e da sociedade em geral. Ao desconsiderar a complexidade do Homem (ser natural e social; ser emotivo e racional; ser público e privado; objetivo e subjetivo), o Positivismo constrói um conhecimento tão questionável quanto qualquer outra construção humana. Mas com um sério agravante: sua pretensão totalitária a representar a verdade.

### POPPER E A GUERRILHA CONTRA MARX

O monopólio da lógica formal foi definitivamente extinto após os trabalhos de Hegel e de Marx. A partir das considerações desses dois autores, modifica-se tanto a idéia de conceito quanto

1979, p. 332). Entendemos que um estrito "critério de demarcação" funcionaria como um filtro de emoções (identificadas com a irracionalidade) construído para gerar o Homem puramente racional, o "tipo ideal" da concepção positivista do conhecimento.

Nos termos de Popper, vimos, a ausência de um "critério de demarcação" permite que a "irracionalidade" permeie a totalidade do processo de conhecimento. Por outro lado, a existência de um tal critério impediria esta "promiscuidade" entre o racional e o irracional. No entanto, não basta propor uma definição de científicidade e tachar de doutrinário tudo que não couber no contexto dessa definição. É preciso mostrar como decantar a razão da emoção; impedir que se entrelacem no jogo amoroso da ciência. De acordo com Popper, a utilização da lógica não teria nenhuma valia nesse processo de separação. Por sua vez, a colocação do problema em termos sociológicos quer é considerada. Como, então, "desideologizar" uma teoria qualquer de acordo com o método popperiano? É possível um verdadeiro critério de demarcação? Um critério que prescinda dos juízos de valor e defina o que é, o não, científico? Paradoxalmente, o próprio Popper responde que não! Ao afirmar que seu critério de demarcação

nada mais é do que uma convenção, nega a científicidade (positiva) de seu próprio critério. Em suas palavras, "[...] deve-se-á considerar meu critério de demarcação como uma proposta para um acordo ou convenção [...]. A escolha desse propósito deve ser, obviamente, em última instância, um objeto de decisão que ultrapasse a argumentação racional" (POPPER, 1980, p. 12, grifo nosso). Ora, se a construção do critério de demarcação não obedece aos critérios de científicidade positivista, como defendê-lo mesmo em seus próprios termos?! Isso apenas seria possível pelo artifício da utilização de metateorias. No entanto, a primeira metateoria necessaria de uma segunda, e esta última de uma terceira..., provocando um encadeamento infinito: a necessidade de um critério de demonstração ficaria assim dependente de demonstrações infinitas. Em outras palavras, não se pode demonstrar, pelos procedimentos da ciência positiva/racionalista, a idéia, a validade e a necessidade de uma demarcação do processo de conhecimento. A razão não se explica pela razão, e Popper é o primeiro a reconhecê-lo, mas sem dar importância às consequências radicais desse reconhecimento. Não podendo justificar a superioridade do conhecimento racional em relação a qualquer outro tipo de conhecimento (intuitivo, mítico ou mágico), perde relevância toda e qualquer tentativa de criação de um critério de demarcação no interior do conhecimento. Discutindo a criação do processo cognitivo nas crianças, Feyerabend nos mostra a impossibilidade de explicar o surgimento dos conceitos — e, por consequência, do raciocínio pleno — por meio da razão:

Ninguém pretenderia que o ensino graças ao qual progridem as crianças é apenas uma questão de raciocínio (ainda que o raciocínio possa fazer parte e deva fazer parte até mesmo mais do que é habitual). Quase todo mundo está hoje de acordo que o que parece ser produto da razão — o aprendizado de uma língua, a percepção de um mundo ricamente articulado, a ca-

pacidade lógica — é devido em parte a um doutrinamento e, em parte, a um processo de crescimento que se realiza com a força de uma lei natural. E quando as palavras parecem ter um efeito, isso ocorre muito mais em razão de sua repetição física do que de seu conteúdo semântico (FEYERABEND, 1979, p. 21).

Ao tentar identificar crenças e valores com "irrationalidade" e, consequentemente, tachar o Marxismo de doutrina ou ciência revelada, a crítica popperiana ao Marxismo apresenta-se como a explicitação mais cabal da incompreensão provocada pela tentativa de compreender o Marxismo sob a ótica do Positivismo. Da mesma forma, encontramos aqui um exemplo da impossibilidade cognitiva da lógica formal quando se trata de apreender um raciocínio elaborado em outro plano. Nos termos de Feyerabend

[...] da mesma forma que um animal doméstico bem adestrado obedece a seu mestre, quaisquer que sejam as situações extremamente confusas perante as quais este animal se encontre — e a necessidade urgente que possa sentir em adotar novos modos de comportamento —, um racionalista bem adestrado obedecerá à imagem mental daquele que é seu mestre, conformando-se às regras de argumentação aprendidas, quaisquer que sejam as situações confusas que deva afrontar. E mais: o racionalista será completamente incapaz de compreender que o que considera como a "voz da razão" nada mais é do que uma manifestação causal da formação recebida. Ele será completamente incapaz de descobrir que o apelo à razão ao qual ele sucumbe tão facilmente não é nada mais do que uma manobra política [de convencimento] (FEYERABEND, 1979, p. 23).

Ao aprofundarmos esses questionamentos, vemos que a própria preferência pela razão (seja qual for a sua for-

ma de expressão) precisa de justificativas. O que pode, perguntamos, nos induzir a aceitar a superioridade da razão sobre a intuição? O que pode nos fazer acreditar que a utilização preponderante da razão conduz a "um mundo mais razoável", como acredita Popper? As duas Grandes Guerras mundiais teriam sido o resultado de uma irracionalidade universal simultânea? De uma histeria coletiva? Ou o resultado de decisões conscientes e racionais, cujos riscos teriam sido pesados e avaliados? Como as "ciências da mente" nos demonstram, desvios coletivos são impossíveis. Resta-nos concluir, então, pela racionalidade do holocausto e da bomba de Hiroshima. É essa a razoabilidade transmitida pela razão? Que mistérios podem ter conduzido um autor de tamanha importância a não perceber que a fé na razão coloca sua obra acima ou além da racionalidade? Na realidade, porém, os desenvolvimentos do criador do Neopositivismo são mais sutis. Ele, de fato, não aceita uma racionalidade radical que exclua completamente o irracional, já que o racionalismo absoluto ou acrítico, como método, não pode ser demonstrado (como vimos) pela razão: "Ora, é fácil perceber que esse princípio de um racionalismo acrítico é incompatível; uma vez que ele não pode, por sua vez, ser sustentado pela argumentação ou pela experimentação, isso implica que ele próprio deve ser rejeitado"<sup>18</sup>. Embora racionalista convicto, o grande crítico positivista do Círculo de Viena diz-se adepto de um racionalismo moderado ou verdadeiro, de inspiração socrática (ciente de suas limitações, mas convencido de seus méritos inigualáveis): "[...] a argumentação raramente decide uma questão, apesar de ser o único caminho para se aprender — não a ver claramente, mas a ver mais claro do que antes"<sup>19</sup>. Ora, a força desse argumento está em sua proximidade com o senso comum. Mas como já admitiu o próprio Popper, esta assertiva não pode ser provada segundo os cânones da ciência positivista. É uma questão de convenção...

Nosso autor parece lutar contra um inimigo interno construído por sua

própria mente ou por seus fantasmas. Isso porque a "razão crítica" defendida por Popper, aquela que conjuga razão com paixão, é uma das teses clássicas do Marxismo (veremos abaixo). Em Marx a relação entre lógica/ciência e paixão/ideologia é vista como fecunda e inerente ao processo de conhecimento científico. Dessa forma, ao contrário da escola popperiana, o Marxismo não considera os processos mentais não racionais como "irracionais". E isto porque: 1) nem sempre o que não é racional opõe-se à razão; 2) a razão sempre contém uma "dose" de paixão; e, enfim, 3) é a paixão que estimula a própria razão<sup>20</sup>.

Em nenhum momento de sua obra, ao contrário do que afirma Popper, o fundador do Marxismo relegou a razão e a argumentação a um segundo plano, como "[...] ferramentas que funcionam muito bem se quisermos arranhar a superfície das coisas [...]", insistindo que "[...] a 'natureza humana', em

da atividade 'revolucionária', da atividade prática crítica" (MARX, 1965, p. 87). Isso dito, como entender a crítica de Popper? Como entender seu desconhecimento do papel revolucionário e prático atribuído por Marx às idéias, à crítica e, portanto, à razão?

Popper talvez não tenha percebido o quanto suas convicções políticas intervieram nas conclusões de suas teorias — o que é normal! Nossa autor construiu, na realidade, *um marxismo popperiano*, para então poder criticá-lo. Tudo indica que seu medo de mudanças e seu caráter conservador o levado a construir um marxismo mágico e mistificado. A crença de Marx no papel "revolucionário" das idéias não poderia deixar de incomodá-lo. Diferentemente do autor alemão, Popper atribui à razão o papel exclusivo de esclarecer, acomodar, apaziguar e relacionar sistemas de idéias: a pacificação e o consenso — e não a transformação — seriam o verdadeiro objetivo da razão:

da racionalidade crítica na tarefa de aproximação dos pesquisadores submetidos a paradigmas antagônicos ou simplesmente distanciados. Mostra, ainda, a inextricável "relação" entre razão e paixão, assim como a dificuldade da superação de paradigmas per via exclusiva da argumentação. Em outras palavras, a lógica factual não permite a compreensão universal de sistemas de idéias fundamentados na lógica valorativa ou em paradigmas antagonicos. Nesse sentido vai por água abaixo o método popperiano de obtenção do conhecimento objetivo, e ficam patenteadas as dificuldades do exercício da "democracia cognitiva popperiana". A "aprovação" de uma teoria por uma maioria de sábios (a crítica intersubjetiva como critério da verdade objetiva) não a consagra como objetiva. As discussões, críticas ou auto-críticas, realizadas em congressos ou seminários, podem conduzir, ao contrário, a uma radicalização das posições dos

## O DIÁLOGO DE SURDOS-MUDOS ESTABELECIDO ENTRE MARX E POPPER DEIXA EVIDENTES AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO MÉTODO DA RACIONALIDADE CRÍTICA

sua maior parte, não é racional"<sup>21</sup>. Aceitar que a "natureza humana" ou a forma de conduzir e gerir as coisas humanas é preponderantemente irracional implica uma atitude célica diante das potencialidades do conhecimento, da ciência e das idéias. Ora, foi exatamente contra este tipo de materialismo vulgar que Marx se bateu ao longo de toda a sua vida. Apenas para lembrarmos algumas passagens de sua crítica à vulgata materialista de Feuerbach, temos uma passagem de suas *Teses*. De acordo com Marx, Feuerbach "[...] quer objetos concretos, realmente distintos dos objetos do pensamento. Mas não considera a atividade humana em si como atividade objetiva" (MARX, 1965, p. 87). E, continuando, nos diz: "É por isso que, na *Essência do Cristianismo*, [Feuerbach] não considera como verdadeiramente humana senão a atividade teórica, enquanto a prática não é por ele tomada e fixada senão em sua manifestação judaica sórdida. É por isso que ele não comprehende a importância

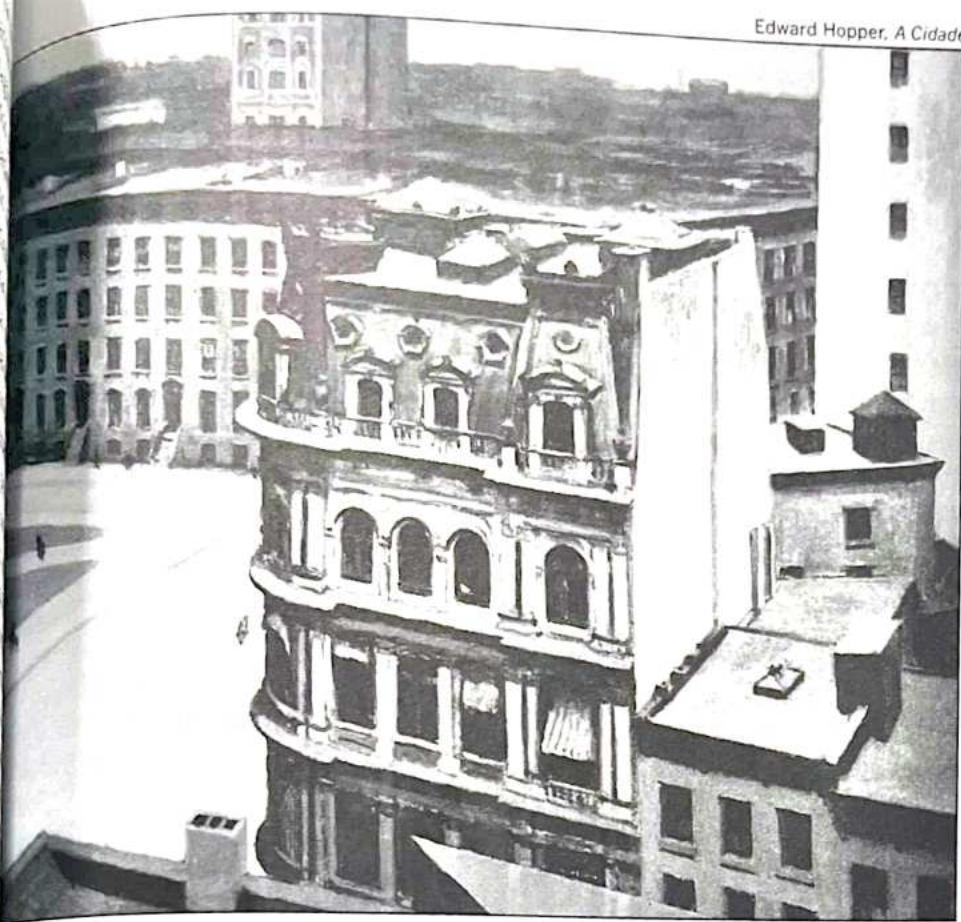
[...] a ênfase irracional na emoção e na paixão leva, em última instância, àquilo que só posso chamar de crime. Uma das razões de eu ter essa opinião é que essa atitude, que na melhor das hipóteses é de resignação perante a natureza irracional dos seres humanos e, na pior, de desprezo pela razão humana, tem necessariamente que levar a um chamado à violência, à força bruta, como árbitro definitivo em qualquer disputa (POPPER, 1980, p. 190).

Em outras palavras, foi o seu justificado pavor às transformações não graduais conhecidas (revolução soviética, ditaduras nazi-fascistas etc.), misturadas ao seu "acervo" de valores e preconceitos conservadores, que o fizeram construir um marxismo adaptado às suas críticas.

O diálogo de surdos estabelecido entre Marx e Popper deixa evidente as dificuldades enfrentadas pelo método

contendores. Além do que, mesmo se uma maioria acata, como correta, uma determinada explicação teórica, nada garante o acerto desta decisão majoritária. Na realidade, pode estar ocorrendo uma rejeição majoritária de conceções corretas defendidas por uma minoria e, talvez, incompreendidas pela maioria. Ao relegar a um segundo plano os "direitos das minorias", dos discordantes e dos marginais, Popper elimina do cenário social do conhecimento aqueles que, pela sua falta de compromissos ou vinculações com os mandarins das grandes universidades ou centros de pesquisa, mais poderiam contribuir para a evolução do conhecimento. Transpõe para a epistemologia, mais uma vez, seu conservadorismo social.

De acordo com Morin, "Popper estava muito preocupado pelas idéias de democracia (sua obra tornou-se madura no momento de triunfo do nazismo e do stalinismo) e correlaciona os dois problemas seguintes: a reflexão sobre



a ciência e a reflexão sobre a democracia" (MORIN, 1990, p. 23)<sup>22</sup>. É claro que o "Popper político" faz ciência com paixão, influenciado que é — como não poderia deixar de ser — pelos seus julgamentos de valor e preconceitos. A partir do que viemos expondo, deixa de ser um exagero afirmar que, para o pensador austriaco, a ditadura formal da maioria (seja como método cognitivo, seja como gestão social pela democracia representativa) representa a única e a melhor forma de "acomodação" das coisas humanas. Aliás, sua exaltação do método da intersubjetividade nada mais é do que a transposição da democracia formal para o interior da academia: uma maioria de professores e pesquisadores compreenderia e respeitaria as regras do jogo científico, tornando-se então apta para influenciá-lo de acordo com suas opiniões e pela livre expressão de idéias: "A auto-análise [do pesquisador] não substitui as ações práticas que são necessárias para estabelecer as instituições democráticas que, só elas, podem garantir a liberdade do pensamento crítico e o progresso da ciência" (POPPER, 1980, p. 177-

178)<sup>23</sup>. Aqui, diz-nos Popper, não cabem mesquinharias, jogos de interesse, lobby ou repressão. Apenas a "razão da maioria razoável" deve reinar soberana.

Ao adentrarmos, explicitamente, as respectivas concepções sociais, fica ainda mais clara a profundidade do poço que separa as idéias de Marx das de Popper. Para Marx a democracia representativa é importante como forma de se atingir a democracia real. Para Popper a democracia formal é um *fim em si mesmo*. A discussão e a crítica têm, e ninguém duvida disso, um papel relevante no processo de conhecimento. Sem a possibilidade de crítica corre-se o perigo de dogmatizar amplos segmentos da ciência — tanto sociais como naturais. Embora necessária, a troca inteligente de idéias e a argumentação não são, porém, suficientes. Mesmo nas ciências sociais mais "desenvolvidas", como a Economia, algumas posições teóricas fundamentais (teoria do valor-trabalho versus teoria do valor-utilidade) perduram há mais de dois séculos. A aproximação destas duas interpretações da origem da riqueza no

Capitalismo tem se mostrado impossível, mesmo nos países onde as tradições democráticas representativas (fora e dentro da academia) são das mais arraigadas. Tudo isso parece demonstrar a ineficiência do método popperiano<sup>24</sup>.

Vimos que os paradigmas são "culturalmente inscritos" nos indivíduos, e que sua desconsideração conduz a colossais incompreensões. Sabemos também que todas as etapas do conhecimento (e não apenas as científicas ou puramente lógico-experimentais, no sentido popperiano) são fecundadas por preconceitos, valorações e conotações culturais (euro-centrismo, por exemplo) etc. Em uma bela passagem Morin nos mostra a imbricação das realidades objetivas e subjetivas:

*Assim, os indivíduos conhecem, pensam e agem de acordo com os paradigmas neles culturalmente inscritos. Os sistemas de idéias são radicalmente organizados em virtude dos paradigmas. Esta definição de paradigma é de caráter tanto semântico e lógico quanto ideológico. Semanticamente, o paradigma determina a inteligibilidade e fornece o sentido. Logicamente, determina as operações-chave. Ideologicamente, ele é o princípio fundamental de associação, eliminação e seleção que determina as condições da organização das idéias. É em virtude desse tripleno sentido gerativo e organizacional que o paradigma orienta, governa e controla a organização dos raciocínios individuais e dos sistemas de idéias que o obedecem (MORIN, 1990, p. 213)<sup>25</sup>.*

Se não há meios de decifrá-los completamente, devemos, porém, empreender esforços para reconhecer e "rationalizar", tanto quanto possível, os ingredientes socioculturais que norteiam e permeiam nossas concepções. No entanto, sabe-se, esse processo necessita da construção de "metas-pontos-de-vista" que, por sua vez, apenas reconstruem e recriam paradigmas ainda mais profundos. O recurso aos metas-pontos-de-vista tem sido

utilizado, por exemplo, na superação dos paradigmas que subsumem o Homem à natureza (ciências biológicas etc.) ou provocam uma disjunção entre o humano e o natural, "[...] determinando o que há de específico ao homem por exclusão da idéia de natureza" (MORIN, 1991, p. 213). Um paradigma de mais alto nível seria aquele que estipulasse a unicidade do universo, a originalidade e unicidade do processo de surgimento do homem e do mundo, seus desenvolvimentos inseparáveis<sup>26</sup> e suas especificidades notáveis. Ainda de acordo com Morin, "[...] falta um paradigma complexo [de mais alto nível], dialógico, de implicação/distinção/conjunção que permita uma tal concepção" (MORIN, 1991, p. 214). Embora estas "condições de possibilidade dos saberes" mais complexas ainda não sejam conhecidas, sua necessidade é inegável.

O importante aqui é ressaltar a impossibilidade de "fugir" dos paradigmas, sejam eles elementares, sejam complexos. E, nesse sentido, a atitude cognitiva coerente é a assunção explícita — embora sempre incompleta — dos pontos de vista que inspiram a pesquisa. Não foi por outra razão que Marx, Gramsci, Keynes e Althusser — entre outros — deixaram claros seus *partis pris* (o ângulo privilegiado em suas análises). No Posfácio de 1873 de *O capital*, Marx afirma: "Na medida em que essa crítica representa uma classe [...]." Gramsci, por sua vez, declara que toda ciência é ideologia (citação livre). Keynes, também, assume que, quando a guerra de classes chegar, ele se encontrará nas trincheiras ao lado da burguesia (citação livre). Já Althusser, após sofrer inúmeras críticas e empreender outras tantas autocríticas, declara em 1970: "É necessário, portanto, abandonar a posição teórica das classes dominantes e se colocar do ponto de vista a partir do qual estes mecanismos podem se tornar visíveis, isto é, do ponto de vista da classe que sofre a exploração e a dominação: do ponto de vista do proletariado"<sup>27</sup>.

Dada a impossibilidade de neutralidade<sup>28</sup> (fuga do planeta dos paradigm-

mas), a exposição de algumas das limitações do trabalho teórico (sua eterna parcialidade, por exemplo), constitui uma fase essencial do conhecimento que se pretende científico.

## CONCLUSÃO: EXISTE UMA HARMONIA INTRAPARADIGMÁTICA?

Apenas para evitar uma má interpretação daquele que foi um dos conceitos-chave de nosso ensaio (paradigma), alguns esclarecimentos serão aqui aportados sob a forma de conclusão. Díriamos inicialmente que o simples fato de colocar-se sob um mesmo guarda-chuva paradigmático não garante uniformidade analítica. Ao partilharem o mesmo "abrigo", professores, pesquisadores e militantes disputam espaços, procuram alianças ou criam divergências — nada mais normal na prática diária da intelligentsia. É apenas nesse "contexto explicitado" que tanto os fundamentos quanto as sutilezas das análises individuais podem aparecer. Uma das mais claras manifestações dessa realidade conflituosa é a eterna disputa no interior dos partidos políticos de esquerda. As inelutáveis diferenças individuais — negadas por Popper como característica dos marxismos — mostram-se em todos os seus níveis, momentos e dimensões. O que isso quer dizer? Isso significa que as "explosões dos egos" refletem as distintas formas possíveis de apreensão de um paradigma dado: as "condições de possibilidade do saber" são processadas diversamente, de acordo com as qualidades individuais dos seus receptores/transformadores. Embora em acordo sobre as grandes decisões a serem tomadas, os caminhos propostos são quase tão numerosos quanto os das individualidades dispostas a trilhá-los.

É o que também observamos nas interpretações da obra de Marx. Embora marxistas dos mais diversos matizes concordem com a idéia de que os primeiros capítulos da obra maior de Marx sejam os mais difíceis e importantes, as razões dessa relevância e complexidade primordiais

são sempre motivo de divergências. Mesmo correndo o risco de uma simplificação excessiva, diremos que os quatro primeiros capítulos de *O capital* exploram ao máximo as virtudes autor: nesse sentido, eles são a chave para a compreensão dos capítulos seguintes. Não apenas porque as várias partes do texto possuem uma forte coerência interna (o que seria o mínimo que poderíamos esperar de um clássico), mas também porque os capítulos iniciais deixam entrever, mais cedo que os seguintes, a vinculação da totalidade do texto a um dado parâmetro.

Nos dois primeiros parágrafos de *O capital* estão escondidos tesouros. Não apenas pelas afirmações teóricas ali feitas, mas principalmente pelas orientações metodológicas implícitas. Vejada a análise da seguinte citação: "A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em 'imensa acumulação de mercadorias', e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. Por isso, nossa investigação começa com a análise da mercadoria". E Marx continua: "A mercadoria é, antes de qualquer coisa, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas [...]"<sup>29</sup>. Ao afirmar que o início da investigação será a análise da mercadoria, e que esta constitui a riqueza das sociedades capitalistas, Marx nos apresenta dois princípios metodológicos que vão balizar toda a sua exposição. Primeiro: as categorias estudadas referem-se, todas, a um mesmo momento histórico. O modo de produção capitalista é seu objeto de análise. As referências a modos de produção ou sociedades anteriores servem "apenas" para esclarecer as origens do Capitalismo e, consequentemente, seu desenvolvimento possível. Ao mesmo tempo, enfocando um determinado momento histórico, o autor deixa clara a "dinamicidade/historicidade" de sua análise. O capitalismo não veio para ficar, assim como qualquer outra sociedade já existente ou que venha a existir (?). Com isso, ele nos passa uma

outra lição: sua própria teoria tem os mesmos contados. O prazo de validade de suas categorias como valor, mais-valia, preços etc. "vence" com o fim da produção mercantil desenvolvida. Conseqüentemente, a exploração da força de trabalho, a alienação e a reificação, típicas desse modo de produção, tendem a modificar-se ou a serem suprimidas. Vê-se aqui um exemplo de prática teórica coerente com a crítica de Marx à tese de Feuerbach discutida acima. Contrariando o desejo de Popper, as sociedades transformam-se perpetuamente. O movimento da história não pode (talvez) ser detido. E os homens e suas obras têm papéis proeminentes nesse movimento, os de criadores e criaturas de sua própria ecologia sacionatural. E mais, ao dizer que "nossa investigação começa com a análise da mercadoria", Marx assume implicitamente que o início de sua exposição deve se basear em uma realidade fenomênica, intuitivamente evidente para o leitor. Afinal, o que poderia ser mais evidente do que a mercadoria considerada como "objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas?" As "coisas/objetos" são inicialmente sentidas e, em seguida, percebidas. A percepção, por sua vez, provoca intuições que, por seu turno, fecundam e estimulam o intelecto e a razão. Ao contrário do que pensava Popper, não há dissociação sociológica possível entre sensação/percepção/intuição e processo intelectual. Isso revela, mais uma vez, a inexorável vinculação entre paradigmas e lógica, entre paixão e razão, entre a vivência socialmente condicionada do autor e seus descobrimentos científicos: "[...] aqui se demonstra, novamente, porque a sistematização das categorias econômicas em 'O Capital' não pode ser apresentada nem na progressão da historicidade factual nem na coerência da lógica formal [...]"<sup>30</sup>.

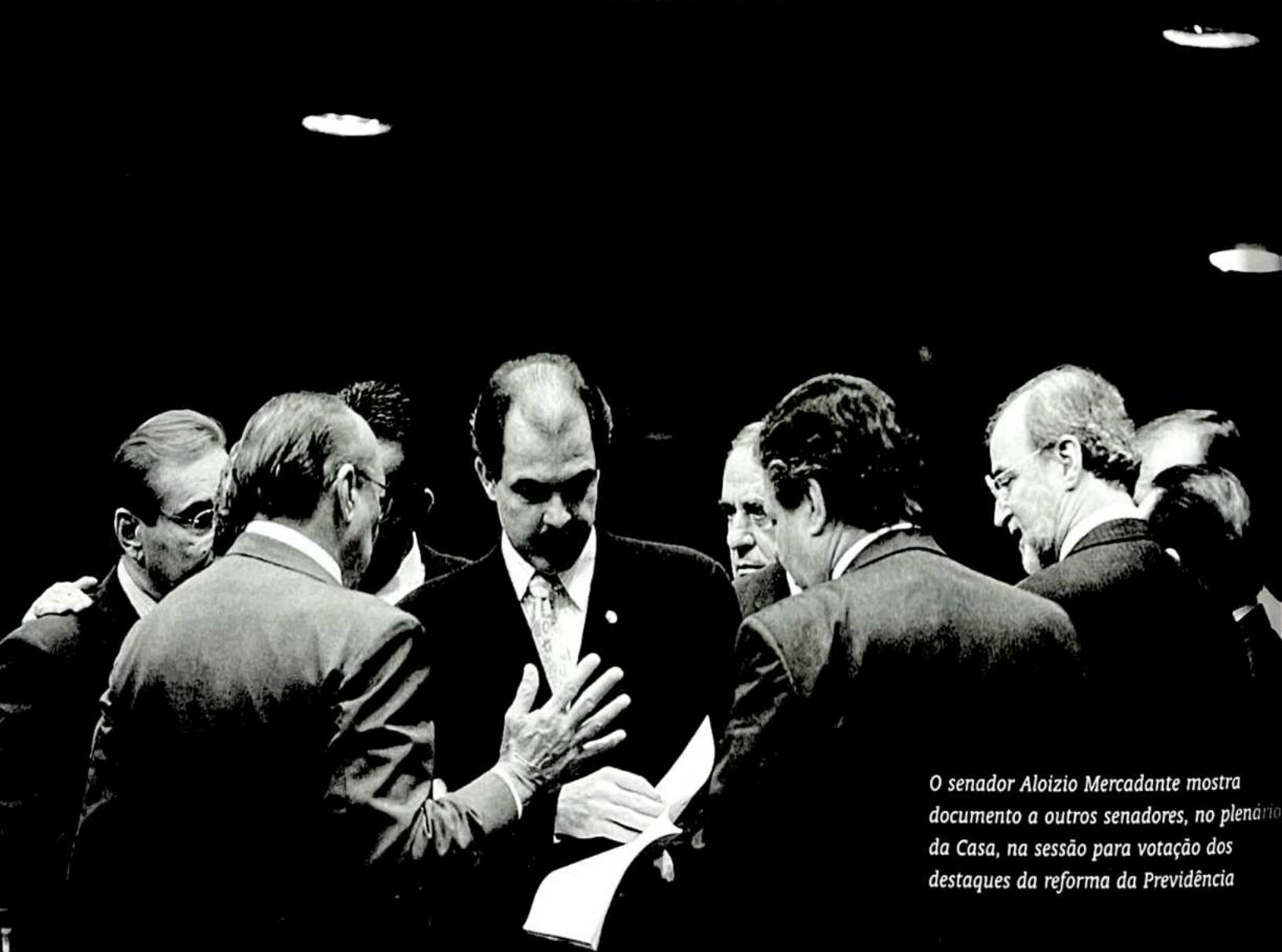
## Referências

- GIEEN, E. S. *El hombre y la humanidad: conflicto y comunicación entre culturas*. Buenos Aires: Paidós, 1985, p. 12.
- NICKELS, Ulises Toledo. *La Epistemología según Feyerabend*. Santiago de Chile, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Chile, dic. de 1998.
- Notas**
- 1 Mesmo que eventualmente errôneas.
  - 2 CHALMERS, A. *O que é ciência, afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 62
  - 3 MORIN, E. *La méthode*. Paris: Seuil, 1977, T. 4, p. 213.
  - 4 Ibidem, p. 213 (grifos nossos).
  - 5 Marx Weber, citado em: LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. 2. ed. São Paulo: Busca Vida, 1988, p. 42 (grifos nossos).
  - 6 KUHN, T. *La structure des révolutions scientifiques*. Paris: Flammarion, 1983, p. 146.
  - 7 Autores mais exigentes, como Popper, acreditam na influência das subjetividades, mas crêem, também, que esta poderá "deixar de incomodar" na medida em que o objeto é observado por várias pessoas, gerando uma espécie de percepção média ou objetiva da "coisa".
  - 8 POPPER, K. A sociedade aberta e seus inimigos. In: *A lógica da investigação científica*. São Paulo: Abril, 1980, cap. 23, p. 175.
  - 9 Ibidem, p. 174. Aqui os resultados é que são ressaltados. No caso, as observações astronômicas efetuadas de forma independente.
  - 10 De acordo com Popper, o reconhecimento se dá através de testes que visam a falsificá-la, confrontando-a com a realidade. Quando observada e testada publicamente, a qualidade de ser falsificável (possibilidade de falsificação) atribui, diz, cientificidade e objetividade a uma teoria. Enquanto apenas o criador da teoria constata a possibilidade de falsificação, esta é pré-ciência ou ciência "revelada". É nesse sentido que o teste intersubjetivo, para Popper, é o procedimento que consagra uma teoria como científica.
  - 11 Se em um primeiro momento a ciência assume um papel progressista ao confrontar-se com a religião, os mitos e a magia, em seguida substitui-se à religião em sua pretensão totalitária a ser a única forma aceitável de conhecimento das sociedades civilizadas. A referência popperiana à livre concorrência das idéias não é, portanto, democrática. Em primeiro lugar, trata-se apenas de um livre intercâmbio de idéias científicas que, no entanto, não podem prescindir de seus a priori não-científicos – logo, transformadas em científicas "por um ato de fé"; em segundo lugar, as opiniões em confronto são as dos poucos cientistas que têm possibilidades financeiras e apoios políticos para sua expressão.
  - 12 Não é difícil perceber a possibilidade de aplicação desse raciocínio à atual conjuntura econômica e política inspirada no liberalismo de Hayek e Popper.
  - 13 Aliás, a noção de valores universais foi muito útil a Marx Weber na sua construção do que seria um conhecimento objetivo.
  - 14 Estamos longe de concluir, com Mannheim, que os intelectuais marginais seriam os detentores do conhecimento objetivo. Embora nos pareça claro que possuem um maior ângulo de visão.
  - 15 É outra não apenas no sentido de "interpretada" diferentemente. A realidade aparece ao pesquisador de acordo com as específicas intervenções do seu cérebro, de sua cultura, sua ideologia etc. (ver CHALMERS, 1999).
  - 16 É bem verdade que Popper tem consciência dessa impossibilidade. Seu critério de demarcação – reconhece – não deve ser entendido ao pé da letra e de forma rígida. Mas esta flexibilização torna nebulosa e inaplicável sua própria concepção de "demarcação". E, após esta ligeira autocrítica, seus escritos e conclusões transcorrem como se a autocrítica não tivesse havido.
  - 17 Não se deve entender a crítica de Feyerabend como apenas "humanista". Para esse autor existe uma série dissociação entre conhecimento e especialização/qualificação.
  - 18 POPPER, K. A sociedade aberta e seus inimigos., op.cit. cap. 24, p.184.
  - 19 Ibidem, p. 180.
  - 20 Pela falta de um vocabulário que explique algo que não seja nem a razão nem a emoção positivistas, fomos obrigados a insistir nessa distinção clássica.
  - 21 POPPER, K., op. cit. p. 180.
  - 22 MORIN, E. *Science avec Conscience*. Paris, Fayard, 1990, p.53.
  - 23 POPPER, K. A sociedade aberta e seus inimigos. op. cit., cap. 23, p. 177-178.
  - 24 Durante toda a sua vida, Popper destacou-se como um energético defensor da democracia contra o nazi-fascismo. Lamentavelmente, porém, identificou o Marxismo com aquelas doutrinas totalitárias. Logo, sua luta contra todas as ditaduras englobou a concepção de mundo mais libertária e igualitária que o pensamento humano jamais construiu. Ninguém escapa completamente dos paradigmas! Para fazer justiça ao grandioso trabalho de Popper, faz-se necessário, porém, ressaltar a relativa superioridade/genialidade de suas obras epistemológicas em relação àquelas em que se apresenta como militante do conservadorismo (o que indica uma relativa independência entre política e ciência).
  - 25 Os primeiros grifos são do autor.
  - 26 Vide as propostas dos movimentos ecologistas franceses.
  - 27 Algumas dessas citações foram retiradas de Löwy (1988).
  - 28 "O paradigma é inconsciente" (MORIN, 1990, p. 215)
  - 29 MARX, 1975, P41.
  - 30 KOSIK, 1976, P170.

# A reforma da Previdência seus “modelos externos” e efeitos sobre o serviço público e a universidade

O Estado alemão adotou o “sistema de seguro-doença mais completo existente no mundo”, prevendo um seguro, garantido pelo Estado, vigente a partir do primeiro dia da doença ou da invalidez temporária ou definitiva causada por acidente de trabalho

OSVALDO COGGIOLA



O senador Aloizio Mercadante mostra documento a outros senadores, no plenário da Casa, na sessão para votação dos destaques da reforma da Previdência

**T**odos os sistemas de Seguridade Social, inclusive quando adotados por iniciativa do Estado, devem ser considerados como uma conquista social da classe trabalhadora, no sentido histórico. O primeiro sistema desse tipo registrado na história ocidental, o alemão, reconhece como grande antecedente o programa adotado no *Deutsche Arbeiterkongress* de agosto-setembro de 1848, em plena efervescência revolucionária “quarante-huitard” na Europa. A *Arbeiterverbrüderung* então criada adotou um programa que previa, ao lado das reivindicações políticas revolucionárias, “a supressão dos impostos indiretos, o seguro-doença e o seguro-invalidez, a redução da jornada de trabalho”. Três décadas e meia depois, o Estado alemão adotou o “sistema de seguro-doença mais completo existente no mundo”, prevendo um seguro, garantido pelo Estado, vigente a partir do primeiro dia da doença ou da invalidez temporária ou definitiva causada por acidente de trabalho. O seguro foi logo depois estendido aos parentes (viúva ou filhos) dos trabalhadores: a patronal devia pagar um terço do “fundo” (ou “caixa”, a denominação da época) e administrá-lo, mas, em caso de conflito, uma comissão de arbitragem, paritária (dois representantes dos trabalhadores e dois dos patrões, com um representante do Estado) intervinha: o seguro foi estendido ao tratamento médico, ao período de maternidade e ao seguro desemprego (quando causado por acidente ou doença), sendo supervisionado por um ente estatal com representação independente dos trabalhadores: nada de semelhante existia então no mundo. Mas essas iniciativas foram “[...] um aspecto da luta contra a social-democracia subversiva (como parte), no espírito de Bismarck, de sua política social. (Ele) estava decidido a oferecer aos trabalhadores medidas que pensava, os levariam para a aceitação da ordem, melhorada pelo Estado”<sup>1</sup>. O Banco Mundial reconhece que “[...] em 1889 o chanceler alemão Otto von Bismarck aproveitou a oportunidade política que se lhe oferecia para apa-

ziguar os trabalhadores industriais e distanciá-los dos socialistas e criou o primeiro plano nacional participativo de seguridade econômica para a velhice, dando assim aos trabalhadores um interesse econômico no governo central”. Ou seja, o velho (então novo) princípio de fazer a revolução, antes que o povo a fizesse. Por esse motivo se diz que a previdência social nasceu “[...] como uma conquista dos operários alemães”<sup>2</sup>.

Na França, em 1867, já existiam 5.614 “sociedades de socorro mútuo”, uma associação operária em constante expansão, mas logo

[...] o tirano Napoleão III as submeteu a sua férula, escravizando-as, administrando seus fundos e nomeando seus presidentes, dando-lhes, enfim, um caráter oficial [...] essas caixas viraram uma espécie de ratoeira, onde entrava o dinheiro do povo que o governo transformava em papel do Estado, com a oferta de reembolsá-lo em metálico segundo a vontade dos contribuintes, mas sem poder fazê-lo na prática”<sup>3</sup>.

Em todos os países os chamados “benefícios sociais” foram arrancados pelo movimento operário ao longo de décadas de luta. Na Inglaterra, sob a influência de Charles Booth, dos Webb (Sidney e Beatrice, fundadores da Sociedade Fabiana) e do Partido Trabalhista, a Seguridade Social foi um dos principais elementos da vida inglesa. Em 1897, o *Workmen's Compensation Act* introduziu o seguro para acidentes de trabalho, ao qual se seguiu, na primeira década do século XX, uma série de leis ampliando a Seguridade Social às doenças, à invalidez, ao desemprego e à velhice<sup>4</sup>. Nos EUA como consequência da crise mundial de 1929 e da agitação operária nos anos seguintes, aprovou-se, em 1935, um vasto plano de Seguridade Social, que forneceu “[...] vários benefícios em seguros de vida, saúde e pensões para a maioria dos norte-americanos”, o que “restringiu o papel dos seguros privados”<sup>5</sup>.

No “Plano” de 1945, na França, estabelecia-se que a Seguridade Social deveria se estender a toda a população

O Tratado de Versalhes, em 1919, proclamou o seguro social obrigatório e a conveniência de sua adoção pelos Estados (ao mesmo tempo, na Rússia, a nascente República Soviética começava a criar um inédito sistema de cobertura social universal). Nos finais da II Guerra Mundial, a Previdência Social pública chegou ao ápice como instrumento fundamental dos Estados capitalistas para fazerem frente à onda revolucionária na Europa. No “Plano” de 1945, na França, se estabelecia que a Seguridade Social deveria se estender a toda a população, abrangendo também os não assalariados. Isto foi consagrado pelas leis de maio e setembro de 1946. A Sécu, criada em 1945, foi administrada inicialmente por conselhos compostos em 75% por representantes dos assalariados, eleitos a cada cinco anos, em verdadeiras eleições políticas: foi só em 1967, sob o governo autoritário-bonapartista De Gaulle, que se introduziu a gestão paritária (patrões, assalariados, Estado), que era uma das principais reivindicações das câmaras patronais<sup>6</sup>. Comentando os planos aprovados em meados da década de 1940, o professor da Universidade de Zurique Jean Halperin assinalou: “Não parece exagerado afirmar que a condição para a subsistência do capitalismo é a Seguridade Social”. Na Argentina Perón, na década de 40, concedeu alguns destes benefícios como uma concessão preventiva com o fim último de arregimentar o movimento operário. A partir da sua incorporação oficial ao sistema salarial, a Previdência Social não se caracteriza como um “custo extra-salarial” (como o chamado “custo Brasil” e outros), mas como um pagamento diferido do trabalhador ativo: abolir ou reduzir a Previdência Social pública, portanto, significa uma redução (confisco) do salário equivalente ao montante abolido<sup>7</sup>. Certamente, isso pode ser feito de modo legal, mas isso seria, no caso, se-

Descontos a título de previdência sobre os vencimentos dos servidores públicos remontam ao ano de 1835, quando o Regente Feijó os instituiu através de um decreto de 10 de janeiro de 1835

cundário. Ou, como foi afirmado na Comissão especial destinada à análise da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2003, pelo Deputado Pauderney Avelino, “[...] ao partido do primeiro signatário do presente substitutivo cumpre, no exercício de fiscal das atividades do atual governo, esclarecer aos nossos atuais dirigentes políticos que o comportamento até agora por eles apresentado não condiz com a existência de uma representação parlamentar democraticamente eleita em nosso país”.

A Seguridade Social foi, desde o início de sua legalização, um conjunto de normas e procedimentos que têm por objetivo a proteção das pessoas contra a exploração, a doença, o abandono e a impossibilidade do trabalho, enfim, as dificuldades que cada um corre o risco de sofrer ao longo da vida. Saúde, Assistência Social e Previdência são, hoje, as principais componentes da Seguridade Social. No Brasil a Seguridade Social teve início no século XIX. Na década de 1830, surgiram as primeiras sociedades benéficas, privadas e discriminatórias profissionalmente (apenas determinados profissionais tinham acesso a seus benefícios). As primeiras iniciativas públicas de constituição de sistemas previdenciários datam do final do século passado, ainda discriminatórias profissionalmente, mas menos limitadas nos benefícios que propiciavam. Descontos a título de previdência sobre os vencimentos dos servidores públicos remontam ao ano de 1835, quando o Regente Feijó, na menoridade de D. Pedro II, os instituiu através de um decreto de 10 de janeiro de 1835. A partir de 1938, foi batizado de Ipase.

Em 1888, foi constituída por lei uma caixa de socorro para empregados de estradas de ferro, que provia pequenos auxílios em períodos de doença e auxílio funeral. No ano seguinte, em 1889, foi criado um fundo de pensões para os trabalhadores das oficinas da imprensa nacional. Aos trancos e barrancos o sistema previdenciário brasileiro foi se ampliando e se aperfeiçoando. Nas primeiras décadas do século XX, foram aprovadas leis determinando contribuições para caixas de aposentadorias e pensões e ampliando tanto o número de pessoas beneficiadas como o de benefícios concedidos. A Previdência pública passou a existir com a “Lei Eloi Chaves”, de janeiro de 1923. A Constituição de 1946, influenciada pela democracia dos países anglo-saxões e dos países vitoriosos na Segunda Guerra Mundial, pela tendência social-democrata e por doutrinas da Igreja Católica no terreno social e na proteção da família, regulamentou uma série de benefícios e indicou suas principais fontes de financiamento. Em 1960, foi promulgada a Lei Orgânica da Previdência Social (3.807) consolidando a legislação e normas existentes: com o Decreto-Lei nº 72, de 1966, foi centralizada a organização previdenciária, surgindo o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS. A Lei 5.316, de setembro de 1967, estabeleceu o monopólio estatal do seguro social, integrando os acidentes de trabalho no sistema previdenciário, mas, uma década depois, a Lei 6.435, de julho de 1977, instituiu normas sobre entidades de previdência privada<sup>8</sup>.

Em resumo, segundo o professor de Direito do Trabalho da Universidade de Salamanca, M. Carlos Palomeque,

[...] a burguesia mais consciente tinha conseguido entender que a alternativa apresentada na luta social não era senão reforma ou revolução, e que o mais conveniente para a ordem burguesa era afastar as classes trabalhadoras das disposições revolucionárias, através de uma política de concessões e reformas [...] A opção reformista é uma medida defensiva de classe

diante da fundada ameaça revolucionária que protagonizam as organizações operárias<sup>9</sup>.

Em finais do século XIX, Gumersindo Azcárate, catedrático espanhol de Direito, também o compreendera: “As leis chamadas operárias ou sociais são expressão da aspiração ou desejo de resolver a antítese existente entre o Direito privado e o público, de empreender o lento caminho das reformas para evitar o violento das revoluções”<sup>10</sup>. Mas a resolução da contradição público-privado foi apenas formal no Direito corrente, por isso a contradição subsistiu, na forma da acusação de «socialismo» (ou «comunismo») feita pelo liberalismo burguês contra a legislação social:

*A Segurança social, quando instituída, provoca escândalo; a alguns, afigura-se uma ameaça para a família, considerada como sede normal de uma solidariedade afetiva, cujos elos a Segurança social afrouxaria, tornando-a menos necessária; para outros (que podem ser os mesmos), enfraqueceria a iniciativa e a responsabilidade individuais. No primeiro caso, como se vê, pretende-se preservar determinado tipo de relações humanas; no segundo, a reação, embora menos clara, talvez seja da mesma natureza; o que choca implicitamente é que, ao consagrar a necessidade, reconhecendo que ela confere direitos, a Segurança social contesta a ideologia clássica do mérito e do ganho, a visão liberal do salário que só recompensaria o esforço produtivo; no fundo, não traduzirão esses protestos um “modelo” de relações sociais herdado do século XIX? Uma visão do Trabalho adotada pela Propriedade?*<sup>11</sup>

Hoje, devemos responder se estamos diante da falência da Previdência Social ou da bancarrota do Capitalismo. Em todo o mundo os chamados regimes de previdência social estão em crise, segundo o diagnóstico de todos os organismos financeiros internacionais e

A Previdência Social deveria abranger um conjunto de necessidades que se colocam quando o trabalhador é expulso do mercado de trabalho

governos. A classe exploradora mundial lançou um grito de guerra para modificar e/ou privatizar os sistemas em vigência. O Banco Mundial impulsiona a reformulação rumo ao corte dos chamados benefícios sociais e à privatização da previdência social com o diagnóstico de que “[...] os sistemas atuais que provêm seguridade financeira aos anciãos marcham diretamente para o colapso”<sup>12</sup>. Esse «colapso» seria uma consequência contraditória do melhoramento social promovido pelo Capitalismo, pois «a proporção da população de idade avançada aumenta rapidamente» e os fundos não são suficientes para cobrir as necessidades ou as coberturas oferecidas até o presente. Ora, segundo Amancio López (em *Asalto al futuro: democracia y seguridad social*) [...] o objetivo primeiro da Previdência Social é fazer chegar a parcela da Renda Nacional que por direito corresponde àqueles que por razões alheias à sua vontade não podem obtê-la do mercado». A Previdência Social deveria abranger um conjunto de necessidades que se colocam quando o trabalhador é expulso do mercado de trabalho. Esta compreende a cobertura da velhice (aposentadoria), a saúde, a desocupação (auxílio-desemprego), etc., os quais fazem parte do valor da força de trabalho e têm a ver com a existência e a reprodução do trabalhador. Mas, assim como a tendência do capital a aumentar a mais-valia absoluta e relativa impõe a burguesia a reduzir os salários, também explica seu brutal ataque à aposentadoria, à saúde, ao auxílio-desemprego, etc. Em todos os casos estes sistemas debutaram como um imposto sobre a classe capitalista na forma de uma contribuição sobre os salários, como contribuições mistas (patrões e operários) ou a cargo do Tesouro. Em

contrapartida, o trabalhador teria direito à cobertura médica e ao pagamento de pensões, definidos como uma percentagem dos salários dos últimos anos tanto em caso de desemprego como durante a velhice. Estes sistemas eram insuficientes, baixos e incompletos em relação aos salários e ao nível de vida dos trabalhadores: perpetuavam na velhice os parcós ingressos da classe operária, em muitos casos não cobriam o desemprego, e ficavam de fora milhões de pessoas sem trabalho, milhões de trabalhadores rurais, donas de casa, etc. Não obstante, toda esta limitada Seguridade Social caiu sob o peso da crise capitalista. Em todo o mundo os sistemas estão em crise sem financiamento e cobrem e pagam cada vez menos. Para o Banco Mundial a crise da Seguridade Social explica-se porque há um aumento da população de idade avançada: «Devido à rápida transição demográfica causada pelo aumento da esperança de vida e a diminuição da fecundidade, a proporção de idosos na população está aumentando aceleradamente». Conseqüentemente, por razões demográficas as contribuições sobre os salários dos trabalhadores ativos não poderiam financiar os saldos e as presenças dos passivos, além do maior custo da saúde. Para manter o financiamento, segundo o Banco Mundial, requerer-se-ia aumentar as contribuições sobre os salários, o que «causa evasão», ao admitir que os governos incorrem em déficits, ou que «estimula a inflação» e «obstaculiza o crescimento». Em síntese, a atual Previdência Social seria um obstáculo para o desenvolvimento capitalista.

Mas o aumento da esperança de vida, que não é a mesma em todo o mundo e em todas as classes sociais, não explica a crise da Previdência Social. Por outro lado, o aumento da expectativa de vida é uma conquista da sociedade em decorrência de uma série de elementos envolvendo fatores diversos, desde a melhora das condições de vida até os avanços da Medicina e sua repartição ampla. É absurdo utilizar-se de um progresso histórico para brandir o terrorismo da falência dos sistemas de previdência. Em um regime social que

Entre 1950 e 1970, a economia capitalista mundial cresceu à média de 5% anuais, mas a partir de então não consegue superar os 2,5%

avança, o aumento da produção deve ser superior ao crescimento vegetativo da população e do próprio aumento da massa operária explorada. Por conseguinte, o aumento da riqueza social deveria financiar folgadamente os maiores gastos que surgem com o prolongamento da vida. Entre 1950 e 1970, a economia capitalista mundial cresceu à média de 5% anuais, mas a partir de então não consegue superar os 2,5%. Uma consequência disso foi a duplicação e até mesmo a triplicação da taxa de desemprego nos países desenvolvidos. Segundo a OIT, [...] a situação do emprego piorou em 1992-93 na maioria dos países do mundo, qualquer que fosse seu grau de desenvolvimento[...] O indicado pelos resultados de anos recentes no campo do emprego coincide com o estancamento geral do produto mundial<sup>13</sup>. No *Informe sobre o Desenvolvimento Mundial*, de 1995, o Banco Mundial afirmava que [...] no mundo há 120 milhões de desempregados e outros tantos milhões que perderam a esperança de encontrar trabalho... É possível que os pobres aumentem ainda mais em número à medida que a população ativa do mundo, que na atualidade compreende 2,5 bilhões de pessoas, ascenda a 3,7 bilhões no prazo de 30 anos». Por sua vez, a OCDE assinalava que [...] o principal causador do lento crescimento do emprego foi o lento crescimento da produção [...] e que, inclusive, se houver uma recuperação econômica, seria “sem emprego”, e que o pouco emprego que se gera “deveu-se ao trabalho de meio período”<sup>14</sup>. A OCDE acrescentava que [...] em 1993 os programas públicos relacionados ao mercado de trabalho mostraram uma grande atividade”. Para uma média de 22 países desenvolvidos, [...] o gasto público destinado a pro-

gramas ativos e passivos [...] representou ao redor de 1,7% do PIB, tanto em 1992 como em 1993 [...] Os gastos do ano passado representaram mais de 3% do PIB nos países europeus da OCDE, quase o mesmo no Canadá e na Oceania, mas bastante menos de 1% no Japão e nos EUA".

Mais importante é a conclusão da OCDE: "Na maioria dos países, entre dois terços e três quartos deste gasto se destinaram aos programas 'passivos' de manutenção dos ingressos, como o seguro-desemprego e a aposentadoria antecipada por razões relacionadas ao mercado de trabalho. Esse gasto geralmente continuou aumentando em 1993 junto com a tendência ao desemprego, salvo nos EUA, onde ambas as variáveis vêm diminuindo desde o ano fiscal de 1992-93". É evidente que os maiores "gastos" da Previdência Social têm a ver diretamente com o aumento do desemprego e o estancamento e inclusive quedas na produção, ou seja, é uma consequência da crise capitalista, e não, como diz o Banco Mundial, das melhorias sociais obtidas sob o capitalismo. Por sua vez, as receitas da Seguridade Social caíram como consequência das menores contribuições provocadas pela diminuição do número de operários que trabalham e pela queda dos salários. "Provavelmente estas elevadas taxas de desemprego continuarão exercendo uma

influência moderadora nos salários", dizia a OCDE. O outro fator de aumento dos gastos tem a ver com a saúde. O crescimento dos gastos em saúde nos EUA, desde o ano de 1970, foi de 11,6% ao ano. Os gastos em saúde deixaram de representar 6% do PIB em 1965, passando a 14% em 1993: "Os gastos cada vez maiores em saúde em todo o mundo traduziram-se em um melhoramento proporcional da qualidade da atenção médica recebida pelas pessoas? A resposta é um categórico não. Não apenas vivemos em uma crise de custos como também enfrentamos uma crise de qualidade". Em 1993, um informe do senador estadunidense David Pryor, oposto ao lobby da PMA, Pharmaceutical Manufacturers Association (Associação Internacional de Laboratórios), pontuou:

*Entre 1980 e 1992, de acordo com o serviço de estatísticas trabalhistas, os preços dos medicamentos subiram 128%, 6 vezes mais do que a inflação, que foi de 22%. Em 1992, os preços dos medicamentos subiram 6,4%, mais do que 4 vezes a inflação, que foi de 1,5%. A indústria farmacêutica nos diz que precisa de maiores preços para cobrir os custos de pesquisa e desenvolvimento. Os números nos mostram que os ingressos dos*

*laboratórios não se destinam à pesquisa e desenvolvimento. Mais de um terço do preço – cerca de 35% – cobre os gastos de marketing e publicidade e os lucros. Somente 16% vão para a Pesquisa e Desenvolvimento.*

Os lucros dos laboratórios não se dirigem à diminuição de custos mediante novas pesquisas, mas se voltam para o circuito financeiro. Os laboratórios são um dos principais atores em Wall Street e nos mercados especulativos. Um informe do *Financial Times* (de 6 de março de 1993) precisava que o aumento nos gastos da saúde se devia à pressão dos laboratórios e clínicas privadas para desmantelar a cobertura universal e os orçamentos fixos globais:

*A cobertura universal foi a chave para conter os custos, informou a OCDE. Ao estabelecer orçamentos globais, os governos podem dar o exemplo no controle dos gastos, restringindo as vantagens das clínicas, hospitalares e da indústria farmacêutica. Onde os custos da saúde são liderados pela demanda e ilimitados – como nos sistemas de seguros privados – não existe essa força para economizar e ser eficiente.*

## Passeata contra a reforma da Previdência, em Brasília

Fotos Apufsc



A proposta do Banco Mundial é generalizar a aposentadoria e a saúde privadas diretamente a cargo do trabalhador, eliminando por completo a contribuição patronal. Em relação ao seguro-desemprego, também propõe que esteja a cargo do trabalhador, através de um fundo que se formaria com uma porcentagem do salário durante sua etapa ativa. E na saúde, também propõe planos privados custeados pelos trabalhadores. Tudo isto de forma obrigatória, para assegurar um mercado cativo aos grandes monopólios e estabelecer o confisco de uma parte do salário de forma compulsória.

Como todos estes benefícios sociais não são outra coisa que um salário indireto (*diferido*) no tempo ou para cobrir contingências de saúde, a política na qual o trabalhador financia com seu salário corrente sua velhice, seu desemprego e sua saúde significa uma queda no salário maior ainda do que a que se vem registrando em todo o último período. Grande parte deste programa foi implantada no Chile sob Pinochet e foi aperfeiçoado com os governos "democráticos" da "Concertação" entre a Democracia Cristã e o PS. Tanto a aposentadoria como a saúde no Chile estão inteiramente a cargo do trabalhador, de quem se desconta quase a quinta parte do salário. A aposentadoria que receberá é uma incógnita, já que depen-

derá dos anos em que trabalhou e dos rendimentos financeiros dos Fundos. De qualquer maneira, com rendimentos elevados como os que o Chile teve entre 1981-94, a aposentadoria privada é, em média, de 150 dólares, a saúde é restrita e não cobre as doenças complexas. O propósito de todas estas "reformas" impulsionadas pelo Banco Mundial é claro: aumentar a taxa de lucro capitalista, baixar o salário e formar com a "poupança compulsória" dos trabalhadores, que equivale a 20/25% dos salários, uma imensa massa de fundos especulativos.

Na Argentina, a Seguridade Social "faliu": as suas causas foram a desocupação, a marginalização de camadas crescentes da população, a queda fenomenal dos salários de maneira ininterrupta, especialmente desde 1975 em diante, os aumentos dos preços dos medicamentos, e o encarecimento da saúde e a própria sabotagem capitalista através da sonegação. A este quadro se incorpora uma política deliberada de rebaixamento das aposentadorias, de eliminação do salário-família e de desmantelamento da cobertura da saúde. Antes de tudo, as caixas de aposentadorias, as obras sociais e os hospitais públicos foram esvaziados. De 1950 a 1957, as Caixas previdenciárias acumularam um superávit equivalente a 25% do PIB. A partir de então, o superávit

caiu substancialmente e, em 1962, apresentou déficit pela primeira vez. Nos anos posteriores e até finais da década de 70, as Caixas permaneceram relativamente equilibradas, apresentando superávits ou déficits de escassa magnitude alternadamente. A partir de 1978, o sistema começou a apresentar desequilíbrios de crescente significação. O que aconteceu com os excedentes? Eles foram colocados em bônus do Tesouro com um rendimento de 4% anual, enquanto a inflação oscilava entre 15 e 25% anuais. Por outro lado, o Tesouro fazia suas contribuições como empregador em bônus. Em 1970, mediante uma lei, dispôs-se a resgatar os bônus por um montante de 215 milhões de dólares, em dez quotas anuais, sem ajuste. Um excedente de 25% do PIB, equivalente a mais de 70 bilhões de dólares, foi "resgatado" em 215 milhões em dez quotas! Outro fator agravante foi a aplicação das chamadas "novas modalidades de contratos de trabalho", aprendizagem, fomento do emprego (o "primeiro emprego" platinado) etc. Por estes contratos os patronais não pagam as contribuições sociais (aposentadoria, salário-família, seguro-saúde, etc.), com o qual o sistema diretamente não recebia nem um centavo. Na saúde a "reforma" eliminou a cobertura universal que recebiam os trabalhadores através das "obras soci-



ais", pelo chamado PMO (Plano Médico Obrigatório), uma saúde básica equivalente a 15 pesos mensais por "beneficiário". O propósito foi que toda cobertura acima da mínima se realizasse contra o pagamento de contribuições adicionais do trabalhador, de modo a captar uma parte maior do salário do operário. Automaticamente, haveria uma saúde de primeira, de segunda, de terceira categorias, que dependeria do salário do trabalhador, do grupo familiar, de suas idades, etc. Simplesmente porque funcionaria como um seguro privado, onde os preços são estipulados em função dos riscos médicos, quantidade de filhos e... dos lucros. Tudo isto se complementa com a destruição do hospital público por meio da "autogestão", ou seja, da privatização da atenção médica e da eliminação, por esta via, do orçamento público com destino à saúde. A tendência é claramente rumo a uma maior degradação das condições de vida dos trabalhadores. A ofensiva da classe capitalista é uma consequência da crise do regime capitalista e não obedece a causas naturais, demográficas ou de melhoria social<sup>15</sup>.

No caso exemplar da Argentina a previdência privada já virou caso de polícia (coisa que também já está acontecendo no Brasil, com o processamento de ex-diretores da Previ): o estelionato descoberto na Siembra, a AFJP do Citibank. Das contribuições realizadas pelos trabalhadores, 35% foram "comidas" pelas comissões cobradas pelas AFJP; outros 35% (ou inclusive mais) foram "comidos" pela desvalorização e a "pesificação". O regime de previdência privada não apenas demonstrou ser um regime de confisco salarial em benefício do capital financeiro, mas também criou uma verdadeira "bomba-relógio" social: em janeiro ingressaram as contribuições de apenas 30% dos filiados, como consequência do desemprego e da evasão patronal. A perspectiva é uma aposentadoria miserável ("mínuscula", diz *La Nación*) para seus 8,8 milhões de filiados. Vários diretores da AFJP Siembra (do Citibank) e da sociedade bursátil Rabello foram deti-

dos por estelionato contra os fundos de previdência dos filiados a essa administradora. O estelionato não é a exceção, mas a norma, precisamente porque o regime de previdência privada não foi criado para assegurar uma aposentadoria aos contribuintes, mas para, como diziam os seus promotores, "fortalecer o mercado de capitais". Isto é, encher os bolsos dos sangues-sugas financeiros.

### A saída para a "crise" via fundos de pensão, privados ou públicos, abertos ou fechados, está, por sua vez, em avançado estado de falência no mundo todo

A saída para a "crise" via fundos de pensão, privados ou públicos, abertos ou fechados, está, por sua vez, em avançado estado de falência no mundo todo. Na Argentina, o governo Kirchner (0% de esquerda) propôs, como primeira medida de governo, a habilitação aos trabalhadores para passarem dos fundos de pensão privados para o sistema de repartição estatal. Na verdade, na disputa com os fundos de pensão, Lavagna (ministro da Fazenda de Kirchner) busca, com a passagem dos trabalhadores dos fundos privados para o sistema de repartição, ficar com os títulos da dívida que hoje estão nas mãos deles. Desta forma cancelaria a parcela da dívida que se encontra nas carteiras dos fundos e evitaria que estas se apresentassem na renegociação da dívida exigindo a redolarização da dívida que têm em seu poder. Mas o episódio não deixa de ilustrar a falência de um sistema no país em que ele foi levado adiante mais "fundo". O governo tenta salvar os fundos privados com o dinheiro público (ou seja, do contribuinte): "[...] todos os trabalhadores em atividade contribuiriam com uma administradora privada. Mas, na hora de receber o benefício, o trabalhador receberia uma parte da sua aposentadoria do Estado e

outra da AFJP ("Fondo Privado de Jubilación y Pensión", nome dos fundos de pensão na Argentina)<sup>16</sup>.

Na França a reforma da previdência liquida uma conquista histórica da classe operária francesa: alonga o período de contribuição, aumenta a idade para a aposentadoria e reduz os rendimentos. Como as patronais francesas estabeleceram a norma não escrita de demitir todos os trabalhadores que se aproximam dos cinqüenta anos, a consequência da "reforma" será a de que ninguém conseguirá reunir os requisitos para se aposentar (receberão um "subsídio para a velhice"). Esse subsídio é o que recebem hoje trabalhadores terceirizados e precarizados que chegam à velhice. Como em toda a Europa, também na França a reforma previdenciária é vital para o grande capital. Em primeiro lugar, porque permitirá elevar os subsídios recebidos pelas patronais; ao mesmo tempo, o governo de Chirac-Raffarin está empenhado em reduzir os aportes e contribuições patronais à Seguridade Social. Em segundo lugar, porque a reforma obrigará os trabalhadores a permanecerem por mais tempo no mercado de trabalho; a acentuação da concorrência entre os trabalhadores servirá para que as patronais baixem os salários e flexibilizem as condições de trabalho. A destruição da previdência social – que caminha de mãos dadas com a destruição do conjunto da legislação protetora do trabalho e do salário – é um passo no objetivo estratégico de estabelecer o chamado "contrato individual". Finalmente, a reforma da previdência procura abrir um novo campo para a especulação financeira, mediante o estabelecimento de aposentadorias privadas "complementares". Por trás da reforma previdenciária existe toda a intenção de saída capitalista para a crise de seu regime social. O governo pretende aumentar a contribuição dos servidores públicos para com a Previdência dos atuais 37,5 anos para 40 (como no setor privado): em 2020 todos – servidores públicos e trabalhadores do setor privado – terão de con-

tribuir por 42 anos antes de se aposentar, acabando com a aposentadoria aos 60 anos<sup>17</sup>. Nos Estados Unidos e na Europa a aposentadoria privada está a ponto de quebrar:

A classe média britânica, por exemplo, acredita que sua aposentadoria privada está mais protegida que a dos europeus do continente, que têm um sistema estatal de distribuição. Três anos de colapso dos mercados de valores e ações de pronto os despertou. Agora, essa confiança é uma mera ilusão. Os fundos de pensão privados não estão mais protegidos do que a aposentadoria prometida pelo Estado. E isso é assim tanto para os esquemas de contribuição definida como para os 'planos ouro' (gold standard)<sup>18</sup>.

Em outras palavras, o capitalismo britânico já não pode evitar que os trabalhadores e a classe média de seu país tenham um futuro miserável. No entanto, a perda da aposentadoria é apenas parte do problema porque, ademais, estão caminhando para a falência as empresas que tinham planos associados de aposentadoria. A posição financeira dos fundos de pensão britânicos deteriorou substancialmente desde meados dos anos 1990. A razão é simples: as contribuições dos trabalhadores foram investidas em ações, bônus e outros títulos que substancialmente perderam valor.

Os grupos que não podem honrar os planos de aposentadoria de seus trabalhadores são, além da siderúrgica alemã Thyssen Krupp, Arcelor, Michelin, Deustche Post, GKN Holdings, Linde, Pilkington, Portugal Telecom, Rolls Royce e TPG.

A cada ano alarga-se a brecha entre o que se deve pagar aos aposentados e pensionistas e o valor dos investimentos dos fundos de pensão. Esse gap foi estimado pela agência Morgan Stanley em 85 bilhões de libras esterlinas. Em alguns casos esse déficit é tão grande como o valor das próprias empresas: a Rolls-Royce tem um déficit previdenciário de 1,12 bilhões de libras esterlinas e o valor em ações da companhia é de 1,24 bilhões. Na Inglaterra quase 40% dos rendimentos da aposentadoria provêm de fundos privados, e 60%, da aposentadoria estatal. Como acontece também nos Estados Unidos, a aposentadoria privada pode proceder de planos de aposentadoria de empresas ou de administradoras especiais, chamadas de "benefícios definidos". Isto significa que, ao se aposentar, o trabalhador recebe uma aposentadoria definida (como porcentagem de seu salário) à margem dos rendimentos ou quedas das aplicações financeiras realizadas com as contribuições durante toda a sua vida economicamente ativa. Entre 1987 e 2001, segundo o *Financial Times*, havia 4.000 planos de aposentadoria deste tipo com enormes excedentes, porque os ativos financeiros estavam tão exagerados que superavam os compromissos previdenciários com os trabalhadores, motivo pelo qual as patronais reduziram suas próprias contribuições. Mas com o desmoronamento de bônus e ações, não apenas viraram fumaça os "enormes excedentes" dos fundos de pensão como também os ativos das grandes empresas. Assim, a classificadora de risco Standard and Poor's colocou "[...] sob vigilância com perspectiva negativa a classificação das dívidas de curto e longo prazo de 10 grupos europeus em relação às suas obrigações com as aposentadorias de seus assalariados"<sup>19</sup>. Os grupos que não podem honrar os planos de aposentadoria de seus trabalhadores são, além da siderúrgica alemã Thyssen Krupp, Arcelor, Michelin, Deustche Post, GKN Holdings, Linde, Pilkington, Portugal Telecom, Rolls Royce e TPG.

A siderúrgica Bethlehem Steel anunciou, em 8 de fevereiro, a suspensão de pagamentos de auxílio médico e do seguro de saúde aos seus 95.000 aposentados e seus familiares

Acontece o mesmo nos Estados Unidos. O Fundo de Garantia das Aposentadorias Definidas (PBCG) passou de um excedente de 7,7 bilhões de dólares em 2001 para um déficit recorde de 3,6 bilhões no último ano<sup>20</sup>. A situação é mais grave, no entanto, porque atinge tanto os grupos econômicos como os estados. Na berlinda estão, por exemplo, a Ford e a General Motors; e afeta não só a aposentadoria como também a saúde: a siderúrgica Bethlehem Steel anunciou, em 8 de fevereiro, a suspensão de pagamentos de auxílio médico e do seguro de saúde aos seus 95.000 aposentados e seus familiares, e isto logo depois de o Fundo de Garantia das Aposentadorias Definidas se encarregar do pagamento das aposentadorias por 4 bilhões de dólares que o grupo não era capaz de cumprir. A consequência é que agora os antigos empregados do grupo siderúrgico terão um aumento explosivo de seu convênio médico de 6 para 200 ou 300 dólares mensais.

Acrescente-se a crise financeira dos planos de aposentadoria dos estados, que passaram de um superávit de 112 bilhões de dólares, em 2001, para um déficit de 180 bilhões, no final de 2002<sup>21</sup>. Os mais comprometidos são Illinois, Ohio e Texas. Este déficit dos fundos de pensão representa cerca de 36% da arrecadação de impostos dos estados. Diante dessa bancarrota, o que se buscou é que a crise caisse sobre os trabalhadores. Agora, pretendem dar um passo mais importante. O que as burguesias européia e estadunidense pleiteiam é elevar a idade para a aposentadoria e, ademais, transformar esses planos de pensão definidos em indefinidos, isto é, que



a aposentadoria privada dos trabalhadores dependa do valor dos fundos no momento de se aposentar, de tal maneira que o trabalhador assume riscos financeiros. Assim funciona na Argentina a previdência privada. Por isso, apesar de que, entre 1994 e 2001, segundo o Ministério da Economia, os recursos transferidos para os fundos (pelos trabalhadores) capitalizados ao longo do período atingiram 37,376 bilhões de pesos ou dólares<sup>22</sup>, no início de 2002, com a desvalorização e a queda dos rendimentos, esses fundos valiam 8 bilhões de dólares. Assim, os trabalhadores arcam com o prejuízo, que se traduz em aposentadorias mais reduzidas.

Há risco de insolvência nos fundos de pensão dos Estados Unidos: segundo a consultora Merrill Lynch, até 346 fundos de empresas deste país (75% dos componentes do Standard & Poor's 500) correm o risco de não terem dinheiro suficiente para honrar seus compromissos com os participes por culpa da queda das ações das companhias nas quais

investiram. No total, poderiam faltar 640 bilhões de dólares aos fundos de pensão. Uma cifra que contrasta com os superávits de 2000 e 2001, situados em 215 e 500 bilhões de dólares, respectivamente. Entre as empresas afetadas figuram grandes grupos como General Motors, Ford, SBC, Boeing e IBM que, agora, poderiam se ver obrigadas a fazer contribuições diretas aos seus respectivos fundos de pensões. Algo que aconteceu na Europa com empresas como a KPN ou o BT Group. Ademais, as crises destes afetam a própria geração de renda das companhias. Até o momento, as respectivas filiais financeiras das empresas eram as encarregadas de gerir os fundos de pensão, e suas rendas passavam diretamente para os cálculos de resultados<sup>23</sup>. A falência da Enron, o quinto monopólio mundial de energia e o maior comercializador de gás e eletricidade dos Estados Unidos, evidenciou que manejava um fundo de previdência privada de seus trabalhadores de 2,1 bilhões de dólares, 60% investidos em ações da En-

ron, a própria empresa. Como a falência reduziu em 95% o valor patrimonial da Enron, os 2,1 bilhões de seus empregados agora valem 1 bilhão. Como os 40% restantes do fundo também devem ter sido investidos na Bolsa, a perda seria ainda maior. Em poucas palavras, os trabalhadores da Enron perderam o salário e a aposentadoria. E, ainda por cima, cerca de 120 das maiores companhias estadunidenses têm, pelo menos, um terço dos fundos de pensão de seus empregados em ações de suas próprias empresas: a General Electric tem 75%, e a Coca-Cola, 78%.

Os fundos de pensão baseavam-se também na valorização das ações de companhias das "novas tecnologias": entre 1998 e 1999, o índice Nasdaq saltou de dos 1.000 para 4.800 pontos, ou seja, quase quintuplicou em dois anos, numa especulação que parecia não ter fim. Este crescimento sustentado de valores das ações da internet permitiu o financiamento quase gratuito de numerosas "dot.com". Em muitos casos, tratava-se de empresas simplesmente inviáveis que

eram criadas para aproveitar a "internet" e enriquecer seus criadores. Das 29 milhões de páginas criadas em 1999, apenas 20% se encontram em funcionamento; o restante só foi registrado. A imensa maioria dessas empresas jamais conseguiu obter um único centavo de lucro. A proliferação de empresas da internet aparece, então, como um reflexo do movimento da especulação financeira. A queda dos valores das "ações internet" confirmou esta caracterização e pôs a nu todos os elementos da crise capitalista. Para que se tenha uma idéia dos riscos da "capitalização" dos fundos, basta o panorama das falências ocorridas nos EUA nestes últimos anos: elas totalizam 500 bilhões de dólares: duas Argentinas e meia faliram nos Estados Unidos como produto da crise do capital, levando consigo os fundos de pensões lastreados em suas ações. Na Europa a situação não é melhor. A OCDE advertiu sobre o grave risco da queda nas Bolsas sobre os fundos privados de pensão, cuja viabilidade está ligada à evolução dos mercados de renda variável: "Existe o risco de que as pessoas que investiram nesses fundos recebam pouco ou nada depois de se aposentar" (grifo nosso)<sup>24</sup>. As perdas nas Bolsas de Valores nos últimos cinco anos foram calculadas em 10 trilhões de dólares (um valor superior ao PIB dos Estados Unidos), dos quais, segundo *Il Sole 24 Ore*, 1,4 trilhão foram perdidos pelos fundos de pensões. Para evitar a concentração dos fundos em investimentos das próprias empresas, está em aplicação na Espanha uma "externalização" dos compromissos pelas pensões: retirá-los do balanço das empresas, de modo que passem a ser administrados por companhias de seguros ou fundos de pensão<sup>25</sup>. Com isso, dispersar-se-ia o risco de investimento. Mas o problema é que o capitalismo atravessa uma crise generalizada, e os chamados "investimentos financeiros" estão todos naufragando. Afirma *El País* que, após o conhecimento de que os planos de renda fixa mista que colocam na Bolsa entre 15 e 30% de seu patrimônio perderam 5,67% de seu valor, os de renda variável mista e renda variável pura colheram quedas de 14,9% e 29%, respectivamente. Na Argentina, depois de obter suculentas comissões, os fundos (AFJP) fizeram com que

os trabalhadores perdessem 10% de seus recursos, o que equivale a aproximadamente 2 bilhões de pesos. E, ainda assim, os fundos estão falidos, já que 90% deles estão em títulos da dívida que são inservíveis, impagáveis, e que se desvalorizam no mesmo ritmo da crise argentina.

Na verdade, tudo nos fundos depende do momento da aposentadoria. Em período de alta das bolsas, o cálculo de renda ou capital será alto. Mas, em período de queda, será baixo também:

*Todos os planos privados atualmente oferecidos têm três coisas em comum: eles reduzem os níveis de benefícios; eles tiram dinheiro do fundo de previdência para esses benefícios; e usam esse dinheiro para animar o mercado de ações. Sem garantia de retorno. Se as ações estiverem em alta no momento da sua aposentadoria ou quando você cair de um andaríme, você pode pelo menos esperar receber um pouco mais do que é seu de direito. Isso porque os mercados de ações rendem mais do que os títulos do governo (nos quais os fundos de previdência investem o seu excedente). Também oferecem mais riscos. Se houver um crash da bolsa na data da sua aposentadoria e as perdas não forem recuperadas até o dia da sua morte, você estará em sérias dificuldades. Já a previdência pública tem o objetivo de fazer da aposentadoria uma questão de solidariedade e direito, não sorte<sup>26</sup>.*

O economista Christian Weller calculou que, com base de contribuição com a mesma soma durante 40 anos, um aposentado em 1966 receberia duas vezes seus depósitos. Dez anos mais tarde, outro trabalhador aposentado, nas mesmas condições, não receberia mais que 40%<sup>27</sup>. E a situação das bolsas piorou muito de 1976 para cá... Além disso, "[...] os sistemas privados custam caro ao Estado. Em 2002, as isenções de encargos fiscais e contribuições de que se beneficiaram os fundos de pensão representaram, sozi-

A central sindical austríaca denuncia que as "reformas" reduziram em até 20% os rendimentos da aposentadoria; a CGT francesa, por sua vez, antecipa que, como consequência das "reformas" do governo Chirac, as aposentadorias estatais cairão em 30%

nhas, a metade (!) do déficit da Previdência Social [da França] (4,5 bilhões de euros)"<sup>28</sup>. Na Europa os trabalhadores enfrentam planos de "reforma da previdência" que tanto na Áustria como na França, na Itália ou na Alemanha, têm objetivos comuns: aumentar os períodos de contribuição, aumentar a idade de aposentadoria e alterar os métodos de cálculo dos rendimentos, para reduzi-los substancialmente. A central sindical austríaca denuncia que as "reformas" reduziram em até 20% os rendimentos da aposentadoria; a CGT francesa, por sua vez, antecipa que, como consequência das "reformas" do governo Chirac, as aposentadorias estatais cairão em 30%. O ataque aos regimes previdenciários procura "liberar" fundos orçamentários para o salvamento do grande capital europeu; pretende também abrir caminho para os regimes "complementares" (privados), no exato momento em que o fracasso destes regimes privados na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos evidencia seu caráter confiscatório. Pela primeira vez em meio século, a central sindical austríaca, a OGB (social-democrata), convocou uma greve geral nacional em repúdio à "reforma da previdência" impulsiona- da pelo governo direitista. Na Itália as centrais sindicais convocaram uma "cúpula" para coordenar as ações comuns contra a reforma da previdência de Berlusconi, incluída a greve geral. Na Alemanha os sindicatos repudiaram a "reforma" de Schroeder que, além de atacar as aposentadorias, atinge o salário-

desemprego e flexibiliza as condições para demissões. Para completar o panorama, digamos que no Chile pinochiano, "pioneiro" da reforma em pauta, os fundos foram à falência só dois anos depois de implantados: os fundos de pensão investiram sobretudo em títulos do Estado (78% em 1985), ou seja, os fundos de capitalização "dos trabalhadores" financiaram o déficit do Estado, déficit alimentado, justamente, pela retirada das contribuições dos fundos públicos e sua alocação nos fundos privados<sup>29</sup>.

O governo Lula no Brasil adotou a proposta do Banco Mundial, que prevê uma aposentadoria básica para os pobres, paga pelo governo (quem recebe mais teria de colocar seu dinheiro em um fundo complementar, que seria aplicado no mercado financeiro, para render a aposentadoria no futuro), o que explica suas similaridades com os regimes que os governos "social-democratas" da Grã-Bretanha e Alemanha, e até os direitistas franceses, pretendem aplicar:

*Como na maioria dos outros países da Europa, o regime de aposentadorias britânico está em crise. O aumento da expectativa de vida, a longevidade da geração nascida nos anos 50 ('baby-boom'), a vontade dos empregadores de descarregar sobre os assalariados uma parte dos riscos financeiros e sobretudo a menor rentabilidade dos fundos de pensão, em razão da queda da Bolsa, põem em perigo os ingressos dos futuros aposentados<sup>30</sup>.*

Diante dessa situação, a Associação Nacional de Fundos de Pensão (NAPF) propôs uma "reforma integral" com base em dois pontos: elevar para 70 a idade mínima para a aposentadoria (atualmente é de 65 anos) e que a aposentadoria estatal garanta uma "renda cidadã" de 100 libras ou 160 euros semanais, equivalente a 22% do salário médio, indexada sobre os salários e não sobre os preços. Sobre esta base, os trabalhadores britânicos que quiserem uma aposentadoria superior à "renda cidadã" contribuiriam com um fundo de pensão privado. Como a NAPF des-

considera a recusa dos trabalhadores a contribuir com esses fundos privados, propõe que haja incentivos fiscais para alentar a poupança para a aposentadoria, como deduções de impostos sobre estes aportes, o que não é outra coisa senão um subsídio estatal. Na Alemanha também está em marcha uma "reforma da previdência" também para aumentar a idade de aposentadoria de 65 para 67 anos. Na França a grande patronal busca uma reforma mais completa, porque abarcaria toda a Previdência Social – aposentadorias, acidentes e saúde. A proposta patronal é de que a Previdência Social deixe de cobrir doenças "leves" e que cada francês tenha um seguro complementar através de companhias de seguro, ou de cooperativas, para cobri-las.

Como se pode observar, há uma tendência geral do Capitalismo mundial em reduzir a "Seguridade Social" a um "benefício universal básico" ("renda cidadã", "renda mínima", etc.) e que qualquer benefício acima seja coberto diretamente pelo trabalhador, com contribuições obrigatórias ou voluntárias para companhias ou fundos privados. A proposta em favor da "renda cidadã" – um salário ou aposentadoria mínima para todos os cidadãos – inscreve-se dentro da tendência do capitalismo de destruir a Seguridade Social surgida nos anos 40 e 50. Num projeto brasileiro se afirma que "[...] a renda básica não torna os ricos mais ricos, pois os relativamente mais ricos contribuem mais para seu financiamento, com o pagamento de impostos, do que os relativamente mais pobres[...] A repartição igualitária de R\$ 100 bilhões já geraria importante efeito de diminuição da desigualdade"<sup>31</sup> (110 bilhões = 10% do PIB, dividido entre 150 milhões de pessoas = 660 dólares anuais, ou pouco mais de 50 dólares mensais). Deixando de lado que o esporte nacional "dos mais ricos brasileiros" é, justamente, evadir impostos, a sobrevivência da maioria passaria a depender de uma esmola oficial, não de um salário direto ou diferido (aposentadoria) por um trabalho exercido. A isso só falta acrescentar a "focalização", e até a universalidade da esmola ficaria esvaziada. O

O conteúdo da atual PEC 40/2003 (que modifica o atual regime) foi definido pelo escritório de consultoria Gushiken & Associados

valor da "renda", por outro lado, ficaria na dependência da vontade do Estado, ou ao sabor das peripécias do câmbio.

→ O principal responsável no governo Lula pela reforma do sistema previdenciário e ex-coordenador adjunto da equipe de transição do PT, Luiz Gushiken, é titular da empresa Gushiken & Associados, especializada no tema. A empresa serviu ao governo de Fernando Henrique Cardoso com um estudo grosso, que foi editado como um volumoso livro de 357 páginas, resultado de um contrato de prestação de serviços entre Gushiken e o Ministério da Previdência de Cardoso. O próprio ministro assina a apresentação da obra e celebra a qualidade técnica da equipe de Gushiken & Associados, mostrando que a questão da reforma da previdência "superava as barreiras partidárias e ideológicas"<sup>32</sup>. O conteúdo da atual PEC 40/2003 (que modifica o atual regime) foi definido pelo escritório de consultoria Gushiken & Associados. A inspiração da reforma é o Banco Mundial, que a batizou como a "previdência dos três patamares". Um primeiro patamar seria estatal, daria lugar a um benefício básico definido fixo ou com um piso e um teto, equivalente a uma cesta básica de indigência. Este "patamar" seria financiado com contribuições dos trabalhadores ou diretamente pelo Estado sobre a base dos impostos gerais. Um segundo patamar seria privado (fundos ou companhias de seguros) com contribuições obrigatórias dos trabalhadores acima do percentual de contribuição do primeiro patamar. O terceiro patamar também seria privado, com contribuições voluntárias dos trabalhadores. Com este esquema o que se quer é reduzir a aposentadoria estatal de modo a diminuir o gasto em aposentadorias e aumentar os pagamentos da dívida do Estado (no nosso caso,

lida dívida externa). Assim, o Estado "garantia", por exemplo, um "benefício universal", e qualquer excedente sobre essa soma proveria de contribuições a um fundo, o trabalhador assumindo o risco pelo investimento do fundo. A reforma da Previdência consta do relatório *Averting the old age: policies to protect the old and promote growth*. Produzido pelo Banco Mundial, em 1994, o documento apresenta os três "pilares": o obrigatório, com um sistema público de assistência, financiado por impostos, e encarregado de pagar uma quantia mínima pela velhice; o segundo, também obrigatório, gerenciado pelo setor privado e plenamente capitalizado para fins de poupança; o terceiro setor facultativo e indica a poupança individual como uma alternativa complementar aos pilares obrigatórios. Basicamente o Banco Mundial tem recomendado "[...] um sistema que é parcialmente de contribuições definidas, capitalizado e gerenciado pelo setor privado". O segundo pilar, diz o Banco Mundial,

[...] é o mais inovador e controverso dos três: "Ele estabelece um vínculo atuarial entre os benefícios e as contribuições, como em um plano de contribuição definida (CD), é plenamente capitalizado e gerenciado em moldes competitivos pelo setor privado (em um plano CD a distribuição, em vez dos benefícios, é definida, e o benefício previdenciário futuro depende das contribuições acumuladas mais os retornos sobre o investimento. Em um sistema plenamente capitalizado, os ativos sempre são suficientes para cobrir os passivos futuros). Basicamente, as pessoas precisam poupar sua aposentadoria, e esse pilar trata de suas poupanças.

Ou seja, a principal característica da CD é que todo o risco das aplicações passa a ser do trabalhador que se associa ao fundo de pensão. O benefício não está assegurado, depende do mercado. Deveria ser obrigatório para evitar que pessoas "imprevidentes" não poupem voluntariamente "o suficiente

para a sua aposentadoria" e, portanto, "[...] poderão se tornar um ônus para a sociedade como um todo quando envelhecerem [...]. Novamente o objetivo é não deixar dúvidas de que a aposentadoria e as pensões deixam de ser um compromisso coletivo da sociedade e passam a ser ações individuais. A utilização da contribuição definida é uma forma de transferir para o trabalhador toda a responsabilidade e o risco por sua aposentadoria e pela segurança e sua família. O aumento da idade para a aposentadoria é a chave: o que se quer é que o trabalhador contribua por uma maior quantidade de anos e receba durante menos anos o benefício. A palavra de ordem do BCE (Banca Central da Europa) é: "A Europa envelhece, reformas já!"<sup>33</sup>.

No Brasil a atual reforma tem como antecedente imediato o documento firmado entre o governo FHC, os quatro candidatos principais (incluído Lula) e o FMI, em 2002. Tal documento registrou o compromisso de aprovar o PL-9/99 e subordinou a reforma da Previdência à "[...] criação e ampliação de superávit nas contas do Estado com vistas ao pagamento das dívidas interna e externa". Na plataforma eleitoral e durante a campanha presidencial o PT explicou sua "reforma": "Essa profunda reformulação deve ter como objetivo a criação de um sistema previdenciário básico universal, público, compulsório para todos os trabalhadores brasileiros, do setor público e privado", diz o ponto 46 da Plataforma do PT. E continua: "Como complemento ao sistema público universal, para os trabalhadores tanto do setor público como do privado que aspirem a aposentadorias superiores às oferecidas pelo teto do orçamento público, haverá um sistema de planos complementares, com ou sem fins lucrativos, de caráter facultativo, e sustentado por empregados e empregadores". Esta reforma que o governo do PT impulsiona, Fernando Henrique Cardoso começava a colocá-la em prática, seguindo as recomendações do Banco Mundial. Consiste em estabelecer um sistema estatal básico obrigatório que pague aposentadorias básicas, eliminando definitivamente os ren-

dimentos como proporcionalidade do salário. Com isso a burguesia obteria várias coisas: pagar aposentadorias mais baixas, reduzir consequentemente a contribuição patronal e "obrigar" na prática os trabalhadores que aspiram a uma aposentadoria compatível com seus salários a contribuir "voluntariamente" a uma aposentadoria privada. Ao pagar menos em aposentadorias, aumentaria o superávit fiscal que o FMI exige para pagar a dívida. Que o objetivo é baixar as contribuições patronais, a Plataforma o dizia claramente: "O peso da contribuição dos empregadores (20% sobre os salários) é um elemento de redução da competitividade dos produtos brasileiros (porque poucos países adotam alíquotas tão altas) e, ao mesmo tempo, é um incentivo à falta de registro formal do trabalhador ou ao seu registro com salários inferiores". Esta proposta vem do Banco Mundial: "A redução das diferenças entre o RJU e o RGPS será um grande passo para uma maior equidade e uma melhor distribuição do sistema brasileiro de previdência social. As administradoras públicas estão impulsionando reformas encaminhadas a conseguir harmonizar os benefícios de ambos regimes", diz o Banco Mundial em informes confidenciais facilitados ao governo entre 1999 e 2000<sup>34</sup>. De qualquer maneira, se isto não avançar, o Banco Mundial propõe que

[...] a administração pública deverá executar as tarefas difíceis antes de se criarem os planos de aposentadorias. A primeira é retirar da Constituição a fórmula de cálculo dos benefícios do RJU, reduzir a taxa de substituição (o cálculo do benefício) e aumentar o período de referência (tempo de contribuição). A segunda consiste em remediar as fraquezas do sistema de regulamentação e supervisão. Caso os trabalhadores incorporados ao RGPS não respondam aos incentivos da nova fórmula de cálculo dos benefícios, o governo terá que estabelecer também uma idade mínima de

A reforma da Previdência ora em pauta é ditada pelas necessidades do grande capital em crise, inspirada pelo Banco Mundial, e situada na contramão da história

*início dos pagamentos da previdência social (aumento do tempo de serviço).*

A *Gazeta Mercantil* comparou os gastos previdenciários de diversos países como percentagem do PIB, chegando à conclusão de que o gasto brasileiro é maior (4,7% do PIB, contra 3% da França, por exemplo), mas... sem comparar os PIBs respectivos (e relacioná-los com o número de beneficiários da previdência social)! Para concluir que

*[...] a gritaria dos servidores públicos contra a reforma da previdência já era esperada. Pode piorar, mas isso em nada deveria sensibilizar as pessoas que neste país são responsáveis por zelar pelo bem-estar da sociedade e pela decência do Estado<sup>35</sup>.*

Nós concluímos, ao contrário, que a reforma da Previdência ora em pauta é ditada pelas necessidades do grande capital em crise, inspirada pelo Banco Mundial, e situada na contramão da história, pois adota um modelo que está demonstrando ou já demonstrou sua inviabilidade na maior parte do mundo, inclusive nos países tomados como modelo pelos "reformadores".

Existem diversos sistemas previdenciários: a) de capitalização: neste caso a contribuição recolhida mensalmente pelos trabalhadores é depositada em um fundo, remunerado, acumulando-se até o momento da aposentadoria. Neste momento, então, o trabalhador passa a retirar mensalmente uma certa quantia de dinheiro. O saldo não retirado continua sendo remunerado. Este é o sis-

tema em funcionamento nos EUA. Este sistema implica a concepção de que a aposentadoria é "comprada" pelo trabalhador enquanto está na ativa e de que cada um deve financiar de alguma forma a sua própria aposentadoria. Além disso, este sistema gera um grande fundo de recursos financeiros; b) de solidariedade profissional: neste sistema os trabalhadores na ativa recolhem mensalmente uma certa quantia de seus salários que é usada para custear as aposentadorias dos inativos. Neste caso o trabalhador será, quando aposentado, custeado pelos novos trabalhadores. Este é, tipicamente, o modelo francês; c) de solidariedade social: as aposentadorias são custeadas por outras fontes de recursos públicos, recolhidos sob a forma de impostos ou outras contribuições. Neste caso o trabalhador será, quando aposentado, custeado pelo conjunto dos contribuintes.

O que está havendo, no Brasil, é a imposição de um novo modelo de Previdência, baseado em um mecanismo de capitalização, que se choca com o interesse da sociedade, dos trabalhadores atuais, dos futuros trabalhadores e dos atuais aposentados. A Previdência brasileira tem problemas, e graves: aposentadorias e pensões baixíssimas, a sonegação de contribuições e a exclusão social que promove. O que está em pauta, no entanto, é a destruição de um sistema previdenciário solidário e a sua substituição por um sistema de capitalização: não cabe discutir um ou outro detalhe da Reforma e, sim, rejeitá-la integralmente. A Constituição de 1988 prevê um sistema de Seguridade Social para cujo financiamento estão previstas contribuições dos trabalhadores, dos empregadores (baseadas nos lucros, no faturamento e na folha de pagamentos), dos orçamentos públicos da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e dos concursos lotéricos. Essa amplitude de possibilidades de financiamento dá uma grande margem de ação para que, sempre que necessário, possam se fazer os ajustes adequados para melhorá-lo, sem que seja necessário reduzir benefícios.

Entretanto, no lugar de implementar os direitos previstos pela carta e de viabilizar seu financiamento, articulou-se um processo de desmonte da Constituição. Esse desmonte se intensificou com o governo Collor, quando se passou a acusar os direitos sociais contidos na Constituição como culpados por todas as dificuldades econômicas sofridas pelo País. Essa campanha se prolongou e se ampliou nos anos seguintes. Depois do desmonte do SUS e da falência do sistema educacional público, atacou-se a Previdência. Lembre-se que a previdência complementar já existe há muito tempo no Brasil: é o sistema que completa as aposentadorias recebidas por trabalhadores tanto da iniciativa privada quanto do serviço público, desde que eles tenham contribuído para essa modalidade de previdência. No caso das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), os chamados fundos de pensão, a adesão só ocorre para aqueles que têm vínculo empregatício com a empresa que patrocina o fundo. Em dezembro de 2001, o Sistema de Previdência Complementar Fechada atingia 2,26 milhões de pessoas. Destes, 1,73 milhão eram participantes ativos, contribuindo regularmente para as EFPCs, e 535 mil já recebiam benefícios (aposentadorias e pensões).

Na previdência privada as contribuições típicas estão entre 16% e 20% dos salários, o tempo de contribuição pode ser superior a 30 anos, e as aposentadorias pagas pelos fundos privados não são integrais. Vê-se que quem administrar a contribuição do trabalhador em um sistema de capitalização terá disponível uma quantidade grande e praticamente inesgotável de dinheiro. A proposta governamental limita o sistema de Previdência solidário a um valor baixo, empurrando um grande contingente de pessoas para o sistema de capitalização. O setor público, na Europa e nos EUA, absorve uma quantidade de recursos nunca menor do que cerca de 45% do PIB e, em alguns países, esse percentual é superior a 50%. No Brasil o setor público, incluídos a União, os Estados e os Municípios, absorve 20% a 25% do PIB. Essa limita-



Manifestação contra a reforma da Previdência, em Brasília. Luciana Genro, Babá, deputados do PT e a senadora Heloisa Helena (AL).

ção de recursos públicos impõe sérias restrições ao desenvolvimento da educação, da saúde, de projetos habitacionais, da Justiça, da segurança, de todos os setores de interesse social. No caso específico da Previdência, a arredação tem ficado entre 4,0% e 4,5% do PIB, valor muito baixo. A sonegação das contribuições sociais e fiscais, e a amplitude que assume o trabalho informal em nosso país são as principais raízes da falta de recursos previdenciários: a sonegação compromete cerca de 20% das contribuições previdenciárias devidas. Sob a suave denominação de "trabalho informal" se esconde uma realidade trágica, um crescimento estuprador da exploração sem limites (sem nenhuma contribuição previdenciária e impostos patronais de qualquer natureza), com jornadas de trabalho situadas entre 70 e 80 horas semanais, "trabalho" que já é responsável por 60% dos postos criados no Brasil (só em São Paulo, foi responsável por 77% dos postos criados em 2003)<sup>36</sup>. E, sempre que houve superávits previdenciários, o governo os absorveu e jamais devolveu (por exemplo, a construção de Brasília absorveu cerca de 20 bilhões de dólares de recursos previdenciários). No caso do Brasil, o argumento europeu do "envelhecimento" não cabe, pois, segundo o ex-secretário de Previdência Social do MPAS, Vinícius Carvalho Pinheiro, atualmente na Divisão de Mercado Financeiro da OCDE, somente em 2021 o Brasil terá a mesma proporção de idosos que em 2000 teve a Argentina (13,8%). Em 2027, estariamos equivalentes aos EUA atuais (16,1%). Em 2038, atingiríamos o percentual da França (20,5%) e, somente em 2045, estariamos com o mesmo perfil de idosos que a Alemanha e Japão têm atualmente, que é de 23,2%.

Há cada vez mais conivência por parte do governo para com o mercado ilegal de trabalho e para com a sonegação do direito ao trabalho regular e legalizado

Em 1990, se disse que o pagamento de 147% de reajuste aos aposentados faria a Previdência falir: a Previdência pagou os 147% e não quebrou. No final de 1994, o saldo de caixa da Previdência, era de 1,8 bilhão de reais, segundo declarações do ex-ministro Sérgio Cutolo, tendo crescido no primeiro trimestre de 1995 quando, no Brasil, havia cerca de 62 milhões de trabalhadores para oito milhões de aposentados, 8 para 1, uma proporção extremamente confortável (na França há cerca de três trabalhadores para cada aposentado, nos EUA, a proporção é de cerca de quatro trabalhadores para cada aposentado). O número de beneficiários cresceu, no passado recente, inclusive como consequência da inclusão no sistema previdenciário de importantes setores após a Constituição de 1988, a uma taxa próxima dos 5% ou 6% ao ano, entre 1987 e 1994. Esse crescimento, depois, tendeu a acompanhar apenas a taxa de crescimento vegetativo da população. E quanto à taxa de crescimento dos contribuintes, por que ela cresce tão vagarosamente, só 2,7% ao ano, se a população economicamente ativa cresce cerca de 4% ao ano? Porque há cada vez mais conivência por parte do governo para com o mercado ilegal de trabalho e para com a sonegação do direito ao trabalho regular e legalizado. De fato, a sonegação em geral, a sonegação de contribuições previdenciárias em particular e a grande quantidade de pessoas trabalhando sem carteira são graves problemas nacionais, tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista social.

Os sucessivos governos têm insistido que o grande problema da Previdência é o fechamento das contas. Mas a Previdência tem que fechar suas contas? Ou seja, a quantidade de recursos que entra como contribuições de empregados e empregadores para a Previdência deve ser igual à quantidade de recursos que sai, com aposentadorias, pensões e outros benefícios? A resposta é não. Primeiro, porque a Constituição prevê que o sistema de Seguridade Social, do qual a Previdência é parte, deve ser financiado por contribuições sobre as folhas de pagamentos, sobre

o lucro e o faturamento das empresas; por contribuições governamentais diretas (resultantes da arrecadação de impostos), além de contribuições dos trabalhadores. Portanto, não é a Previdência isoladamente que deve fechar as contas, mas o sistema público como um todo. Não há qualquer obrigação constitucional ou legal de que a Previdência, isoladamente, deva "fechar" suas contas. Como regra, sistemas previdenciários solidários não fecham suas contas em quase todos os países. Há sempre contribuições vindas de recursos públicos arrecadados de outras formas que não a contribuição chamada de previdenciária. Em estudo feito há quase uma década pela Adusp, demonstrou-se que, no caso de um trabalhador que recolhesse mensalmente 15% de sua renda a um fundo de capitalização, durante 30 anos, com uma remuneração sobre a contribuição recolhida de 7% ao ano, próxima ao crescimento típico do PIB, após 30 anos de contribuição teria acumulado 211 salários. No caso de uma remuneração de 10% ao ano haveria, após 30 anos, um acúmulo de 406 salários. Caso o trabalhador vivesse durante 15 anos após a aposentadoria, com salário integral, haveria ainda uma sobra de 208 salários no caso de uma remuneração de 7% ao ano, ou de 1.292 salários no caso de uma remuneração de 10% ao ano<sup>37</sup>.

Ainda assim, a Emenda Constitucional nº 20/98, que FHC fez aprovar no Congresso Nacional, inscreveu na Constituição Federal elementos que ajudam a viabilizar a transferência dos sistemas de previdência para o setor privado. Entre eles estão o "caráter contributivo" e o "equilíbrio financeiro e atuarial", que passaram a ser exigidos tanto para o regime geral quanto para os regimes próprios dos servidores públicos. Estes critérios não foram adotados com o objetivo confessado de privatizar os sistemas de previdência, mas sim de munirlos de uma racionalidade econômico-financeira que os tornasse "auto-sustentáveis", ou seja, que desobrigue o Estado de mantê-los por meio de recursos oriundos de outras fontes, perdendo a previdência o seu caráter de proteção social para transformar-se

numa atividade puramente financeira.

O governo Lula, com a PEC 40, supera a "obra" precedente. A PEC-40 altera os artigos 37, 40, 42, 48, 96, 142 e 149 da Constituição Federal aprovada em 1988, bem como o Artigo 8 da Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998, que foi a "Reforma" da Previdência incorporada por FHC à Constituição Federal. Há também 12 artigos de disposições transitórias. A PEC 40 afirma, no seu artigo 40º § 14: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, por iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para seus servidores, na forma da lei, observado o disposto no Artigo 202º". Como foi observado, o artigo privatiza parte da previdência dos servidores. Esta é a modificação mais estrutural trazida pela PEC-40, pois transforma uma parte da previdência social (que só pode ser pública, pois é de todos) em previdência complementar (que só pode ser privada, pois é apenas de alguns), a ser implantada pela transferência, dos RPPS para os fundos de pensão, dos direitos (recebimento futuro de benefícios) e deveres (pagamento atual de contribuições) relativos à parcela das remunerações dos servidores públicos que fica acima do teto do RGPS. Junto com a revogação do § 15 (cuja nova redação nada tem a ver com a anterior, que exigia lei complementar para vigorar – o Projeto de Lei número 9 de 1999, conhecido como PL-9), este parágrafo elimina a necessidade do PL 9/99, mantendo todos os seus efeitos nefastos, ou seja, privatiza parte considerável da previdência dos servidores públicos, transferindo os recursos arrecadados pelo Estado para os fundos de pensão que operarão a previdência complementar. O governo vem negando que esta transferência seja uma privatização, alegando que os fundos de pensão terão a sua "administração em parceria de servidores e governo". No entanto, tal parceria, que nem é cogitada na PEC, não modificará o caráter de capital financeiro privado dos fundos. É importante lembrar que esta medida aumenta a despesa do governo, que deixará de descontar dos

servidores 11% sobre a parcela da remuneração acima do teto e ainda terá de contribuir com a sua parte (outros 11%, presumimos) para o novo fundo de pensão. Os cálculos do próprio governo apontam para cerca de R\$ 1 bilhão por ano de despesa adicional. É claro que, se uma das justificativas para a "reforma" é a necessidade de reduzir gastos do governo, esta medida, tão cara aos defensores dos fundos de pensão (Gushiken, Berzoini, Palocci e o próprio Lula), precisa ser acompanhada por outras que de fato economizem, como o confisco dos aposentados e pensionistas. Não será assim o "roto" – o servidor – dando para o "esfarrapado", o trabalhador privado, mas ambos, o "roto" e o "esfarrapado", dando para os banqueiros, detentores do capital financeiro<sup>38</sup>. A emenda não discute a exclusão previdenciária, nem os auxílios-alimentação, invalidez, entre outros, e trata exclusivamente do regime dos servidores públicos civis. Além disso, não é proposta a unificação dos regimes, como dito na época eleitoral; só se unifica o teto.

As mudanças impostas pelo governo atual restringem-se ao regime dos servidores (RPPS), com uma única exceção, que é o aumento do valor máximo dos benefícios (teto) do regime geral (RGPS), de R\$ 1.560 para R\$ 2.400 mensais. Esta mudança no RGPS, no entanto, está associada à mudança de caráter mais estrutural do conjunto de propostas, que é a transformação de uma parte da previdência dos servidores públicos em previdência complementar, a ser implantada pela transferência, dos RPPS para os fundos de pensão, da previdência dos servidores públicos relativa à parcela dos seus vencimentos que fica acima do teto do RGPS. A possibilidade desta transformação já estava prevista desde a aprovação da Emenda Constitucional 20/98, mas a sua regulamentação estava, até agora, pendente da tramitação do Projeto de Lei Complementar PLP 9/99, que vinha sendo impedida pela forte mobilização contrária, empreendida principalmente pelos sindicatos dos servidores públicos. A PEC-40 altera

A chamada "contribuição dos inativos" é tão absurda que houve quem a considerasse um "bode na sala"

O texto da própria Emenda Constitucional 20/98, eliminando a necessidade de Lei Complementar para a previdência complementar dos servidores. Ou seja, o PLP 9/99 está inteiramente coberto, para pior, pela PEC-40. Com a PEC-40 aprovada, inclui-se, também, o seguinte novo parágrafo: "Artigo 40 § 18º Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadoria e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo, que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o Artigo 201º". A chamada "contribuição dos inativos" é tão absurda que houve quem a considerasse um "bode na sala", um dispositivo do qual o governo abria mão para manter outros (como a previdência complementar). Mas, de todas as medidas do governo contidas na PEC-40, esta é a que mais "economiza" (à custa dos aposentados) para as contas do governo. Neste ponto, que é a nova regra permanente, válida para os futuros servidores, a contribuição será instituída apenas acima do teto do RGPS (atuais R\$ 1.560, propostos R\$ 2.400). Para os atuais servidores valerá a regra de transição (Artigo 5º da PEC e seu parágrafo único), pela qual a contribuição incidirá acima do limite de isenção do Imposto de Renda (R\$ 1.058). O governo justifica esta diferença de tratamento dizendo que as futuras aposentadorias serão calculadas de forma mais "justa" (isto é, com valores mais baixos), de acordo com a lei prevista no § 3º, enquanto as atuais aposentadorias, integrais, são "injustas" (ou seja, muito altas). A criação da contribuição servirá, então, para corrigir esta "distorção". Em qualquer caso, haverá redução no valor dos proventos para uma parcela dos servidores aposentados, que o governo considera privilegiada por-

que ganha acima de R\$ 1.058 num caso, ou acima de R\$ 2.400 noutro<sup>39</sup>.

A instituição da previdência complementar para os servidores não trará qualquer economia para os cofres públicos. Ao contrário, provocará um aumento da despesa pública, da ordem de 1 bilhão de reais por ano, por causa da transferência de recursos para os fundos de pensão que administrarão a previdência complementar dos servidores. Mas este aumento será amplamente compensado pela receita proveniente das outras mudanças: cobrança dos aposentados, nova forma de cálculo das novas aposentadorias, fim de integralidade, e da paridade e redução drástica dos valores das pensões. Com estas medidas o governo estima que economizará (ou seja, que retirará dos servidores) cerca de R\$ 56 bilhões, em valores atuais, nos próximos 30 anos. O destino desta "economia" não é definido no interior dos sistemas previdenciários, e não será, como diz o governo no início da exposição de motivos da PEC-40, promover "um novo modelo de desenvolvimento, que englobe crescimento, emprego e equidade social", mas sim o mesmo destino que vem sendo dado ao superávit do orçamento da Seguridade Social, ou seja, o aumento do superávit primário do governo com o objetivo de pagar os juros da dívida pública.

As falácias também estão presentes no relatório apresentado pelo ministro do Tribunal de Contas da União, Ubiratan Aguiar, sobre as contas do governo federal relativas ao exercício de 2002, que apresenta dados sobre a previdência social e aponta como uma das principais razões de desequilíbrio financeiro do Regime Geral da Previdência Social a baixa contribuição patronal do setor rural, aliado ao grande volume de créditos previdenciários em cobrança, que totalizaram no exercício R\$ 169 bilhões, e o alto índice de informalidade da economia. O crescimento do pagamento de benefícios previdenciários foi da ordem de 17%, advindo, primordialmente, do acréscimo líquido de 1.092.654 novos benefícios. Calculando a diferença entre a arrecadação líquida das Contribuições de Trabalhadores e Empregadores

para a Previdência Social e os valores pagos a título de benefícios previdenciários pelo INSS, constata-se um diferencial negativo de R\$ 17 bilhões no exercício. Esse diferencial se compõe de R\$ 2,2 bilhões atribuídos aos trabalhadores urbanos, com 14.255.920 beneficiários, e de R\$ 14,8 bilhões relativos aos trabalhadores rurais, com 6.869.592 beneficiários, ficando evidente que a baixa contribuição patronal do setor rural é uma das principais razões de desequilíbrio financeiro do Regime Geral da Previdência Social. Outro fator de desequilíbrio do Regime Geral da Previdência Social – RGPS são as aposentadorias ou pensões concedidas aos trabalhadores por idade, que hoje representam mais de 30% dos benefícios concedidos, e aos portadores de necessidades especiais, que não possuem meios próprios de sobrevivência, que integram a despesa do sistema previdenciário.

Esse quadro seria ainda mais agravado, se considerarmos os dados do IBGE referentes a 2001, em que, dos 75 milhões de brasileiros que compõem a população economicamente ativa, cerca de 54%, ou seja, 41 milhões, apesar de não contribuírem para o sistema, como determina a Constituição, terão suas aposentadorias ou pensões pagas pela previdência. Não obstante a simplicidade do raciocínio, diz o ministro, "[...] permito-me afirmar ser possível que hoje existam mais pessoas recebendo benefícios da previdência sem nunca ter contribuído do que aqueles que contribuíram". Some-se, ainda, a esse quadro caótico o impacto que as renúncias de receitas exercem sobre o sistema, considerando que corresponderam a R\$ 9,2 bilhões, em 2002. Isso implica dizer que alguns segmentos, a exemplo das entidades filantrópicas, já estão se beneficiando ou se beneficiarão no futuro sem nunca terem contribuído para o sistema, o que tende a prejudicar ainda mais a situação preexistente, não obstante, no caso dessas entidades, estarem amparadas pela Constituição Federal. Cabe registrar que benefícios de natureza assistencial não podem ser considerados na equação de equilíbrio financeiro e atuarial do RGPS. Aliás, as con-

tribuições sociais, patronais e dos trabalhadores, de que trata o art. 195, incisos I, alínea "a", e II, da Constituição Federal, por imperativo de seu art. 167, inciso XI, somente podem ser utilizadas para "o pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201". A assistência social, não obstante essencial, como define a própria Constituição, deveria, segundo o ministro, ser financiada exclusivamente por receitas orçamentárias não vinculadas e distintas das acima referidas. Some-se, ainda, o grande volume de créditos previdenciários em cobrança, que totalizaram no exercício R\$ 169 bilhões, sendo R\$ 93,4 bilhões em dívida ativa e R\$ 75,6 bilhões em cobrança administrativa, destacando-se a baixa eficiência na arrecadação, que no exercício foi de apenas R\$ 3,9 bilhões no âmbito administrativo e R\$ 1,1 bilhão no âmbito judicial:

## No que trata do Regime de Previdência dos Servidores Públicos, observa-se um diferencial negativo de R\$ 27,8 bilhões

*Por todo o exposto, os dados apurados por este Tribunal não deixam dúvida de que, a persistirem as distorções apontadas, em especial o alto índice de informalidade da economia, o sistema de seguridade será completamente inviabilizado pela absoluta falta de recursos em razão do exaurimento de sua fonte de financiamento, no caso, a economia formal, mesmo que se consiga reduzir drasticamente os benefícios daqueles que contribuem e se aumente significativamente o limite de idade, como tem sido a tendência dos últimos anos. No que trata do Regime de Previdência dos Servidores Públicos, observa-se um diferencial negativo entre as receitas específicas de contribuição para o seu financiamento e as respectivas despesas de R\$ 27,8 bilhões. Contudo, em sentido estrito, o "regime previdenciário" dos servido-*

*res civis e militares não é de natureza previdenciária, sendo melhor conceituado como unilateral e administrativo. Recorde-se que a Constituição de 1988 determinou a instituição de um regime jurídico único que possibilitou a transformação de mais de 650 mil celetistas em servidores públicos, que à época totalizavam apenas 150 mil servidores, com a consequente redução no pagamento de encargos sociais, a exemplo da contribuição patronal e FGTS, pela União, da ordem 28% sobre a folha de pagamento, sem que tais recursos integrassem fundo contábil que amparasse o custeio da futura inatividade desses novos servidores. Destaque-se, ainda, que nenhuma compensação foi realizada entre a União e o INSS, no que diz respeito às contribuições anteriores desses servidores, como determina o art. 247 da Lei nº 8.112/90.*

De fato, a soma das despesas com os benefícios supera atualmente, em valores crescentes a cada ano, a soma das receitas daquelas contribuições. Em 2002, no RGPS, as contribuições totalizaram R\$ 71,0 bilhões, e as despesas, R\$ 88,0 bilhões, o que resultaria num "déficit" igual a R\$ 17,0 bilhões. Mas o problema mais grave, para o governo, não seria este, porque o "déficit" estaria sob controle, seria pequeno em relação ao PIB e teria a justificativa social de ser consequência das políticas de subsídios a pequenas empresas, de distribuição de renda por meio do aumento real do salário mínimo e de transferência de renda da área urbana para a rural. O problema maior estaria nos RPPS dos servidores públicos, que, segundo o governo, tiveram em 2002 despesas no valor de R\$ 61,0 bilhões e uma contrapartida de contribuições de apenas R\$ 7,3 bilhões. Isto teria, portanto, gerado um "déficit" de R\$ 53,7 bilhões, gigantesco e, o que é pior, socialmente injustificável, pois seria o resultado de "privilegios" inaceitáveis dos servidores públicos, principalmente a aposentadoria inte-

gral, a paridade entre ativos e aposentados, e a ausência de contribuições anteriores. Os critérios acima podem e devem, no entanto, ser interpretados de outra forma. A Constituição não trata a previdência social de forma isolada, mas sim como parte da Seguridade Social, que inclui ainda as ações relativas à saúde e à assistência social, definindo para o seu custeio um amplo conjunto de fontes, além das contribuições calculadas sobre a folha de salários. As principais são a Cofins, a CSLL e a CPMF. Em 2002, a arrecadação de todas as fontes superou, com folga, a soma das despesas da seguridade, não havendo, portanto, qualquer déficit. Ao contrário, há um superávit, que vem sendo sistematicamente utilizado para pagar as despesas com juros da dívida pública. Esta interpretação mais ampla dos conceitos de "caráter contributivo" e "equilíbrio atuarial e financeiro" é perfeitamente legítima e coerente com outros conceitos constitucionais (os objetivos básicos da Seguridade Social, definidos no parágrafo único do artigo 194 da Constituição Federal, incluem [inciso VI] a "diversidade da base de financiamento")<sup>40</sup>.

A grande falácia consiste, então, na separação das contas de receitas e despesas da Seguridade Social como um todo, pois o que seria déficit da Seguridade Social? De acordo com a legislação brasileira, ela tem várias fontes de receita: 1) Cofins; 2) Contribuição Sobre o Lucro Líquido das Empresas; 3) Arrecadação Previdenciária Líquida (Arrecadação Bancária + Simples + Refis + Arrecadação CDP + Arrecadação FIES + depósitos judiciais-restituições-transferências a terceiros); 4) CPMF; 5) Outras Receitas do INSS (rendimentos financeiros, antecipação de receita e outros); 6) Concurso de Prognóstico (porcentagem da Mega-Sena, Lotomania, Quina, Super Sena, etc.); 7) receita própria do Ministério da Saúde; 8) outras contribuições Sociais (DPVAT, prêmios prescritos e bens apreendidos). As suas despesas são: 1) Benefícios; 2) Saúde; 3) Assistência Social; 4) Cus-

reio e Pessoal do INSS; 5) outras ações da Seguridade (ações prestadas a outros Ministérios); 6) Ações do fundo de combate à pobreza. Em 2002, como receita, a Seguridade Social teve: 1) Cofins, R\$ 51,03 bilhões; 2) CSLL, R\$ 12,46 bilhões; 3) Arrecadação Previdenciária Líquida, R\$ 71,03 bilhões; 4) CPMF, R\$ 20,26 bilhões; 5) outras receitas, R\$ 0,36 bilhões; 6) Concurso de Prognóstico, R\$ 1,05 bilhão; 7) receita própria do Ministério, R\$ 0,89 bilhões; 8) outras contribuições sociais, R\$ 0,32 bilhões; perfazendo um total de R\$ 157,40 bilhões. Já as despesas, sempre em 2002, foram: 1) Benefícios, R\$ 92,11 bilhões; 2) Saúde, R\$ 24,53 bilhões; 3) Assistência Social Geral, R\$ 0,50 bilhões; 4) Custo Pessoal do INSS, R\$ 2,36 bilhões; 5) Outras ações da Seguridade, R\$ 2,28 bilhões; 6) Ações combate pobreza, R\$ 2,66 bilhões; perfazendo um total de R\$ 124,44 bilhões. Em 2002, portanto, na Seguridade Social brasileira houve superávit de R\$ 32,96 bilhões<sup>41</sup>. Segundo outro cálculo, em 2002, o total de receitas exclusivas da Seguridade Social foi igual a R\$ 172 bilhões, e o total de despesas com saúde, assistên-

cia e previdência social foi igual a R\$ 137 bilhões, resultando num superávit de R\$ 35 bilhões.

A análise da evolução dos quantitativos de servidores ativos, aposentados e pensionistas da União nos últimos anos ajuda a tornar mais clara esta questão. De 1995 a 2002, a quantidade de servidores federais diminuiu de 982 para 851 mil, e a quantidade de aposentados e pensionistas aumentou de 803 para 943 mil. Situações semelhantes ocorrem na maioria dos Estados e Municípios. É evidente que a continuidade de tal tendência inviabiliza qualquer tentativa de "equilíbrio atuarial e financeiro" baseado exclusivamente nas "contribuições" calculadas com base nas remunerações dos ativos, ainda que engordadas artificialmente pela "contribuição patronal" escritural. No entanto, esta política neoliberal diminui as despesas do governo com pessoal. Ao contrário, se o governo inverter a tendência e resolver atender às reivindicações de abertura de concursos, fim das terceirizações, re-estatização de serviços públicos essenciais que foram entregues à iniciati-

va privada, a quantidade de servidores ativos aumentará e, junto com ela, aumentará o total das "contribuições previdenciárias", diminuindo assim o "déficit". Ou seja, diminuindo a despesa de pessoal, o "déficit" aumenta, e aumentando a despesa o "déficit" diminui, ficando óbvia a incoerência do conceito de "déficit" da Seguridade Social. Até 1993, por outro lado, o regime não era contributivo, portanto não se pode computar o desequilíbrio do sistema a um problema de falta de receitas, a concepção era outra – o contrato se estendia até a aposentadoria; o mesmo conceito atribuía como vantagem da carreira a paridade de vencimentos entre ativos e inativos. Ao contrário do setor privado, em que não há limite máximo de vencimento, a carreira pública oferece a estabilidade de uma aposentadoria como se o servidor ainda estivesse na ativa. Seria a forma de competir na contratação de bons profissionais, que exerceriam uma função de Estado, com responsabilidades e compromissos adicionais (valor extremamente diferente de um contratado por uma empresa privada). Em últi-

Antonio Cruz - ABr

◀ O senador Eduardo Suplicy (SP) conversa com o presidente do Senado, José Sarney (AP), na sessão de votação da reforma da Previdência



ma instância, vale para o Brasil o enunciado em debate semelhante nos EUA: "O debate sobre a Previdência não diz respeito à poupança ou as taxas de interesse ou os juros compostos a 30 anos. É sobre quem paga os impostos neste país, em benefício de quem esse dinheiro é gasto e quais são as obrigações do governo em relação aos seus cidadãos"<sup>42</sup>.

Este déficit é a parte principal da justificativa, somado ao rombo que este comportamento causou com o passar dos anos. O déficit público deve ser atacado pelo lado da dívida pública, especialmente a externa, e, portanto, dos compromissos com o FMI

Acontece que, embora as receitas acima sejam, por força legal, da Seguridade Social, a utilização final teve, em parte, outros destinos: 1) dos R\$ 51,03 bilhões da Cofins, R\$ 29,06 bilhões ficaram retidos no Tesouro ou foram para outras áreas, especialmente para o pagamento dos juros da dívida pública; 2) dos R\$ 12,46 bilhões da CSLL, R\$ 3,67 ficaram retidos no Tesouro ou foram para outras áreas, especialmente para o pagamento dos juros da dívida pública;) dos R\$ 20,26 bilhões da CPMF, R\$ 5,17 ficaram retidos no Tesouro; perfazendo um total de R\$ 37,90 bilhões. Deduzidos os R\$ 37,90 bilhões retidos no Tesouro ou destinados a outras finalidades, teremos o déficit registrado em 2002, de pouco menos de R\$ 5 bilhões. E é este déficit que está justificando aquela reforma? Sim, é a parte principal da justificativa, somado ao rombo que este comportamento causou com o passar dos anos. É óbvio que a atitude de mutilar os servidores não vai resolver o problema, o déficit público deve ser atacado pelo lado da dívida pública, especialmente a externa, e,

portanto, dos compromissos com o FMI. "Nosso risco provém da sustentabilidade da dívida pública, e isso não se resolve sem as reformas", explicou o ex-ministro da Previdência e deputado federal do PFL, Roberto Brant (PFL-MG)<sup>43</sup>. Em outras palavras: se o Estado poupa à custa das aposentadorias, terá fundos para pagar os serviços da dívida, que dessa maneira será "sustentável", o que é uma perfeita utopia.

Durante o primeiro mandato de Fernando Henrique (1995-98), o Brasil desembolsou cerca 126 bilhões de dólares a título de juros e amortização da dívida externa. As despesas líquidas de juros, por exemplo, subiram de 8,2 bilhões de dólares, em 1995, para 15,2 bilhões de dólares, em 1999. A nova moeda brasileira, o real, foi artificialmente valorizada em relação ao dólar por um longo período. Entre 1995 e 1999, as importações, mais baratas, superaram as exportações, gerando um déficit comercial acumulado de 24,7 bilhões de dólares: a capacidade do País de gerar divisas próprias em moeda estrangeira diminuiu, o endividamento ocorrido no governo FHC foi pior do que o dos anos 70. De 1995 a 1999, o déficit acumulado na balança de transações correntes (soma do déficit comercial com o déficit de serviços) alcançou 134,7 bilhões de dólares. Para contornar esses déficits o governo brasileiro adotou várias medidas, entre as quais uma elevada taxa de juros internos, várias vezes superior à taxa internacional, acarretando inicialmente um vigoroso fluxo de capitais especulativos estrangeiros. Com as crises do México e do Sudeste Asiático, os capitais começaram a cobrar ainda mais caro para ingressar nos "mercados emergentes". Com a crise da Rússia os capitais especulativos começaram a fugir, comprometendo a capacidade do Brasil de pagar a dívida e financiar os déficits. Para evitar a suspensão dos pagamentos, o governo brasileiro recorreu novamente ao FMI para negociar empréstimos preventivos. As privatizações, embora produzindo um abatimento contábil na dívida interna, aumentaram a dívida

externa (um exemplo disso é o caso da Vale do Rio Doce que, depois de privatizada, contraiu um empréstimo bilionário no exterior para participar da compra da Light, empresa estatal de energia elétrica). Além da dívida, cresceu o passivo externo do país, pois os proprietários estrangeiros de empresas privatizadas remetem lucros e dividendos para o exterior, sem falar em outras formas disfarçadas de remessa de capitais (CC5, etc.). No período de 1991-99, foram remetidos para o exterior 27,3 bilhões de dólares, e parte considerável do capital que entrou no Brasil se destinou à especulação e à aquisição de patrimônio já existente, não resultando em novo investimento e crescimento econômico. A dívida externa do Brasil, que estava em 148 bilhões de dólares, em 1994, passou para 234,6 bilhões de dólares, em 1998, no final do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Neste mesmo período, foram pagos 126 bilhões de dólares aos credores, sob a forma de amortização do principal e juros da dívida. A dívida externa brasileira, de 241,2 bilhões de dólares, registrada no final de 1999, equivalia a 42% da riqueza que o Brasil produz durante um ano, ou a aproximadamente cinco anos de exportações. A dívida interna brasileira, ou seja, a dívida mobiliária federal, que estava em 62 bilhões de reais quando Fernando Henrique tomou posse, saltou para 432 bilhões de reais, em 2000, tem uma íntima ligação com o crescimento do passivo externo. As altas taxas de juros utilizadas para atrair capitais estrangeiros, além de elevar a dívida interna, sobrecarregam a atividade das empresas e pessoas que operam em reais, diferentemente das grandes empresas, que aproveitam o diferencial de juros internos e externos, tomando emprestado no exterior e aplicando no Brasil. A dívida externa dessas empresas, mesmo sendo privadas, tem o Tesouro Nacional como garantidor por meio de títulos públicos com cobertura cambial. Essas dívidas provocam, também, um grande esforço de todo o país para obter os dóla-

Dirceu: "As dívidas interna e externa não têm solução política, na atual conjuntura internacional e na forma com que ganhamos a eleição, com as coligações que fizemos"

res necessários para pagar tais empréstimos. A verdade é que a dívida externa já foi paga e persiste apenas como um mecanismo de submissão e escravidão da sociedade ao poder financeiro da usura do capital, e de transferência de riquezas para os credores.

Isto foi admitido por José Dirceu em uma participação não programada em seminário sobre a Previdência; o ministro-chefe da Casa Civil admitiu o uso dos recursos previdenciários para outros fins: "É verdade – disse – que, se o governo não pagasse juro da dívida, haveria superávit da previdência. Essa avaliação já nos foi mostrada há dez anos atrás pela Unafisco. Mas como fazemos para reduzir o gasto com juros?", perguntou Dirceu, que descartou a hipótese de renegociação dos débitos. "As dívidas interna e externa não têm solução política, na atual conjuntura internacional e na forma com que ganhamos a eleição, com as coligações que fizemos. Nessas condições, só há uma forma de pagar menos, é cortar os juros [que incidem sobre a dívida]". Uma tarefa que não se sabe quando virá, mas não é para agora, pelo discurso de Dirceu. Mas, no futuro, o problema só tende a se agravar, como o demonstra toda a experiência histórica: em 2002, o Estado pagou, só de juros das dívidas interna e externa (em proporções aproximadamente iguais), R\$ 112 bilhões; contabilizando também a amortização do principal da dívida externa (que, no Brasil, possui garantia estatal, incluso quando privada), a cifra sobe até R\$ 168 bilhões, 15% do PIB e mais de 60% do orçamento federal: e se pretende encarar esse problema reduzindo um suposto (contestável) déficit da Previdência, inferior a R\$ 20 bilhões!

O argumento que "justificou" a intensificação da privatização dos sis-

temas de educação e saúde tinha um "apelo" social: havia poucos recursos para a educação e a saúde; se a população mais bem aquinhoadas fosse para sistemas privados, os recursos públicos seriam gastos principalmente junto aos segmentos mais limitados economicamente, permitindo um melhor atendimento e reduzindo as injustiças sociais. O que, de fato, aconteceu foi a piora dos sistemas públicos de educação e saúde, empurrando cada vez maiores contingentes da população para os sistemas privados e deteriorando cada vez mais o atendimento público. O desmonte da Previdência pública no Brasil tem como objetivo, ao enfraquecer ou desmontar a Previdência pública baseada num sistema de solidariedade, empurrar para a Previdência privada, baseada no sistema de capitalização, um enorme número de pessoas: ao fazer isso, torna disponível uma grande fonte de recursos para os setores empresariais, com baixa exigibilidade (já que os cotistas dos fundos de previdência só buscarão seus recursos após muitos anos de contribuição), com baixos juros (os juros reais para viabilizar um sistema previdenciário, uma vez que as aplicações são de longo prazo, são muito baixos) e em grande volume. Um documento da FIPE, de outubro de 1993, apresentava detalhadamente um projeto de Previdência privada para o Brasil, com o objetivo declarado de "[...] criar um sólido mercado de recursos [...] equivalente a 6,3% do PIB" brasileiro, o que significava, então, cerca de 25 bilhões de dólares anuais: o sistema previdenciário público deveria se responsabilizar por aposentadorias de até dois salários mínimos; valores acima deste seriam de exclusiva competência do setor privado. O documento terminava com um apêndice que contém as propostas de revisão constitucional necessárias para viabilizar o sistema privado. Dinheiro, muito dinheiro, em longo prazo e com baixos juros: esta é a real razão da reforma da Previdência e de sua privatização. O "mercado financeiro", que já controla cerca de R\$ 170 bi-

Metade dos assalariados brasileiros não têm carteira assinada. Os trabalhadores nessa condição não têm qualquer garantia de renda no futuro, de pensões para seus dependentes, de auxílio-desemprego, etc.

lhões de recursos gerados pela economia, não está preocupado em eliminar os supostos R\$ 20 bilhões de déficit da Previdência, mas em administrar, em condições excepcionais e com garantia estatal, mais R\$ 70 bilhões que saem dos bolsos dos trabalhadores<sup>44</sup>.

No sistema previdenciário por capitalização os critérios são atuariais: o valor da aposentadoria depende apenas do valor e do tempo de contribuição. Além disso, no regime de capitalização privado, quando o sistema previdenciário gera lucros, estes são apropriados privativamente, e quando o desempenho dos fundos é insuficiente, o governo deve intervir, socializando os prejuízos. Além da possibilidade de gerar enormes lucros privados, o sistema de capitalização gera grande volume de recursos. Um sistema previdenciário e de Seguridade Social público e por solidariedade é importante para minorar a concentração de renda ao definir alíquotas de contribuição e de benefícios segundo critérios sociais. No outro lado, um sistema de capitalização tende a acirrar a concentração de renda, na medida em que a renda futura depende exclusivamente da renda e da capacidade de poupança passadas. Cerca da metade dos assalariados brasileiros não têm carteira assinada. Os trabalhadores nessa condição não têm qualquer garantia de renda no futuro, de pensões para seus dependentes, de auxílio-desemprego, etc. Combater efetivamente esta prática contribuiria para aumentar os recursos previdenciários e para minorar o abandono e o desamparo. Por outro lado, cerca de 20% das receitas previdenciárias devidas não são re-

colhidas. Há apenas um fiscal da Previdência para cada grupo de mil empresas. O combate à sonegação é tão fundamental quanto o combate ao emprego irregular. Do ponto de vista de justiça social, é razoável a definição de um piso e de um teto para os benefícios concedidos. Entretanto, um teto para a contribuição não é razoável. Isto faz com que as pessoas com maiores rendas contribuam com percentuais menores para a Previdência do que as pessoas de baixa renda. Essas providências aumentariam várias vezes os recolhimentos previdenciários e securitários vindos dos trabalhadores ou recolhidos sobre a folha de pagamentos. Associado ao combate à evasão de recursos de outros fundos sociais, como o PIS/PASEP, Cofins e a contribuições sobre o lucro, além do combate à sonegação fiscal, aquelas providências dariam ao Brasil uma nova dimensão social. Faz-se o raciocínio simplista da necessidade de financiamento sem se considerar outras variáveis como o crescimento da economia, a geração de empregos, o aumento da produtividade, o incremento do Produto Interno Bruto (PIB). Torna-se absoluto o conceito de déficit como se gastos sociais não fossem despesas e obrigações da sociedade. Enquanto se aponta o déficit previdenciário de R\$ 41 bilhões em 2003, somente nos três primeiros meses desse ano foram pagos R\$ 42 bilhões em juros nominais da dívida.

Em 2003, sobretudo devido ao clima político criado pela reforma da Previdência do governo Lula, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, encontrou terreno fértil para fazer tramitar seu projeto em tempo recorde: apresentado no dia 20 de maio, e aprovado pela Assembléia Legislativa no dia 16 de junho seguinte. A manifestação contrária dos 800 servidores presentes à Assembléia Legislativa foi insuficiente para barrar tal iniciativa oportunista, que contou com a conivência de 2/3 dos deputados. O funcionalismo paulista sofre agora a cobrança de 13% para a Seguridade Social, quando os demais funcionários pagam 11%, além do fato de que o desconto atual de 8% já incide sobre os proventos dos aposentados.

João Felício, secretário-geral da CUT, defendeu a elevação do teto de dez para 20 salários mínimos

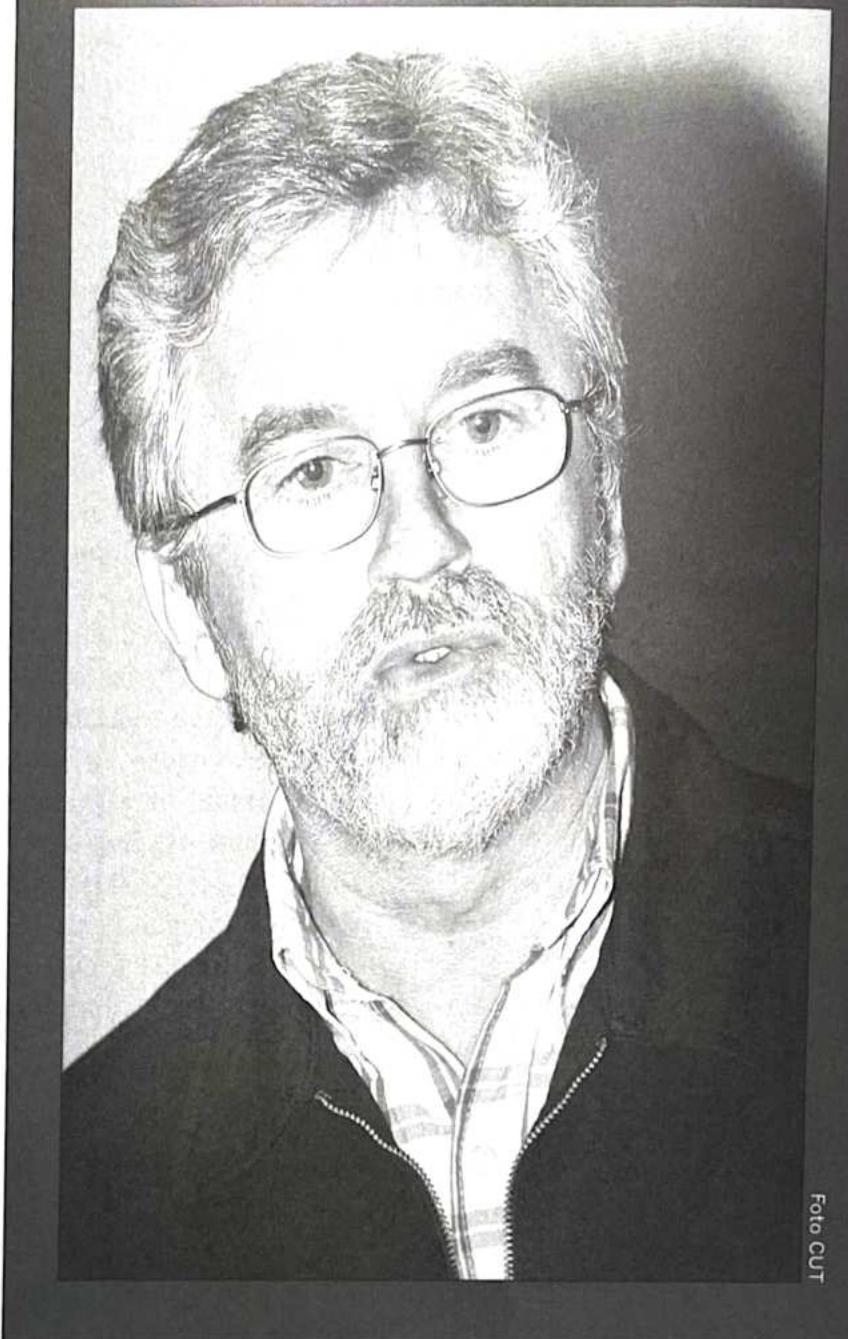


Foto CUT

Em outros estados as reformas, já realizadas na Bahia, no Paraná e no Ceará, foram inspiradas pela Emenda Constitucional nº 20 (15/12/1998). O primeiro aspecto comum nos sistemas previdenciários da Bahia, do Ceará e do Paraná, reformados por leis estaduais nos anos de 1998 e 1999, consiste no aumento da idade mínima necessária para a aposentadoria (majorado em cinco anos), bem como na exigência de tempo de contribuição. O segundo aspecto emanado da Emenda 20 diz respeito à liberação do percentual a ser recolhido dos servidores para a Seguridade Social, que estava fixado em 11%. O terceiro as-

pecto reside na destruição da conceção de integralidade da Seguridade Social, separando a saúde da previdência. O quarto aspecto consiste na substituição do regime de repartição pelo regime de capitalização. É importante compreender o significado dessas reformas ocorridas nos estados. Há que se destacar que todas elas foram realizadas por governos neoliberais e que expressam tanto a concretização da política defendida pelo Banco Mundial (que elimina direitos dos trabalhadores) quanto o processo de reforma constitucional em curso, que restringe e elimina direitos e que, pelo princípio de simetria e su-

premacia das normas constitucionais, subordina as esferas estadual e municipal. A este quadro se soma a recente reforma feita pelo governo paulista<sup>45</sup>.

O miolo da proposta federal é que, com as recentes deliberações do Conselho de Gestão de Previdência Complementar, órgão regulador do sistema de fundos de pensão fechados, já podem ser criados planos de previdência por sindicatos e entidades de profissionais liberais, aproveitando-se a identidade de grupo existente entre os associados de sindicatos e entidades classistas e setoriais. Esses sindicatos, conselhos de profissionais liberais e outras entidades associativas serão chamados de "instituidores". Com os "fundos fechados" pretende-se transformar uma parte das direções (burocracia) sindicais atuais em gestores do capital, ou seja, em capitalistas. Não por acaso, onze dos ministros de Lula têm sua origem na CUT, além de outros 66 ex-sindicalistas cutistas que ocupam funções no "primeiro escalão" do governo<sup>46</sup>. No seminário sobre Fundos de Pensão patrocinado pela Previ, Petros e Funcef, o Presidente Lula defendeu, explicitamente, que os sindicatos deveriam estabelecer fundos de pensão. Mais grave ainda, João Vaccari, tesoureiro da CUT, defendeu a constituição, pela Central, de seu próprio Fundo de Pensão, afirmando que, passado o Concut, a Central dedicará empenho total à consecução deste objetivo. Isto transformaria a CUT em cúmplice dos ataques contra os trabalhadores do setor privado, que o governo diz defender contra o "corporativismo" do funcionalismo público: basta olhar o que ocorreu na Embraer, na Usiminas, na Cia. Vale do Rio Doce, nas que, após serem privatizadas com a participação majoritária dos fundos de pensão dos bancários (Previ) e petroleiros (Petrus), bastaram alguns meses para que em todas essas companhias centenas de trabalhadores fossem demitidos!

Na propaganda do governo Lula existem dois equívocos principais a que se induz a sociedade:

a) Os recursos oriundos da reforma não serão destinados aos mais pobres, mas ao mercado de capitais, justamente para piorar o aprisionamento do país aos capitais especulativos que nenhum benefício concreto trazem para a economia nacional; b) a concentração de riqueza não se dá pelas classes econômicas intermediárias, muito menos pelos trabalhadores. São justamente aqueles que não dependem da venda de seu trabalho os destinatários da maior parcela riqueza<sup>47</sup>.

A reforma da Previdência faz parte de uma política mais vasta. O governo anunciou o projeto de "Lei de Diretrizes Orçamentárias" que perpetua os termos do acordo com o Fundo Monetário Internacional firmado por FHC:

*Se até agora a suposta 'transição' tinha como justificativa retórica a 'pesada herança' do governo anterior, a equipe econômica do governo agora pretende acabar com a polêmica. Fixa um horizonte de dois mandatos presidenciais para a adesão lulista ao esquema da ortodoxia, tão a gosto do Fundo Monetário Internacional e das instituições financeiras<sup>48</sup>.*

O governo pretende obter 4,25% de superávit no orçamento nacional à custa das aposentadorias, dos salários e os mais diversos programas sociais. O ajuste fiscal revela o nível da bancarrota do País. A redução do "risco Brasil" e a queda do dólar nos últimos meses não são um reflexo da "estabilidade" mas da crise mundial,

Na reforma sindical não há dúvidas: trata-se de amordaçar os movimentos sociais e atrelar os sindicatos aos interesses de patrões e governo

pois a recessão e a guerra do Iraque provocaram um movimento especulativo de capitais árabes para os títulos públicos do Brasil. Além da reforma da previdência, que diminui as aposentadorias, o governo está definindo uma reforma trabalhista e sindical. O objetivo é flexibilizar direitos que já estão contidos na CLT sob o pretexto de que a carga para as empresas diminui sua competitividade. Na reforma sindical não há dúvidas: trata-se de amordaçar os movimentos sociais e atrelar os sindicatos aos interesses de patrões e governo.

A reforma da Previdência, no imediato, prejudica o servidor público porque: acaba com a aposentadoria integral; acaba com a paridade entre aposentados e ativos; aumenta em sete anos o tempo de serviço para aposentadoria; reduz as pensões em no mínimo 30%; reduz as aposentadorias, ao instituir a taxação; privatiza o sistema, criando os fundos complementares de previdência; cobra "pedágio anual" de 5% para aposentadorias antes dos 60 anos. Mas também, caso seja aprovada, os Fundos de Pensão dos servidores implantados, mais de 1 bilhão de reais por ano serão transferidos do governo para os Fundos de Pensão durante os próximos vinte anos. Para compensar esta perda, o governo terá de tomar dinheiro emprestado dos próprios Fundos de Pensão, aumentando a dívida pública. Na verdade, o que o governo quer é compensar amplamente esta perda com a receita proveniente das outras mudanças: cobrança dos aposentados, nova fórmula de cálculo das novas aposentadorias, fim da integralidade e da paridade e redução drástica dos valores das pensões. Tudo isso objetiva transferir para os trabalhadores o ônus financeiro do processo de privatização da Previdência. Os atuais pensionistas civis terão que contribuir com alíquota idêntica à dos ativos, na parcela da pensão que superar o limite de isenção do imposto de renda; e estarão submetidos aos tetos e subtetos remuneratórios, inclusive no caso de

retribuições recebidas cumulativamente. Os atuais pensionistas militares estarão submetidos aos tetos e subtetos remuneratórios, inclusive no caso de retribuições recebidas cumulativamente. Os atuais aposentados civis e aqueles que já têm direito a requerer o benefício terão que contribuir, bem como seus pensionistas, sobre a respectiva pensão, com alíquota idêntica à dos ativos, na parcela dos proventos que superar o limite de isenção do imposto de renda, e estarão submetidos aos tetos e subtetos remuneratórios, inclusive no caso de retribuições recebidas cumulativamente; as respectivas pensões estarão limitadas a, no máximo, 70% do valor dos proventos e serão desvinculadas da remuneração dos servidores ativos. Os trabalhadores da iniciativa privada, além de prejudicados pelo sucateamento do serviço público, terão suas contribuições aumentadas em 11% sobre o teto proposto, mas, quando aposentados, terão seus benefícios calculados conforme a média de suas contribuições durante toda a sua vida de trabalho, não atingindo jamais o teto. Um dos pontos preocupantes seria o cálculo proporcional de proventos, que poderá levar a aposentadoria de um funcionário público a menos de 40% da integralidade. Esse valor também seria diminuído com o fim da paridade, já que aumentos nos salários de servidores da ativa não seriam repassados aos aposentados. No caso das pensionistas, esse valor diminuiria mais ainda, haja vista a redução em no mínimo 30% no valor das pensões. As reduções também se estenderiam às aposentadorias que ocorressem fora da regra permanente, sendo deduzidos do salário 5% por ano, para pedidos de aposentadorias fora da idade mínima.

A Reforma da Previdência Social implica, também, no maior golpe já deferido contra a universidade pública no país. Uma estimativa conservadora das Universidades Federais produziria 13.579 aposentadorias para um quadro total de 128.142 funcionários docentes e técnico-administrativos,

ou seja, 10,6% do total, percentagem que seria maior no caso dos docentes (6.261 para 45.476, isto é, 13,6%). No caso das universidades estaduais paulistas, as percentagens seriam bem maiores, pois apontariam 400 aposentadorias integrais e 600 proporcionais para os docentes da Unicamp; e aproximadamente 1.100 só para a USP, o que perfaz, em ambos os casos, a aposentadoria de bem mais de 20% do corpo docente ativo, um percentual impossível de ser substituído em curto ou médio prazos, devido ao sistema de financiamento dessas universidades, e que implicaria em um retrocesso histórico de ambas, se levado também em conta o aspecto qualitativo (no caso de um professor/pesquisador, não se trata de substituir um docente por outro, para efeitos estatísticos, mas também deve-se levar em conta o conhecimento acumulado, os laboratórios e equipes de trabalho que desapareceriam, etc). Na Unesp a cifra seria de 710 aposentadorias de docentes e funcionários técnico-administrativos, uma cifra que superaria o recorde negativo prévio de 1998, quando da aprovação da EC 20, de 570 docentes e funcionários aposentados<sup>49</sup>.

O primeiro semestre de 2003 registrou as primeiras manifestações dos trabalhadores do setor público e da iniciativa privada, no governo Lula, em defesa de suas reivindicações, dos direitos e das conquistas históricas que devem ser, sim, ampliadas e estendidas, jamais retiradas e restrinvidas. Manifestações organizadas no âmbito da Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Públicos Federais – CNESF, e demais fóruns sindicais e populares, que têm-se constituído em ponto estratégico para fazer avançar a luta em defesa dos direitos, sem baixar bandeiras, sem abrir mão de reivindicações e dos instrumentos de luta construídos em anos de enfrentamento com as políticas destrutivas, marcam o caminho da luta dos trabalhadores brasileiros. Os Cecuts e o Concut foram palco de explicitação das divergências entre as alas colaboracionista e classista do

movimento sindical brasileiro. A corrente majoritária na CUT propunha emendar a reforma do governo Lula: o ex-presidente da CUT, João Felício, defendeu a elevação do teto de dez para 20 salários-mínimos, e linhas semelhantes adotam os documentos aprovados no último Concut. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN, pelo contrário, propôs ao movimento sindical no seu conjunto a revogação das Emendas Constitucionais nºs 19 e 20, e da Lei de Responsabilidade Fiscal, o não-envolvimento nas negociações de emendas pontuais da reforma da Previdência proposta, e exigiu que o Executivo retirasse a proposta enviada em 30/4/03. No Congresso Nacional da CUT, o ANDES-SN defendeu uma previdência social pública, pautada: 1) em um regime de repartição; 2) pela integralidade dos vencimentos no ato da aposentadoria para todos os trabalhadores; 3) na paridade de remunerações entre ativos e aposentados; 4) na revogação da EC 20/98; 5 – no caráter exclusivamente público. Esses pressupostos requerem a continuidade da luta dos trabalhadores: a) pela extinção do fator previdenciário; b) contra qualquer tipo de previdência complementar; c) contra qualquer contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas; d) pela aposentadoria por tempo de serviço e não por tempo de contribuição. Assembléias sindicais de base continuam afirmando não ser possível aceitar que a aposentadoria integral dos servidores seja revogada e seja criado um teto rebaixado. Rebaixar o teto é ceder terreno para a Previdência Complementar e para os Fundos de Pensão, que especularão com recursos que, até hoje, são patrimônio da Previdência Pública.

---

#### OSVALDO COGGIOLA

Professor do Departamento de História da USP e Vice-presidente do ANDES - Sindicato Nacional

ROVAN, Joseph. *Histoire de la Social-démocratie allemande*. Paris: Seuil, 1978, p. 17 e 70-71.

*Gazeta Mercantil*, 19 de fevereiro de 1996.

GARRIDO, Fernando. *Historia de las clases trabajadoras*. Vol. 4, *El trabajador asociado*, Madrid: Zero, 1971, p. 67.

HALPERIN, Jean. *Los seguros en el régimen capitalista*, Buenos Aires, 1993, p. 119-120.

*Life Insurance in Review*. New York, 1990.

GUILLAUME, Michel. La protection sociale em danger. *L'Égalité*, n. 76, Paris, dezembro 1999.

Como afirmam José Miguel Bendrao Saldanha e Sara Granemann, "[...] a real contribuição do trabalhador para a seguridade social não é, como parece à primeira vista, igual apenas ao valor descontado do seu salário bruto a título de 'contribuição para o INSS'. Na verdade, o seu salário, ou seja, o pagamento pelo uso da sua força de trabalho, é apenas o chamado 'salário líquido'. O produto do seu trabalho, isto é, a sua contribuição para o produto social, destina-se a sustentar ele próprio (o seu salário 'líquido'), a financiar a seguridade social (a 'contribuição do empregado' e a 'contribuição do empregador') e ainda a sustentar o empregador e a acumulação do seu capital (o lucro). É o assalariado, e não o salário, que sustenta a seguridade, uma diferença aparentemente sutil mas fundamental".

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Iniciação ao Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1979, p. 329-330. Ver também: FURTADO, Rogério. Previdência, 80 anos. *Revista Adusp*, n. 30, junho de 2003.

PALOMEQUE, M. Carlos. *Derecho del trabajo e ideología*. Madrid: Akal Universitaria, 1980, p. 99.

AZCÁRATE, Gumerindo. *Alcance y significación de las llamadas leyes obreras*. Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, 1893, p. 71.

DELAMOTTE, Yves. Relações coletivas e regras jurídicas do trabalho e da segurança social. In: NAVILLE, Pierre e FRIEDMANN, Georges. *Tratado de Sociologia do Trabalho*. São Paulo: Edusp/Cultrix, 1973, vol. II, p. 263.

Informe do Banco Mundial. *Envejecimiento sin crisis*, 1993.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. *El Trabajo en el mundo*, 1994.

OCDE. Perspectivas del empleo. *Revista del Trabajo*, n. 5, 1994, p. 42.

BERMÚDEZ, Ismael. Privatização da Previdência precipitou colapso da Argentina. *Revista Adusp*, n. 30, junho de 2003.

Lanzan un proyecto para reformar las jubilaciones. *Clarín*, 17 de maio de 2003.

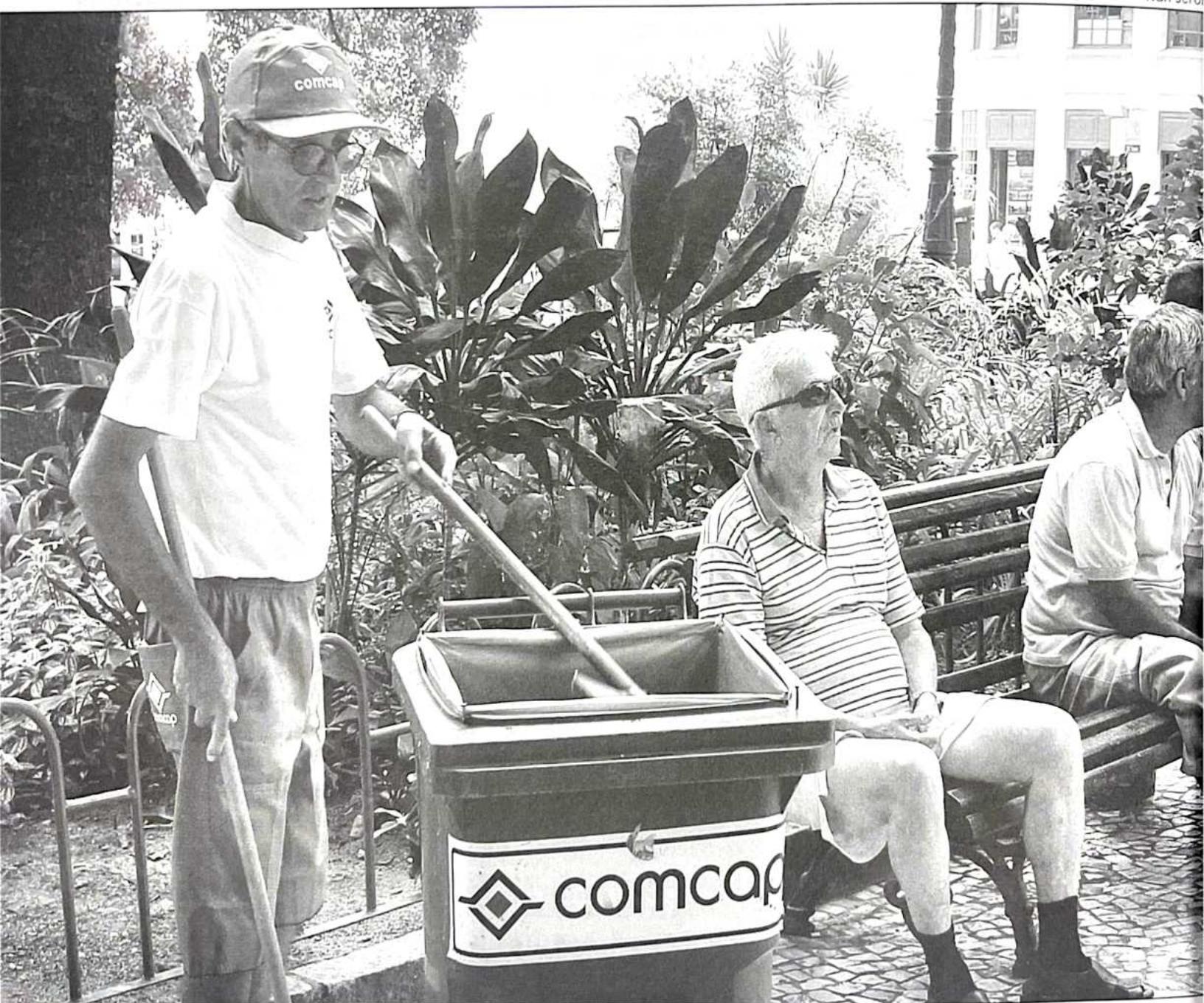
1,1 milhão de franceses contestam reforma. *Folha de São Paulo*, 14 de maio de 2003.

- 18 *Financial Times*, 17 de março de 2003.
- 19 *Le Monde*, 11 de fevereiro de 2003.
- 20 *The Economist*, 15 de fevereiro de 2003.
- 21 *Financial Times*, 14 de março de 2003.
- 22 *Clarín*, 9 de março de 2003.
- 23 *América Economía*, 1º de outubro de 2002.
- 24 La OCDE alerta sobre el impacto del desplome bursátil en las pensiones privadas. *El País*, 1º de abril de 2003.
- 25 *El País*, 9 de dezembro de 2002.
- 26 PRECHT, Paul. Social Security: solidarity or speculation? *Dollars & Sense Magazine* 210, mars-april 1997.
- 27 EPI Issue Brief, 7 de fevereiro de 2002.
- 28 BULARD, Martine. Les retraités trahis par les fonds de pension. *Le Monde Diplomatique*, maio de 2003.
- 29 MAGRI, Julio N. *Jubilación privada: la Bolsa o la vida*. Buenos Aires: Rumbos, 1992.
- 30 *Le Monde*, 12 de outubro de 2002.
- 31 SUPLICY, Eduardo. *Renda de cidadania*. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 7.
- 32 *O Estado de S. Paulo*, 25 de novembro de 2002.
- 33 Pensioni, alzare l'età del ritiro. *Corriere della Sera*, 11 de abril de 2003.
- 34 BANCO MUNDIAL. *Dimensiones del reto de la Seguridad Social en Brasil*. Para uma análise geral dos efeitos da privatização da previdência social, ver: BELLO-FIORE, Riccardo. Il capitalismo dei fondi pensione. *La Rivista del Manifesto* n 10, Roma, outubro 2002.
- 35 PRADO, Maria Clara R. M. do. Imenso alívio com a nova previdência. *Gazeta Mercantil*, 16 de maio de 2003.
- 36 *O Estado de S. Paulo*, 3 de junho de 2003.
- 37 ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ADUSP. *Em Defesa da Previdência Social Solidária*. São Paulo, 1995.
- 38 Análise dos professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, organizados no Grupo de Trabalho de Seguridade Social de sua Associação Docente, a ADUFRJ-SS, seção sindical do ANDES-SE, Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Sindicato Nacional. Os docentes da UFRJ realizaram uma análise de cada artigo e parágrafo que a PEC-40 tenciona modificar, suprimir ou adicionar à Constituição Federal.
- 39 Segundo pesquisa da *Folha de S. Paulo* (30 de junho de 2003), a maioria da população rejeita a cobrança de contribuição dos servidores públicos inativos. A maioria também se opõe ao aumento da idade mínima para aposentadoria no setor público, mas apóia a criação de um teto único para os benefícios, válido tanto para o setor privado quanto para o público. O achado mais importante da pesquisa é que 68% dos brasileiros (com margem de erro de 2% para mais ou para menos) preferem a manutenção do atual sistema de Previdência, no qual todos os trabalhadores com registro em carteira e os servidores públicos contribuem para assegurar a aposentadoria de todos os brasileiros.
- 40 SALDANHA, José Miguel Bendrao; GRANEMANN, Sara. Os falsos argumentos da "reforma" da Previdência de Lula da Silva. *Opinião Socialista* 150, 15 de maio de 2003.
- 41 Dados postos em rede por André Fernandes Massaro, Auditor Fiscal da Previdência Social e Coordenador Geral de Fiscalização.
- 42 Ellen Frank. The myth of the Social Security Trust Fund, *Dollars & Sense Magazine* 238, novembro-dezembro 2001.
- 43 Roberto Brant, um dos principais defensores da reforma previdenciária, trocou muitas vezes de partido político: PP, PMDB, PRS, PTB, PSDB e PFL. E a sua tática tem lhe rendido bons frutos: rendeu-lhe inicialmente a presidência da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, a MinasCaixa, que ajudou a quebrar. A sua gestão no BDMG também foi lamentável. Depois, foi Secretário de Fazenda do governo de Minas Gerais no período de 15/3/1991 a 31/3/1994, auferindo alta renda suportada pelo povo mineiro, mas incapaz de resolver o problema do desequilíbrio das contas estaduais, mesmo sendo o titular do cargo mais importante abaixo do governador. Este homem tem a ousadia de falar em "equilíbrio fiscal". Diante da greve do funcionalismo, declarou: "O Estado brasileiro se modernizou muito. As empresas recolhem os tributos diretamente no banco. As pessoas fazem declaração de Imposto de Renda pela internet. A paralisação não interrompe, em nada, o fluxo da receita. Quando ministro da Previdência Social, enfrentei uma greve no INSS que durou muitos meses e não causou nenhum problema grave. Eles ficarão um período em greve, não receberão salários e então, veremos quanto tempo conseguirão ficar parados. Você acha que a receita do Estado ocorre só porque as receitas federal e estadual estão em funcionamento? Os fiscais são apenas instrumentos de persuasão. O número de fiscais é insuficiente para visitar cada empresa brasileira de dez em dez anos. Uma greve da Receita em nada altera a arrecadação". Estes são os aliados "progressistas" do governo do PT...
- 44 CORREIA, Ciro T. Reformas na Previdência. *Informativo FFLCH*, N. 1. São Paulo, USP, março de 2003.
- 45 46º CONAD do ANDES-SN. *A reforma da Previdência nos Estados e a questão da luta contra a reforma da Previdência Social no plano nacional*, junho de 2003.
- 46 *O Estado de S. Paulo*, 6 de junho de 2003.
- 47 DIAS, Démerson. *Previdência: uma reforma indecente e criminosa*.
- 48 *Folha de S. Paulo*, 10 de abril de 2003.
- 49 Reforma pode gerar êxodo nas universidades públicas. *Cadernos Adunesp* n° 3, junho de 2003.

# Trabalho e Envelhecimento

Uma análise das principais alterações na saúde  
e na vida dos trabalhadores

Ivan Jerônimo



▲  
*O trabalho é o alicerce fundamental na vida  
das pessoas, que se identificam com ele.  
Praça XV de Novembro, Florianópolis*

## Introdução

Neste artigo se aborda a temática do trabalho e envelhecimento sob a ótica da Ergonomia Cognitiva. Com efeito, assinalam-se alguns aspectos fundamentais da questão do envelhecimento e sua relação com o campo laboral, dando-se ênfase, num primeiro momento, a alguns fatores como o processo de envelhecimento, apreciando alguns elementos introdutórios relativos à própria temática, no sentido de situá-la dentro da respectiva circunstância que se propõe. Num segundo momento, tecem-se algumas considerações sobre a análise da tarefa. Num terceiro momento, traça-se uma síntese teórica da avaliação ergonômica do trabalho humano. Num quarto momento, contempla-se a perspectiva do indivíduo durante o quadro de envelhecimento, à luz da leitura de Velázquez (1997). Num quinto momento, pretende-se apresentar alguns indicadores de saúde física de envelhecimento que podem repercutir no trabalho. Num sexto momento, resgata-se o campo de estudo sobre cognição e envelhecimento, ressaltando as habilidades cognitivas como a memória humana e o envelhecimento, bem como as subdivisões da memória estudada ao longo do curso. Outra função cognitiva empreendida diz respeito à atenção. Ainda em tempo, estudam-se a inteligência e suas modalidades, inteligência fluida e cristalizada, e, por último, apreciam-se a capacidade e processamento da informação no campo cognitivo, mais especialmente dos idosos.

Entende-se em primeira instância que

esses aspectos aqui enfatizados realçam com maior clarividência o fenômeno do envelhecimento. Simone Beauvoir (1990:265), abrindo o capítulo da sua obra *A velhice*, sob o subtítulo "A velhice na sociedade hoje", começa com uma afirmação estarcidora: "[...] todo mundo sabe: a condição das pessoas idosas é hoje escandalosa. [...] é preciso tentar entender por que a sociedade se acomoda tão facilmente a essa situação. De maneira geral, ela fecha os olhos para os abusos, os escândalos e os dramas que não abalam seu equilíbrio; não se preocupa mais com a sorte das crianças abandonadas, dos jovens delinqüentes, dos deficientes, do que com os velhos".

Essa merecida observação de Simone de Beauvoir apenas nos remete a nossa preocupação com a condição do envelhecimento. A ciência que compõe a sociedade e os cientistas que constituem a sua elite intelectual não podem se esquivar da temática do envelhecimento, não excluindo o idoso como mero objeto sucateado, mas sim incluindo-o, integrando-o na sociedade.

A temática justifica-se por tentar estudar o processo de envelhecimento dentro de um mosaico laboral, atendendo também às questões que perpassam o universo do envelhecimento. Pensa-se que se torna indispensável abordar o idoso na sociedade, mais estreitamente no seu ambiente laboral e quais reais condições lhe são oferecidas.

Portanto, como objetivo geral preende-se:

1) analisar, em linhas gerais, o idoso no seu processo de trabalho, ressaltan-

do as principais alterações significativas na saúde e na vida dos trabalhadores.

Como objetivos específicos tencionase:

- 1) compreender como o idoso se insere no contexto laboral, e se as reais condições e organizações de trabalho estão adequadas a sua atividade e ao bem-estar físico, mental e cognitivo;
- 2) enfatizar o processo de envelhecimento em sua relação com a saúde do indivíduo;
- 3) apresentar os indicadores do ritmo de envelhecimento que podem repercutir no trabalho;
- 4) ressaltar a atividade cognitiva no processo de envelhecimento.

Como recorte metodológico optou-se por efetuar uma pesquisa básica teórica (pesquisa bibliográfica), no sentido de reunir assuntos relativos ao envelhecimento e selecionar um tema específico que propiciasse o nosso intento.

## O Processo de Envelhecimento

Assinala Odebrecht (2002) que, devido às melhores condições socioeconômicas atuais e aos avanços da Medicina no diagnóstico precoce e no tratamento de doenças antes não controláveis, aumentaram a expectativa e, consequentemente, o percentual de pessoas idosas em todo o mundo. Até recentemente, as pessoas eram classificadas segundo a sua idade em duas classes:

## Melhores condições socioeconômicas atuais e avanços da Medicina aumentaram o percentual de pessoas idosas em todo o mundo

de 0 a 20 anos (juventude) e dos 20 aos 65 anos (maturidade).

Em virtude do aumento da expectativa de vida, Bortz (1995), citado por Odebrecht, sugere redefinir os intervalos em 0-40 anos juventude, 40-80 anos meia idade, 80-120 anos velhice. Na história recente, a velhice vem sendo subdividida, segundo Trindade et al (1999) e Santana (2001), citados por Odebrecht, de acordo com a classificação anglo-saxônica que se refere a três formas de velhice:

- Young old (jovem idoso) – de 65 aos 75 anos
- Old old (idoso idoso) – idosos propriamente ditos dos 75 aos 85 anos
- Oldest old ou very old (centenários) – aqueles que ultrapassam os 85 anos de idade.

O grupo de estudos da World Health Organization – Ageing and Work Capacity – definiu os trabalhadores idosos como as pessoas com mais de 45 anos, (WHO, apud KUMASHIRO, 2000, citado por ODEBRECHT, 2002).

### IDADE SÊNIOR

O Ministério do Trabalho japonês define como idosos os trabalhadores a partir de 45 anos e trabalhadores anciões com 55 anos ou mais.

As Nações Unidas definem os anciões como as pessoas com idade de 65 anos ou mais; na área da Geriatria, essas pessoas são classificadas como as que entraram na idade sênior.

Nas intervenções ergonômicas são considerados trabalhadores idosos os que têm entre 45 e 65 anos de idade (KUMASHIRO, 2000, citado por ODEBRECHT, 2002).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) não fixa uma idade para definir idosos, antes recomenda que essa idade seja determinada em cada país.

No Brasil são consideradas idosas as pessoas com mais de 60 anos. Essa idade também é usada como delimitador pela Organização Mundial da Saúde (OMS), quando divide estatisticamente a população acima e abaixo dos 60 anos (SANTANA, 2001, citado por ODEBRECHT, 2002).

No Brasil o número de idosos já é um dos maiores do mundo – 13,5 milhões de pessoas com mais de 60 anos, representando 8,7% da totalidade da população brasileira, no ano de 1999 (JANSEN, 1999, citado por ODEBRECHT, 2002).

Se o comportamento do crescimento dessa população não mudar, haverá em 2025, 30 milhões de idosos (TOSTA, 2000, citado por ODEBRECHT, 2002). O envelhecimento sempre esteve associado com a morte, com a degeneração do ser humano, com a falta de objetivos e com as doenças crônicas. Todavia, hoje as políticas públicas para o idoso não se limitam a tratar as doenças, mas investe-se em prevenção, buscando assim minimizar a incapacidade funcional das pessoas, o grau de limitações diárias das tarefas cotidianas, como ir ao banco, cozinhar, vestir-se, tomar remédios, reduzindo com isso os custos de hospitalizações (ODEBRECHT, 2002).

A veracidade da degeneração progressiva do ser humano, e por outro lado, a carência de informações sobre o potencial das pessoas idosas geraram muitos mitos e preconceitos que foram disseminados na sociedade e no meio industrial, transformando o envelhecer e a qualidade de vida em fenômenos antagônicos com graves consequências no campo social, político e econômico (HAYFLICK, 1997, citado por ODEBRECHT, 2002).

### TRABALHO É ALICERCE

Na análise de Odebrecht (2002), o aumento da expectativa de vida traz consigo a

A carência de informações sobre o potencial de pessoas idosas gerou muitos mitos e preconceitos que foram disseminados na sociedade e no meio industrial

longevidade populacional e, como consequência, o desafio da manutenção dessa vida. A permanência em atividade laboral por um período de tempo maior que 50, 60 ou mesmo 70 anos é uma hipótese a considerar, pois o trabalho é o alicerce fundamental na vida das pessoas, e elas se identificam com o trabalho. Uma considerável parcela das pessoas acima de 60 anos continua trabalhando, 3.916 milhões dos 13,5 milhões de brasileiros idosos, embora somente 499 mil estejam no mercado formal de trabalho.

Os idosos, apesar de estarem aposentados, continuam trabalhando por conta própria, fazendo trabalhos temporários, ajudando a família, entre outros, porque necessitam, aumentam a renda familiar, gostam ou desejam fugir do estigma de improdutivos. Odebrecht (2002) argumenta que, infelizmente, as condições em que o trabalho é realizado não foram projetadas para esse novo perfil de trabalhadores. Em muitos casos, estes já trabalham há anos em condições insalubres, perigosas ou não adequadas do ponto de vista ergonômico e já adquiriram alguma doença ou limitação decorrente das más condições de trabalho a que estiveram e continuam sujeitos.

### CAPACIDADE FUNCIONAL

Ilmarinen (1997, citado por ODEBRECHT, 2002) desenvolve uma pesquisa na Finlândia, demonstrando que dois terços dos trabalhadores com 55 anos ou mais têm algum diagnóstico de doença crônica, geralmente músculo-esquelética, cardiovascular ou mental. A prevalência de doenças crônicas aumenta durante os anos de trabalho, mesmo reduzindo-se o ritmo do trabalho. Ilmarinen constatou que a habilidade humana para o trabalho é baseada na capacidade funcional, e a habilidade para trabalhar depende da capacidade individual e das demandas do trabalho. Diante da constatação de que é crescente o número de trabalhadores em idade avançada que permanecem ou terão de permanecer em atividade, a OIT (1992:4) recomenda: "Será preciso que as condições de trabalho se adaptem a eles e a suas características de trabalho".

Embora o processo de envelhecimento dos trabalhadores seja uma temática recente nas academias e muitos ainda

considerem o assunto de pouco interesse, argumentando que é melhor investir na juventude do que esperar mais dos velhos, discordamos desse ponto de vista e pretendemos mostrar, ao longo desse estudo, a importância de estudar com mais proficiência as consequências do processo de envelhecimento no mundo do trabalho.

Na análise de Odebrecht (2002), a diversidade das condições de trabalho nas empresas brasileiras é enorme. Há empresas nas quais a legislação trabalhista é respeitada e considerada, bem como o trabalhador, contudo existem empresas nas quais o trabalhador é tratado como uma coisa, um objeto dentro do processo produtivo. Em virtude dessas diferenças, as consequências para a saúde, a satisfação e a qualidade de vida desses trabalhadores são muito grandes, fazendo com que o desgaste funcional seja excessivo, indo além do desgaste natural do envelhecimento.

O desafio é encontrar formas de evitar que o trabalhador sofra desgaste excessivo, o que é possível se houver mudança na função exercida

Esse desgaste excessivo do trabalhador compromete sua saúde e a performance no trabalho, e, mesmo que a pessoa ainda tenha necessidade de trabalhar, já não encontra mais emprego. O desafio é encontrar formas de evitar que o trabalhador, ao longo dos anos de atividade laboral, sofra um desgaste excessivo, e isso só será possível se houver uma interferência antecipada na forma de trabalho (no posto, na função exercida, na organização do trabalho ou no ambiente). Na maioria dos casos há um total desconhecimento do trabalhador, da atividade de trabalho, de como o trabalhador está envelhecendo e que limitações devem ser levadas em consideração ao envelhecimento.

Logo, para que uma vida saudável possa ser usufruída pelas pessoas, torna-se indispensável repensar o seu trabalho e a forma de executá-lo. Portanto, é necessário levar em consideração três fatores

além do envelhecimento biológico: a saúde, o estilo de vida e o trabalho (ILMARINEN, 1997, citado por ODEBRECHT, 2002).

Contudo, se o trabalho foi projetado para ser executado por um trabalhador na sua melhor performance, para os demais trabalhadores advirá:

- um desgaste excessivo, que se agrava à medida que o trabalhador envelhecer;
- um aumento de estresse e o consequente prejuízo à saúde;
- um acréscimo de erros e acidentes;
- um aumento de problemas e defeitos nos produtos afetando a qualidade da produção.

### QUALIFICAÇÃO BAIXA

Conforme salientam Pitkänen et al. (1997, citado por ODEBRECHT, 2002), freqüentemente tem-se argumentado que os trabalhadores idosos têm uma qualificação baixa e não são capazes de aprender novas habilidades. Resultados de estudos recentes têm apresentado que o trabalhador idoso de hoje não corresponde mais ao paradigma do passado, e que os efeitos positivos de treinamentos têm-se mostrado independentes da idade dos trabalhadores. Esses estudos ainda revelam as vantagens de se ter trabalhadores idosos e que, apesar de terem uma atitude mais cautelosa no trabalho, se comparados aos mais jovens, os idosos realçam um compromisso mais forte com o trabalho e a organização.

O idoso possui atributos como serenidade, experiência, detenção da cultura da empresa, do know-how gerencial e administrativo para o sucesso de qualquer empreendimento.

Bacelar (1999, citado por ODEBRECHT, 2002) encontrou grande diferença de comportamento entre idosos produtivos e não produtivos. O autor observou que, no grupo dos não produtivos, o "idoso" é subestimado, visto como um incômodo e superado. Se não dispõe de uma atividade ou não lhe permitem tê-la, ele se considera inútil, torna-se desenganado, pessimista, sem objetivo, dependente, deprimido, frustrado, acomodado e individualista. Já no grupo dos produtivos os indivíduos sentem-se participantes, úteis, necessários.

As pessoas com uma atitude mais otimista em relação à vida têm cérebros mais vivos; além disso, a maioria dos declínios percebidos com a idade têm influência direta de fatores externos ao indivíduo, podendo ser evitados se medidas eficazes (cuidado com a alimentação, uso de drogas no trabalho e ambiente social) forem tomadas (FISK, 1993, citado por ODEBRECHT, 2002).

A maioria dos declínios percebidos com a idade têm influência direta de fatores externos ao indivíduo e podem ser evitados

mista em relação à vida têm cérebros mais vivos; além disso, a maioria dos declínios percebidos com a idade têm influência direta de fatores externos ao indivíduo, podendo ser evitados se medidas eficazes (cuidado com a alimentação, uso de drogas no trabalho e ambiente social) forem tomadas (FISK, 1993, citado por ODEBRECHT, 2002).

A tendência dos estudiosos do envelhecimento é concordar com Roizen (1999), Robledo (1994) e Weeks e James (1999) (apud ODEBRECHT, 2002), quando enfatizam que o envelhecimento depende da forma como o ser humano interage biológica, psicológica e socialmente com o meio, tendo como reflexo dessa interação a sua capacidade funcional.

Robledo (1994, citado por ODEBRECHT, 2002) afirma que a habilidade para o trabalho está baseada na capacidade funcional. Os recursos físicos, mentais e sociais interagem fortemente e modificam-se com a idade. As mudanças e o aparecimento de sinais fisiológicos normais do envelhecimento não devem ser vistos como limitantes para nenhum indivíduo, pois fazem parte de um processo que, quando não envolve doenças, necessita apenas de modificações ambientais e sociais adequadas, como em qualquer processo de evolução pelo qual todo ser vivo passa desde sua concepção. A variabilidade entre as pessoas aumenta com a idade – as pessoas mais velhas tornam-se menos parecidas umas com as outras.

### ENVELHECIMENTO PRECOCE

Um dos primeiros livros que contempla o assunto "envelhecimento dos trabalhadores na indústria" foi publicado na Grã-Bretanha em 1955 pelos economistas Lé Cros, Clark e Dunne sob o título *Aging in Industry*. Os autores buscavam a correspondência entre exigências do trabalho e a evolução de aptidões individuais influenciadas pelo processo de envelhecimento. No entanto, a ideia de que algu-

mas profissões aceleram o envelhecimento não é nova. Ramazzini, em *De morbis artificum diatriba* de 1700, já alertava para o problema das condições de trabalho e sua influência direta na saúde e no envelhecimento precoce.

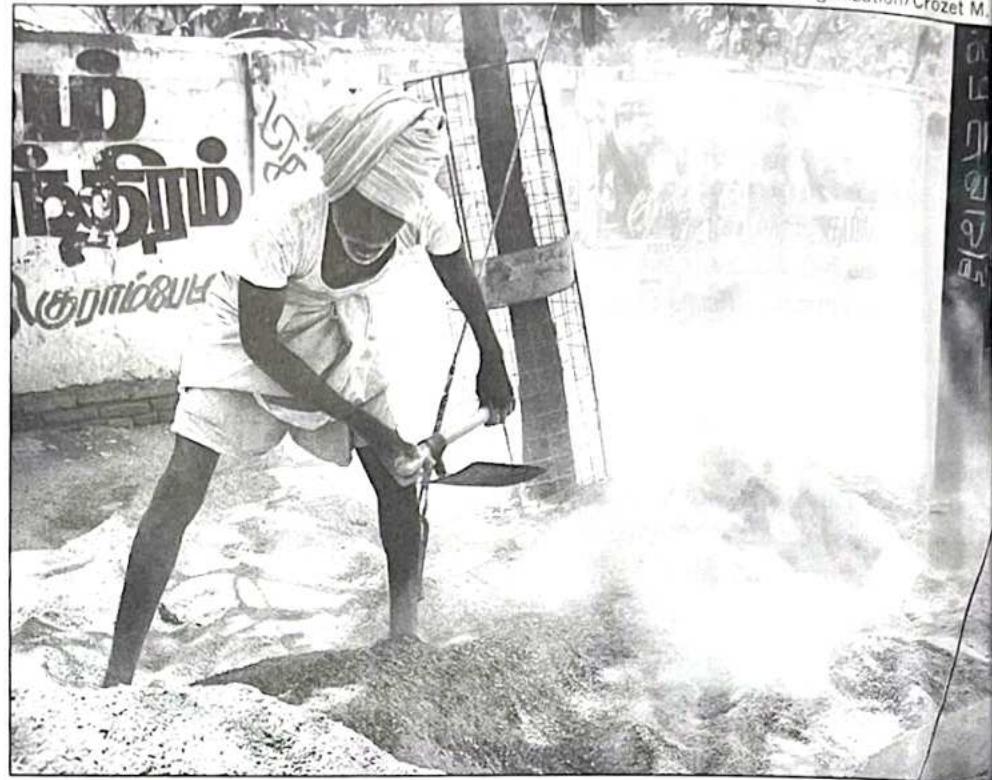
Santos (2001), em sua obra *A fadiga psíquica na indústria*, expõe claramente a temática do envelhecimento precoce dos trabalhadores. Segundo a autora, na indústria o envelhecimento constitui uma das marcas do desgaste operário vivenciado no antro fabril. O envelhecimento precoce não poupa ninguém, corroendo assim até a alma das pessoas.

Com o desenvolvimento industrial em curso e o impasse das guerras mundiais, agravou-se a escassez da força de trabalho jovem na indústria, e, por conseguinte, os trabalhadores mais velhos compunham a força de trabalho. Nesse sentido, os trabalhadores mais idosos sofreram dificuldades de se adaptar ao excessivo ritmo exigido nas linhas de montagens. Consequentemente, a adaptação às novas condições de trabalho se fazia absolutamente indispensável. Todavia, o espaço fabril era autoritário, centralizado, e o trabalhador idoso teve que se submeter para sobreviver, em detrimento da sua saúde e seu bem-estar.

Os estudos realizados no período compreendido entre 1960 e 1970 buscaram conhecer os mecanismos de envelhecimento, as condições de aprendizagem relacionadas às idades e as condições de trabalho. Concluem que, quanto menor a qualificação dos trabalhadores, maiores são suas dificuldades para encontrar trabalho, sendo este freqüentemente o caso dos trabalhadores idosos (VERCRUYSSEN et al., 1996, citado por ODEBRECHT, 2002).

Observa-se que as companhias de Primeiro Mundo sempre lidaram com o envelhecimento de forma mais simples possível. Com a abundância de trabalhadores jovens qualificados, o tra-

**Com a abundância de trabalhadores jovens qualificados, o trabalhador idoso é sistematicamente dispensado**



▲  
Merayandi, 65 anos, é um trabalhador não-especializado. Ele recebe por tarefa. Subúrbio de Madras, Índia

balhador idoso é sistematicamente dispensado. A questão passa pela preferência em dispensar o trabalhador com altos salários e, portanto, o que trabalha há mais tempo na empresa. Este trabalhador é trocado por um trabalhador mais jovem, geralmente mais barato e inexperiente, mas que, supostamente, sabe usar a última tecnologia. Com isso o tempo de vida ativa das pessoas no trabalho é cada vez mais reduzido.

Rogers e Fisk (2000), citados por Odebrecht (2002), ressaltam que o trabalhador idoso está disposto e é capaz de aprender a usar as novas tecnologias, apesar de ser muito mais lento do que os jovens no aprendizado. Na experiência descrita por Huuhtanen et al. (1997, citado por ODEBRECHT, 2002), o primeiro passo para minimizar os conflitos gerados pela competição nociva entre as gerações é a disseminação do conhecimento do processo de envelhecimento, buscando uma mudança de atitude, tanto dos supervisores quanto dos próprios trabalhadores.

#### RENDA FAMILIAR

A proporção de trabalhadores acima de 45 anos de idade na força total está au-

mentando e aumentará nas próximas décadas (MOLINÉ, 1998, citado por ODEBRECHT, 2002). No Brasil dados do IBGE indicam que 40% das pessoas com mais de 70 anos continuam trabalhando e gerando a metade da renda familiar (PASTORI, 2001). Estima-se que esses trabalhadores provavelmente já não terão mais o mesmo perfil da força de trabalho de anos atrás, estando hoje em dia, mais preparados e com uma formação profissional maior.

Os estudos realizados nos países industrializados mostram que a produtividade dos trabalhadores aumenta com a idade até os 40 anos ou 50 anos, para depois começar a declinar (KINSELLA, 1994, citado por ODEBRECHT, 2002). Segundo Bacelar (1999, citado por Odebrecht (2002), a produtividade constitui um elemento fundamental para o equilíbrio físico e mental de uma pessoa. A sensação de estar integrado, de pertencer a um grupo e/ou a uma sociedade está mais calcada no fato de ser produtivo. Isso é, sentir-se útil, fora dos seus deveres estritamente pessoais.

O trabalho proporciona esta integração, já que ao exercê-lo o trabalhador ultrapassa a barreira do individual, mesmo

que este seja realizado sem remuneração formal, tal como no trabalho voluntário.

## A Análise da Tarefa

Análise da tarefa de cada profissão pode auxiliar a esclarecer a relação entre algumas disfunções encontradas no trabalho que podem ou não estar relacionadas com o tempo em que o trabalhador exerce a profissão. Cada tarefa, na concepção de Odebrecht (2002), tem seus próprios equipamentos e constrangimentos específicos, alguns dos quais podem ser onerosos com a idade, tais como: intensas e contínuas cargas físicas de trabalho, constrangimento postural, ritmos e tempos rígidos, alta precisão, trabalho em turnos diferentes.

Rohmert (1983), citado por Odebrecht (2002), após analisar os diversos tipos de trabalho humano concluiu que todos podem ser classificados segundo o conteúdo das tarefas em cinco classes básicas:

- 1) geração de força;
- 2) coordenação sensório-motora;
- 3) transformações de informações em reações;
- 4) transformações de informações de entrada em informação de saída;
- 5) geração de informações.

Cresce tipo de trabalho que envolve atividades do cérebro-memória-atenção, criação, inteligência (...)

Assim, o trabalho com exigências predominantemente não corporais tende a crescer. É o tipo de trabalho que exige movimentos precisos e principalmente o que envolve atividades do cérebro-memória-atenção, criação, inteligência. Possui uma forte influência psicológica (competência, capacidades, preocupações e das emoções: medo, tristeza, alegria, raiva).

Com efeito, quanto maior o esforço físico, menor é a capacidade para o trabalho ao longo dos anos, o que reforça a tese de que a capacidade física diminui mais acentuadamente com a idade

do que as outras capacidades (mental, social, do ser humano).

## A Avaliação Ergonômica do Trabalho Humano

Para atender às especificidades de cada indivíduo nas diversas organizações, o planejamento e o desenvolvimento do local de trabalho devem permitir que o trabalhador permaneça saudável e produtivo. É necessário que os envolvidos com as avaliações desses locais possam perceber disfunções e prever futuros agravos da situação encontrada, quanto à análise ergonômica, realizada de forma a contemplar as mudanças fisiológicas, cognitivas e as habilidades de cada indivíduo. Torna-se indispensável, nesse contexto, ater-se à idade do trabalhador, levando-se em consideração as individualidades de cada um e não apenas orientações genéricas que não contemplam as reais necessidades dos trabalhadores idosos.

Infelizmente, nesse contexto geral, com o envelhecimento ocorre uma seleção dos mais aptos, dos mais saudáveis, e somente estes permanecem trabalhando em faixas etárias mais avançadas. Geissler (1997) e Karazman et al. (1997), citados por Odebrecht (2002), sublinham que existem fatores psicosociais que aumentam com a idade, tais como fatores interpessoais. Entre esses fatores se encontram: o comportamento injusto de superiores e colegas é experiente de forma mais forte entre os idosos, a falta de reconhecimento é um fator estressor para idosos, o desapontamento e a raiva dos gerentes, novos regulamentos, cortes econômicos e decisões ergonômicas inconvenientes que interferem de forma mais acentuada na performance dos idosos.

### PRINCÍPIOS DO ENVELHECIMENTO

Nagamachi (2000), citado por Odebrecht (2002), sugere que, para atender as pessoas idosas, é necessário conhecer os princípios do envelhecimento, avaliar as

posturas de trabalho, as cargas de trabalho e implementar uma ergonomia participativa. Torna-se urgente que os trabalhadores idosos possam trabalhar em boas condições de saúde e segurança.

Kumashiro (2000), citado por Odebrecht (2002), considera necessário levar também em conta os aspectos psicológicos do trabalhador como (in) satisfação, (des) motivação, (des) qualificação, (in) dignidade, (in) adequação, (in) utilidade, (in) competência, (in) adaptação, relacionados diretamente à organização do trabalho.

## O Envelhecimento e a Saúde do Indivíduo

Velázquez et al. (1997) tecem algumas considerações sobre o envelhecimento. Na acepção dos autores, durante o envelhecimento do indivíduo produz-se uma diminuição de certas faculdades, que é necessário ter em conta para evitar sobrecargas desnecessárias durante o trabalho.

No fenômeno do envelhecimento os autores salientam apenas os fatores relacionados à carga mental. Nesse sentido, afirmam que desde o nascimento começa uma série de fenômenos que nos acompanha toda a vida:

- 1) diminuição do metabolismo basal;
- 2) redução do número de neurônios e sua atividade;
- 3) degradação contínua da agudeza auditiva, e da amplitude da acomodação visual e da transparência do cristalino;
- 4) aumento dos tempos de reação, sobretudo das ações mais complexas;
- 5) degradação do sistema nervoso, com 20% de redução dos neurônios, aproximadamente, até os 60 anos.

Na leitura de Velázquez et al. (1997) torna-se indispensável especificar alguns fenômenos concretos que se dão pela importância que oferecem no momento da execução das tarefas, como sobrecargas ou cargas excessivas de trabalho:

- redução da aptidão muscular e cardiovascular;
- aumento progressivo da pressão arterial média;

- redução da massa celular ativa rica em potássio, com acréscimo do tecido adiposo e conjuntivo;
- transformação do tipo de macrocélulas da matriz intercelular provocando a aparição e o desenvolvimento de artroses;
- para um mesmo critério há diferentes resultados, em função do tratamento físico mental, assim como do estilo de vida (sedentarismo, alimentação, álcool, drogas, cigarro, entre outros).

### **FREQUÊNCIA CARDÍACA**

Segundo Velázquez et al. (1997), quando no meio laboral ocorrem agressões, o nível de respostas e aquelas vão se reduzindo ao avançar a idade (menor tolerância). Assim, se tem comprovado que:

- em cargas moderadas as respostas são iguais, mas em cargas fortes se eleva mais a freqüência cardíaca, e retarda mais a normalização em pessoas que envelhecem;
- com a idade diminuem o consumo máximo de oxigênio e a freqüência cardíaca máxima, o que permite ainda mais a resposta ante aumentos de carga física;
- maiores riscos com a idade, ou transtornos ligados à deterioração e a vascularização como infartos por esforços;
- dificuldade de trabalhar em ambientes quentes, assim como manter sua temperatura corporal em ambientes frios;
- dificuldades de sono se submetidos a horários irregulares.

Apontam Velázquez et al. (1997) que, em uma idade determinada, o estado físico e mental é uma combinação entre o envelhecimento próprio do organismo e os efeitos da vida social e profissional, mas as atitudes físicas e psicológicas, que de forma geral diminuem, dependerão muito do nível de exigência determinado nas diferentes tarefas, do hábito adquirido e do tipo de exigência para cada momento da idade. Nas diferentes inves-

**Os efeitos da vida social e profissional dependerão do nível de exigência determinado nas diferentes tarefas em cada momento da idade**

- tigações sobre o tema se conclui:
- conforme envelhecem, suportam menos as posturas difíceis;
  - a partir dos 40 – 45 anos se tolera muito mal o trabalho em turnos rotativos;
  - limitação crescente da capacidade física com a idade;
  - aumento do tempo de reação simples (maior se complexa);
  - redução da quantidade de informação que se trata na unidade de tempo e dificuldades na execução com êxito de dupla tarefa;
  - quanto à aprendizagem de novas tarefas, o trabalhador que envelhece diminui suas aptidões para essa aprendizagem;
  - conservação das capacidades gerais da aprendizagem;
  - conservação da memória em longo prazo e do vocabulário;
  - conservam-se sem alterações sensíveis as habilidades manuais difíceis;
  - os diferentes aspectos da inteligência se degradam pouco com a idade quando foram favorecidos na juventude, sobretudo nos aspectos superiores da inteligência, como criatividade, juízos globais etc.

Assim, na interpretação de Velázquez et al. (1997), para os trabalhadores que envelhecem se deveria ter presente quais faculdades se degradam, e quais se conservam e se potenciam, a fim de conseguir que a execução de seu trabalho seja satisfatória, e não se deveriam introduzir sobrecargas adicionais desnecessárias. Nesse sentido, teria que se adaptar o trabalho às condições favoráveis para os trabalhadores que vão crescendo com a idade.

## **Os indicadores no ritmo de envelhecimento que podem repercutir no trabalho**

### **1) Capacidade para o trabalho**

Autores como Roizem (1999) e Chopra (1994), citado por Odebrecht (2002), propõem que é possível viver mais e melhor,

sofrer com menos doenças e invalidez mudando hábitos e estilos de vida ainda quando se é mais jovem. O desafio de atingir uma idade avançada com saúde plena já pode ser vislumbrado com os avanços na área geriátrica. A boa saúde física e mental compatível com a idade, está diretamente relacionada com o potencial para realizar o trabalho. Além disso, a capacidade para o trabalho está diretamente relacionada com o envelhecimento bem-sucedido.

A qualidade de vida do indivíduo e sua produtividade estão relacionadas com a qualidade do trabalho. Se as condições de trabalho são adequadas e a pessoa começou trabalhando com uma idade adequada, tem-se um resultado diferente na avaliação e na interferência do envelhecimento no organismo do trabalhador, se este for comparado à pessoa que tra-

A idade afeta o desempenho profissional, mas também é indiscutível que as condições com que o trabalho é realizado têm grande influência no binômio trabalho-produtividade

lha em um local inadequado ou começou a trabalhar muito jovem. Portanto, é indiscutível que a idade afeta o desempenho profissional, mas também é indiscutível que as condições com que o trabalho é realizado têm grande influência no binômio trabalho-produtividade. O desafio consiste em conseguir manter o nível de produtividade ao longo da vida laboral, preservando o indivíduo, sua saúde e seu bem-estar.

### **2) As influências dos fatores externos**

Com o avanço da idade ocorrem mudanças fisiológicas e psicológicas devido a processos externos tais como: influências ambientais, estilo de vida e fatores psicosociais. Fisk (1998), citado por Odebrecht (2002), considera que a maioria do declínio percebido com a idade possui influência direta de fatores externos e, portanto, é evitável, se medidas eficien-

... forem tomadas quanto a estilos de vida, ambiente laboral e ambiente social (rádios, televisão, internet, entre outros).

**Principais indicadores de saúde física do processo de envelhecimento** Segundo Odebrecht (2002), pouco ou quase nada se conhece sobre os indicadores da vida do ser humano, no período que vai da maturidade até a velhice ou terceira idade. Fedrigo (2000), citado por Odebrecht (2002), sublinha que o organismo humano passa por quatro fases ao longo de sua existência: desenvolvimento, juventude, maturidade ou estabilização e envelhecimento.

De acordo com o autor, é possível identificar entre as três primeiras fases marcadouros físicos e fisiológicos da transição entre elas. O envelhecimento manifesta-se por declínio das funções dos diversos órgãos que, caracteristicamente, tende a ser linear em função do tempo, não se conseguindo definir um ponto exato de transição como nas demais fases.

Com efeito, assinalamos alguns indicadores como:

**1) Altura** – A mudança na aparência de um idoso é visível. A redução da altura acontece com a mesma intensidade em ambos os sexos, 0,15 mm por ano começando aos 30 anos de idade. As extremidades tornam-se mais finas (por perda e atrofia de fibras musculares), e o tronco, mais grosso (associado à obesidade);

**2) Arcada dentária** – A mudança deve-se à alteração dos hábitos de mastigação, que são acentuados. O número de cáries aumenta com a idade, bem como a probabilidade de doença periodontal;

**3) Variação de peso e obesidade** – Por volta dos 55 – 75 anos há perda de tecido magro, massa muscular, água e massa óssea, fazendo com que o peso diminua (HAYLICK, 1997, citado por ODEBRECHT, 2002). Com o envelhecimento existe a perda gradativa de tecido ósseo, mais acentuado nas mulheres e ocorrendo também em ambos os sexos, após os 50 anos. A perda óssea depende da massa óssea da pessoa na maturidade, do estilo de vida (sedentário ou não, mudanças nas concentrações hormonais e fatores nutricionais);

**4) Força física** – Com o envelhecimento por volta dos 40 anos, o trabalhador perderá gradativamente sua força muscular, processo que se acentua a partir dos 60 anos, até restar em média somente 20% a 40% da original. Nos trabalhadores idosos é nítida a deficiência dos movimentos de maior habilidade;

**5) Reação de estímulos e tempo dos movimentos** – Uma das maiores mudanças associadas ao envelhecimento é a lentidão das atividades sensório-motoras. Tempos de reação e de movimentos são rápidos antes dos 20 anos e decrescem à medida que aumenta a idade. Segundo Pitella (1998), citado por Odebrecht (2002), a partir dos 40 – 60 anos de idade há um declínio ponderal do encéfalo, discreto e lentamente progressivo. Esse declínio implicará a diminuição da velocidade de condução nervosa, e a organização psicomotora pode ficar entre 10% e 15% mais lenta;

**6) Risco de acidentes** – Clouter e Champouse (1997), citados por Odebrecht (2002), encontraram indícios em pesquisas realizadas com bombeiros de que a exposição a certas tarefas críticas decresce com a idade, bem como as estratégias defensivas utilizadas por eles;

**7) Visão** – A maior parte da capacidade de focar um objeto a pequenas e grandes distâncias é perdida até os 45 anos (GUYTON, 1988). Com o avanço da idade os problemas visuais mais comuns são: catarata, glaucoma e degeneração da mácula. A acuidade visual para estímulos próximos ao observador começa a diminuir perceptivelmente para a maioria das pessoas, ocorrendo na visão para longe após os 40 anos. Outro elemento agravante é o ofuscamento, cujo efeito maior ocorre com pessoas a partir de 45 anos de idade. A distinção das cores reduz-se após 70 anos. A perda da sensibilidade na percepção das matizes provenientes de ondas curtas do extremo azul-verde do espectro é maior do que as matizes dos comprimentos de ondas mais longas (como o extremo vermelho do espectro);

**8) Audição** – Cerca de 39% das pessoas com mais de 65 anos apresentam alguma dificuldade para audição (GORDON-SALANT, 1996, citado por ODEBRECHT, 2002). Quando a perda auditiva for maior do que 40 decibéis, nas freqüências da fala, poderá interferir na qualidade de vida da pessoa, com importantes dificuldades psicológicas. A perda auditiva traz prejuízos para as pessoas idosas, pois se encontram incapacitadas de perceber a fala e de compreender muitas vezes o contexto a sua volta.

## A cognição e o envelhecimento

Vieira e Koenig (2002) afirmam que a cognição constitui o termo empregado para descrever toda a esfera de funcionamento mental que implica as habilidades de sentir, pensar, perceber, lembrar, raciocinar, formar estruturas complexas de pensamento, e a capacidade para produzir respostas às solicitações e aos estímulos externos. As características próprias de cada indivíduo, como idade, nível de escolaridade, interesses, comportamento, saúde, atividades que desenvolve, quantidade de estímulos a que é exposto, além dos aspectos psicoemocionais e socioculturais, influenciam sobremaneira as habilidades e as capacidades cognitivas.

Com efeito, durante o processo de envelhecimento humano é possível observar mudanças no desempenho de algumas habilidades cognitivas, embora esses prejuízos não afetem necessariamente a vida cotidiana das pessoas idosas e seus familiares. Howieson et al. (1997), citados por Vieira e Koenig (2002), realizaram um estudo no Canadá sobre saúde e envelhecimento, relatando que 30% de indivíduos com 65 anos e mais tinham algum grau de incapacidade cognitiva, sem diagnóstico de demência. Valores idênticos de prejuízos cognitivos (30,2%) foram encontrados em amostras da população brasileira em pesquisa conduzida por Ramos et al. (1998).

Em outro estudo organizado por Allegri et al. (1999) sobre queixa de per-

da de memória no processo de envelhecimento os autores descrevem que 50% dos idosos saudáveis relatam ter prejuízos nessa área, embora 60% deles obtenham resultados normais em testes neuropsicológicos. Destes, 20% têm rendimentos alterados devido a quadros de ansiedade ou depressão, e somente 20% apresentam alterações patológicas.

A memória é essa incrível habilidade que possuímos de armazenar informações e conhecimentos sobre nós mesmos e o mundo que nos cerca

Yassuda (2002) enfatiza que a memória constitui uma das mais importantes funções cognitivas do homem. A memória é essa incrível habilidade que possuímos de armazenar informações e conhecimentos sobre nós mesmos e o mundo que nos cerca. Ela é a base para o desenvolvimento da linguagem, do reconhecimento das pessoas e dos objetos que encontramos todos os dias.

### 1) Memória humana e o envelhecimento

Segundo Yassuda (2002), diversos modelos teóricos foram elaborados para representar o funcionamento da memória humana. Entretanto, o modelo de processamento de informações é o mais freqüentemente usado pelos pesquisadores cognitivos. Esse modelo teórico compara o funcionamento da memória ao funcionamento de um computador. De acordo com esse modelo, a memória é composta por estruturas e processos que são responsáveis pela passagem da informação do sistema.

As estruturas da memória seriam comparáveis ao hardware do computador, e os processos representariam o software. Como um computador, postula-se que a memória humana tenha um processador executivo central e estruturas de arquivo. Essa analogia com o computador facilitou o progresso das pesquisas sobre o envelhecimento cog-

Como um computador, postula-se que a memória humana tenha um processador executivo central, estruturas de arquivo

nitivo, pois tornou possível a investigação dos efeitos do envelhecimento para cada componente do sistema.

Após a elaboração de um modelo teórico satisfatório que pudesse apresentar o funcionamento da memória, o grande objetivo dos pesquisadores foi examinar de que maneira os diversos aspectos da memória são afetados pelo envelhecimento. Sabe-se, em geral, que em testes de memória pessoas jovens apresentam melhor desempenho que pessoas mais velhas. O envelhecimento, mesmo na ausência de patologias graves, leva gradualmente a um declínio modesto, mas significativo da memória, atualmente chamado de comprometimento cognitivo leve.

É importante salientar que alguns aspectos da memória são mais afetados pelo envelhecimento que outros, e, apesar do declínio em algumas funções da memória, a grande maioria das pessoas em terceira idade mantêm habilidades cognitivas suficientes para permanecerem independentes até idades mais avançadas. Há grande variabilidade entre indivíduos na intensidade dos efeitos do envelhecimento sobre a memória. Alguns são claramente mais afetados que outros e muitas vezes de maneiras diversas. De acordo com a literatura, alguns fatores determinam a magnitude dos efeitos do envelhecimento sobre a memória, tais como composição genética da pessoa, nível educacional, nível socioeconômico, estilo de vida, acuidade visual e auditiva, relações sociais, entre outros.

#### a) Memória semântica e memória episódica

Algumas modalidades de memória, na ótica de Yassuda (2002), parecem mais resistentes aos efeitos do envelhecimento biológico. Uma dessas modalida-

Alguns fatores determinam a magnitude dos efeitos do envelhecimento sobre a memória.  
Largo da Alfândega, Florianópolis

dades é a memória semântica, isto é, a capacidade de registrarmos informações lingüísticas. A memória semântica registra informações verbais como nomes de pessoas e lugares, descrições de acontecimentos, vocabulários, significados, e normas semânticas e sintáticas de idioma. Essa habilidade é pouco afetada pelo envelhecimento. Este é um dos resultados mais bem aceitos na literatura gerontológica e cognitiva.

Segundo Vieira e Koenig (2002), a memória para fatos ou semântica comprehende os conteúdos verbais comumente designados como envelhecimento. Em contrapartida, a memória episódica, ou a capacidade de gravar informações sobre eventos ocorridos recentemente, parece bastante sensível ao envelhecimento.

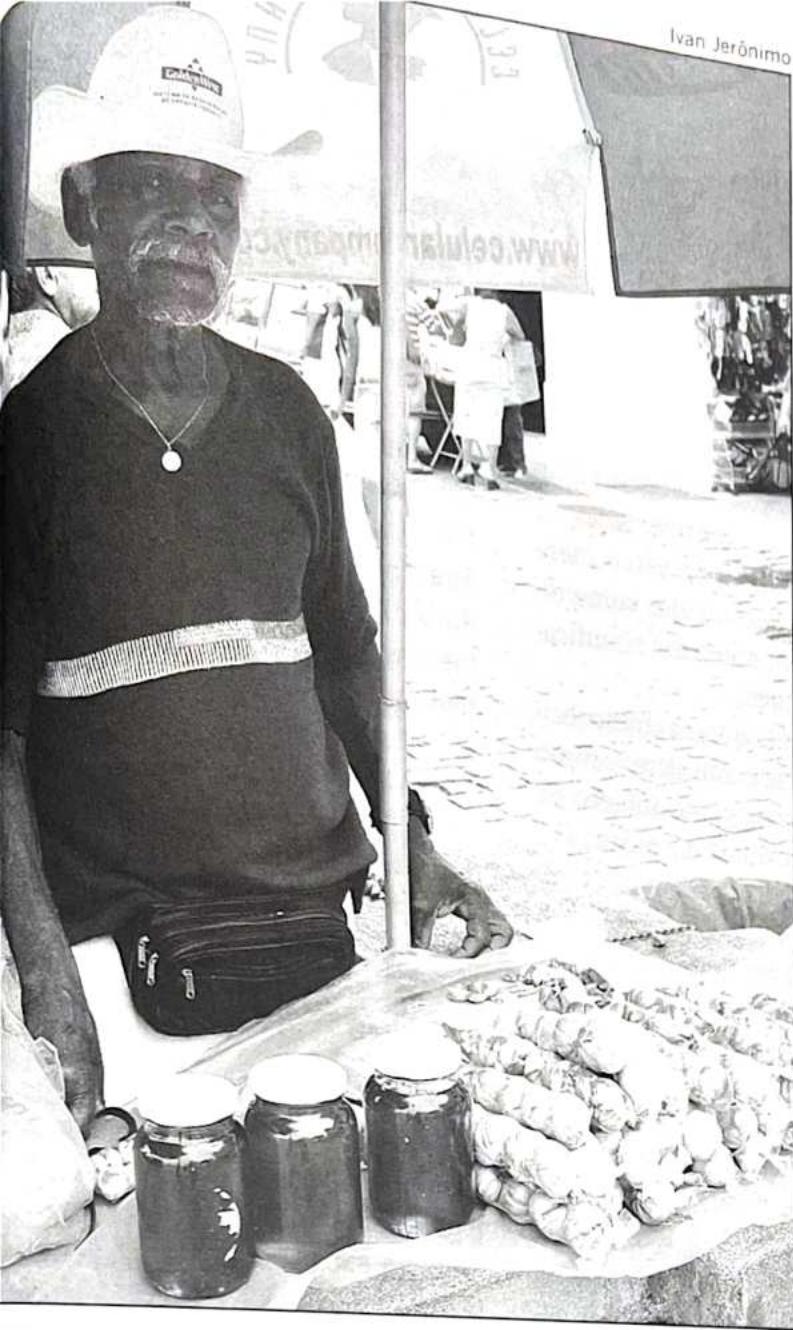
Na análise de Vieira e Koenig (2002) a memória tende a piorar com a idade e relaciona-se mais com a dificuldade de atuar no ambiente do que de aprender coisas novas.

A memória semântica e a memória episódica são modalidades de memória declarativa ou explícita, relativa ao armazenamento e ao uso consciente de experiências prévias, pertencendo à memória de longo prazo.

#### b) Memória explícita e memória implícita

Um outro conceito, na visão de Yassuda (2002), que remete ao estudo do envelhecimento cognitivo, é a diferença entre a memória explícita e a implícita. Em testes de memória explícita, a pessoa sabe que a tarefa envolve memorização e faz um esforço consciente para memorizar palavras, textos ou imagens. Em testes de memória implícita a pessoa não tem consciência do processo de memorização. A memória implícita é uma modalidade de memória de longo prazo, não declarativa, processual.

Yassuda (2002) argumenta que, para o estudo do envelhecimento hu-



A memória implícita é bastante preservada ao longo do envelhecimento, enquanto a memória explícita é negativamente afetada

mano, a distinção entre memória implícita e explícita é importante, pois a literatura cognitiva mostra que a memória implícita é bastante preservada ao longo do envelhecimento, enquanto a memória explícita é negativamente afetada. Isso significa que, quando idosos e jovens são comparados em testes de memória implícita, poucas diferenças são encontradas. Entretanto, em testes de memó-

ria explícita, como os de memória episódica, aparecem diferenças significativas a favor dos jovens. Portanto, segundo os pesquisadores, a memória implícita é menos afetada pelo envelhecimento do que a memória explícita.

#### c) Memória de procedimentos

Essa modalidade de memória não requer um esforço consciente e deliberado por parte do indivíduo para que ela entre em ação. Usamos a memória de procedimentos para realizar ações rotineiras devido ao excesso de prática, já que se tornaram automáticas, como dirigir um automóvel, operar um forno de microondas, escovar os dentes, entre outras ações. Tem-se mostrado bastante resistente aos efeitos do envelhecimento.

#### d) Memória sensorial, de curto prazo e de longo prazo

Yassuda (2002) expõe que a memória sensorial corresponde ao registro inicial que fazemos de uma enorme quantidade de informações captadas pelos nossos sentidos durante a vigília. Esse registro pode ser visual, auditivo, táctil, olfativo, gustativo e proprioceptivo. O traço da memória sensorial desaparece quase imediatamente e somente permanecerá no sistema se receber atenção ou interpretação, quando será transferido para a memória de curto prazo. Pesquisas sugerem que a memória sensorial, em si, é relativamente preservada ao longo do envelhecimento.

A memória de longo prazo – ou a capacidade que temos de manter informações gravadas por longos períodos ou tempo – também se tem mostrado bastante estável e pouco atingida pelo envelhecimento, segundo registram as pesquisas.

A memória de curto prazo é descrita como o centro da consciência humana, pois abriga nossos pensamentos e as informações a que estamos dando atenção no momento. Entende-se que a capacidade da memória de curto prazo é limitada, podendo processar até sete itens simultaneamente, por um tempo limitado estimado em 20 segundos. Após esse período a informação é descartada ou é transformada em memória de longo prazo, através de múltiplas repetições ou associações.

A memória de curto prazo é ainda subdividida em memória primária e memória operacional. A memória primária refere-se à capacidade de manutenção passiva de alguns poucos itens na memória, quando repetimos mentalmente um endereço até anotarmos a informação. A memória operacional, entretanto, é o componente ativo da memória de curto prazo, sendo responsável pela nossa capacidade de manter informações na memória e, ao mesmo tempo, utilizá-las na resolução de problemas e na tomada de decisões, mesmo quando novas informações continuam chegando.

# Idosos apresentam déficits significativos em tarefas que exigem a manutenção e a manipulação simultâneas de informação

A literatura cognitiva indica que a memória primária é pouco afetada pelo envelhecimento, pois adultos de diversas idades conseguem manter aproximadamente sete itens na memória, por um breve espaço de tempo; entretanto, os idosos apresentam déficits significativos em tarefas que exigem a manutenção e a manipulação simultâneas de informação.

## 2) Atenção

Outra função cognitiva bastante estudada na análise de Vieira e Koenig (2002) é a atenção, que pode ser teoricamente subdividida em seletiva e dividida. Na atenção seletiva as fontes relevantes e irrelevantes de informações são definidas durante o desempenho da tarefa, permitindo que somente as informações relevantes sejam localizadas.

Na atenção dividida ambas as fontes de informações são relevantes e devem receber atenção simultânea. O decréscimo na atenção seletiva decorrente do processo de envelhecimento não é aceito de forma unânime entre os pesquisadores. Já a existência de decréscimo na atenção dividida é mais evidente e mais bem aceita. As alterações de atenção acabam influenciando o desempenho de outros domínios cognitivos, tais como a memória, a linguagem e as funções executivas (SEGEL et al., 1999, citados por VIEIRA e KOENING, 2002).

O envelhecimento normal deixa relativamente intactas as habilidades lingüísticas como o vocabulário e o processamento sintático, mas altera funções relativas aos seguintes aspectos (DAMACENO, 2000, citado por VIEIRA e KOENING, 2002):

a) Nível Semântico – lexical, ou seja, a capacidade de lembrar palavras durante a conversação, de nomear objetos, de desempenhar tarefas que exigam influência verbal;

b) Nível Discursivo – aparecem dificuldades narrativas, com inferências, sumarizações e interpretação moral das estórias, dificuldades na descrição de procedimentos e na conversação, devido à dificuldade na compreensão da fala do interlocutor e a problemas de falta de clareza do enunciado.

## 3) Inteligência

No latim, *intelligere* ou *intelligere* significa “escolher entre” e eram palavras usadas para designar processos mentais envolvidos em atividades como reconhecer, discernir, aprender significados, fatos e verdades.

Neri (2002) observa que, na cultura ocidental, a inteligência é considerada como a base da aprendizagem, da solução de problemas, do raciocínio e do ajustamento. Nesse sentido, constitui um dos tópicos centrais da Psicologia, disciplina que desde o século XIX tem feito grandes esforços para defini-la, avaliá-la e eventualmente alterá-la. Segundo visões clássicas, o ápice desse processo evolutivo ocorre no início da vida adulta, e depois, nenhuma nova aquisição ou aperfeiçoamento acontece. Só na velhice, acredita-se, voltam a ocorrer mudanças dignas de nota, justamente porque associadas ao declínio das capacidades adquiridas na infância e adolescência.

Neri (2002) salienta que a inteligência é um *constructo teórico* que muda ao longo da vida. Quando esses desempenhos ditos inteligentes apresentam a topografia esperada e são emitidos na situação apropriada, nós os atribuímos à competência cognitiva da qual a inteligência é inferida.

### a) Competências da vida diária

As competências da vida diária representam a capacidade ou o potencial para realizar adequadamente as atividades consideradas como essenciais à vida independente. As competências, embora ligadas a determinantes genético-biológicos, são contextualizadas por fatores socioculturais.

Os cientistas sociais identificam um conjunto de competências de vida diárias – atividades de vida diárias (AVDS) – que focalizam basicamente o autocuidado e incluem alimentação, banho,

toalete e mobilidade básica, e as atividades instrumentais da vida diária (AI VDS), estas vistas como mais complexas e básicas à vida independente.

As competências de vida diária dependem de condições antecedentes, entre as quais estão a saúde e a cognição do indivíduo, bem como as oportunidades oferecidas pelo ambiente.

### b) Inteligência prática

O termo *inteligência prática*, segundo Neri (2002), refere-se a competências no âmbito da vida cotidiana que são produto direto de educação formal. O interesse por essa dimensão do funcionamento intelectual é recente na área do estudo do envelhecimento. Idosos verbalmente muito competentes e com alto nível intelectual tendem a ser menos perturbados pela complexidade da tarefa do que os menos dotados.

### c) Inteligência fluida e inteligência cristalizada

Conforme expressa Neri (2002), é bem aceita no campo do desenvolvimento cognitivo em adultos a noção de que existem pelo menos duas classes de capacidades – uma natural e outra que reflete a experiência. No ano de 1949, Hebb, citado por Neri (2002), propôs que a inteligência é composta por dois fatores, um concernente às capacidades de raciocínio, síntese e invenção, e o outro construído por mudanças em organização perceptual e em comportamento que são induzidos pelo funcionamento do primeiro fator ao longo do desenvolvimento.

Da elaboração das idéias de Hebb resultou o modelo bidimensional de Horn e Catell (1966), composto pelo que chamamos de inteligência fluida e de inteligência cristalizada, fatores de segunda ordem que agrupam múltiplas capacidades mentais. A inteligência fluida flui por uma grande quantidade de atividades intelectuais – reflete capacidades primárias tais como indução, flexibilidade figurativa e integração, evidenciadas pela proficiência no cumprimento de tarefas verbais, espaciais e topológicas, e na derivação de informação visoespacial complexa, nas situações em que o tempo de execução é controlado. Declina com a idade

de, em função das mudanças neurológicas típicas do envelhecimento e dos efeitos cumulativos de doenças e acidentes.

A inteligência cristalizada foi assim denominada porque concebiam que sua origem pode ser comparada à precipitação de substâncias sólidas numa solução, sob o efeito de um agente catalisador. A interação do catalisador com capacidades e processos básicos daria origem a novas capacidades e processos intelectuais adquiridos, tais como a compreensão da comunicação, o desenvolvimento do raciocínio e a solução de problemas do dia-a-dia.

As capacidades mentais primárias relacionadas à inteligência cristalizada são a compreensão verbal, a formação de conceitos, o raciocínio lógico e o raciocínio geral. As pesquisas estabelecem que a inteligência fluida declina com a idade, porque depende de mecanismos neurológicos responsáveis pelo processamento da informação. A inteligência cristalizada não só não declina como pode apresentar progressos, desde que existam oportunidades culturais.

#### 4) Capacidades e processamento da informação

Um dos aspectos mais aceitos no campo da cognição de adultos e idosos é que, com a idade, ocorrem perdas de velocidade do processamento da informação. Assim, os idosos ficam em desvantagem em relação aos jovens, a partir do momento em que as tarefas de processamento da informação tornam-se muito exigentes no que diz respeito ao aparato psiconeurológico de que dispõem. A investigação nesse campo envolve uma grande variedade de desempenhos intelectuais como, por exemplo, a atenção, a memória (já mencionados), a solução de problemas e a tomada de decisão.

À guisa de conclusão, citamos Simone de Beauvoir (1990, p. 273):

Com efeito, na sociedade antiga, composta essencialmente de camponeses e artesãos, havia uma exata coincidência entre a profissão e

a existência: o trabalhador vivia no local do seu trabalho, as tarefas produtivas e as tarefas domésticas confundiam-se. Entre os artesãos altamente qualificados, as capacidades aumentavam com a experiência e, portanto com os anos. Nas profissões em que elas declinavam com a idade, existia no seio da exploração uma divisão do trabalho que permitia adaptar as tarefas às possibilidades de cada um. Quando se tornava inteiramente incapaz, o velho vivia com a família, que assegurava a sua subsistência.

Como os tempos são outros, é necessário aprofundar o conhecimento a respeito desse tema para melhor atender a essa população, buscando a garantia da qualidade de vida através da compreensão acerca da complexidade do processo de envelhecimento, de como ele é variável, dependendo da genética, do contexto cultural, social e político, além de outros fatores como a saúde, por exemplo.

---

#### ROSÂNGELA VERÔNICA DOS SANTOS

---

Socióloga e doutoranda em Engenharia de Produção na UFSC

---

#### SOLANGE ANDERI

---

Arquiteta e mestrandona em Engenharia de Produção na UFSC

---

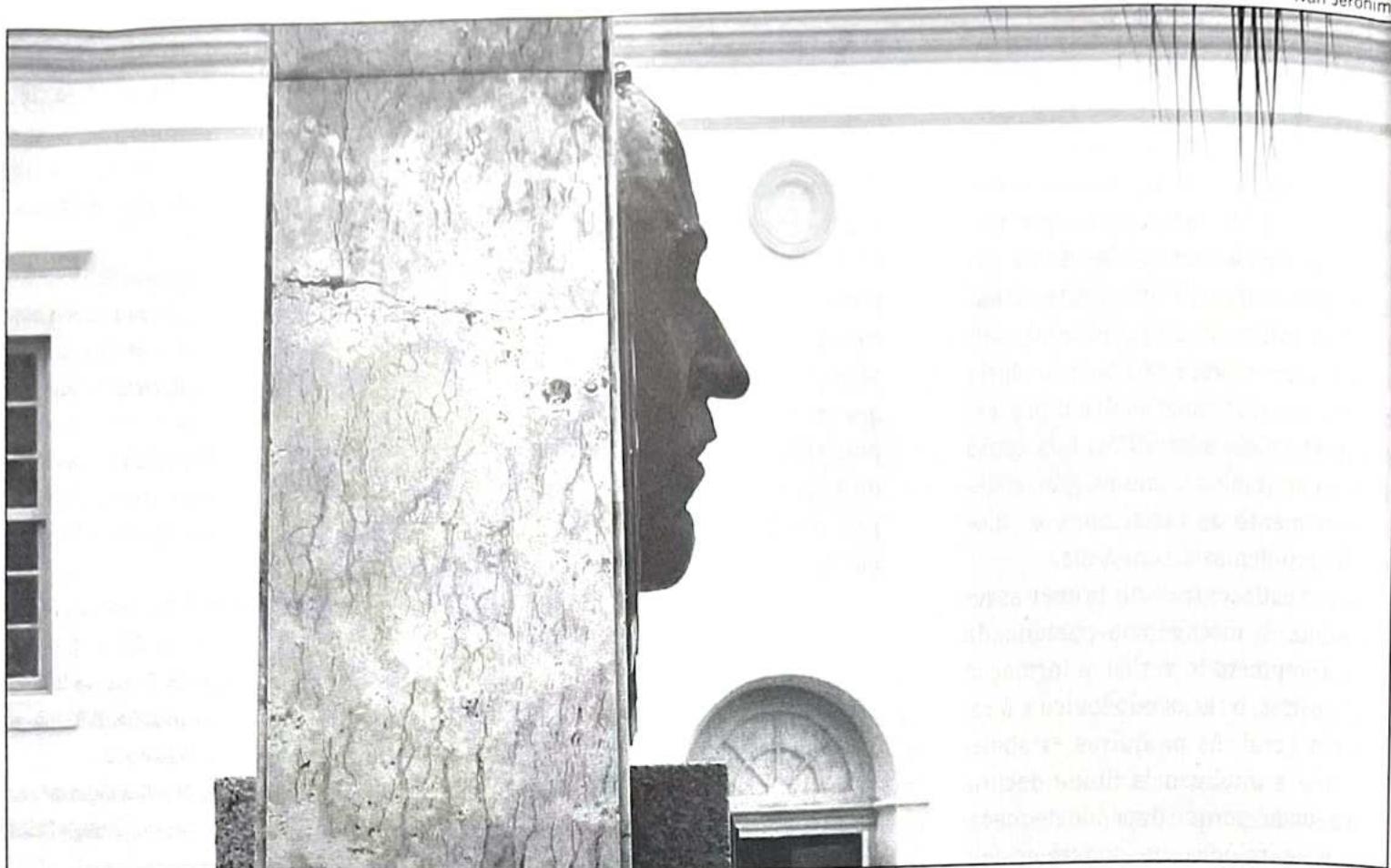
#### ERNESTO SEVERINO

---

Psicólogo e mestrandona em Engenharia de Produção na UFSC

#### Referências

- 1) A velhice, entre o normal e o patológico. Disponível no site: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Em 22/8/3.
- 2) BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- 3) Estudo confirma relação entre exercício e mudanças no cérebro. *Jornal of Gerontology*, 01/02/03.
- 4) GUIMARÃES, Fernando José de. NETO, Pires Cândido S. Alterações nas características antropométricas induzidas pelo envelhecimento. Mimeo. S/D.
- 5) NERI, Anita L. O curso do desenvolvimento intelectual na vida adulta e na velhice. In: FREITAS, Elizabete V. et al. (Org.) *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Koogan, 2002.
- 6) NETTO, Matheus P. O estudo da velhice no século XX: histórico, definição do campo e termos básicos. In: FREITAS, Elizabete V. et al. (Org.) *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Koogan, 2002.
- 7) ODEBRECHT, Cláisse. *Adequação do trabalho ao trabalhador que envelhece: recursos auxiliares*. 2002. Tese de Doutorado em Ergonomia, UFSC. Florianópolis.
- 8) OKAMOTO Ivan H.; BERTOLUCCI, Paulo H. F. *Perda de memória no idoso*. (Mimeo). S/D.
- 9) PEREIRA, Delci E. C. *Qualidade de vida na terceira idade e sua relação com o trabalho*. 2002. Dissertação de Mestrado, UFSC. Florianópolis.
- 10) SAIS, Almir Pedro. *Coisas de velho: coisas de vida*. 1995. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, PUC. São Paulo.
- 11) SCHLÖGL, Clezio M. *Cognição, programação neurolingüística e emoção*. Florianópolis, UFSC, (Mimeo) 2001.
- 12) SIQUEIRA, Maria Eliane C. de. *Teorias sociológicas do envelhecimento*. In: FREITAS, Elizabete V. et al. (Org.) *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Koogan, 2002.
- 13) Trabalhando na otimização cognitiva de adultos e idosos. Disponível no site: [www.unati.uerj.br/servicos](http://www.unati.uerj.br/servicos). Em 22/08/03.
- 14) UENO, Linda M. A influência da atividade física na capacidade funcional: envelhecimento. *Revista Atividade Física e Saúde*. n. 1, v. 4, 1999.
- 15) Universidade aberta à terceira idade. Disponível no site: [www.usp.br/prc/3idade](http://www.usp.br/prc/3idade), S/D.
- 16) VELÁZQUEZ, Francisco Farrer et al. *Manual de Ergonomia*. Madrid: Mapfre, 1997.
- 17) VIEIRA, Eliane B. V.; KOENING, Anne M. Avaliação cognitiva. In: FREITAS, Elizabete V. et al. (Org.) *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Koogan, 2002.
- 18) YASSUDA, Mônica Sanches. *Memória e envelhecimento saudável*. In: FREITAS, Elizabete V. et al. (Org.) *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Koogan, 2002.
- 19) WATERKEMPER, Camila. *Terceira idade e convivência social*. 2000. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. UFSC, Florianópolis. (Mimeo)
- 20) WEINECK, J. *Biologia do esporte*. São Paulo: Manole, 1991.
- 21) WISNER, Alain. *As marcas da vida entre os trabalhadores*. In: A inteligência no trabalho. São Paulo: Fundacentro, 1994.



RESENHA

# História e Poder

## A Reprodução das Elites em Santa Catarina

Os monumentos, nomes de ruas e praças servem como leitura uniforme e homogênea da história do próprio país

ROGÉRIO LUIZ DE SOUZA

**C**aminhando pelos espaços ordenados das cidades nos acostumamos a visualizar a permanente materialidade que surgiu do desejo, do embate e do investimento de pessoas sobre os lugares. A violência com que essa materialidade se constituiu é sentida nas relações do cotidiano, porém obscurecida pela forjada “evidência” da harmonia social. E isso porque está carregado de efeitos de sentido simbólico e político o espaço urbano. Portanto, a

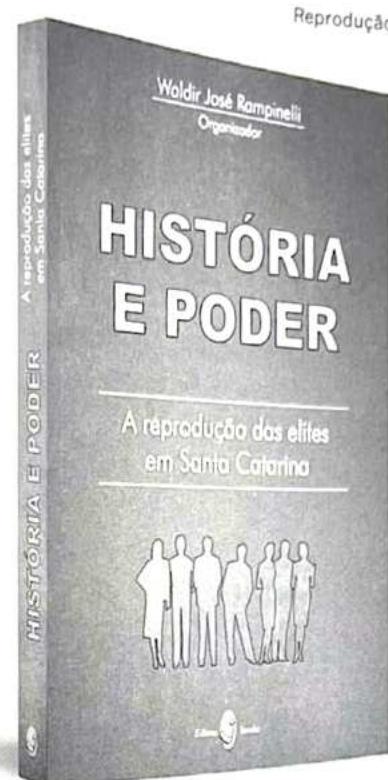
cidade nasce, postulando não somente trajetos, vias, regulamentos, praças, indústrias, monumentos, mas encerrando os sujeitos numa lógica de sentidos e domínios a serem vistos e aceitos. Em outras palavras, os espaços públicos apresentam, como forma de garantir a revitalização daqueles que os produziram, um sistema de memória, indicando aos sujeitos a posição em que eles devem se colocar na ordem simbólico-política. Os monumentos, nomes de ruas e praças servem para estimular uma prática de leitura uniforme e homogênea da história das cidades e do próprio país, produzindo – porque esse

é o desejo – leitores para ler aquilo que deve ser lido e reforçando um conjunto de significados fixos e semanticamente únicos. Isso quer dizer que a memória de um determinado grupo social se diz e se simboliza na materialidade e na espacialização da cidade.

O corpo de uma cidade, com suas inúmeras avenidas e ruas batizadas, bustos e estátuas engalanadas, não é como o espelho de um lago que reflete a cada dia um céu diferente, mas a pura imagem de algo que pretende inscrever no presente uma idéia de continuidade e permanência históricas. Existe um discurso visual memorável que en-

tra pela retina e que se esforça por eliminar o produto memorável produzido e mantido pela oralidade. A tentativa de anulação de certas construções da memória de grupo traduz a própria relação conflitiva do processo de constituição desses espaços. Assim, aquilo que é feito na cidade para ser visto vai além da vontade de fixar valores e impor uma memória; quer tornar também irrecuperável ou pelo menos insignificante e fugidia a memória do outro. Por essa razão, os monumentos, por exemplo, impressionam pela sua suntuosidade, pois a estratégia é capturar e aprisionar o olhar dos sujeitos. Este efeito de prisão cria a sensação de submissão e de desvanecimento dos sonhos.

Relevar essas construções do espaço político-simbólico a partir de um outro ponto de vista, entendendo que não foi sem sacrifício e exclusão social que se estruturaram as cidades catarinenses, é o escopo do livro *História e Poder: A Reprodução das Elites*



**História e Poder - A Reprodução das Elites em Santa Catarina**

**RAMPINELLI, Waldir José (org.).** Florianópolis: editora Insular, 2003, 224p.

Preço: R\$ 27,00

meiras páginas da apresentação, que, ao se questionar sobre os monumentos oficiais e sua dominação cultural, se está construindo um projeto social de transformação da realidade.

O texto "A história: uma arma de dominação", do historiador Waldir Rampinelli, da UFSC, abre a discussão da obra. E a razão disso talvez esteja na sua abrangência de análise espacial. Menos interessado no estudo centrado de uma história local, envereda na reflexão do processo de dominação político-financeiro do "imperialismo neoliberal". Para o autor os monumentos e o próprio produto do saber histórico servem como mecanismos estratégicos de poder, reproduzindo os interesses da "classe dominante" nacional e da economia internacional. Afinal, os símbolos de dominação espalhados nos espaços públicos objetivam a perda das raízes históricas de solidariedade e o esquecimento de uma memória coletiva, e estabelecem, por meio de uma coerção visual, o supostamente "normal" e "desejável". Ao citar Chossudovsky e Ortega y Gasset, reconhece

## OS SÍMBOLOS DE DOMINAÇÃO ESPALHADOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS OBJETIVAM A PERDA DAS RAÍZES HISTÓRICAS DE SOLIDARIEDADE

em Santa Catarina, organizado pelo professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Waldir Rampinelli, e lançado recentemente pela Editora Insular. Integrando estudos de acadêmicos e políticos, os nove textos que compõem a obra prefaciada pelo professor Américo Augusto da Costa Souto perscrutam o processo de significação do espaço material-simbólico das cidades e as estratégias de afirmação e reprodução das elites em Santa Catarina.

### DOMINAÇÃO CULTURAL

Derrubar símbolos é uma tarefa tão difícil quanto querer colocar outros no lugar. Mesmo assim, os autores da obra não se omitem em querer substitui-los. Além da crítica à ordem simbólico-política impetrada pela élite

nos espaços públicos, revelam-se algumas experiências construídas pela "vontade popular". E aqui, talvez, esteja a diferença entre as duas escritas do livro: uma que – burilada por pesquisadores da academia – apropria-se de um referencial teórico respeitável, sem, contudo, ultrapassar os limites da problematização e denuncia às estratégias de dominação das elites; e outra que – elaborada por políticos – chama para si a responsabilidade de transformação dos "lugares da memória" urbana, baseando-se em experiências lidas a partir daquilo que consideraram positivo, porém sem problematizá-las em sua própria positividade. A obra não se anula por isso, pelo contrário, situa muito bem o lugar de ação dos autores e sua perspectiva analítica, deixando claro para o leitor, desde as pri-

tanto a tentativa da academia de eliminar o intelectual engajado como a incapacidade de muitos cursos de Economia e História de desvendar os fundamentos sociais da economia, entrando, assim, em rota de colisão direta com outras abordagens teórico-analíticas. Daí também fazer referência, por exemplo, ao desprezo da Escola dos Annales pelo estudo da política e do acontecimento. A sua linguagem é clara e direta, fazendo severa crítica à ocultação da história anônima e às medidas governamentais de restrição aos documentos sigilosos. A proposta que elabora passa pela superação da forma de conceber a história, a fim de que se possam revelar os verdadeiros agentes de transformação e tornar visíveis os conflitos sociais tão presentes em nossas sociedades.

A autora do segundo capítulo, "Teatro de Memória – ocultando conflitos/produzindo imagens em Joinville", Iara Andrade Costa, professora do Curso de História da Univille, debruça-se sobre o estudo da "linguagem das imagens". Mesmo detendo-se na análise do patrimônio cultural da cidade de Joinville, estimula o leitor a ficar atento às imagens que estão em seu entorno, visto que elas se propõem a fixar uma memória e uma identidade social homogêneas, deixando submersas outras expressões e "anulando" as divisões e os conflitos. Os monumentos erguidos para os festejos comemorativos de Joinville, por exemplo, teriam servido para capturar os olhares daqueles sujeitos, a fim de inculcar-lhes a memória dos vencedores. A vontade da elite local era reinscrever na realidade valores sociais por meio da materialização simbólica daquilo que deveria ser lembrado e daquilo que deveria ser esquecido. Ao rastrear o caminho de formação da cidade, mostra o quanto foi ocultado dessa história e as inúmeras interferências estereotípicas produzidas pelo discurso e pelos monumentos edificados pela elite local.

exclusiva da elite), identificando como efêmera aquela que se mantém pela oralidade. Talvez, em alguns casos, mais rapidamente se perca a formação do sentido que se quer dar às imagens materializadas – como os monumentos de nossas praças – do que a narrativa que garante a circulação do sentido.

### PAPÉIS SOCIAIS

O historiador e político Pedro Uczai e o professor da Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo (RS) Telmo Marcon elaboraram o ensaio "O fazer-se da cidade de Chapecó: disputa pelas memórias de ruas, praças e bairros". A partir da experiência política na cidade de Chapecó refletem os autores sobre as fronteiras, os investimentos de significado e as apropriações dos espaços públicos. Para que esse estudo fosse possível, realizaram um mapeamento dos nomes de ruas de Chapecó, no qual se verificou a predominância de nomes de personagens ligados à política e à economia local. Esse mapeamento realça a complexa relação de disputas dos es-

tos e o grau com que contribuíram com esforços conscientes antes da atuação municipal.

### MEMÓRIA ELITISTA

Uma história esmiuçada e arguta é construída pela professora de História da Unioeste Méri Frotscher para revelar o investimento da elite blumenauense em monumentos e "lugares de memória" na primeira metade do século XX. "Mãos que esculpem a memória no espaço urbano", intitula-se o trabalho que desmascara as intenções político-empresariais de submeter o "outro" à limitação de uma memória elitista, na qual os conflitos sociais são elididos naqueles espaços simbólicos, e a sociabilidade fica regida pela memória que se quer construir. Afinal, recordando José Murilo de Carvalho, o monumento quer dizer mais sobre a sociedade que o produziu do que o "herói" representado nele. Na forma de dizer da autora, mãos vão esculpindo estátuas e monumentos com o propósito de fixarem a memória da elite, tornando outras esquecidas. O desejo, portan-

## AS DUAS ÚLTIMAS "ADMINISTRAÇÕES POPULARES" TERIAM CRIADO CONDIÇÕES PARA QUESTIONAMENTO DAS REPRESENTAÇÕES DA ELITE

### VERSÃO ÚNICA

Por isso, dentro dessa mesma estratégia, silenciados e manipulados foram os bens culturais construídos pelos vários protagonistas. Ademais, segundo a autora, os símbolos são criados para expressar uma única versão do passado e forjar uma sociedade disciplinada, na qual tudo se passa como se a continuidade histórica fosse garantida exclusivamente pela elite. A intenção é fazer com que os sujeitos percam a visibilidade de suas ações, resistências e projetos coletivos, ao mesmo tempo em que tenta criar um "consenso coletivo" e destinar papéis sociais. Neste sentido, é possível perceber na análise da autora uma tendência em atribuir às imagens materializadas a garantia da permanência da memória (quase que

paços e do poder, cuja nomeação de uma rua implica a consolidação de uma forma "hegemônica oficial" e o silenciamento de uma outra "popular" que pode, todavia, em determinadas circunstâncias, emergir. E a partir daqui, entendem que as duas últimas "administrações populares" teriam criado as condições para o questionamento das representações da elite e a possibilidade de "ressignificação dos lugares", tomando como exemplos as experiências realizadas em dois bairros de Chapecó. Em certo sentido, sugerem que essas condições políticas teriam permitido a adoção de uma nova prática capaz de romper com as "consciências ingênuas e passivas", tendendo, contudo, a empalidecer a própria circunstância reivindicadora daqueles sujei-

to, é um só: produzir uma forma de "evidência". E talvez acrescentaria dizendo ainda que o desejo daqueles que esculpem é produzir uma forma de "evidência" que dissimule o seu funcionamento estratégico e na qual se possam constituir os sujeitos.

A autora do quinto capítulo, "As identidades e os monumentos: a experiência de Criciúma-SC", Marli de Oliveira Costa, professora de História da Unesc e Diretora do Departamento de Patrimônio Histórico da FCC, ao fazer a leitura de dois monumentos oficiais da cidade de Criciúma discute as identidades veiculadas e materializadas pela elite local. Os conceitos "memória" e "identidade" assumem uma importância significativa em todo seu trabalho, o que lhe permite perceber o constante movi-

mento de ressignificação dos espaços simbólicos e de recriação das identidades sociais. Essa fórmula apresentada pela autora também sugere entender as "resistências" interpostas aos marcos de memória forjados pela elite. Isso a levaria a querer tratar dos "usos" que a população vem fazendo desses espaços ao longo do tempo, o que, todavia, não faz com a mesma profundidade analítica quando observa a "formação de sentido" dos monumentos criados pelos "donos do poder" local.

No ensaio "De Floriano Peixoto a Chico Mendes" o político Afrânio Bo-

lho "Entrelaçôs: as elites do Vale do Itajaí nas primeiras décadas do século XX", tem como objetivo central entender a formação e a atuação das elites no Vale do Itajaí. Ao percorrer e observar a ostentação de uma riqueza que rapidamente vai-se materializando, logo identifica e confirma o domínio "tradicional" e "racional" de uma elite que se beneficiou da esfera pública exatamente porque nela se perpetuou através de uma intrinca rede de relações de solidariedade e de representação política. Seu interesse, portanto, não está voltado às

aproveitam, conforme o autor, para expropriar os símbolos e fazer apagar outros "sentidos" e "imagens" do caboclo do Contestado. Como se pode ler no texto, o modo de compreender o conceito de memória possibilita uma apropriação pouco explorada pelos outros autores dessa obra.

Por fim, está o ensaio "Uma nova história para velhos fatos", elaborado pela deputada federal Luci Choinacki. Num grande esforço de contextualizar a história brasileira no período do regime militar, esse trabalho nomeia políticos ligados à ditadura em Santa Catarina e propõe romper

## ESQUADRINHAMENTO DAS ORIGENS DE UMA ELITE E DE UM DE PODER ORGANIZADOR DO ESPAÇO URBANO-SIMBÓLICO

ppre lê a história da formação do espaço urbano de Florianópolis à luz das preocupações ideológicas da "classe dominante", como forma de garantir e manter a ordem social capitalista. Ao denunciar as práticas de culto às personalidades vinculadas a esta classe, sustenta que as denominações de lugares – como a da própria capital do Estado de Santa Catarina – e os monumentos demarcam as estratégias de reprodução das relações de dominação burguesa. Em razão da demonstração histórica dessas afirmações, mereceria o trabalho um exame também mais atento do modelo de homenagem da "sociedade socialista", a fim de que todo o cotejo viesse referendado pelo mesmo peso histórico-analítico. De qualquer maneira, é significativo seu olhar sobre o processo de significação do espaço urbano de Florianópolis, mostrando que não é neutra ou pacífica a opção de nomear um lugar. Por este motivo, "a camada popular" também consegue, no embate social, homenagear seus pares. O aparecimento do bairro Chico Mendes em Florianópolis exemplifica e confirma este argumento do autor.

A professora do Curso de História e de Ciência Política da Univali Cristiane Manique Barreto, em seu tra-

operações de formação de símbolos da memória e de seus efeitos de sentido, como propõem os autores dos primeiros capítulos, mas tão-somente no esquadrinhamento das "origens" de uma elite e de um poder organizador do espaço urbano-simbólico.

### PERMANÊNCIA SOCIAL

O autor do oitavo capítulo, "Guerra do Contestado: construção da imagem do caboclo", Delmir José Valentini, professor de História da Universidade do Contestado, faz um estudo da imagem construída sobre o caboclo do Contestado. Após um breve relato dos fatores que provocaram mudanças profundas no modo de vida daqueles que viveram na região, mostra o quanto a historiografia silenciou e condenou ao esquecimento os ser-tanejos. Todavia, prefere perceber o quanto de resistência e admiração conserva a memória, servindo de faculdade mantenedora dos costumes, valores e hábitos. As rezas, as devocções, os lugares sagrados e a oralidade excitam a lembrança da experiência "guardada" na memória, o que permite a esses sujeitos darem sentido à sua história e permanência social. Mesmo considerando essas marcas profundas e indeléveis, muitos se

com a história oficial. Para isso, a autora não se fixa a determinadas categorias de análise, mas elabora uma crítica afiançada nas próprias contradições político-econômicas do Regime, embora se possa discordar de algumas dessas interpretações.

Cabe dizer ainda que a obra assinala a necessidade de rever a própria produção do saber acadêmico atual e denuncia com "um grito de existência" as operações de alijamento da memória dos vários agentes sociais e de suas resistências. Em cada página virada enerva e vibra a mão do leitor social impedido de poder se ver também representado na paisagem monumental de sua própria cidade. Por isso, os autores reivindicam um lugar para os que realmente figuram nas construções dos espaços urbanos; uma nova proposta de história engajada e comprometida, que as pesquisas acadêmicas e os manuais escolares poderiam muito bem incorporar.

---

ROGÉRIO LUIZ DE SOUZA

Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina

# Normas para o envio de artigos

## AOS COLABORADORES

Leitores interessados em publicar seus textos na revista Plural devem observar as seguintes normas para envio de artigos.

1. Os textos devem conter, preferencialmente, dez laudas (25 mil caracteres). Autores que excederem o limite sugerido serão contactados para considerarem a possibilidade de cortes no texto.

2. O Conselho Editorial dará preferência a textos produzidos especificamente para a revista. Deve-se evitar a simples reprodução de palestras, monografias, etc. Quando o autor julgar relevante a publicação desse tipo de material, deverá adaptá-lo seguindo as normas de publicação.

3. As notas e as referências, quando necessárias, devem ser citadas no final do texto, de acordo com as normas da ABNT.

4. Os artigos deverão ser encaminhados em disquete, com uma cópia impressa, digitados no programa Word for Windows. Deve constar nome do autor, profissão/ cargo, local de trabalho, endereço e telefone para contato, assim como um breve resumo de dez linhas sobre o conteúdo do texto.

5. Ilustrações ou fotos poderão ser fornecidas pelos autores, assim como a indicação de pequenos trechos que possam ser destacados dentro do artigo.

6. A revisão dos textos será feita por profissionais contratados pela APUFSC, podendo o autor solicitar uma leitura posterior à revisão.

7. O Conselho Editorial se reserva o direito de aceitar ou rejeitar a contribuição de acordo com a linha editorial da revista e suas finalidades.

*Diretoria de Divulgação e Imprensa*

### Contos e poemas

A publicação será definida pelo conselho editorial.

### Indicador de leitura

Sugestões de livros e revistas recentemente lançados no mercado editorial e que tenham relação com a linha editorial da revista e com as atividades do Sindicato.

### Professor-repórter

Curtos relatos de experiências vivenciadas em outras instituições acadêmicas, tanto nacionais como no exterior, relacionadas com a sobrevivência e vida acadêmica nesses locais.

## SEÇÕES DE PLURAL

### Resenhas críticas

Serão aceitas resenhas críticas de livros, artigos, periódicos e teses com informação completa da fonte resenhada. Tais resenhas deverão conter, preferencialmente, 100 linhas (aproximadamente 8 mil caracteres).

### Espaço Plural

Serão aceitas cartas com, no máximo, 40 linhas.

## PLURAL É DISTRIBUÍDA GRATUITAMENTE PARA:

Todos os associados da APUFSC-SSind;

Todos os sindicatos do Estado de Santa Catarina;

Todas as seções sindicais das instituições de ensino superior brasileiras;

Todos os deputados estaduais catarinenses e

Todos os vereadores de Florianópolis.

## APUFSC · DIRETORIA

**Presidente:** Paulo Marcos Borges Rizzo

**Vice Presidente:** Osvaldo Maciel

**Secretaria Geral:** Maria Odete Santos

**1<sup>o</sup> Secretária:** Magaly Mendonça

**2<sup>o</sup> Secretária:** Anamaria Beck

**Tesoureiro Geral:** Carlos Henrique Lemos Soares

**1<sup>o</sup> Tesoureiro:** Félix Pedro Q. Gómez

**2<sup>o</sup> Tesoureiro:** Altamir Dias

**Diretora de Divulgação e Imprensa:** Tanira

Piacentini

**Vice-Diretor de Divulgação e Imprensa:** Rafael

Camorlinga Alcaraz

**Diretor de Promoções Culturais e Científicas:** Alai

Garcia Diniz

**Vice-Diretor:** José Ernesto de Vargas

**Diretor de Promoções Sociais:** Danilo Wilhelm Filho

**Diretor de Política Sindical:** Clarilton Ribas

**Diretora de Relações Institucionais:** Maria da Graça

Bollmann

**Diretora de Assuntos dos Aposentados:** Maria

Helena Almança

# Projeto vencedor do concurso para a nova sede da Apufsc



## EQUIPE

Arquitetos e servidores técnico-administrativos da UFSC

Manoel Arriaga de Castro Andrade Jr.,

Luiz Antônio Zenni,

Romão Sebastião Leandro da Silva;

arquiteta e professora da UFSC Maria Inês Sugai;

arquiteto e professor aposentado da UFSC Tuing Ching Chang

e os acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC

Flávio Andaló,

Thiago Antônio Maciel Cordeiro dos Santos